

VOZES, IMAGENS E RESISTÊNCIAS NAS RUAS

A VIDA PODE
MAIS!



Maria Teresa Nobre
Ana Karenina Arraes Amorim
Fernanda Cavalcanti de Medeiros
Anna Carolina Vidal Matos
Organizadoras

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFERN

Graco Aurelio Camara de Melo Viana (Diretor)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Conselho Editorial

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)

Alexandre Reche e Silva

Amanda Duarte Gondim

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Anna Emanuella Nelson dos Santos Cavalcanti da Rocha

Arrailton Araujo de Souza

Carolina Todesco

Christianne Medeiros Cavalcante

Daniel Nelson Maciel

Eduardo Jose Sande e Oliveira dos Santos Souza

Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz

Francisco Dutra de Macedo Filho

Francisco Welson Lima da Silva

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Glória Regina de Góis Monteiro

Heather Dea Jennings

Jacqueline de Araujo Cunha

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

Juciano de Sousa Lacerda

Julliane Tamara Araújo de Melo

Kamyla Alvares Pinto

Luciene da Silva Santos

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Zikan Cardoso

Marcos Aurélio Felipe

Maria de Jesus Goncalves

Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite

Marta Maria de Araújo

Mauricio Roberto Campelo de Macedo

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Regina Simon da Silva

Richardson Naves Leão

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Samuel Anderson de Oliveira Lima

Sebastião Faustino Pereira Filho

Sérgio Ricardo Fernandes de Araújo

Sibele Berenice Castella Pergher

Tarciso André Ferreira Velho

Teodora de Araújo Alves

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago Rocha Pinto

Veridiano Maia dos Santos

Wilson Fernandes de Araújo Filho

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Morais

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Maria da Penha Casado Alves

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Rosilene Paiva

Revisão de ABNT

Verônica Pinheiro

Revisão Tipográfica

Renata Ingrid de Souza Paiva

Capa e Diagramação

Daiana Martins e Lucas Almeida

Vozes, imagens e resistências nas ruas:

A vida pode mais!

Maria Teresa Nobre
Ana Karenina Arraes Amorim
Fernanda Cavalcanti de Medeiros
Anna Carolina Vidal Matos
Organizadoras



Catálogo da publicação na fonte
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Secretaria de Educação a Distância

Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais! [recurso eletrônico] /
Organizado por Maria Teresa Nobre, Ana Karenina Arraes Amorim,
Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Anna Carolina Vidal Matos. – Natal:
EDUFRN, 2019.
621 p. : 1 PDF

ISBN 978-85-425-0944-1

I. Psicologia. 2. Direitos humanos. 3. Serviço Social. I. Nobre, Maria Teresa.
II. Amorim, Ana Karenina Arraes. III. Medeiros, Fernanda Cavalcanti de. IV.
Matos, Anna Carolina Vidal.

CDU 159.9
V 977

Dedicatória

Nos caminhos abertos que trilhamos, com os ventos e marés que nos conduziram, tivemos sorte! Dessas sortes que temos que pegar com as duas mãos para não perder. Encontramos pessoas que fizeram história em nós! Elas foram vidas intercessoras de mais vidas, resistindo, nos corpos, nos desejos, nas instituições, nos gestos, pequeninos e também grandes. Elas foram um pouco de possível, nos gritos, nas lutas por um mundo mais justo e digno. Algumas delas foram vitimadas pelos exterminios produzidos pelo capital. Foram retiradas do nosso cotidiano com brutalidade, nos deixando desamparadas e impotentes. Mas elas seguem conosco. Estão conosco por meio da memória de suas vidas, que devemos afirmar como ato político. Estão conosco pelo legado de dignidade e luta que nos deixam. Estão conosco, na força e na potência dos nossos encontros, dos coletivos que construímos com outras pessoas. E aí, não estamos sós! *Gratidão e reverência às vidas de Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, Josenilson Alves da Silva, Ketylly Rius, Iranaldo dos Passos Barros (Dunga), Cristian Dionísio e Joseane Caetano da Silva (Dominique), a quem dedicamos este livro.*

AGRADECIMENTOS

Para realizar a tarefa de organizar e retratar aqui algumas histórias que foram divididas conosco, pensamentos, reflexões, sonhos e desejos registrados em textos que nos são tão caros, contamos com a colaboração de muitas pessoas e coletivos, sem os quais não seria possível tal tarefa. Nesse sentido, gostaríamos de registrar aqui nossa gratidão.

Em especial, agradecemos à população em situação de rua de vários lugares do Brasil e ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN), pela confiança, apoio e parceria cotidianos, sem os quais não seria possível esta publicação. Por apostar e construir junto com a gente este livro, que foi feito com, por e para vocês.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por garantir as condições para a realização de ações de pesquisa e extensão com a população em situação de rua e a publicação deste livro. Aos discentes e docentes que vêm construindo essa história potente de encontro entre UFRN e a população em situação de rua (Pop Rua) desde 2012. Em especial, ao Departamento de Psicologia (DEPSI), ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) e às Pró-reitorias de Pós-Graduação (PPG), de Extensão (PROEX) e de Pesquisa (PROPESQ), pelo apoio e pelas bolsas concedidas aos discentes. Também aos/as coordenadores/as, professores/as, técnicos/as, estagiários/as e bolsistas do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD) da UFRN, pelo pioneirismo e compromisso no acompanhamento das questões da população em situação de

rua e pelo apoio a esta publicação. Viva a universidade pública brasileira!

Aos membros de movimentos sociais, trabalhadores das políticas públicas e outros sujeitos que têm em comum: a luta por justiça, pelo respeito e pela afirmação dos direitos humanos e da vida. Ao Espaço Rui Pereira, ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), à Ordem Terceira Franciscana, à Pinacoteca Potiguar e ao SINSENAT (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal), por terem acolhido em suas sedes os projetos e eventos do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), ao longo desses anos.

A todos/as os/as pesquisadores/as e autores/as dos capítulos deste livro que embarcaram nesse projeto coletivo e nos ajudaram a apresentar reflexões sobre a população em situação de rua e sobre as políticas de atendimento a esse segmento em diversas regiões deste país continental e diverso que é o Brasil.

À professora Cecília Coimbra e ao professor Luis Antonio Baptista, pela disponibilidade e contribuição com o prefácio e o posfácio, respectivamente, deste livro. A participação nesta obra desses históricos defensores de direitos humanos no Brasil neste momento em que o país vive uma grave ameaça à democracia alimenta nossa certeza de que “resistir é preciso!”.

E, por fim, nossa gratidão ao querido Marcos Dionísio Medeiros Caldas (*in memoriam*), histórico defensor dos direitos humanos no estado do Rio Grande do Norte e para além dele. Presidente do COEDHUCI (Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania), estimulou e acompanhou intensamente a criação do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN, que hoje leva o seu nome. “Mosquito” foi um defensor incansável das lutas de grupos e populações atingidos pela violência do Estado e por outras violações de direitos humanos

e, na sua trajetória, apoiou e acompanhou de perto as lutas do Movimento da População de Rua. A sua memória nos inspira e fortalece!

Sigamos buscando juntas e juntos a potencialização do acesso do povo da rua aos direitos sociais e a afirmação da vida em sua diversidade.

Apresentação 14

*Maria Teresa Nobre, Ana Karenina de
Melo Arraes Amorim, Fernanda Cavalcanti
de Medeiros, Anna Carolina Vidal*

Prefácio 28

Cecília Maria Bouças Coimbra

**PARTE I:
REFLEXÕES, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS
EM DIFERENTES CENÁRIOS**

**População em situação de rua e direito à cidade:
invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do
espaço urbano** 34

Tadeu Mattos Farias e Raquel Farias Diniz

**Para além da sopa e do cobertor: trabalho,
assistência social e os direitos da população em
situação de rua** 63

*Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Hellen Tattyanne de
Almeida e Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira*

**Empoderamento político na gestão de direitos
sociais** 97

Édina Mayer Vergara

Direitos humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida	121
<i>Ana Karenina Amorim, Maria Teresa Nobre, André Feliphe Jales Coutinho e Lis Paiva de Medeiros</i>	
Cartografia dos modos de sujeição e resistência das pessoas em situação de rua	162
<i>Antônio Vladimir Félix-Silva, Ana Alice Pinheiro da Silva, Emanuelly Cristina de Souza e Rita de Cassia Martins Sales</i>	
Presunção de violência endógena: uma análise da produção discursiva de criminalização da população em situação de rua	196
<i>Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo</i>	
Territórios em conflito: o crack, população de rua e cidades	237
<i>Tadeu de Paula Souza e Carla Lopes Teixeira Gomes</i>	
(Des)territórios da clínica: o alçar de vidas borboletas	272
<i>Laís Suelen Gonzaga Almeida e Michele de Freitas Faria de Vasconcelos</i>	
Rotas do desassossego: acompanhando ações do Consultório na Rua no Município de Natal/RN	303
<i>Anna Carolina Vidal Matos, Maria Helena Moura, Kadja Karen Silva Silveira, Yuri Paes Santos e Maria Teresa Nobre</i>	

Ao Deus dará: a negação do direito à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte **343**

Aléxa Rodrigues do Vale e Marcelo Dalla Vecchia

“Açam que brotamos das fontes dessa cidade?”: uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal **379**

Marília Melo de Oliveira e Lisabete Coradini

Entre narrativas, fotografias e invenções: trajetos da rua **419**

Anna Camila Lima de Carvalho, Tainá

Carla Freitas de Macêdo, Thaiza Salgado

da Medeiros e Nicole Silva Moreno

Transnarrativas da População em Situação de Rua na Cidade do Natal **460**

Lis Paiva de Medeiros, Nicole Silva Moreno,

Vinicius Azevedo e Silva e Yuri Paes Santos

Direito à cidade e o Teatro Documentário como intercessor na produção de vida e saúde **485**

Ana Karenina Arraes Amorim, Laís Barreto Barbosa,

Breno Lincoln Pereira de Souza Diniz, Caio Cesar

Ferreira Guimarães, Vinicius Azevedo e Silva, Gabriela

Trindade de Azevedo e Georgia Sibebe Nogueira da Silva

O Teatro do Oprimido como estratégia de fortalecimento de pessoas em situação de rua no município de Fortaleza/CE: relato de experiência	512
<i>Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, Larissa Ferreira Nunes e Bruna Ribeiro Pontes</i>	

PARTE II – FALA POP RUA!

Homenagem a Maria Lúcia Santos Pereira da Silva	540
Das marquises para a luta	544
<i>José Vanilson Torres</i>	
Dia de Luta	557
<i>José Vanilson Torres</i>	
Movimentos	560
<i>Josenilson Alves da Silva, “Liberdade”, Eduardo Santos da Costa, Hallison Silva da Costa, “Marina”, José Vanilson Torres da Silva</i>	
Mulher da Rua	564
<i>Luanda Luz</i>	
Marceu	566
<i>Hallison Silva da Costa</i>	
Passos	567
<i>Hallison Silva da Costa</i>	

Eu só tenho a agradecer!	569
<i>Hallison Silva da Costa</i>	

Fotos	571

Eventos e Projetos	572

I, II, III e IV Seminário Potiguar da População em Situação de Rua	586

I Seminário LGBT e de Mulheres em Situação de Rua	591

Mulheres na rua	592

Posfácio	598
<i>Luis Antonio dos Santos Baptista</i>	

Sobre os/as autores/as	601

Sobre os autores/as e membros da pop rua	616

APRESENTAÇÃO

Ao longo de mais de seis anos, desenvolvemos inúmeros trabalhos no campo dos direitos humanos junto à população em situação de rua de Natal, capital do Rio Grande do Norte, por meio do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDH/UFRN). Nesse intenso processo de implicação ético-política e acadêmica, realizamos projetos de extensão e pesquisa – dos quais participaram discentes de vários cursos de graduação e pós-graduação –, que na sua indissociabilidade tiveram o caráter de pesquisa-intervenção, além de estágios curriculares dos cursos de Psicologia e Serviço Social. Nessa experiência de intervir-conhecendo, muitos foram os vínculos, as ações, as lutas e as informações que produzimos sobre essas vidas invisibilizadas, os chamados “descartáveis urbanos”. Diante das demandas que chegaram ao CRDH, nosso espaço de trabalho privilegiado, nos aproximamos das vidas nas ruas e testemunhamos muitas violências, orquestradas ou não, pelos poderes instituídos e também pela reprodução de toda uma ordem de exclusão. Muitos foram os extermínios assistidos no cotidiano desse inferno a “céu aberto”. Vidas matadas pelo capital que se reproduz nos corpos, nos desejos, nas instituições, nos pequenos gestos de preconceito e ódio. E, no dia a dia, fomos procurando criar novas peles e resolvemos apostar nas vidas com as quais ali nos encontrávamos, carregando as marcas das várias violações em seus corpos, em suas histórias. Vidas precarizadas. Que podíamos fazer para afirmar essas vidas em sua potência, para dar visibilidade às violências e violações de

direitos, para construir um sólido campo de lutas e de produção de conhecimento acerca dessas experiências? Como poderíamos enfrentá-las e resistir às relações de poder que perpetuam e marcam algumas vidas como aquelas que não merecem ser vividas? Como poderíamos seguir afirmando as diferenças e os diferentes modos de viver na rua?

Com essas questões em mente, abrimos um campo vasto e imprevisível de reflexões e intervenções cuja diversidade e riqueza merecem de algum modo ser partilhadas, produzindo encontros com outras experiências de outras pessoas que também vêm trabalhando nesse campo, potencializando diferentes formas de resistências e sustentando a aposta ética de que toda vida pode mais.

Assim surgiu a intenção de produzir este livro. A nós se juntaram muitos/as amigos/as e parceiros/as, docentes, técnicos e técnicas, pesquisadoras e pesquisadores de vários estados brasileiros – desde o Piauí e Maranhão, passando pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro até o Paraná e Rio Grande do Sul – que conosco dividem inquietações, indignações, esforços, reflexões e esperanças sobre essas pessoas e junto a elas, acerca dessas vidas, que acreditamos, valem e podem mais! Vidas que valem mais, que podem muito além e que teimam em resistir, mesmo diante dos extermínios que diariamente abatem pessoas em situação de rua, por meio da violência direta sobre seus corpos. Muito mais do que as precárias, frágeis e negligentes ou insuficientes intervenções do Estado, por meio das políticas públicas voltadas a essa população, apesar dos esforços que muitas vezes observamos nos profissionais inseridos nessas políticas – também eles não raramente adoecidos e impotentes. Ou do que a filantropia, que, embora muitas vezes “salve” as pessoas da fome, do frio, da dor

e lhes forneça soluções provisórias emergenciais importantes, não resolve estruturalmente seus problemas, não obstante a boa vontade e a compaixão de pessoas dedicadas.

A obra traz discussões teóricas, relatos de experiências e expressões artísticas que registram e dão visibilidade às experiências desenvolvidas por nós junto a essas pessoas e por elas próprias. Nela, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas – foucautianas e deleuzianas, marxianas, construcionistas, fenomenológicas e humanistas – contamos histórias de pesquisas quanti-qualitativas, cartográficas e etnográficas e de outras experiências e experimentações. Abordamos os encontros com as pessoas da rua em suas narrativas, em suas formações estéticas e políticas, discutindo temáticas que dizem dos problemas que atravessam seu cotidiano, as singularizações e os coletivos e as militâncias gestadas numa produção imanente à vida, direcionando a produção do conhecimento que agora apresentamos. Essa composição entre tantas diferentes abordagens e perspectivas teórico-metodológicas representa o esforço traduzido na nossa prática cotidiana, de convivência com a diferença e em construir o “comum”, para além das nossas opções e orientações, em torno de uma pauta política que nos une: a defesa intransigente dos direitos humanos, considerados na sua perspectiva histórica, política e desnaturalizada.

A coletânea é aberta com o capítulo *População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano*, de Tadeu Mattos Farias e Raquel Farias Diniz. Nele, o autor e a autora discutem a população em situação de rua (PSR) enquanto fenômeno urbano, que se manifesta nas cidades e mantém com estas uma relação contraditória, pois reflete tanto a dinâmica urbana excludente no modo de

produção capitalista quanto faz dos espaços urbanos lugares de sobrevivência, refúgio e moradia. Analisam, assim, como se dá essa relação em que a PSR é tão parte da cidade quanto esta mesma cidade lhe é negada.

No segundo capítulo, *Para além da sopa e do cobertor: trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua*, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Hellen Tattyanne de Almeida e Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira apresentam uma análise sobre as políticas de trabalho e assistência social direcionadas às pessoas que vivem em situação de rua a partir do referencial teórico-metodológico marxiano. As reflexões apresentadas nesse capítulo são oriundas da prática profissional das autoras, que acompanharam o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Norte na escuta aos usuários dos serviços e políticas públicas sociais voltadas para a população em situação de rua e em seus diálogos e reivindicações junto aos gestores dos serviços socioassistenciais e à sociedade civil.

Na sequência, o capítulo *Empoderamento político na gestão de direitos sociais*, de Édina Mayer Vergara, destaca as pluralidades epistemológicas nas críticas anticapitalistas, valorizando-as em sua convergência nas lutas por direitos e por transformações societárias. Nele, a autora analisa e defende o fortalecimento de um *corpus* de pluralidade epistemológica anticapitalista com agenda de resistência e metodologias de lutas, orgânicas aos Movimentos Sociais, como fortalecimento do poder político. As reflexões advêm da *práxis* acadêmica da autora vivida junto ao Movimento Nacional da População de Rua no Rio Grande do Norte e suas instâncias parceiras. As sínteses permitiram entender que a agregação organizada desses sujeitos em um Movimento Social e suas parcerias constituem um *corpus* local

de poder político para as suas pautas junto às políticas públicas e lutas anticapitalistas.

Os dois capítulos seguintes apresentam mapeamentos de modos de vida e perfis da população em situação de rua, a partir de pesquisas realizadas pelos autores e autoras.

Em *Direitos humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida*, Ana Karenina Amorim, Maria Teresa Nobre, André Felipe Jales Coutinho e Lis Paiva de Medeiros, discutem dados de uma pesquisa-intervenção realizada em Natal-RN, que coincide com o início do trabalho do CRDH/UFRN junto à população em situação de rua, no sentido de produzir intervenções de afirmação de seus direitos e de suas vidas. São apresentados dados referentes às condições de vida e perfil psicossocial da população em situação de rua de Natal e aos itinerários institucionais junto às políticas públicas. Nele, as autoras e o autor apontam a existência de círculos perversos de exclusão e extermínio, evidenciados nas tensões entre Estado e sociedade, operados pela biopolítica, mas também as forças de resistência que abrem caminhos de participação e protagonismo, por meio da produção de coletivos a favor da invenção da vida e da luta por direitos humanos que ganham contornos nesse contexto.

No capítulo *Cartografia dos modos de sujeição e resistência das pessoas em situação de rua*, Antônio Vladimir Félix-Silva, Ana Alice Pinheiro da Silva, Emanuely Cristina de Souza e Rita de Cassia Martins Sales apresentam um estudo acerca dos modos de sujeição e resistência que marcam a produção de subjetividades de pessoas em situação de rua na sociedade contemporânea. Considerando a Pop Rua como dispositivo, compõem cartografias diurnas e noturnas e mapeiam uma multiplicidade de devires: artistas, artesãos, flanelinhas,

descarregadores, trabalhadores temporários, pessoas com sofrimento psíquico, pessoas que esperam atenção em saúde e em serviços de assistência social, mulheres, gays, travestis. Concluem que a rua se mantém como espaço de sobrevivência e de desvio, espaço de medicalização da existência, configurando-se como espaço de vida precária, vida nua, mas também como espaço de vida passível de luto e de luta.

Na intercessão entre esse bloco e o seguinte, em *Presunção de violência endógena: uma análise da produção discursiva de criminalização da população em situação de rua*, Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo traz o tema da morte de pessoas em situação de rua. A sua reflexão parte de casos que acompanhou no seu percurso como pesquisador em Curitiba e Brasília, nos quais identificou recorrências importantes para compreensão do contexto dessa violência direcionada e a constituição de discursos naturalizados de ódio, e, em alguns casos, legitimador das mortes violentas, assim como os limites dessa legitimação. A desumanização das pessoas em situação de rua na representação de suas mortes, a produção de uma representação fantasmagórica da população em situação de rua enquanto classe perigosa, associada às representações sobre o crack e os usuários dessa substância e o revés desse movimento, quando o discurso da violência endógena não funciona e essas vidas tornam-se dignas de luto, investigação e mesmo da revolta pública, são os eixos que norteiam as análises do autor.

A seguir, em *Territórios em conflito: o crack, população de rua e cidades*, Tadeu de Paula Souza e Carla Lopes Teixeira Gomes também abordam o problema do consumo de drogas pela população em situação de rua e a produção midiática que demoniza seus usos aliados à criminalização da pobreza, a partir de um novo regime discursivo sobre essa população que a relaciona e

reduz ao consumo de crack. Nesse capítulo, o autor e a autora compartilham experiências e reflexões a partir de pesquisa realizada junto a redutores de danos e usuários de drogas em situação de rua na cidade de Campinas-SP, que teve como foco a análise da função do uso das substâncias psicoativas na relação dos usuários com seus territórios existenciais.

Na esteira dessa discussão, vem o capítulo de Laís Suelen Gonzaga Almeida e Michele de Freitas Faria de Vasconcelos, (*Des*) *territórios da clínica: o alçar de vidas borboletas*. Trata-se de uma escrita-movimento atravessada por (trans)formações vividas em meio a experiências de cuidar de vidas na função de trabalhadoras da saúde pública, mais especificamente, respondendo pela atenção a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em Aracaju/SE. A escrita alça voo pelo aporte em narrativas que insurgem da articulação entre cuidado e experimentação de encontros a qual força a diferir pela habitação coletiva de um limite entre vida e morte que é própria da metamorfose. Cuidado (des)território, entrelugar que convoca à invenção de outras práticas de cuidado e de si; a transitar, estar em movimento, a borboletear.

Os dois capítulos seguintes tratam da saúde da população de rua e descrevem experiências junto a equipamentos da rede pública de saúde na atenção à população em situação de rua.

O capítulo *Rotas do desassossego: acompanhando ações do Consultório na Rua no Município de Natal/RN*, de Anna Carolina Vidal Matos, Maria Helena Moura, Kadja Karen da Silva Silveira, Yuri Paes Santos e Maria Teresa Nobre, discutem a trajetória do Consultório na Rua em Natal, na articulação com as demandas de saúde da população em situação de rua. Para isso, apresentam quatro relatos de experiências de encontros com pessoas em situação de rua atendidas em rotas realizadas pelo Consultório

na Rua, que se caracterizam como um trabalho itinerante: desterritorializado, sob a perspectiva que se encontra fora dos muros de estabelecimentos e territorializado, sob a perspectiva de estar vinculado a rotas e recortes espaciais específicos. São apresentados percursos, inquietações e reflexões acerca das possibilidades de atuação no atendimento a essas pessoas, frente ao desafio de articular parcerias na rede de saúde e intersetorialmente, na promoção do cuidado e no direito à saúde desta população.

A seguir, no capítulo *Ao Deus dará: a negação do direito à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte*, de Aléxa Rodrigues do Vale e Marcelo Della Vecchia, apresenta-se um estudo dos processos de construção de itinerários terapêuticos de pessoas em situação de rua na busca de saúde nas redes formais do SUS, em uma pesquisa realizada no estado de Minas Gerais. A partir de cuidadosa análise de entrevistas realizadas junto à população em situação de rua, abordam questões de discussão relativas ao acesso e à produção de saúde na atenção básica e em situações emergenciais, ressaltando precariedades dessas redes formais, mas também as potencialidades dos percursos traçados pelas pessoas em agenciamentos para o autocuidado e a legitimação do direito à saúde.

O cotidiano de pessoas em situação de rua, encontradas em percursos itinerantes de pesquisadoras e pesquisadores em Natal, é o tema dos três capítulos seguintes.

Em “*Acham que brotamos das fontes dessa cidade?*”: uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal, de Marília Melo de Oliveira e Lisabete Coradini, é apresentada uma síntese da trajetória etnográfica realizada com pessoas em situação de rua na cidade de Natal que, de forma intermitente, aconteceu durante quatro anos. Iniciou-se

acompanhando o trabalho do Consultório na Rua (CnaR), serviço da rede de atenção básica do Sistema Único de Saúde. Posteriormente, foi estabelecido um diálogo com o Movimento da População de Rua que estava surgindo em Natal, impulsionado pelo CRDH/UFRN. Ao longo do texto, são ressaltadas as especificidades que caracterizam o segmento da população em situação de rua, dentre as quais se destaca o transitar contínuo entre as ruas e os espaços da cidade como uma das estratégias de sobrevivência e “viração” cotidiana.

A seguir, *Entre narrativas, fotografias e invenções: trajetos da rua*, Anna Camila Lima de Carvalho, Tainá Carla Freitas de Macêdo, Thaiza Salgado da Medeiros e Nicole Silva Moreno apresentam dados de uma “pesquisa andarilha” de Iniciação Científica, na qual ouviram e registraram narrativas e imagens fotográficas de pessoas que vivem ou viveram em situação de rua. As autoras direcionam essa aproximação aos modos de vida dessas pessoas, principalmente no que tange ao teor de inventividade presente em suas práticas cotidianas da “vida ordinária”, em sentido certeuniano, seja a fim de enfrentar as adversidades da vida nas ruas, circunscrevendo outros espaços dentro dos já delimitados espaços públicos, seja em seus modos nômades, andarilhos da existência, que confrontam a dureza do cinzento ar urbano, no qual redes de solidariedade também são tecidas.

O último capítulo do bloco, *Transnarrativas da População em Situação de Rua na Cidade do Natal*, de Lis Paiva de Medeiros, Nicole Silva Moreno, Vinicius Azevedo e Silva e Yuri Paes Santos, apresenta reflexões acerca de questões de gênero da população em situação de rua. O capítulo fala da experiência da surpresa, do espanto, da indignação e do encantamento despertados em um grupo de estudantes de graduação envolvidos em atividades

acadêmicas com a população em situação de rua, ao se depararem com pessoas LGBT dessa população. As autoras e os autores dão visibilidade a histórias, vivências e pontos de vista de quem vive a experiência de ser desviante às normas sociais no que tange à orientação sexual, bem como a identidade de gênero, nas ruas. Situações de violência e opressão vivenciados por esse grupo são evidenciadas, mas também suas resistências, processos de autocuidado e por onde caminham seus desejos.

Encerrando a I Parte da coletânea, os dois últimos capítulos apresentam experiências e experimentações do uso do teatro como ferramenta de trabalho junto à população em situação de rua.

Em *Direito à cidade, equidade e o Teatro Documentário como intercessor na produção de vida e saúde*, Ana Karenina Arraes Amorim, Laís Barreto, Breno Lincoln Diniz, Vinicius Azevedo e Silva, Gabriela Trindade, Caio Cesar Ferreira Guimarães e Georgia Sibeles Nogueira discutem uma experiência de acompanhamento terapêutico e oficinas de teatro com usuários da Rede de Atenção Psicossocial e pessoas em situação de rua, em Natal, a partir da afirmação do direito à cidade como produção de vida e de novos processos de subjetivação na ocupação de espaços urbanos. Em trajetos pela cidade e nas oficinas de Teatro Documentário, as biografias dos envolvidos foram reinventadas a cada encontro e modificadas subjetivamente, promovendo espaço de expressão, cuidado e novas relações com a cidade. São evidenciados os determinantes das desigualdades, mas também das potenciais transformações da realidade, na ocupação de novos espaços na cidade e na produção de novos territórios materiais e existenciais, reafirmando a arte enquanto importante intercessora na produção de saúde e do direito à cidade.

Por fim, em *O Teatro do Oprimido como estratégia de fortalecimento de pessoas em situação de rua no município de Fortaleza-CE: relato de experiência*, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, Larissa Ferreira Nunes e Bruna Ribeiro Pontes apresentam reflexões oriundas de uma experiência de intervenção grupal realizada por integrantes do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Processos Psicossociais e Pessoas em Situação de Rua (GEPE-RUA) do Centro Universitário UNIFANOR, no município de Fortaleza/CE. Nele, discutem o uso do Grupo Vivencial Comunitário e das técnicas do Teatro do Oprimido junto às pessoas em situação de rua, em atividades realizadas na Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, da Pastoral do Povo da Rua. O autor e as autoras destacam a pertinência dessas técnicas como recursos de fortalecimento para o enfrentamento das condições de opressão, para o trabalho com pessoas em situação de rua, devido ao seu histórico de estigmatização e discriminação, bem como os processos de fortalecimento e de aprendizagem tanto nessas pessoas quanto nos estudantes de psicologia que participaram da experiência.

Desde que começamos a trabalhar com pessoas em situação de rua, temos aprendido muito. Entre as maiores lições, particularmente aprendidas com os que são membros e lideranças do Movimento da População de Rua, está aquela que costuma dizer, fazendo eco à construção da autonomia dos movimentos sociais vinculados às lutas dos trabalhadores e do povo brasileiro: – “*Nada sobre nós, sem nós!*”. Desse modo, a produção deste livro não é apenas sobre a população de rua, mas também com ela. Assim, na Parte II, que intitulamos “Fala Pop Rua!”, apresentamos produções de pessoas que estão ou estiveram em situação de rua com as quais nos encontramos em Natal, que são, conosco, autores e autoras deste trabalho.

São relatos, fotos, poesias, histórias e afetos dos momentos e das pessoas que apareceram ao longo do caminho. Com isso, queremos dar destaque aos talentos que encontramos nas ruas: são poetas e poetisas, escritores, fotógrafos, cantores e cantoras, desenhistas e grafiteiros/as, músicos. Foram tantas as formas de expressão de arte, luta e vivências, que foi uma tarefa muito difícil escolher somente alguns poucos dos registros feitos. Tantas pessoas singulares, tantas lindas poesias, outras tantas belas histórias de vida, mas tivemos que escolher. Ressaltamos que aqueles registros que não estão aqui fazem parte dessa história e compõem esse universo de afetos. Esperamos que, com isso, o/a leitor/a possa sentir um pouco desse mundo tão duro, mas também rico e potente.

Abre essa parte do livro uma homenagem póstuma a Maria Lúcia Santos Pereira da Silva. Ela foi coordenadora nacional do Movimento da População de Rua, desde sua criação até o ano de 2018, quando nos deixou. Guerreira incansável na luta pelos direitos da população em situação de rua, sua morte prematura deixou-nos a todos e todas órfãos e órfãs. Lúcia tem uma profunda relação com o surgimento do MNPR no Rio Grande do Norte. Em outubro de 2012, participou do primeiro evento realizado pelo CRDH voltado para população em situação de rua, intitulado “*Vivências nas ruas: sou (in)visível pra você?*”, que deu início ao processo de formação do MNPR no estado. Desde então, se fez presente em inúmeras atividades, como seminários, debates e reuniões que promovemos, estando sempre ao nosso lado na luta intransigente pelos direitos humanos da população de rua aqui, bem como por todo Brasil e no exterior, com destaque para sua viagem à Genebra para uma reunião da ONU, em 2016, à convite da Terra de Direitos. O encontro tratou do tema da Moradia Adequada, no qual Lúcia

defendeu o direito à moradia digna para a população de rua como sendo indissociável de outros direitos, sobretudo do direito ao trabalho. Tendo vivido por muitos anos em situação de rua, a sua morte nos entristece e revolta por denunciar as condições precárias de saúde de milhares de pessoas que morrem de doenças tratáveis, não fosse a negligência do Estado brasileiro nos cuidados a essa população – uma forma de extermínio comum no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, sua memória nos encoraja e nos fortalece na luta para que essas pessoas sejam respeitadas e tenham seu direito à uma Vida Digna assegurado em plenitude, pela conquista do direito à moradia, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura.

No capítulo seguinte, publicamos a história de José Vanilson Torres, coordenador do MNPR no estado do Rio Grande do Norte. Sua história relata percursos, trajetórias e dores comuns a tantos homens e mulheres que vivem nas ruas e, por isso, muitas outras histórias poderiam ser contadas aqui. Essa escolha se deu porque sua narrativa se confunde com a criação do MNPR no estado de modo indissociável e, nesse sentido, é também a história de muitas pessoas em situação de rua que se tornaram membros e militantes desse movimento social.

Na sequência, apresentamos histórias e narrativas, poesias e músicas, fotografias e *raps* de pessoas que estão ou estiveram em situação de rua, com as quais nos encontramos em Natal. Alguns autores e autoras são ou foram lideranças e membros do MNPR/RN, outras encontramos ocasionalmente, em eventos pontuais. Todas autorizaram o uso dos seus textos e imagens para esta publicação. Gostaríamos de esclarecer, entretanto, que, entre a ideia de publicação deste livro e sua publicação, se passaram quase dois anos, de modo que algumas histórias e situações mudaram nesse período. Tentamos, na

medida do possível, atualizá-las quando da revisão do texto, mas algumas coisas escaparam, ou porque as atualizações implicariam na escrita completa de alguns capítulos, ou porque não conseguimos atualizá-las junto às pessoas. Fica, portanto, o registro de um tempo vivido!

Desse modo, os textos e produções deste livro representam um trabalho coletivo de produzir uma escrita-partilha sobre as diferentes temáticas e experiências que tocam a cada um e cada uma nesse campo. Cada um/a dos/as autores/as nos inspirou e nos acompanhou, solidariamente, próximos ou a distância, em silêncio ou em gestos concretos, em reflexões teóricas ou trocas acadêmicas, políticas ou de vida ou ainda nos gritos das ruas. Ao ouvir esses gritos das/nas ruas em nossa contemporânea sociedade brasileira pós-golpe, parece-nos que o “fazer ver” e o “fazer pensar” questões a respeito da desigualdade social em todas as suas nuances e radicalizada nas vidas de pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial aquelas que fazem das ruas o palco da sua existência cotidiana, como as que estão em situação de rua, são verbos urgentes.

Desejamos assim que, fazendo uso da letra que nos cabe a cada um/a, em sua (des)medida e implicação ético-política, possamos contribuir com essa discussão que desafia o Estado e a sociedade brasileira, com a marca da indignação, mas também da alegria e a da força digna daquilo que nos acontece.

Maria Teresa Nobre
Ana Karenina Arraes Amorim
Fernanda Cavalcanti de Medeiros
Anna Carolina Vidal Matos

PREFÁCIO – UM POUCO DE POSSÍVEL...

*Cecilia Maria Bouças CoimbraI**

*“Os ornamentos de trapo de Joaquim Sapé
já estavam criando cabelos de tão sujos.
Joaquim atravessa as ruelas da Aldeia
como se fosse um Príncipe
com aqueles ornamentos de trapo.
Quando entrava na aldeia com o saco de lata às costas
crianças o arrodeavam:
Um dia me falou esse andarilho (eu era criança):
– Quando chove nos braços de uma formiga,
o horizonte diminui.
O menino ficou com a frase incomodando a cabeça.
Como é que esse Joaquim Sapé,
que mora debaixo do chapéu,
e que nem tem aparelho de medir o céu,
pode saber que os horizontes diminuem
quando chove nos braços de uma formiga?
Se nem a formiga tem braço!
Igual quando ele me disse

que do lado esquerdo do sol
voam mais andorinhas do que outros pássaros?
Pois ele não tinha aparelho de medir o sol,
Como podia saber!
Ele seria um ensaio de cientista?
Ele enxergava prenúncios!”
Manoel de Barros, “Joaquim Sapé”, Tratado
Geral das Grandezas do Ínfimo.*

* Psicóloga, professora titular da Universidade Federal Fluminense, fundadora e atual membro da Diretoria Colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, doutora em Psicologia com Pós-Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

A apresentação desta coletânea se faz em um momento extremamente difícil para nosso país e para o mundo. Um momento em que os fascismos dos mais variados tipos se acendem e se alastram pelas mentes e corações de muitos. Fascismos, sinônimos de subjetividades intolerantes, fundamentalistas, moralistas e sectárias que habitam e fazem sua morada em cada um de nós. Fascismos que nos tiram o ar, que tentam nos submeter, nos fazendo crer que está tudo dominado, que o pensamento único e a homogeneidade se consolidam e, a cada um de nós, resta apenas obedecer e seguir o caminho que nos é indicado como sendo o único e o melhor...

Escrever nestes tempos torna-se uma tarefa árdua e pesada... Entretanto, torna-se cada vez mais necessária, imprescindível para que possamos respirar um pouco, para que possamos nos oxigenar e tentar produzir/criar políticas mais coletivas e solidárias. É um desafio que se coloca para muitos que não se submetem, que continuam se insurgindo e afirmando ser possível inventar outros modos de estar neste mundo, outros modos de pensar, sentir, agir... Tarefa, por vezes, hercúlea que nos adoece e nos paralisa.

Entretanto, mais do que nunca, é nesses tempos difíceis que escrever se coloca como resistência a essas forças mortíferas que nos tomam e nos tentam dominar.

Este livro que ora prefacio é, sem dúvida, um exemplo dessa resistência nestes tempos que, por vezes, se tornam irrespiráveis. Escrito a muitas mãos, ele nos mostra os caminhos da resistência, os caminhos das diferenças, os caminhos heterogêneos das ruas de uma bela, mas cada vez mais sucateada e tornada miserável, cidade do Nordeste de nosso país: Natal.

Um grupo de pesquisadores que, há mais de seis anos, desenvolve trabalhos junto à população em situação de rua,

vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos mostra ser possível criar outras lógicas, outras práticas, outras existências. Alidxs a muitxs outrxs amigxs, parceirxs, professorxs, técnicxs, pesquisadorxs de diferentes estados do Brasil (Piauí, Maranhão, Ceará, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul) produzem esta coletânea que é um respiro, uma oxigenação, uma aposta na criação de possíveis. Mais do que isso, é uma afirmação de vidas potentes, que teimam em resistir e existir, apesar das sedutoras, ineficazes, insuficientes e, por vezes, criminosas “políticas públicas”.

O livro é um mosaico de diferentes experiências e de diferentes linhas de pensamento que se misturam e se entrelaçam produzindo um potente bordado da vida daqueles que são considerados lixo descartável.

Bela a homenagem póstuma feita a Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, coordenadora nacional do Movimento de População de Rua desde sua criação até 2018, quando faleceu, que abre a segunda parte do livro. Nela, são apresentados trabalhos (relatos, fotos, poesias, histórias) de pessoas que estão ou estiveram em situação de rua na cidade de Natal. Por isso, afirmam as apresentadoras desta coletânea: “Deste modo a produção deste livro não é sobre a população de rua, mas *com* ela”.

Trilhar esses caminhos aqui desenhados nos faz também andarilhos, nos faz sentir a potência dessas pessoas, sua grandeza, suas existências teimosas, resistentes e também andarilhas.

Abrem, assim, como nos diz Michel Foucault, espaços para pensarmos uma história crítica capaz de interrogar as verdades produzidas sobre o sujeito considerado como um

invariante: o sujeito “morador de rua”, a subjetividade assujeitada e vitimizada. Ao questionar o estatuto de verdade dado àqueles que habitam as ruas de nossas cidades, passamos para uma perspectiva crítica sobre a própria noção de sujeito. Interrogando a produção do sujeito assujeitado, os trabalhos aqui presentes nos levam também a questionar um modo de pensar que tenta parar os movimentos incessantes de *mutação da vida* que, em cada existência, se expressam de múltiplas maneiras em constante e infinita variação. O “morador de rua” é um modo de subjetivação capitalístico que se produz na separação do corpo daquilo que ele pode. Separa a forma de suas forças constitutivas, barrando o desejo e sua força de criação e invenção de outros, muitos, modos de existir.

Nos filósofos da diferença, em especial Gilles Deleuze e Félix Guattari, também vamos encontrar esta luta contra o pensamento reducionista do eu, da pessoa, do sujeito, da vida aprisionada, parada, cristalizada nos **meus** “traumas”, nas violências **por mim** sofridas. Destruindo a centralidade do Eu, fazem sua aposta nas percepções tão presentes nesta coletânea – que captam a estranheza de um mundo onde os saberes-verdades, os poderes-Estados, os sujeitos-(com)formados nada explicam – devem, antes, ser explicados.

Ou seja, nosso desafio permanente é pensar uma vida como acontecimento, como uma expressão de relações de forças que engendram tanto os saberes como os poderes e os modos de subjetivação correlatos. A vida enquanto acontecimento se faz presente nas páginas deste livro. Obra que nos emociona e nos faz afirmar: “**a vida pode mais!**”.

*“É preciso transver o mundo.
(...)”*

*É preciso desformar o mundo:
Tirar da natureza as naturalidades.
Fazer cavalo verde, por exemplo.
Fazer noiva camponesa voar
– como uma chagall.*

*Agora é só puxar o alarme do silêncio
Que eu saio por aí a desformar.”*

Manoel de Barros, *“As Lições
da R.Q.”*, *Livro Sobre Nada*

Rio de Janeiro, inverno, julho de 2018.

I Parte
REFLEXÕES, EXPERIÊNCIAS E
PESQUISAS EM DIFERENTES
CENÁRIOS

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITO À CIDADE

INVISIBILIDADE E VISIBILIDADE PERVERSA NOS USOS DO ESPAÇO URBANO

Tadeu Mattos Farias

Raquel Farias Diniz

É comum encontrarmos referências à população em situação de rua (PSR) como alvo de uma invisibilidade forjada pelas próprias condições em que é determinada a viver. A ideia da invisibilidade está conectada à relação que a cidade estabelece com esse segmento da população. Pode-se dizer que as cidades os tratam como refugo, sobra, indesejáveis, sendo, porém, inevitáveis, diversos mecanismos prático-ideológicos atuam de forma a esconder efetiva ou simbolicamente sua existência.

Todavia, a crescente percepção de “crise” urbana também coloca às vistas a PSR. Podemos chamar de visibilização perversa esse processo, uma vez que são os mecanismos de estigmatização, repressão ou as tragédias urbanas que muitas vezes têm elevado a PSR à condição de visibilidade. É nesse sentido que são cada vez mais frequentes as notícias sobre ações de cariz higienista para retirada de pessoas em situação de rua de lugares de “interesse público”, como as violentas intervenções na chamada “cracolândia”, na cidade de São Paulo,

o uso de arquitetura hostil para evitar que espaços públicos sejam ocupados por essas pessoas, além das recorrentes mortes por desabrigo e exposição ao frio intenso em algumas cidades brasileiras. O que é notável nos processos sociourbanos de invisibilização ou visibilização perversa é que há uma relação fundamental entre as cidades e as pessoas em situação de rua.

A PSR é um fenômeno urbano (SILVA, 2006) que se manifesta nos grandes centros e mantém com estes uma relação contraditória. Por um lado, expressa a trágica condição da dinâmica urbana no modo de produção capitalista, ou seja, a certeza de que as cidades e seus recursos não são para todos; por outro, faz das ruas e dos demais espaços urbanos, lugares de sobrevivência, refúgio e moradia. Assim, temos que as grandes cidades, ao passo em que possuem na PSR um resultado necessário de sua reprodução, os negam como cidadãos, ou seja, aqueles que possuem direito de usufruir legitimamente de seus equipamentos e de suas potencialidades.

Essa realidade de conexão contraditória não se dá à toa. O fenômeno da PSR é posto pelas mesmas determinações que reproduzem as cidades como a forma capitalista por excelência de produção do espaço. Em outras palavras, na medida em que o funcionamento das cidades é tomado pelas necessidades da reprodução do modo de produção capitalista, nelas também emerge a PSR como fenômeno inerente à sua existência.

A reflexão sobre essa condição nos serve para a problematização de outro tema bastante repercutido na atualidade, o do direito à cidade. Quando exposta por Lefebvre em 1968, essa temática se nutria das diversas lutas sociais que tomaram as ruas de Paris e de outras cidades do mundo no período. Lutas estudantis, trabalhistas, dos negros e das mulheres agitavam os grandes centros urbanos, o que levou o autor a definir o direito

à cidade em torno de duas dimensões: por um lado, o direito de que todos os que vivem nas cidades possam acessar seus equipamentos, como escolas, serviços de saúde etc., possuir moradia, circular livremente e com qualidade; por outro, o direito à cidade também se trata de um poder de transformar as cidades, da possibilidade de que aqueles que nelas vivem sejam sujeitos de sua produção e possibilitem o devir de uma outra cidade (HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 2001). No primeiro aspecto, o direito à cidade está conectado às demais pautas de lutas por direitos humanos, no sentido da garantia de vida digna a todas as pessoas. No segundo aspecto, se articula à necessidade/possibilidade de transformação radical da realidade presente, suas relações sociais de produção, modos de viver e de produzir a cidade.

Não seria necessário um olhar muito apurado para notar que essas possibilidades são negadas às pessoas em situação de rua. Contudo, propomos aqui ir além dessa constatação. Se as pessoas em situação de rua são um fenômeno inerente à produção capitalista das cidades, é necessário analisar como se dá essa relação em que a PSR é tão parte da cidade quanto esta mesma cidade lhe é negada. A fim de aprofundar esse debate, duas questões norteiam a presente análise: (a) de que formas as contradições da produção capitalista do espaço urbano se manifestam no uso da cidade pela população em situação de rua? (b) quais as relações entre o direito à cidade (e sua negação) e a população em situação de rua?

Para responder a essas questões, lançamos um olhar sobre a realidade da PSR, com base nas informações resultantes da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua e de um estudo exploratório realizado posteriormente na cidade do Natal (RN). Inicialmente, motivada pela demanda posta por

movimentos sociais, associações, órgãos governamentais e não governamentais que atuam com essa população, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizada entre os anos de 2007 e 2008 em 71 cidades brasileiras e identificou 31.922 pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua. Desse total, 223 pessoas foram abordadas na cidade do Natal (RN) (SAGI/MDS, 2009).

Posteriormente, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conduziu uma pesquisa com a população em situação de rua da cidade do Natal (ARRAES-AMORIM, 2015). A pesquisa caracterizou-se como um levantamento de caráter exploratório e de corte transversal, na qual foram utilizados questionários e histórias de vida, adotando uma metodologia participativa junto à população, pelo tempo de mais de dois anos.

Embora se considere que os dados da pesquisa local não são quantitativamente representativos desse segmento no município, se observa que parte significativa dos resultados corrobora alguns achados da pesquisa nacional. Nesse sentido, fornecem elementos importantes para a presente discussão, motivo pelo qual são apresentados tendo como foco o perfil das pessoas entrevistadas e as dimensões relacionadas com as vivências dessas pessoas no espaço urbano.

A referida pesquisa identificou um perfil de pessoas em situação de rua composto por homens, pessoas naturais do estado do Rio Grande do Norte, que se autodeclararam como de cor parda ou negra, com média de idade entre 26 e 45 anos, e a maioria era solteira. As/os participantes tinham diferentes níveis de escolarização, sendo a maioria alfabetizada. A maior parte não recebe benefícios governamentais, porém

acessam serviços vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (ex.: CRAS, CREAS, Albergue Municipal). Ressalta-se que as características sociodemográficas e econômicas seguem as tendências apontadas pela pesquisa nacional, nas quais se destacam a prevalência de pessoas do gênero masculino, em idade economicamente ativa, de raça/cor negra, com o primeiro grau de ensino inconcluso (SAGI, 2009).

Analizamos a relação entre a dinâmica do espaço urbano e esse segmento e, a partir disso, discutimos as questões que essa relação coloca para pensarmos o direito à cidade.

A cidade como objetivo

Promover o desenvolvimento das cidades foi e é fundamental para a emergência e consolidação do capitalismo como modo de produção da vida material e espiritual humana. O crescimento das relações comerciais ainda durante o período em que predominavam relações feudais deu um pontapé para o crescimento das regiões urbanas, que aos poucos foram concentrando atividades comerciais, culturais e demais relações sociais.

O lento desenvolvimento das cidades está atrelado a outros processos fundamentais para o capitalismo, para além do desenvolvimento comercial e da posterior industrialização. Ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, especialmente na Inglaterra, os camponeses foram expropriados de suas terras (às quais eram vinculados) e dos meios de produção, e a Igreja Católica teve grande parte de suas terras confiscadas. Esse processo, caracterizado como acumulação primitiva, e

analisado criticamente por Marx (1867/2013), impulsionou a migração de trabalhadores para os centros urbanos, dispondo apenas de sua força de trabalho para vender a fim de garantir os bens necessários à sobrevivência. Essa força de trabalho “livre” seria então fundamental para a indústria crescente. Esse processo culminou numa relação entre cidade e campo em que a primeira submete o segundo às suas necessidades industriais e comerciais, e de onde emerge uma concepção ideológica da cidade como sinônimo de progresso e o campo como referência ao atraso. A cidade torna-se, então, objetivo daqueles que querem prosperar e/ou sobreviver. Contudo, a realidade das cidades se mostrou contraditória. A Paris do século XVII, por exemplo, tinha um quarto da população formada por mendigos, característica que logo se mostrou semelhante nas demais grandes cidades europeias (CERQUEIRA, 2011).

É nesse contexto também que emergem as primeiras formas de manifestação da população em situação de rua, como aqueles que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho e vagavam pelas cidades, e passavam a sofrer com a condição de pauperização, generalizada na Europa em processo de industrialização no século XVIII.

A condição de trabalhadores, que só dispunham de sua força de trabalho para vender – e nem essa foi absorvida pela produção capitalista, compeliu essa população à situação de absoluta pobreza, vulnerabilidade social e degradação humana (SILVA, 2006, p. 75).

É importante salientar que, com mediações diferentes, a produção desse excedente populacional nas cidades se torna um fator inerente ao próprio modo de produção capitalista. À

população excedente, que não pode ser absorvida no mercado de trabalho, mas que cumpre a função estrutural de regular os salários na reprodução capitalista, Marx (1867/2013) chamou de exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa. É importante atentar para tal dinâmica de constituição de uma população não absorvível e demais processos associados (como a expropriação de terras e formas de vida) não a partir de um caráter progressivo e cronológico, mas como lógica interna da reprodução capitalista que se manifesta de diversas maneiras ao longo do tempo. Se as mudanças do próprio capitalismo e as especificidades dos lugares dos quais ele foi se apropriando dão especificidades heterogêneas a essa população (questões raciais, fenômenos migratórios, tragédias ambientais e guerras são alguns aspectos que diferenciam a caracterização da PSR nos diferentes países), as condições histórico-estruturais que a tornam condição necessária à reprodução do capital, permanecem, tanto quanto a desigualdade social lhe é inerente. Isso implica que há uma combinação de determinações histórico-concretas que promovem a condição de rua em relação com a necessidade que o capital possui de estabelecer precarização das relações de trabalho e desemprego estrutural.

No caso brasileiro, a abolição da escravidão e a completa desassistência aos ex-escravos imprimiram um novo processo nas cidades do país, lançando milhares às ruas, muitos dos quais não conseguiam emprego (MARICATO, 1996). Já no final do século XIX, o crescimento e adensamento urbanos e as práticas higienistas que atingiram os centros das principais cidades brasileiras fomentaram fenômenos urbanos como a periferização, a formação de favelas e a PSR (LANNOY; JESUS, 2017). As mudanças no padrão econômico do país a partir da década de 1930 marcam significativamente a constituição da população

em situação de rua. A intensa industrialização e urbanização, a substituição da predominância do padrão agrário-exportador para o urbano-industrial, levou uma massa de trabalhadores e trabalhadoras para as cidades, implicando uma população excedente não absorvida na indústria e nos serviços ou absorvida em empregos precários (SILVA, 2006).

A formação da PSR como um fenômeno urbano está, então, fortemente associada às características do mercado de trabalho nas cidades, ao movimento centrípeto que o capitalismo desenvolve em direção às cidades, à pauperização e à miséria da vida de uma parcela significativa das pessoas nas cidades. Esses processos também estão ligados à precariedade da oferta de direitos básicos, como moradia, saúde, educação e assistência. Por emergir no eixo que articula diferentes manifestações históricas das problemáticas sociais da sociedade capitalista, esse fenômeno pode ser considerado manifestação radical da questão social (SILVA, 2006), esta última sendo “manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição capital-trabalho” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2014, p. 23), base fundamental da reprodução do capital.

De acordo com as informações da pesquisa nacional com a PSR, corroboradas pela pesquisa local, entre as principais motivações da ida para a rua estão problemas com álcool e/ou outras drogas, desemprego e desavenças com familiares. Ao menos uma dessas motivações foi citada por mais de dois terços das pessoas que participaram da pesquisa, mencionadas como correlacionadas ou sendo estabelecida uma relação de causa e efeito (um motivo levando ao outro). Uma informação que merece destaque foi a identificação de um grau de escolha própria para ir para a rua. Ainda que menos frequentemente mencionado pelas pessoas entrevistadas, essa escolha parece

estar relacionada com uma noção vaga de liberdade, em tese, proporcionada pela rua, o que explicaria não só a saída do ambiente doméstico, por vezes visto como perigoso e opressor, mas a própria permanência na rua (SAGI, 2009).

Entretanto, as categorias apontadas anteriormente como mais frequentes motivos relatados para a ida para as ruas não podem ser consideradas isoladamente, sob risco de perder de vista a complexidade da dinâmica social e urbana. Questões como consumo de álcool e outras drogas e relações familiares conturbadas são mediadas por condições econômicas e possibilidade de acesso a algum tipo de assistência. Para uma compreensão aprofundada sobre o que leva as pessoas a irem viver nas ruas, precisamos entender melhor sobre as condições que se apresentam entre a casa e a rua. Em outras palavras, devemos questionar o grau de escolha, se os sujeitos possuíam possibilidade econômica de outra alternativa (sair de casa e arcar com os custos de outra moradia, por exemplo), ou se, para os casos em que o consumo de álcool e outras drogas se tornou crítico para as relações pessoais, que tipo de assistência foi prestado pelos equipamentos de saúde, por exemplo. Em suma, tratamos aqui da cidade como objetivo tendencial dos sujeitos sob a ordem capitalista, mas que, defrontada com as consequências postas por este mesmo modo de produção, se torna objetivo por falta de alternativas. A cidade se torna objeto daqueles que veem suas alternativas irem diminuindo, sob a impossibilidade de acesso a uma série de direitos fundamentais.

(Des)apropriação da cidade

A partir da década de 1990, houve a intensificação, no Brasil, de uma série de medidas no que diz respeito ao mercado de trabalho, políticas públicas e organização do Estado, conhecidas por Neoliberalismo, que tiveram impacto direto sobre a população em situação de rua. A agenda neoliberal já ganhara o mundo ocidental e o Chile cerca de vinte anos antes, e adentra e se aprofunda na América Latina especialmente a partir do Consenso de Washington, de 1989. Uma das características desse modelo foi a reestruturação produtiva, que implica uma reorganização dos setores de produção, especialmente com a acentuação da automação e mudanças na gestão do trabalho. Junte-se a isso a desregulamentação dos direitos trabalhistas, privatização de serviços e empresas estatais, implicando um aumento no desemprego, no trabalho precarizado e no trabalho informal (SILVA, 2006).

O neoliberalismo também impactou a organização das cidades, acentuando seus aspectos segregatórios, desigualdade no acesso a suas estruturas, bem como a reconfiguração das forças que direcionam a gestão do espaço urbano. Olhemos de forma mais atenta para esse processo.

Se a cidade é, como queria Lefebvre (2001), obra humana, ela é a mediação por excelência das relações humanas em dada constituição histórica. Isso implica dizer que, quando vivemos *na* e reproduzimos *a* cidade, estamos reproduzindo as próprias relações sociais que conformam nossa época histórica. Se vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais, a cidade é parte da estrutura que sustenta e reproduz tais relações de classe, ou seja, o urbano tal qual conhecemos é o

urbano capitalista, que se conforma às próprias transformações internas desse sistema (LORENA, 2012; PRUSTELO, 2014).

Isso ocorre, pois o “arranjo espacial” (HARVEY, 1982) precisa se organizar de forma que ajude a garantir a acumulação do capital. Assim, a cidade é concentradora de elementos fundamentais nesse processo, como capitais, atividades produtivas e de circulação, meios de consumo e população (LORENA, 2012). Nesse último caso, as cidades concentram não somente a força de trabalho necessária para as ocupações disponíveis, mas a força de trabalho excedente, aquela que se inserirá nas ocupações precarizadas, ou que não encontrará espaço no mercado de trabalho, atuando na regulação dos salários e que, como já visto, constitui um mecanismo importante para a formação do fenômeno da PSR. Esse aspecto é importante para entendermos a população em situação de rua como inserida na dinâmica da produção capitalista das cidades.

Contudo, as cidades não são apenas um aparato estrutural que permite o movimento do capitalismo. Elas também possuem o caráter de mercadoria, ou de conjunto de mercadorias. Por um lado, os processos de urbanização movimentam uma imensa massa de capital e garantem enormes circuitos de acumulação; por outro, os espaços urbanos se tornam eles mesmos mercadorias, como é o caso das estradas privatizadas, dos shopping centers, clubes, habitações etc. Isso faz com que o capitalismo não viva sem produzir as cidades como sua condição de possibilidade e como uma de suas formas de realização material. Basta pensar no papel que o mercado imobiliário cumpriu no crescimento dos países do capitalismo central a partir da crise dos anos 1970 e no papel das reestruturações urbanas capitaneadas pelos megaeventos esportivos recentemente. São as necessidades do capital que tendem a

conduzir os processos urbanos. Trata-se de uma tendência, que pode ser realizada em maior ou menor medida em função das configurações conjunturais das lutas de classes, em que a classe trabalhadora pode garantir, por meio de pressão e reivindicação popular, possibilidades de interferir nessa dinâmica urbana, como foi o caso das conquistas impressas na constituição de 1988, sobre as quais falaremos mais adiante. As contradições de classe do modo de produção capitalista passam pela forma como cada segmento social produz e se apropria da cidade (SANTOS JUNIOR, 2014). Uma vez que a cidade é um dos campos de produção do excedente, motor do movimento de acumulação de capital, a classe trabalhadora acaba participando justamente na produção desses valores urbanos, que são apropriados pelos donos dos meios de produção.

O que se pode afirmar é que o capital precisa sempre buscar conduzir os processos urbanos, seja a urbanização como configuração espacial, seja a urbanização como modo de viver as cidades. Quando o sistema entra em crise e as cidades se tornam uma barreira para sua expansão, característica inalienável do capital, suas configurações devem ser alteradas (HARVEY, 2012). Isso aconteceu também a partir da contrarreforma neoliberal.

Os ideais de desregulamentação e privatização atingiram o solo urbano, transformando as cidades num grande balcão de negócios, transpondo a lógica empresarial e concorrencial para a gestão urbana (ARANTES, 2006). Contrapondo-se ao modelo até então em voga em que o Estado era o principal gerenciador do desenvolvimento urbano, e orientada pelas agências financeiras internacionais, a reforma das cidades se alia à reforma de Estado, adotando o modelo de mercado (CORRAL, 2010).

Esse processo acentuou a mercantilização dos espaços urbanos e a diminuição de seu caráter público. Algumas

consequências disso são a transferência da sociabilidade, do lazer, da cultura, para a esfera privada. A própria estética urbana, em várias cidades, se modela em função das necessidades da indústria do turismo. O desinvestimento na esfera pública também atinge outros espaços fundamentais da vida nas cidades, como transporte público, habitação, saneamento e segurança. O recrudescimento da lógica neoliberal na reprodução das cidades aprofunda as manifestações da questão social no solo urbano, ampliando a concentração de renda e de propriedade, intensificando, por exemplo, o problema do déficit habitacional. O acesso à vida na cidade é cada vez mais mediado pela possibilidade de consumir. A qualidade de vida nas cidades passa a ser um produto, acessível a poucos (HARVEY, 2012), o que reforça a condição de uma cidade desapropriada de seus moradores e apropriada pelos agentes econômicos. Ou seja, a condição de mercadoria da cidade se acentua, e o caráter dúplice e contraditório, em que o valor de troca é predominante sobre o valor de uso desta, fica mais evidente e intensificado.

O avanço da lógica neoliberal no Brasil impactou a formação do fenômeno da PSR. As medidas tomadas, sobretudo ao longo da década de 1990, aumentaram o desemprego e a precarização das relações e condições de trabalho, aprofundando a desigualdade e os níveis de pobreza no país. A reestruturação produtiva mudou a composição das ocupações, impactando também as características da PSR, em função dos setores que sofreram maior retração (SILVA, 2006). Ainda que as pesquisas sobre o tema das mudanças no mercado de trabalho e PSR sejam escassas e devamos ter cuidado com as diferenças regionais que podem implicar nessa configuração, é notório que a flexibilização e a precarização das relações de trabalho tiveram impacto em todo o território nacional, fazendo crescer

o desemprego, a informalidade, trabalhos de baixíssima remuneração e, entre esses, os que são exercidos comumente pelas pessoas em situação de rua, como guardar carros, coleta de materiais recicláveis, engraxate etc.

Se é da própria lógica do capital desapropriar a cidade de seus moradores e, no neoliberalismo, esvaziar o caráter público do espaço urbano (processo que não é substancialmente distinto de elementos de acumulação primitiva já destacados), é esse cenário de abandono que as pessoas em situação de rua ocupam, construindo “cidades de plástico e de papelão” (SANTOS, 2003). Pode-se dizer que a relação das cidades com a PSR possui um duplo movimento: em um sentido, a cidade nega esse segmento, na medida em que é o *locus* das manifestações da questão social, que se personificam de forma intensa na PSR. As próprias marcas da invisibilidade, do preconceito e das ações higienistas, mostram o caráter indesejado que as cidades imprimem nessas populações. Em um movimento em sentido contrário, a sobrevivência dessas pessoas implica em ocupar a cidade, manejar seus recursos e criar formas de sociabilidade próprias no solo urbano.

De acordo com os dados da pesquisa realizada na cidade do Natal (ARRAES AMORIM, 2015), entre os usos que essas pessoas fazem dos espaços da cidade, a maioria afirmou que costuma dormir no albergue municipal. Também utilizam como espaço para passar a noite calçadas e calçadas, praças e, com menor frequência, casas ou prédios abandonados. Quando questionadas sobre os locais onde passam a maior parte do tempo durante o dia, a resposta mais comum foi nas ruas (perambulando), seguida de praças, estacionamentos, calçadas e em frente a estabelecimentos comerciais.

A preferência pelo albergue como abrigo durante a noite indica por um lado o risco que as ruas apresentam para as pessoas em situação de rua, mas também a possibilidade de alimentação. Isso sugere que a forma de apropriação das cidades não implica o exercício do direito à cidade. Ao contrário, os espaços buscados são aqueles que podem oferecer menos riscos, não possuem grande circulação de pessoas durante a noite ou, na dinâmica da cidade, são lugares de passagem ou abandonados. É importante destacar que o caráter urbano da população em situação de rua está relacionado às necessidades que as condições que levam à rua impõem. Assim, a arquitetura urbana, mesmo que seja em sua deterioração física e social, favorece às necessidades de abrigo e proteção (SILVA, 2006). Além disso, como é visto nos espaços de circulação ao longo do dia pelas pessoas em situação de rua, os grandes centros urbanos concentram circulação de pessoas, capital e atividades econômicas informais. Assim, estacionamentos, praças, comércios, calçadas concentram pessoas e possibilitam formas de renda, seja com atividades econômicas, seja com doações. O “perambular” pelas ruas também se liga às necessidades concretas mais imediatas de rendas pontuais e alimentação, além de ser forma de escapar da visibilização perversa, em que chamar a atenção parado em algum lugar pode tornar-se um risco. É comum que abordagens policiais a essa população sejam intermediadas pela expressão “circulando, circulando!”, ou seja, pela marca do preconceito que atinge a PSR, sua presença em algum ponto da cidade é vista como ameaça. Circular é forma de devolver-lhes a invisibilidade.

Outro uso dos espaços da cidade relacionado com atividades cotidianas diz respeito às ações de higiene pessoal (necessidades fisiológicas, asseio, banho). Entre as opções

exploradas, novamente o albergue municipal foi o lugar mais comum entre as pessoas participantes, seguido dos banheiros públicos e da rua.

A cidade é também a possibilidade de renda. Diferentemente do que geralmente se concebe a respeito dessa população, dados da pesquisa nacional corroborados pela pesquisa local apontam para o fato de que a maior parte dessa população é composta por trabalhadoras/es, exercendo alguma atividade remunerada. Observa-se, então, que diferentes espaços da cidade se tornam potenciais para atividades cuja finalidade é geração de renda. Em Natal, entre as atividades mais frequentes estão a mendicância, a vigilância e lavagem de carros (flanelinhas), atividades na construção civil e coleta de materiais recicláveis. Vale destacar a forma como a PSR é inserida nas relações com a rua. O desenho urbano capitalista prioriza, nas cidades brasileiras, o uso do carro, ao mesmo tempo em que invisibiliza as pessoas em situação de rua, e justamente aqueles que não são cuidados pela cidade, cuidam de um dos objetos mais representativos da lógica de funcionamento urbano. Certamente não há uma aceitação incontestada da presença dessas pessoas nesses espaços e recorrentemente ocorrem conflitos entre donos de carros, estabelecimentos próximos e guardadores, e essa presença tem mais a ver com as iniciativas das pessoas em situação de rua por formas de sobrevivência, impondo sua presença mesmo em ambientes hostis. Mas nota-se uma forma de incorporação das pessoas em situação de rua ao urbano, em uma visibilização precarizada em que passam a fazer parte da dinâmica do urbano.

Para além desse campo ético, também se destaca a participação da PSR na coleta de materiais recicláveis. O catador de lixo está longe de ser um excluído urbano ou social. “A cadeia

do lixo é lucrativa” (SILVA, 2010, p. 128), e catadores e deposeiros estão na ponta do circuito, realizando um trabalho precarizado, mas que alimenta uma grande indústria já internacionalizada. Em meados dos anos 1990, Calderoni (1996) mostrou que, em São Paulo, dos ganhos com a reciclagem, 14% ficaram com os catadores, enquanto 66% ficaram com as indústrias. Vale destacar que os circuitos de acumulação do capital introduzidos pela mercantilização dos problemas ambientais globais, e a indústria da reciclagem é um deles, são uma característica marcante do período neoliberal (FARIAS, 2017; SILVA, 2010). Não é somente no estágio neoliberal que a reprodução capitalista produz massas de descartáveis, mas é típico dessa época a mercantilização desse descarte e o mesmo vale para a PSR. O capital que historicamente os trata como excesso, como descarte, começa a desenvolver mais formas lucrativas de absorvê-los sem, contudo, garantir que essa condição seja superada, “um sistema, no qual o descarte da sociedade afluyente se torna o capital dos despossuídos” (SANTOS, 2009, p. 149).

O que esses exemplos mostram é um papel da PSR na reprodução da cidade capitalista sendo incorporada em atividades de remuneração e condições de trabalho precárias, que raramente garantem renda suficiente para uma moradia, mas fazem parte dos processos de acumulação de capital mediados pelo meio urbano. Tanto o guardador de carro quanto o catador de material reciclável (ou “agente ambiental”, para utilizar o termo ideologizado) passam a se inserir na vida urbana, fazendo-a funcionar, com mercados que se abastecem de sua mão de obra, sem que esta cidade legitime essas pessoas.

Essa não legitimidade fica evidente quando pensamos no preconceito como a marca da “inserção” da PSR no ambiente urbano. Na pesquisa realizada em Natal, os locais mais comuns

nos quais os respondentes da pesquisa relataram terem sofrido discriminação, com o impedimento de sua entrada, foram estabelecimentos comerciais, shoppings centers. Ressalta-se, também, o impedimento ao acesso a transportes coletivos e serviços públicos. Cabe observar que a questão abordava apenas se a pessoa havia sofrido algum impedimento ao tentar acessar determinado local, porém é plausível considerar que essas pessoas, de partida, podem evitar tentar esse acesso tendo em vista as chances de serem barradas. Ressalta-se, ainda, que participantes da pesquisa afirmaram já terem sofrido algum tipo de discriminação ou violências nesses locais.

Silva (2006, p. 92) aponta para o “preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno” como característica comum a esse segmento. “Mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “esmolés”, “encortiçados”, “maltrapilhos”, “molambos” são alguns dos nomes historicamente utilizados como categorias para estigmatizar e afirmar ideologicamente a condição inferior das pessoas em situação de rua.

Tanto na constituição das cidades europeias quanto na formação das cidades do capitalismo periférico, desenvolveu-se a ideia de “classes perigosas” e suas contrapartes territoriais: os bairros “perigosos”, os cortiços e as ruas por onde perambulavam (CERQUEIRA, 2011). A moral burguesa, do mérito individual e do trabalho, não enxergava dignidade naqueles que consideravam fracassados ou ociosos, relacionando essas características ao banditismo, à imoralidade e à periculosidade. Isso permanece justificando as ações higienistas no solo

urbano em nome da valorização de terrenos para a especulação imobiliária.

Essa forma de caracterização juntamente com a invisibilização são formas de naturalizar a situação e também culpabilizar os sujeitos por suas condições. Tanto a naturalização quanto a culpabilização operam na absorção que a cidade faz da PSR: trata-se do fenômeno com inevitabilidade e aceitabilidade suficientes para marcar um valor moral que justifique a condição precária de suas “moradias”, seus trabalhos e vida em geral, e também as violências sofridas na rua. A cidade, que não é compreendida dentro de seu processo histórico-social, suas determinações capitalistas e sua transitoriedade, possui nas pessoas em situação de rua, com a mediação das formas históricas de discriminação, os corpos que serão responsabilizados por sua disfuncionalidade e o *locus* dos ajustes necessários, mesmo que repressivos.

O processo histórico de conformação das cidades no Brasil é marcado por disputas pelo solo urbano. Se por um lado as elites saem vitoriosas, favorecidas quase que exclusivamente pela urbanização, por outro, observa-se a resistência por parte de diferentes segmentos da sociedade em mobilizações e movimentos sociais que tensionam e reivindicam mudanças nos encaminhamentos desse processo. Marcos, como a Reforma Urbana em 1988 e a lei do Estatuto da Cidade de 2001, demonstram a importância de tais movimentos reivindicatórios e apontam para o seu potencial na transformação e democratização do solo urbano. Para compreender sua relevância, faz-se necessário passar em revista, ainda que brevemente, como ocorreu (e tem ocorrido) o acesso à propriedade da terra no Brasil.

Se até meados do século XIX o solo brasileiro não tinha valor de comércio, sendo repartido pela Coroa ou simplesmente tomado por grandes donatários rurais, a partir dos anos de 1850, com a Lei de Terras, deu-se o início da privatização do solo no país, beneficiando tanto a Coroa, que passa a tratá-lo como mercadoria, quanto aqueles que já detinham porções dele. Somado ao fim do tráfico de escravos e posteriormente a sua libertação, atendendo aos interesses comerciais da Inglaterra, se acirra a divisão social entre os proprietários fundiários e aqueles sem condições de adquirir porções de terra, como as pessoas libertas da escravidão e as imigrantes, que tinham dívidas com o patronato (FERREIRA, 2005).

Entre os séculos XIX e XX, com o crescente da economia agroexportadora, as cidades consolidam sua importância como centros de controle e comercialização da produção do campo, sendo alvos de grandes intervenções urbanísticas. No entanto, com tais intervenções, o poder público beneficiava exclusivamente as elites melhorando os bairros das classes dominantes, enquanto surgem os primeiros cortiços e ocupações irregulares em morros com moradias improvisadas. Constituem-se, desse modo, a parte das cidades marcada pela falta de infraestrutura, insalubridade e doenças associadas a esse contexto, assim como pela alta concentração populacional e violência. São sinais do histórico da segregação espacial no país (FERREIRA, 2005).

Posteriormente, com o fortalecimento do capital industrial decorrente da intensificação da industrialização no país, acentuam-se a divisão social do trabalho e a divisão social do espaço. Classe dominante e operariado urbano dividem de modo desigual os espaços da cidade, arrefecendo a já evidenciada segregação espacial e a disputa pelo solo urbano. Segundo Maricato (1996), há uma relação entre produção ilegal

de moradias e o urbanismo, visto que o salário do operariado industrial não lhe possibilitava adquirir uma casa no mercado imobiliário e, somado a isso, não havia constrangimentos antiespeculativos por parte dos agentes do mercado e os investimentos públicos favoreciam a infraestrutura industrial e o mercado concentrado e restrito.

A questão habitacional segue sendo enfrentada de forma insuficiente nos períodos subsequentes. No governo populista de Vargas, a provisão habitacional para as classes populares é marcada por uma ação estatal módica e pela predominância das iniciativas privadas em vilas de baixo padrão, com a população mais pobre recorrendo aos cortiços. Já durante o regime militar, ocorrem iniciativas de planejamento urbano, com caráter centralizado e tecnocrático. Em paralelo à promoção das políticas públicas voltadas para o acesso à moradia, houve o aquecimento do mercado da produção habitacional, composto por grandes empreiteiras, impulsionando o “milagre” brasileiro. No entanto, a população pauperizada seguiu (e segue) sendo excluída dos avanços no processo de urbanização, tornando-se refém do clientelismo (FERREIRA, 2005).

De acordo com Ribeiro e Santos Junior (2011), a constituição do Brasil urbano decorre de uma aliança mercantilizadora da cidade, sendo o Estado seu principal agenciador, seja favorecendo os interesses da acumulação urbana, seja realizando encomendas de construção de mega obras urbanas; ou ainda se omitindo em seu lugar como planejador do desenvolvimento urbano, com uma política de tolerância com as desiguais formas de apropriação do solo urbano, na ocupação de áreas nobres pelas elites, e nas favelas e nos loteamentos irregulares pelas camadas mais pobres da população.

Para fazer frente aos desdobramentos desse processo histórico de segregação espacial e urbanização excludente, diferentes setores da sociedade civil passaram a se mobilizar para reivindicar melhorias, como a regularização dos loteamentos ilegais, infraestrutura básica nas periferias das cidades, a instalação de equipamentos de saúde, educação etc. (FERREIRA, 2005). O Movimento pela Reforma Urbana, nos anos de 1970, emergiu da articulação entre agentes da sociedade civil, setores da igreja católica e outras entidades e associações, e culminou na Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana e na inserção de importantes artigos na Constituição de 1988, voltados para o controle social sobre o uso do solo urbano.

Somente em meados de 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.217/2001), é que se deu a efetivação e os instrumentos legais como a “função social da propriedade urbana”, que prevê a priorização do bem coletivo sobre o uso privado dos espaços da cidade. Embora tais instrumentos representem avanços quanto à democratização e melhoria da qualidade de vida urbana no Brasil, observam-se diversas limitações e entraves que seguem dificultando sua operacionalização (BASSUL, 2002; FERREIRA, 2005). O avanço democratizante e social da Constituição de 1988 encontrou a barreira estrutural da agenda neoliberal que se intensificou nos anos 1990. Essa contradição fez com que a implementação de uma agenda social por parte do Estado tomasse rumos de caráter funcional à própria lógica neoliberal, como fica evidente nas políticas focalizadas no campo da saúde (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2014). No que tange à política urbana, a proposta de democratização do espaço da cidade, especialmente no que diz respeito à participação social e função social do solo, se vê preterida em nome

do avanço da mercantilização e financeirização do solo urbano, favorecendo agentes imobiliários e especuladores.

Entre os segmentos da população que fizeram e seguem fazendo frente na luta pela democratização do uso da cidade, estão movimentos urbanos organizados, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento das/os Trabalhadoras/es Sem Teto (MTST) e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que vêm produzindo tensões e rupturas nos modos de viver a cidade e reivindicando seu lugar nas definições da ocupação do solo urbano.

O caso do MNPR nos interessa mencionar de forma mais direta. A organização política do movimento teve como evento disparador o Massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo no ano de 2004, quando pessoas em situação de rua foram mortas ou ficaram feridas. Após esse episódio bárbaro, o segmento organizado como movimento social passou a pressionar o Estado brasileiro com a reivindicação de uma série de direitos para a população em situação de rua (ALMEIDA *et al.*, 2015). A contradição entre viver da/na rua e ser negado pela própria cidade é marca desse segmento social e do que viemos argumentando sobre o urbano capitalista. Por via dos dispositivos legais e de controle social, municiados pelo Estatuto da Cidade, os movimentos citados reúnem reivindicações comuns quanto à democratização do acesso e da melhoria das condições de vida urbana.

Considerações finais

Ao longo do presente texto a cidade por vezes aparece como sujeito e os moradores como objeto. Esse fato não é casual. A cidade é objeto do trabalho humano, que parece às pessoas como algo autônomo a que eles se submetem. A cidade como mercadoria se comporta como qualquer outro objeto que, sob o capitalismo, incorpora o “caráter místico da mercadoria” (MARX, 2013, p. 146): esconde as relações sociais que a produzem. Assim, qualidades socialmente determinadas aparecem como se fossem inerentes àquele objeto e não como produtos históricos das relações humanas. Em outros termos, a cidade, sob o capital, é alienada. Ainda que sejam os humanos que façam a sua história e a sua cidade, sob o capitalismo, eles o fazem de forma alienada.

Em tal processo, podemos falar que a produção capitalista do espaço é fundamentalmente uma negação do direito à cidade, e que tal negação é uma das manifestações da questão social, inerente à dinâmica capitalista. As cidades, contudo, também são *locus* para outras manifestações desse mesmo aspecto, como é o caso da população em situação de rua. Esse fenômeno, essencialmente urbano, não é homogêneo e se manifesta de acordo com as próprias condições históricas em que as cidades se desenvolvem, de forma articulada a outros aspectos da estruturação capitalista, como a dinâmica do mercado de trabalho.

É possível concluir, a partir das discussões feitas no presente texto, da produção do urbano capitalista, especialmente no estágio em que a ideologia neoliberal avança, que há um duplo movimento articulando a PSR e a dinâmica urbana: por um lado, há um descarte de excedentes. Esse descarte é

inerente e parte dessa dinâmica, por isso não deve ser confundido com exclusão. Ao mesmo tempo em que imprime esse movimento, por outro lado, a cidade absorve a PSR como parte de sua constituição, compondo um fenômeno que faz parte da dinâmica de reprodução urbana. Concomitantemente à sua negação como cidadãos e invisibilização, as pessoas em situação de rua se tornam alvo moral preferencial da ideologia burguesa (os que não deram certo por ausência de esforço ou competência, a partir da ética do trabalho). A marca da indignidade se associa à exposição pública a partir de uma visibilização perversa, que coloca a PSR como fenômeno naturalizado e que, no limite, é incorporada ao sistema produtivo de forma extremamente precarizada, mas suficiente para movimentar nichos de acumulação de capital a partir da dinâmica das cidades.

Dessa maneira, no plano do direito burguês, a garantia do direito à cidade passa por garantir à PSR o acesso à moradia, ao trabalho, à saúde, à possibilidade de ocupar o espaço público sem ser alvo de violência etc. Entretanto, sendo a produção capitalista do espaço reprodutora da alienação da cidade, da qual a PSR é parte como manifestação mais radical e, ainda, sendo a PSR uma manifestação necessária das contradições do capital, a efetiva superação dessa condição só é possível na medida em que não seja mais necessária, para a organização social, a produção do excedente humano. Isso não é viável sob relações sociais capitalistas. Por fim, justamente por mostrarem vividamente as contradições da produção do espaço urbano, as lutas pela cidade e pelos direitos da PSR podem e devem viabilizar formas mais dignas de experienciar o urbano, mas sobretudo abrir espaço para a produção de outra cidade, produzida sob outras relações.

Referências

ALMEIDA, H. T. *et al.* O Centro de Referência em Direitos Humanos e a população em situação de Rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: PAIVA, I. L. *et al.* (org.). **Direitos Humanos e Práxis: experiências do CRDH/RN**. Natal: EdUFRN, 2015. p. 151-175.

ARANTES, P. F. O ajuste urbano: as políticas do banco mundial e do BID para as cidades. **Pós**, n. 20, p. 60-75, 2006.

ARRAES AMORIM, A. K. **Direitos Humanos e População em Situação de Rua**: investigando limites e possibilidades. Relatório de Pesquisa (Pró-reitoria de Pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Documento não publicado.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, sept. 2002.

BRASIL. Constituição (2001). **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências... Brasília, DISTRITO FEDERAL, 10 jul. 2001.

CALDERONI, S. **As perspectivas econômicas da reciclagem do lixo no município de São Paulo**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CERQUEIRA, A. **Evolução do Processo Social População em Situação de Rua**: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CORRAL, M. M. Neoliberalismo, reformas estructurales y grandes proyectos urbanos: estado y actores económicos en el proyecto Puerto Madero. **Interstícios**, v. 4, n. 2, p. 187-206, 2010.

FARIAS, T. M. **Afetividade e Resistência**: vínculos, transformações socioambientais e oposição capital-lugar na cidade de Galinhos-RN. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DA REPRESENTAÇÃO URBANA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru, SP. **Anais [...]**. Bauru, SP: UNESP Bauru; SESC Bauru, 2005. p. 1-20.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. 2005. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/artigos.html. Acesso em: 10 abr. 2018.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. **Lutas Sociais**, v. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, D. **The limits of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

LANNOY, M. C. S. de; JESUS, S. C. de. Cidade de quem? Habitação para moradores de rua. **CAU/UCB**, n. 6, p. 47-65, 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LORENA, E. R. Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica. **Lutas Sociais**, v. 29, p. 90-103, 2012.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Texto original publicado em 1867).

PRUSTELO, D. Espaço urbano, produção do espaço e segregação socioespacial: o espaço urbano capitalista e o caso de Marília-SP. **Revista do Laboratório de Estudos da violência da UNESP**, v. 14, p. 56-70, 2014.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; CHRISTOVÃO, A. C.; NOVAES, P. R. **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. p. 11-16.

SANTOS, M. C. L. **As cidades de plástico e papelão: o habitat informa dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio**. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, M. C. L. Notas sobre a dinâmica socioespacial da População em Situação de Rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília-DF: MDS, 2009. p. 139-150.

SANTOS JUNIOR, O. A. Espaço urbano comum, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 2, p. 146-157, 2014.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social. I Censo de pesquisa nacional sobre a população em situação de rua: síntese dos resultados. *In*: BRASIL. **Rua: aprendendo a contar - Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2009. p. 85-110.

SILVA, M. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Definindo o campo de Estudo: as políticas sociais brasileiras. *In*: OLIVEIRA, I. F. de; YAMAMOTO, O. H. (org.). **Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate**. Belém: EDUFPA, 2014. p. 21-45.

PARA ALÉM DA SOPA E DO COBERTOR

TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA¹

Fernanda Cavalcanti de Medeiros

Hellen Tattyanne de Almeida

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

Ao analisar o fenômeno da população em situação de rua sob a perspectiva do método histórico-dialético, parte-se do pressuposto de que os determinantes que o condicionam devem ser apreendidos historicamente, em suas conexões com a totalidade, que no caso remetem ao modo de produção vigente e à sua base estruturante: a desigualdade social. A população em situação de rua (PSR) se constitui nesse contexto como uma *expressão radical da questão social*².

¹ O título deste capítulo faz referência à fala de representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que vem afirmando em vários eventos públicos que a população em situação de rua “não quer mais apenas sopa e cobertor, mas tem fome de direitos sociais”.

² A questão social aqui é entendida como “conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista. Em outras palavras, trata-se da manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição capital-trabalho” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2014, p. 23).

Silva (2009) apresenta o conceito que define população em situação de rua, o qual foi adotado pelo Governo Federal na criação da Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 7.053/2009 (BRASIL, 2009):

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função de que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios, e carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no curso da construção de saídas das ruas (SILVA, 2009, p. 29).

No cenário brasileiro, a intervenção do Estado no enfrentamento à problemática de pessoas que vivem em situação de rua na perspectiva do reconhecimento como sujeitos de direitos, e por meio da implementação de políticas públicas, é bem recente. Esse processo só teve início após a organização e emergência do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) a partir de 2004.

Realizando um resgate histórico é possível constatar que as primeiras iniciativas de trabalhos voltados para a população em situação de rua surgiram no início dos anos de 1950, em São Paulo, por meio das irmãs “Oblatas de São Bento”, sob o nome de Organização do Auxílio Fraternal. Inicialmente, os trabalhos realizados pelas irmãs se davam em ambientes institucionais e,

posteriormente, na década de 1970, começaram a ser realizadas intervenções pelas ruas da cidade (ALMEIDA, 2015).

Ainda na década de 1970 foi criada a Pastoral do Povo da Rua; e até os anos 2000 as ações voltadas para população em situação de rua foram predominantemente realizadas por entidades religiosas. Existiram algumas iniciativas governamentais pontuais, a exemplo da Lei Municipal 12.316 de 16 de abril de 1997, de São Paulo, considerada a primeira lei no país a regular direitos referentes à população em situação de rua³ (SILVA, 2009). A referida legislação dispunha sobre a obrigatoriedade do poder público municipal de prestar atendimento à população em situação de rua na cidade de São Paulo.

De acordo com Silva (2009), em Belo Horizonte, no final dos anos de 1980, teve início um trabalho voltado para a população em situação de rua realizado pela Pastoral da Rua. Em meados da década de 1990, foi instituído um fórum de população de rua, reconhecido a partir de lei municipal, tendo reunido diversas organizações que realizavam ações junto a essa população, tornando-se apoiadoras da população de rua no seu processo organizativo.

Contudo, o grande marco para o surgimento do MNPR foi a chacina ocorrida na Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 2004, vitimizando 15 pessoas. Destas, sete foram mortas, e oito ficaram gravemente feridas⁴. Este acontecimento foi de seguido

³ A referida lei foi resultado de ações higienistas ocorridas na cidade de São Paulo. No período de 1993 a 2001, o higienismo foi forte na gestão da cidade. Com isto, cresceu o movimento de luta pelos direitos da população em situação de rua. Ocorreram amplas manifestações nas ruas, culminando no projeto de lei de autoria da Vereadora Aldaíza Sposati.

⁴ De acordo com informações do Jornal Folha de São Paulo, no primeiro mês após as mortes, dois policiais militares e um segurança privado foram

de diversos casos de mortes violentas de pessoas em situação de rua em outros pontos do país. Após esse extermínio, grupos da população de rua de São Paulo e Belo Horizonte lideraram a consolidação do movimento nacionalmente.

Na conjuntura brasileira, o aumento da barbárie, o acirramento da violência, o avanço do conservadorismo, e as violações de direitos conquistados ao longo da história têm sido cada vez mais presentes. Assim, tais fatores vêm desafiando os trabalhadores que atuam na execução das políticas públicas, que, de modo geral, visam acolher, acompanhar e atuar junto a indivíduos e famílias para garantir o acesso dessas pessoas às políticas públicas.

Ao longo deste capítulo, busca-se apresentar algumas reflexões acerca das relações da PSR com o trabalho, bem como sobre os serviços socioassistenciais voltados para esta população. Tais reflexões são oriundas da prática profissional de duas autoras deste capítulo no Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)⁵ da Universidade Federal do Rio

presos sob suspeita no envolvimento do crime. A hipótese trabalhada pelos investigadores era de que os alvos dos criminosos eram alguns moradores de rua que sabiam do envolvimento dos PMs com as drogas, e o objetivo seria cobrança de dívidas ligadas ao tráfico ou “queima de arquivo”. No entanto, para dificultar possíveis investigações outros moradores de rua da região haveriam sido agredidos. Junto a esses três suspeitos, posteriormente, veio juntar-se um quarto, também segurança privado. Porém, em novembro de 2004, os suspeitos tiveram suas prisões revogadas por falta de provas, ainda que os dois policiais militares não tenham saído da cadeia – apenas pelo fato de serem réus de um outro processo de formação de quadrilha e extorsão. Entretanto, todos eles foram soltos já em março de 2005.

⁵ O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) foi um projeto financiado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e visava, com apoio de equipes jurídicas e psicossociais, realizar atendimentos e acompanhamentos de pessoas e grupos que sofreram violações de direitos humanos, bem como desenvolver atividades de educação em

Grande do Norte com a população em situação de rua do RN, bem como de leituras de artigos e capítulos produzidos por pesquisadores e profissionais de outras regiões que atuam com o referido público.

Trabalho e população em situação de rua

O trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social – permanece, ainda, como o que se poderia chamar de modelo das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 43).

Conforme a teoria marxiana aponta, o trabalho ocupa lugar central na vida humana, possibilitando o processo dialético de transformação da natureza pelos sujeitos, ao mesmo tempo em que estes mesmos sujeitos se transformam. Entretanto, com o advento da indústria e o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC), a sociedade passou a ser dividida em duas classes principais: a burguesia, que dispõe dos meios de produção, e os trabalhadores, que vendem sua

direitos humanos. No Rio Grande do Norte, o CRDH teve atividades entre 2011 e 2016 e foi executado como programa de extensão pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Teve suas atividades suspensas entre 2016-2017, por contingenciamento de recursos do Governo Federal, retomando-as em 2018.

força de trabalho para sobreviver. Conforme apontam Paulo Netto e Braz (2006), a lei geral da acumulação capitalista se fundamenta em uma polarização – há crescimento da riqueza social ao mesmo tempo em que cresce a pobreza da classe trabalhadora. Além disso, o trabalho no MPC torna-se alienado, uma vez que o trabalhador, em muitas situações, não se reconhece nos produtos de seu trabalho e não possui acesso aos mesmos.

Outra categoria central apreendida por Marx relacionada ao trabalho no capitalismo é a do exército industrial de reserva, um contingente de mão-de-obra disponível não absorvida. A existência desse contingente funciona como mecanismo de controle da classe trabalhadora e dos salários: os trabalhadores se submetem a condições precárias porque sabem que se recusarem e exigirem condições distintas, existe um exército de pessoas desempregadas que poderão assumir seus lugares. Nesse sentido, Silva (2009) explica que o nascimento da população em situação de rua como fenômeno remonta ao contexto de acumulação primitiva, uma vez que os camponeses migraram para as cidades em busca de trabalho e as indústrias não absorveram todos, deixando uma massa de pessoas à mercê da mendicância, bicos e atividades ilícitas para sobrevivência.

A população em situação de rua constitui um fenômeno crônico tão antigo quanto o nascimento das cidades (BURSZTYN, 2000). Tal fenômeno se torna mais agudo em períodos de crise, que ocorrem ciclicamente no modo de produção capitalista. Nas décadas de 1980 e 1990, avançou no Brasil e na América Latina o neoliberalismo e, neste contexto, as grandes cidades desta região tiveram relevante expansão no número de pessoas vivendo nas ruas, sobretudo de trabalhadores que perderam seus empregos nas indústrias e pessoas que migravam do interior para as capitais em busca de trabalhos

e não encontravam. Assim, é possível observar a centralidade do trabalho e a gravidade da falta/precarização deste para a existência e manutenção da população em situação de rua. Como coloca Silva (2009), o trabalho ocupa lugar central entre os fatores que determinam o fenômeno das pessoas que vivem em situação de rua.

Acerca das relações entre trabalho e população em situação de rua, Matos, Heloani e Ferreira (2008) apontam a precarização das relações de trabalho na origem e manutenção dos processos de rualização. Os autores observam a culpabilização da PSR por seu desemprego, pela suposta falta de qualificação deste segmento populacional, a partir de uma lógica meritocrática, que escamoteia e ignora as condições estruturais e processos sociais implicados no fenômeno do desemprego.

Cabe ressaltar que a PSR é um segmento populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes perfis e histórias de vida. Nesse sentido, existem tanto pessoas em situação de rua que não estão aptas ao trabalho por razões diversas – como problemas de saúde e falta de qualificação profissional – quanto pessoas que tiveram acesso à educação formal e trabalhos formalizados, mas que perderam seus empregos e não conseguem reinserção no mercado de trabalho.

As concepções acerca das condições estruturais de desemprego que assolam a PSR foram explicitadas por Matos, Heloani e Ferreira (2008, p. 113) a partir da análise da PSR na cidade de São Paulo, que triplicou entre os anos de 1992 e 2003, em um contexto de desemprego e subempregos, avanço da terceirização e do trabalho precário, desindustrialização e desassalariamento: “se uma parte da classe trabalhadora se adapta a essas metamorfoses no mundo do trabalho, outra parte

não consegue se sustentar domiciliada e assiste a porta da rua abrir à medida que as portas das empresas fecham”.

Outro estudo que abordou a população em situação de rua foi o de Andrade, Costa e Marqueti (2014), desenvolvido na cidade de Santos-SP. Os autores definem a PSR como sobranço, desviante da rede de produção e consumo instituída no modo de produção capitalista, e observam que a maior parte de pessoas que vivem nessa condição sobrevive da catação de materiais recicláveis, de fazer bicos, acharcar⁶ e, ainda, que a maior parte tem grande desejo de ser trabalhador/a formal. Nesse sentido, os autores afirmam que “o morador de rua é, então, o fantasma que assombra o resto da sociedade, denunciando a presença da miséria e, ao mesmo tempo, anunciando a possibilidade do futuro a qualquer um” (ANDRADE; COSTA; MARQUETI, 2014, p. 1258).

Na pesquisa realizada junto ao CRDH/UFRN intitulada “Direitos Humanos da População em Situação de Rua na cidade de Natal: investigando limites e possibilidades de vida” (ARRAES AMORIM, 2015), foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com 159 pessoas em situação de rua em Natal, entre os anos de 2013 e 2015. Nessa pesquisa foi observado que 76,1% dos participantes não tinham trabalho formal, sendo que 55,3% já tiveram a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada em algum momento de suas vidas, e 76,7% apresentavam algum problema de saúde no momento em que foram entrevistados.

A maior parte da população em situação de rua entrevistada em Natal/RN sobrevivia de trabalhos informais e

⁶ Ato da população em situação de rua de pedir dinheiro, alimentos ou itens de necessidade a partir de diálogos e explicações sobre as condições de vida de quem pede. Em Natal/RN, tal ato é chamado pela PSR de “manguear”.

bicos, principalmente como flanelinhas/lavando/guardando carros (35,2%), na construção civil (25,2%), como catadores de materiais recicláveis (20,8%), vendedores ambulantes (19,5%), fazendo faxinas ou trabalhos de limpeza (17%), jardinagem (16,4%), descarregando caminhões (13,8%), fazendo programas/prostituição (9,4%), distribuindo panfletos (8,8%). Além disso, 35,8% realizavam outras atividades, o que marca a diversidade de trabalhos realizados pela população em situação de rua.

Um dado da pesquisa do CRDH/UFRN (ARRAES AMORIM, 2015) que chama atenção é que 46,5% dos entrevistados utilizavam-se da mendicância como estratégia de sobrevivência. Tal percentual é consideravelmente maior do que o dado encontrado em levantamento nacional realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2008⁷, que indicou que 16,2% das pessoas em situação de rua pediam dinheiro como principal meio de sobrevivência. Tal divergência pode ter a ver com o fato de que os participantes de Natal referiram apenas fazer uso da mendicância como estratégia, mas não foram questionados se tal atividade se configura como principal meio de sobrevivência ou se é mais uma estratégia associada aos bicos, benefícios, entre outras formas de acessar renda para atender as suas necessidades.

Ainda sobre a relação entre população em situação de rua e trabalho, Henrique, Santos e Vianna (2013) desenvolveram estudo acerca dos sentidos e significados do trabalho

⁷ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou o primeiro levantamento nacional acerca da população em situação de rua no Brasil. O levantamento foi realizado em 71 municípios brasileiros, no período de 2007 a 2008, e mostrou que o Brasil tinha 31.922 pessoas em situação de rua e que esse segmento sofre todos os tipos de violações dos seus direitos humanos, utilizando-se das mais variadas estratégias de sobrevivência nas ruas.

para pessoas que vivem em situação de rua na região Norte do Brasil, onde a PSR aparece como fenômeno crescente e sazonal, especialmente nos últimos anos, por causa de ciclos migratórios do capitalismo relacionados à construção de usinas hidrelétricas e ao desenvolvimento das cidades na região amazônica. Os autores enfatizam que o trabalho é um relevante ponto de partida para compreensão da subjetividade humana, da sociabilidade e identidade, e destacam que os principais motivos para desemprego apontados pelos participantes do estudo foram a escassez de mercado para certas atividades, idade avançada, problema de saúde física ou mental, baixa qualificação, entre outros. Destacam também que, apesar da falta de trabalho constituir dilema central na vida da PSR, eles/as fazem bicos, reciclagem, entre outras atividades informais, sem nenhuma cobertura trabalhista para obter renda e sobreviver.

Outro ponto relevante destacado no estudo de Henrique, Santos e Viana (2013, p. 117) foi a ênfase que alguns participantes deram ao trabalho como “meio de auto-realização, entretenimento, meio de se obter dignidade e até mesmo saúde física e mental”. Assim, é possível apreender o sentido do trabalho arraigado no discurso da PSR, mesmo ela sendo estigmatizada como vagabunda por não ter trabalho e introjetando uma série de representações sociais negativas a seu próprio respeito. Os autores concluem, assim, que o trabalho se constitui como fator propulsor da inclusão social e da promoção de saúde para a população em situação de rua.

Para enfrentar o crescimento e a cronificação do fenômeno população em situação de rua, o poder público tem apostado na oferta de cursos profissionalizantes para o segmento. Tal estratégia, apesar de sua inegável importância, não garante a inserção da PSR no mercado de trabalho. No

estudo acerca do trabalhador em situação de rua, Matos, Heloani e Ferreira (2008) destacaram as cooperativas de trabalho e a economia solidária pela geração de renda estável para o coletivo de cooperados que gestionam seu próprio empreendimento. Os autores perceberam mudanças subjetivas a partir da participação das pessoas em situação de rua em cooperativas, uma vez que os sujeitos participantes do estudo relataram maiores sentimentos de pertencimento, confiança, postura mais participativa, crítica e política nas diversas áreas do convívio social. Dessa forma, o estudo apontou a economia solidária não como salvação, mas como possibilidade a ser fortalecida junto à população em situação de rua.

Concordamos com Silva (2009) quando a autora situa as questões relacionadas ao trabalho como centrais para o processo de ida e manutenção de grupos humanos em situação de rua. A partir de nossas vivências profissionais junto à PSR, observamos que o sofrimento gerado pelo desemprego acaba desembocando em uma espiral de problemáticas que se entrelaçam, tais como diminuição da autoestima, conflitos familiares, uso abusivo de substâncias psicoativas, envolvimento em atividades ilícitas, entre outros problemas.

Em nossas práticas profissionais no CRDH/UFRN, ouvimos depoimentos de homens que foram para as ruas por não suportarem mais conviver com suas famílias estando desempregados por longos períodos, visto que se sentiam fracassados no papel de provedores do lar, função atribuída ao gênero masculino na cultura do patriarcado, sistema social em que os homens adultos mantêm o poder sobre mulheres e crianças, ocupando os principais cargos e papéis de lideranças políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido, acompanhamos também mulheres que saíram de casa e se encontravam em situação de rua devido à

violência doméstica sofrida por parte de ex-companheiros, pais, irmãos... Algumas dessas mulheres, inclusive, vivenciavam o desespero e a angústia relacionados à separação de seus filhos.

Conforme apontado anteriormente, a PSR é composta por trabalhadores que geralmente desenvolvem atividades informais e “bicos” para sobreviver. Entretanto, tais atividades muitas vezes não geram renda suficiente para custear despesas com moradia, alimentação, transporte, vestuário, entre outras. Por tal razão, com objetivo de acessar alimentação e abrigo para descanso, além de reinserção no mercado formal de trabalho, muitas pessoas em situação de rua acabam se tornando usuárias dos serviços que compõem a política de assistência social.

Atendimento socioassistencial à população em situação de rua

A população em situação de rua encontra geralmente nos serviços da política de assistência social os principais, e por vezes únicos, pontos de apoio e atendimento de suas necessidades básicas, como alimentação e higiene pessoal. Nessa política, foram criados recentemente equipamentos específicos para o atendimento da PSR, que, apesar de sua inegável importância, em muitos casos, apresentam grandes dificuldades e desafios. Nesta seção, trataremos, portanto, dessa política e de seus serviços que têm a PSR como usuária.

A assistência social foi instituída como direito no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, marco legal de reabertura democrática do país após a ditadura civil militar, e fruto da mobilização de trabalhadores,

estudantes e movimentos sociais. Tal conjunto de leis busca garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza e as desigualdades sociais, concebendo as políticas de proteção social, de responsabilidade do Estado, como ferramentas para efetivação da igualdade. O Art. 194 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) dispõe a respeito da Seguridade Social, conjunto de ações por parte do poder público e da sociedade, a fim de assegurar os direitos à saúde, previdência e assistência social.

A assistência social deve ser prestada a todos que dela necessitem, independentemente de contribuição com a previdência social. Nesse sentido, foi instituída, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (lei 8.742) (BRASIL, 1993), que estabelece a assistência social como um direito de todos e dever do Estado, tendo como objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice; amparo às crianças e aos adolescentes carentes; promoção de integração ao mercado de trabalho; assistência às pessoas com deficiência e sua integração à vida comunitária; e garantia de um salário mínimo mensal como benefício à pessoa com deficiência e ao idoso, desde que comprovem não possuir meios de se manterem ou de serem providos pela família (art. 2º).

Conforme defende Sposati (2011), a assistência social no Brasil não nasce com a LOAS, existindo ações e serviços socioassistenciais pré-Constituição de 1988. A maior parte dessas ações era marcada pela caridade e filantropia, sobretudo a partir de iniciativas da Igreja Católica, que desde a colonização do país atuou com as populações nativas a partir de uma lógica de docilização e domesticação dos indígenas e africanos escravizados pela via da conversão ao cristianismo (FALEIROS, 2004).

Sobre a concepção de assistência social como política pública de proteção social e direito de todas as pessoas a uma

vida digna inaugurada pela LOAS, Cruz e Guareschi (2010) afirmam que se trata do passo inicial rumo à mudança na associação da assistência social como prática de caridade e benesse. Mesmo com tal marco legal, Oliveira (2017) alerta sobre o caráter eminentemente filantrópico marcado pelo primeiro damismo, o pouco interesse do Estado pela política de assistência social e seu uso como carro-chefe da política partidária até as décadas de 1990 e início dos anos 2000. Além disso, a referida autora destaca a mescla de programas focalizados e benefícios assegurados nessa política no referido período, entre eles o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No ano de 2003 foram aprovadas deliberações na IV Conferência Nacional de Assistência Social que se referiam à construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), lançada em 2004, prevendo modos de gestão e financiamento da assistência social no Brasil. De acordo com Alberto *et al.* (2014), o SUAS, à semelhança do SUS, utiliza modelo de gestão descentralizada e participativa, regula e organiza a rede de serviços socioassistenciais em território nacional e dá forma aos direitos garantidos na Constituição e assegurados como mecanismos de proteção social.

O SUAS tem como principais bases de organização o território e a matricialidade sociofamiliar. Oliveira (2017) aponta que esse sistema marca o rompimento com políticas de favor e ocasião para emergência de um direito social, assume o paradigma da proteção social em detrimento do assistencialismo, reconhece o papel do modo de produção capitalista na geração da pobreza estrutural e inova ao unificar programas anteriores e propor a proteção social básica. Apesar de reconhecer os

avanços do SUAS na materialização da política de assistência social, a referida autora alerta que não se deve perder de vista o papel contraditório das políticas sociais no capitalismo, que, se por um lado representam avanços frutos das conquistas da classe trabalhadora, por outro acabam funcionando como mecanismos de suavização das tensões sociais e na gestão da pobreza.

Os serviços e programas ofertados pelo SUAS são organizados a partir de diferentes níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social especial. A proteção social básica opera a partir de ações preventivas, de caráter mais genérico e voltado para a família. Os serviços socioassistenciais dessa complexidade visam reforçar a convivência familiar e comunitária, socialização, acolhimento, inserção, bem como realizar articulações para assegurar o acesso aos direitos sociais por parte da população acompanhada. Entre os principais equipamentos socioassistenciais da atenção básica estão o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que executa o serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, além do Cadastro Único, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Proteção Social em Domicílio para Pessoas Com Deficiência e Idosos, entre outros.

Já a proteção social especial é organizada em média e alta complexidade, sendo destinada às pessoas em situações de risco, que já sofreram violações de direitos. Os principais equipamentos da média complexidade são os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que ofertam o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Abordagem Social, Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de

Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, Serviço Especializado para População em Situação de Rua, entre outros. A alta complexidade, por sua vez, conta com abrigos, casas de passagem, residências inclusivas, serviços de república e unidades de acolhimento para crianças, adolescentes, idosos e pessoas adultas em situação de rua, serviços de proteção em situação de calamidades públicas e emergências, entre outros.

Vale salientar que a invisibilidade da população em situação de rua é tão marcante que esse segmento populacional não tinha atenção garantida nem mesmo por parte da política de assistência social, sendo a primeira alteração na LOAS realizada no ano de 2005, por meio da Lei 11.258, justamente para inclusão desse grupo social, pela modificação no Art. 23 para a inclusão expressa de programas para a população em situação de rua na política de assistência social. Nessa direção, Silva (2009) destacou que a população em situação de rua se encontrava no limbo das políticas sociais, visto que não acessava a previdência, uma vez que em geral não possui vínculos formais de trabalho, nem a assistência social, pois não havia serviços e acompanhamentos destinados a eles nessa política. Apesar do avanço representado pela inclusão da PSR na política de assistência social, ainda existem barreiras, entraves e dificuldades significativas no acesso desse público aos serviços socioassistenciais, bem como às políticas públicas de forma geral.

A população em situação de rua é atendida nos diversos equipamentos socioassistenciais que compõem o SUAS, sendo alguns desses voltados especificamente para esse segmento populacional, como os serviços de acolhimento institucional e os Centros Pop. Os serviços de acolhimento institucional (abrigo institucional e casa de passagem) e o serviço de acolhimento

em república oferecem atendimento integral visando garantir condições de estadia, convívio e endereço de referência para acolher com privacidade pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento (MDS, 2012).

De acordo com o MDS (2012), órgão federal responsável pela política de assistência social, o objetivo principal dos serviços de acolhimento para pessoas adultas e famílias em situação de rua é realizar atendimentos qualificados e personalizados visando à construção conjunta com os usuários desses serviços do seu processo de saída das ruas, respeitando a autonomia e o tempo das pessoas. Os abrigos devem estar inseridos nos centros e nas regiões de maior concentração de população em situação de rua e devem proporcionar ambiente acolhedor para repouso e alimentação, bem como atendimentos e atividades de integração entre os usuários e a comunidade. As casas de passagem, por sua vez, realizam acolhimentos imediatos e transitórios, de adultos e famílias sem intenção de permanência por longos períodos no acolhimento institucional. Tanto os abrigos quanto as casas de passagem devem atender no máximo cinquenta pessoas por unidade e funcionar 24h, com atenção e flexibilidade dos horários de cada usuário.

O serviço de acolhimento em república é destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Nessa modalidade de serviço socioassistencial são oferecidos proteção, apoio e moradia subsidiada, devendo funcionar sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores (MDS, 2012).

No que tange à realidade do Rio Grande do Norte, estado em que atuam as autoras deste capítulo, existem apenas duas unidades de acolhimento para população em situação de rua, localizadas nos municípios de Natal e Parnamirim. A unidade de Natal acolhe até 58 pessoas, sendo 50 homens e 8 mulheres. Já o abrigo de Parnamirim, situado na região metropolitana, tem capacidade máxima de atendimento de 25 pessoas. Apesar de não haver pesquisa censitária que aponte o número de pessoas que vivem em situação de rua no RN, a partir de diálogos com profissionais e usuários dos abrigos no estado, bem como das falas do MNPR/RN em seminários e audiências públicas, é possível inferir que o número de vagas de abrigos disponibilizadas é inferior à necessidade, formando-se longas filas na frente dos serviços e permanecendo muitas pessoas sem atendimento. Nesse sentido, o MNPR/RN vem provocando as instâncias de controle e o poder executivo para ampliação do número de vagas de abrigos, bem como para a abertura de casas de passagem e serviços de república.

Cabe destacar a grave problemática que envolve as famílias que vivem em situação de rua e não têm casas de passagem que as atendam no RN: a separação de seus membros. Tal situação ocorre devido à impossibilidade de acolhimento de crianças nos abrigos para adultos em situação de rua, sendo encaminhadas para unidades específicas de acordo com a faixa etária. No caso das crianças e dos adolescentes, mesmo que sejam acolhidos em unidades próprias com o intuito de protegê-los, a separação de seus pais ou adultos responsáveis apenas por situação de pobreza fere o direito à convivência familiar, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) (BRASIL, 1990).

A falta de repúblicas, por sua vez, gera uma série de problemas para as pessoas em situação de rua, inclusive para jovens que cresceram institucionalizados durante a infância e adolescência, e que ao completar 18 anos são desligados de suas unidades de acolhimento e enviados para abrigos de adultos, onde, por vezes, recebem atendimentos apenas na parte da noite, ficando vulneráveis e expostos a uma série de violências e violações. Em nossa experiência profissional, acompanhamos casos de jovens que viveram em abrigos desde que eram crianças e, ao completar 18 anos, foram encaminhados para o albergue municipal, enfrentando dificuldades para a sobrevivência nas ruas. Além disso, a república é um serviço importante para a PSR que está no processo de organização para a saída das ruas, seja através de ingresso em instituições de ensino, trabalho, seja em programas de habitação.

Em avaliação das unidades de acolhimento institucional no Brasil, o Ciamp-Rua (Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional de População em Situação de Rua)⁸ apontou para graves problemáticas nesses serviços, que muitas vezes funcionam como “depósitos de gente”, visto que existem unidades que acolhem até 500 pessoas em alguns estados brasileiros. Outras deficiências destacadas pelo órgão que monitora as políticas para a população em situação de rua foram as estruturas físicas precárias e a falta de profissionais preparados para acolher as pessoas em situação de rua – as quais têm demandas desafiadoras e emergenciais –, o reduzido número de repúblicas, a falta

⁸ Vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e composto por membros do governo e da sociedade civil, inclusive pelo MNPR.

de articulação com outras políticas, a falta de metodologia e a baixa qualidade nos serviços ofertados.

Outro serviço socioassistencial direcionado ao atendimento da população em situação de rua é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, lócus do serviço especializado para pessoas em situação de rua, previsto na tipificação dos serviços socioassistenciais (SNAS, 2009) como parte da média complexidade. O Centro Pop deve identificar as pessoas em situação de rua e dar providências necessárias para viabilizar sua inclusão no Cadastro Único para programas sociais do governo federal. Esse equipamento socioassistencial visa imprimir uma concepção garantidora de direitos para a inclusão social e a construção de novos projetos de vida das pessoas em situação de rua, rompendo com culturas pautadas pelo preconceito, pela intolerância e pelo assistencialismo (MDS, 2011).

“O Centro Pop é a menina dos olhos do movimento”. Tal frase, proferida por Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, coordenadora do MNPR da Bahia, durante o I Seminário Potiguar de População em Situação de Rua, realizado em Natal, em 2013, expressa o investimento e a participação do movimento da população de rua na construção desse serviço. O MNPR debateu com representantes do MDS acerca das especificidades desse equipamento, que inclui atendimentos psicossociais e jurídicos, trabalhos em grupo, encaminhamentos para documentações, serviços de saúde, benefícios, cursos, mercado de trabalho, programas de habitação, entre outras necessidades dos usuários do serviço.

Pela especificidade da população em situação de rua, o Centro Pop disponibiliza também alimentação, lavanderia, entre outros serviços relacionados às necessidades

emergenciais do segmento, sendo que não devem se restringir a elas. No caderno de orientações técnicas do Centro Pop (MDS, 2011), é explicitado que deve ser incentivada a participação da população em situação de rua na organização desse serviço, desde o estudo para sua implantação e cotidianamente por meio de avaliações e planejamentos conjuntos. Pela experiência de Natal/RN, observamos que a aplicação de tal disposição se constitui como desafio, visto que por vezes existem discordâncias e dificuldades de diálogo entre setores da gestão e representação de usuários, inclusive com o próprio MNPR/RN, nos espaços de controle social que esse coletivo organizado de população em situação de rua vem ocupando na cidade.

Sobre o acesso da população em situação de rua de Natal aos serviços socioassistenciais, a pesquisa realizada pelo CRDH encontrou os seguintes dados: 70,4% dos participantes utilizavam ou haviam utilizado em algum momento os serviços da unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua, conhecida por albergue municipal. Apenas 10,7% dos entrevistados fizeram uso dos serviços de CRAS e 22,6% de CREAS. O Centro Pop de Natal permaneceu fechado entre 2012 e 2014, e por tal razão o uso desse serviço não foi questionado aos participantes.

Outros dados da referida pesquisa que se relacionam ao campo da assistência social dizem respeito à falta de documentação por parte das pessoas que vivem em situação de rua, sendo que 29,6% dos participantes não possuíam carteira de identidade e 12,6% não tinham nenhum tipo de documento. A maior parte dos entrevistados (68,6%) não era beneficiária do programa de transferência de renda Bolsa Família, e 87,4% dos participantes do estudo não acessavam nenhum tipo de benefício. No que se refere à participação política, apenas 22%

das pessoas ouvidas participavam de algum tipo de movimento social, e 50,3% votavam em período eleitoral.

Muitas pessoas em situação de rua têm medo de falar sobre os problemas vivenciados no serviço e perder o acesso a eles, que são fundamentais para a garantia de sua sobrevivência, encontrando no MNPR um interlocutor que tratará coletivamente das questões que os incomodam. Lamentavelmente, os resquícios do assistencialismo são marcantes na postura de alguns profissionais e gestores que atuam com a população em situação de rua a partir de uma lógica de que “quem não tem nada não deve reclamar do que recebe”, como se a política se tratasse de benesse e não direito conquistado coletivamente pela classe trabalhadora.

Apesar das dificuldades estruturais encontradas, o MNPR vem ocupando espaços de controle social, como os conselhos e as conferências de assistência social nos municípios, estados e nacionalmente, além de promover audiências e eventos para discussão das demandas relacionadas à garantia de direitos da população em situação de rua. Merece destaque e reconhecimento o engajamento e a postura ético-política de trabalhadoras e trabalhadores que dialogam com o MNPR e com as pessoas em situação de rua que não estão organizadas no movimento, ouvindo suas colocações e respeitando seu protagonismo na busca por acesso aos direitos sociais.

Nos municípios onde, em função da demanda, não se justificar a implantação de um Centro Pop e, assim, a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado no CREAS, poderá promover o acompanhamento especializado a esse segmento, em

articulação com o Serviço Especializado em Abordagem Social e os Serviços de Acolhimento (MDS, 2011).

Outro serviço socioassistencial bastante importante para o atendimento da população em situação de rua é o Serviço Especializado em Abordagem Social (SAS), que atua para a identificação de pessoas em situação de rua, ofertando atenção especializada a esse segmento, iniciando-a no próprio contexto da rua e viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social (MDS, 2011).

O Serviço de Abordagem Social (SAS) é um serviço bastante desafiador e que muitas vezes é acionado erroneamente pela sociedade, ou mesmo por órgãos públicos, para a retirada da população em situação de rua dos espaços que ocupam e causam incômodo, em um viés explicitamente higienista e que não corresponde aos objetivos desse serviço. A partir das vivências profissionais junto à PSR e em diálogo com profissionais da assistência social, observamos que os profissionais do SAS dialogam com a população informando que o serviço não objetiva, nem pode, retirar pessoas da rua compulsoriamente, até porque elas não estão cometendo crimes por pernoitarem em calçadas ou logradouros públicos, ao contrário, na maioria das vezes estão tendo violado seu direito à moradia. A abordagem social se aproxima da PSR para dialogar e, caso ocorra abertura, construir conjuntamente possibilidades de cuidados e encaminhamentos junto aos sujeitos. Mesmo com tal posicionamento tipificado, trata-se de um serviço que anda sempre no fio da navalha, constantemente pressionado e ameaçado de “cair” em práticas higienistas.

Sobre esse caráter higienista do atendimento à população em situação de rua pela política de assistência social, e mais especificamente pelo serviço de abordagem social, Silva (2013) aponta a ação de criminalização da pobreza diante dos megaeventos e as ações de “choque de ordem” realizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro, retirando a PSR do centro da cidade e enviando-a para abrigos municipais lotados a partir de métodos violentos. Tais ações ocorreram a partir de serviços de abordagem social em parceria com agentes de segurança pública. Esse tipo de situação vem ocorrendo em várias cidades brasileiras.

Já em São Paulo, maior cidade da América Latina, se intensificaram e tiveram grande repercussão no ano de 2017 as violações aos direitos da PSR perpetradas por agentes públicos, a partir de ordens da prefeitura municipal. Tais violações incluíram o lançamento de jatos de água fria e o recolhimento de colchões e cobertores da população em situação de rua durante o inverno, mesmo sendo registrados casos de morte por hipotermia na cidade⁹.

Cabe destacar que, entre os primeiros atos realizados pelo prefeito João Dória Júnior (PSDB), ao assumir a Prefeitura Municipal de São Paulo, esteve a retirada do veto ao recolhimento de cobertores e objetos da PSR, que havia sido colocado pelo ex-prefeito Fernando Haddad (PT) ao final de sua gestão, após uma série de críticas e pressões sociais. Tal fato gerou revolta entre os trabalhadores que atuavam com a população

⁹ Organismos de direitos humanos e o MNPR denunciaram que violências contra a população em situação de rua em São Paulo se intensificaram desde que João Dória Junior, do PSDB, assumiu a prefeitura municipal de São Paulo: <<http://www.correiodobrasil.com.br/acoes-de-doria-contra-moradores-de-rua-sao-crueldade-gritante/>>. Acesso em 09 de outubro de 2019.

em situação de rua, inclusive dos coordenadores das políticas para PSR no referido município, que pediram demissão coletiva após a decisão do prefeito¹⁰.

Entre tantas trágicas consequências das violações cometidas pelo Estado, estão o medo e o descrédito por parte da população em situação de rua nos serviços públicos que visam ao seu atendimento. Tal situação dificulta o diálogo e a construção de vínculos e projetos conjuntos por parte dos trabalhadores da assistência social com as pessoas em situação de rua.

Conforme vem sendo abordado, os equipamentos socioassistenciais voltados ao atendimento da população em situação de rua começam a ser implantados e ampliados nas capitais e nos centros urbanos brasileiros e, apesar de representarem relevantes avanços na atenção à população em situação de rua, preocupam o MNPR e entidades de direitos humanos pelas constantes denúncias de violência institucional¹¹ cometidas na execução deles.

¹⁰ A chamada “lei do frio” tinha como objetivo evitar que agentes públicos desmontassem barracas e retirassem pertences de moradores de rua e foi editada às pressas por Fernando Haddad (PT) ao final de sua gestão, após desgastes e pressões relacionadas a denúncias de violações de direitos humanos cometidas pela prefeitura contra pessoas em situação de rua pela retirada de pertences e mortes da PSR no inverno rigoroso: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/01/1852474-apos-decreto-de-doria-para-moradores-de-rua-servidores-da-area-se-demitem.shtml>. Acesso em: 9 out. 2019.

¹¹ De acordo com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD (2002), a violência institucional é aquela cometida justamente pelos órgãos e agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos. É uma discussão importantíssima porque, apesar de contarmos com uma Constituição democrática, o Estado brasileiro continua a fazer uso de práticas autoritárias herdadas do período da ditadura militar, em nome da

Tal processo foi acompanhado em Natal pela equipe do CRDH/UFRN, que recebeu denúncias de práticas autoritárias e que não encontravam subsídio legal nas diretrizes do SUAS, tais como suspensões e desligamentos de usuários dos serviços, exigências de documentações, atestados e exames para uso do serviço socioassistencial, uso de bafômetros, exigência de participação em eventos e atividades religiosas, espancamentos e violências cometidas por agentes de segurança pública dentro dos equipamentos socioassistenciais, entre outras graves situações.

O MNPR tem denunciado violências institucionais que ocorrem no âmbito dos serviços e programas de assistência social por todo o país. No contexto do Distrito Federal, Gatti e Pereira (2011) apresentaram diversas críticas às unidades de acolhimento institucional disponíveis no DF, com denúncias de violência, maus-tratos, dificuldade de conversa com profissionais, tráfico de drogas, número reduzidos de integrantes da equipe, desarticulação com os demais serviços da rede, entre outras graves situações.

É preocupante observar que mesmo novos modelos de equipamentos sociais, os quais têm como diretrizes o uso de metodologias participativas e buscam consonância com particularidades da população em situação de rua, apresentam graves problemáticas e baixa adesão por parte dessa parcela da população, que muitas vezes preferem continuar dormindo, fazendo refeições e resistindo nas ruas do que acessar tais serviços.

manutenção da lei e da ordem – portanto, do controle social. Tais práticas afetam principalmente os grupos vulneráveis da sociedade aos quais o Estado deve uma atenção específica em razão de suas particularidades.

Nesse sentido, Kunz, Heckert e Carvalho (2014), em estudo sobre abrigos municipais na cidade de Vitória-ES, chegaram à conclusão de que tais instituições apresentam altos custos e baixa efetividade. Em tais espaços, a PSR é tratada como criança, com excesso de regras e, por tal razão, muitas pessoas que vivem nas ruas conhecem as políticas públicas, mas nem sempre as utilizam, preferindo construir redes de cuidado com grupos de PSR e moradores da cidade.

Ainda sobre os serviços de assistência social, Souza, Silva e Caricari (2007) apontaram para práticas isoladas, assistencialistas, centralizadas e que sustentam e cronificam a situação de rua. Na mesma direção, Nascimento e Justo (2014) observaram o clientelismo assistencial e refletiram em seu artigo sobre a política de assistência social como “administração da miséria” e a homogeneização dos indivíduos em uma massa de miseráveis. Os autores defendem que o que deve ser questionado não são os serviços socioassistenciais básicos oferecidos, mas as estratégias sociopolíticas do Estado sobre essas vidas.

Tais constatações apontadas pela literatura e pela experiência vivenciada pelas autoras deste capítulo sobre a precariedade dos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua não visam questionar a importância deles, mas, ao contrário, contribuir para a potencialização desses equipamentos a partir da análise crítica de seu funcionamento. Nesse sentido, Aguiar e Iriart (2012), em estudo desenvolvido na cidade de Salvador/BA, observaram melhores condições de saúde entre as pessoas em situação de rua que eram usuárias de serviços socioassistenciais. Para os autores, tal fato se deve possivelmente ao maior acesso à higiene, à alimentação e ao descanso por parte dos que acessam as instituições. Apesar da inegável importância dos serviços socioassistenciais para a

oferta das necessidades básicas, tais serviços não devem parar na oferta dessas necessidades, mas trabalhar para a construção da superação da situação de rua.

Considerações finais

A partir do que foi exposto neste capítulo, é possível observar que o Estado brasileiro apresenta uma dívida histórica quanto ao reconhecimento e atendimento da população em situação de rua por meio de políticas públicas de qualidade e orientadas para o acesso e a garantia de direitos por parte desse público, que em geral vive cotidianamente no centro de uma espiral de violências e violações.

Foram discutidas as dificuldades de acesso das pessoas em situação de rua ao trabalho formal e à centralidade dessa questão para a ida e a manutenção de indivíduos e famílias na condição de rua. Apesar de não ter trabalhos formais, as pesquisas, tanto em Natal quanto em outras cidades brasileiras, apontam que, ao contrário das representações sociais mais comuns que relacionam a população em situação de rua a mendicância e “vadiagem”, a maior parte das pessoas que vivem em situação de rua é composta por trabalhadores informais, que sobrevivem de bicos e atividades precárias e com baixa remuneração. A política de assistência social, por sua vez, apesar da inegável importância para a população em situação de rua, apresenta por todo o Brasil relevantes dificuldades na execução dos serviços para a PSR, último segmento a ser incluído na LOAS, e que ainda não foi sequer contabilizado por censo na maior parte do país. É forte a marca

do assistencialismo, por isso romper com essa lógica rumo ao horizonte do reconhecimento dos direitos sociais dos usuários e ao diálogo com eles é fundamental para o avanço dessa política que, como afirma Sposati (2011), é ainda uma menina.

Infelizmente com a atual conjuntura de desmonte das políticas sociais no Brasil, sobretudo após a aprovação da PEC 55, que congela os gastos com políticas públicas por 20 anos, além do avanço do desemprego, o número de pessoas em situação de rua tende a aumentar significativamente. E, nesse sentido, é primordial que a assistência social não seja a única responsável pela atenção ao segmento, mas que sejam articulados os serviços e as políticas de forma intersetorial, visando à atenção e ao atendimento desse público.

Por fim, cabe ressaltar o papel e a importância do MNPR como grande protagonista na luta pela garantia dos direitos da população em situação de rua. É fundamental a ampliação do debate sobre a realidade que envolve a PSR junto ao Estado para que aconteça, de fato, o controle social das políticas voltadas para o segmento e para que essas políticas possam avançar ao máximo, mesmo que dentro dos limites que envolvem as políticas sociais públicas dentro do modo de produção capitalista. Como trabalhadoras e apoiadoras do MNPR fazemos coro à reivindicação do movimento: o povo da rua não quer mais apenas sopa e cobertor, quer e deve ter garantido acesso à moradia, à saúde, ao trabalho e a uma vida digna.

Referências

AÇÕES de Dória contra moradores de rua são crueldade gigante.

Correio do Brasil, São Paulo. Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br/acoes-de-doria-contra-moradores-de-rua-sao-crueldade-gritante/>. Acesso em: 21 jul. 2017.

AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-12, 2012.

ALMEIDA, H. T. **O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ARRAES AMORIM, A. K. **Direitos Humanos e População em Situação de Rua**: investigando limites e possibilidades. Relatório de Pesquisa (Pró-reitoria de Pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Documento não publicado.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

ALBERTO, M. F. P. *et al.* As políticas públicas de Assistência Social e a Atuação Profissional dos (as) Psicólogos(as). In: OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. (org.). **Psicologia e Políticas sociais**: temas em debate. Belém: EdUFPA, 2014. p. 127-174.

BERGAMO, M. Após decreto de Dória para moradores de rua, servidores da área se demitem. **Folha de São Paulo**. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/01/1852474-apos-decreto-de-doria-para-moradores-de-rua-servidores-da-area-se-demitem.shtml>. Acesso em: 6 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Brasília: Garamond, 2000.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In: CRUZ, L. R; GUARESCHI N. M. F. (org.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 13-40.

FALEIROS, V. P. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2004.

GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. **Projeto Renovando a Cidadania**: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Gráfica Executiva, 2011.

HENRIQUE, R. A.; SANTOS, C. M.; VIANNA, J. J. B. Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 24, p. 109-120, 2013

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE – ILANUD. **Quando o estado agride a criança**. Unicef, 2002.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental**, Barbacena, v. 6, n. 10, p. 103-122, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua.** Brasília, DF: MDS, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Orientações técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília, DF: MDS, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Sumário executivo:** pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS.** Brasília: MDS, 2004.

NASCIMENTO, E. C.; JUSTO, J. S. Andarilhos de estrada e os serviços sociais de assistência. **Psico-USF**, v. 19, n. 2, p. 253-263, 2014.

OLIVEIRA, I. M. F. F. **A assistência social em tempos de ofensiva neoliberal:** a garantia de direitos em discussão. Palestra na I Conferência livre de assistência social das trabalhadoras e trabalhadores de Natal/RN. Proferida em 11 de maio de 2017, no IFRN Cidade Alta, Natal/RN, 2017.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – SNAS. **Tipificação Nacional de Serviços
Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em situação
de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, S. A. População em situação de rua no Rio de
Janeiro: novos tempos, velhos métodos. **Psicologia
política**, v. 13, n. 27, p. 337-350, 2013.

SOUZA, E. S.; SILVA, S. R. V.; CARICARI, A. M. Rede social e
promoção da saúde dos “descartáveis urbanos”. **Rev Esc Enferm
USP**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 810-814, dez. 2007.

SPOSATI, A. **A menina LOAS**: um processo de construção
da Assistência Social. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YAMAMOTO, O.H.; OLIVEIRA, I.F. Definido o campo de
estudo: as Políticas Sociais Brasileiras. *In*: OLIVEIRA, I. F.;
YAMAMOTO, O. H. (org.). **Psicologia e Políticas sociais**:
temas em debate. Belém: EdUFPA, p.21-46, 2014.

EMPODERAMENTO POLÍTICO NA GESTÃO DE DIREITOS SOCIAIS

Édina Mayer Vergara

Introdução

*Política social só pode ser confronto.
Não é imaginável superar o
capitalismo com políticas de
ajeitamento funcionalista.
Pedro Demo (2005, p. 39)*

Este texto é perpassado pela problematização acerca da pluralidade contemporânea dos pensamentos que se opõem ao capitalismo e a partir desse posicionamento político-ideológico constroem suas reflexões sociais. Para isso, dedica-se inicialmente a uma análise acerca da urgência na convergência das pautas de lutas considerando o desmonte das políticas públicas sociais em vigência, especialmente após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55 – PEC 55.

Assim considerando, apresentamos reflexões sobre a urgência de aprofundamento no debate metodológico, sobre como intelectuais e entidades que compõem as lutas anti-capitalistas podem adensar seu poder político, tanto para a

reafirmação e concretização de direitos violados quanto para as lutas de revisão da lógica societária deste tempo atual. Veiculadas sob a forma de um ensaio, essas reflexões são sedimentadas na tradição marxista e em autores do pensamento contemporâneo, como Zygmunt Bauman, Terry Eagleton, Ivete Semionatto, Ellen Wood, entre outros. Estudos acadêmicos, de legislação e de acervo webgráfico que traduzem a história do Movimento Nacional de População de Rua no Brasil e no Rio Grande do Norte também compõem a estrutura da argumentação.

Os propósitos deste texto são sedimentados também pelas experiências vividas durante o estágio pós-doutoral da autora junto ao cotidiano do Movimento Nacional da População de Rua do Estado do Rio Grande do Norte – MNPR/RN, bem como junto as suas instâncias parceiras, em especial o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CRDH/UFRN.

Parte importante do trabalho do CRDH/UFRN é voltada à educação continuada, resultando na Escola de Formação Política para a População em Situação de Rua. Foi a partir de um convite trazido por Sophia Mata, à época, estagiária curricular em Serviço Social junto ao CRDH no MNPR/RN e, assim como eu, também sob orientação da Prof^a. Dr^a. Iris Maria de Oliveira, que surgiu a oportunidade de aproximação ao Movimento. Concordamos que eu poderia contribuir com o processo de formação do Movimento junto às atividades da Escola de Formação Política no Módulo III, que trataria de Políticas Públicas e Políticas Sociais. Além dessa primeira aproximação formal ao Movimento, em sequência tive a oportunidade de apresentar ao CRDH/UFRN a síntese de meus propósitos de pós-doutoramento no que tange – especialmente

– a metodologias de empoderamento para a gestão de direitos sociais. Os participantes dessa tarde de formação – militantes do MNPR/RN, técnicos e estagiários do CRDH/RN e eu – problematizamos sobre a importância de conhecermos melhor os fluxos, os caminhos concretos para a luta e gestão de direitos sociais. Começava entre nós um processo de aprendizagens, vínculos, militância e de resistência à retração de direitos.

Tal vivência abarcou o segundo semestre do ano de 2015 e o primeiro semestre do ano de 2016, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Foi uma imersão profunda, orgânica e de ressignificações sobre os modos de resistência e as lutas políticas para a efetivação e dilatação dos direitos das pessoas em situação de rua nessa sociedade e para além dela e suas formas de expropriação.

Pluralidades epistemológicas anticapitalistas

Com o aprofundamento da assimetria econômica que atravessa o planeta, as sequelas que violam a dignidade dos seres posicionados na base da pirâmide econômica crescem e se reconfiguram. Quanto maiores as violações de direitos traduzidas pela Questão Social, tanto mais o adensamento do poder político dos diferentes grupos que compõem a classe trabalhadora é questão de sobrevivência para ela. Seus entes, em especial aqueles ligados aos Movimentos Sociais, compõem uma base de empoderamento para gestão/negociação e até mesmo a correlação de forças junto ao Estado e demais instâncias de reprodução da ordem. Sem tal correlação, não há poder

político senão opressão e ditadura política. A reflexão teórica deste estudo é perpassada pelo entendimento que

O marxismo é uma teoria crítica da sociedade capitalista. Promove em todo o mundo uma prática política de emancipação, rebeldia, [resistência, libertação e revolução. Pressupõe uma concepção de mundo e de vida, da história e do sujeito, que expressa o ponto de vista das classes oprimidas e dos explorados. Como teoria crítica, constitui um saber aberto. É científica, filosófica, ideológica, ética e política ao mesmo tempo (KOHAN, [2016], p. 9).

A teoria social marxista talvez seja, na história, a única forjada, gestada, escrita e reescrita no compromisso de denunciar os processos de exploração econômicos e mais que tudo, de transformá-los. É, portanto uma teoria praxica que brota no lugar e no interesse dos trabalhadores e neles se solidifica, portanto dos explorados, quer assim se vejam, quer não, que definiu estes a um lugar político denominado classe social. Em Marx, nós, trabalhadores, somos narrados como sujeitos de potência, mesmo atravessados por processos de empobrecimento extremo e por diferentes modos que resultam da barbárie do modo de produção capitalista. É a teoria comprometida com a crítica a essa organização econômica que, infelizmente, engole o planeta; assim, as razões que exigem constância na reflexão crítica vêm do reconhecimento do próprio Marx em relação às forças que mantêm essa economia. Eagleton (1988, p. 49) destaca que

Marx nunca se cansou de argumentar que o capitalismo representa o sistema social mais dinâmico,

revolucionário e transgressivo que a história já conheceu, aquele que dissipa barreiras, desconstrói oposições, amontoa de forma promíscua várias formas de vida e desencadeia uma infinidade de desejos. [...] Como o maior acúmulo de forças produtivas que a história já testemunhou. [...] Como o primeiro modo de produção verdadeiramente global, ele erradica todos os obstáculos provincianos para a comunicação humana e estabelece as condições para a comunidade internacional.

Ora, com os avanços galgados pelo capitalismo tão claramente prenunciados por Marx, essa supersafra na concentração de renda é uma violência extrema ante o projeto de economia por ele defendido. Aquela dinamicidade apontada por Marx, na contemporaneidade, produz modos de subjetivação e captura do sujeito individual, coletivo e até dos grupos sociais para a lógica da vida, para o consumo como lugar comum da identidade humana no presente, como refere Bauman (2008). Ir além da identidade do consumo é fundamental para a compreensão do lugar de classe, mas é preciso considerar que a posição de classe não encerra todas as questões históricas dos diferentes sujeitos, grupos e movimentos sociais, entre essas as questões étnicas, de sexualidade, gênero têm relevância política e crítica. Para tanto, é vital valorizar os sujeitos e com eles somar forças como modos de resistência anticapitalista.

Wood (1996) desacredita ser possível ao marxismo deixar de atentar para os desdobramentos do próprio desenvolvimento do capitalismo, dentre eles aqueles afetos ao abuso do imperialismo ideológico que sufocou identidades e culturas consideradas improdutivas, desnecessárias, não interessantes à sua própria manutenção, em especial a partir dos efeitos massivos da comunicação nos modos como esta se afirma.

Quem subscreveria o tipo de imperialismo ideológico e cultural que suprime a multiplicidade de valores e culturas humanas? E como podemos negar a política da linguagem e da cultura num mundo tão dominado por símbolos, imagens e “comunicação de massas”, para não falar da “superestrada da informação”? Quem negaria essas coisas num mundo de capitalismo global tão dependente da manipulação de símbolos e imagens numa cultura de propaganda, onde os “meios de comunicação” medeiam nossas próprias experiências mais pessoais, às vezes ao ponto em que aquilo que vimos na televisão parece mais real que nossas próprias vidas e em que os termos do debate político são colocados – e estreitamente constrangidos – pelos ditames do capital em sua forma mais direta, na medida em que o conhecimento e a comunicação estão crescentemente nas mãos das corporações gigantes? (WOOD, 1996, p. 124).

Mais do que dizer da pluralidade teórica, urge entendê-la como imanente às condições do avanço das ciências, das tecnologias, das lutas de grupos sociais e também da globalização, em tempos que são da engenhosidade da informação e comunicação. Para tanto, precisamos da agudeza de percepção na interação com a concretude dos movimentos da história, ora perpassada por inúmeros elementos que constituem os modos de alienação, de ser e viver a contemporaneidade. Ou seja, apurarmos a crítica não somente sobre a atualidade – enquanto tempo – mas fundamentalmente sobre os rebatimentos dessa contemporaneidade como tempo social e cultural, indagando-nos sobre as complexidades e os mistérios que constituem os sujeitos sociais, as pessoas em seus diferentes segmentos sociais, os trabalhadores e capitalistas que vivem e são produzidos pela engenhosa superestrutura que se recria e nos recria a cada segundo.

Considerando a eficácia dessas reinventadas formas de exploração do capitalismo contemporâneo, é basilar problematizar criticamente a importância de que a pluralidade das diferentes lutas por direitos reconheça a luta anticapitalista como seu ponto de convergência, inclusive de classe. Dito ainda de outra forma: tendo como matriz o pensamento social crítico, as diferentes reflexões e ações políticas contemporâneas, seja por temáticas ou segmentos como raça ou gênero, seja por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ou ainda o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), seja por direitos específicos ou intersetoriais por meio da organização civil, precisam fortalecer sua posição de classe, uma agenda comum de luta que se reconstitua como um poder político, uma resistência comum de luta anticapitalista. Isso porque é o projeto societário de classe, e no dizer de Semionatto (1997, p. 10), no conjunto plural de forças progressistas, que possibilita fazer retornar o “pêndulo da história” para o campo da justiça, da igualdade e da democracia como vontade coletiva, uma consciência “ético-política” necessária à criação de um novo “bloco histórico”.

Se as lutas por segmentos são vitais às conquistas, especialmente no desenho das políticas públicas após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também o são as pautas comuns, aquelas que buscam enfrentar não somente determinadas feições da Questão Social, mas a enfrenta como um todo, através da clareza de sua gênese. Mas para além do fortalecimento do poder político dos subalternizados, há que se lutar pela potência do bloco histórico como defendido pelo pensamento gramsciano. De acordo com Semionatto,

A cultura pública e democrática, gestada com o intenso processo de socialização da política, precisa ser reafirmada, de forma que os organismos de base não sejam esfumados por esse processo de fragmentação, desmobilização e passividade, esvaziador da democracia e da cidadania. O dilema está no esforço para que essas lutas cotidianas não se restrinjam a reformas pontuais, desencarnadas de um projeto totalizador, acabando por perder-se no vazio. As lutas das minorias, do acesso à terra, moradia, saúde, educação, emprego, hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci denomina de “pequena política”, que engloba questões parciais e cotidianas e que precisa, necessariamente, vincular-se à “grande política” para criar novas relações (SEMIONATTO, 1997, p. 9).

Os Movimentos Sociais se reconhecem, em maioria, como instâncias de luta por direitos e que esta se dá na imersão da estrutura econômica capitalista hegemônica, referendada por um Estado que cumpre a função da reprodução desse ementário, solicitando a participação e a organização civil como parte das estratégias dessa reprodução. Por isso Semionatto (1997) sinaliza que o fortalecimento dessas novas instâncias de participação não significa, contudo, apenas uma transferência de responsabilidade aos setores mobilizados, reforçando novos particularismos, mas um operar efetivo na formulação e implementação de propostas democráticas para além dos marcos do capitalismo; ao oposto disso critica a fragmentação de suas plataformas de luta e de seus referenciais políticos de classe. Porém, essa forma de gestão pública carrega em si seu contraditório, e outras potências de resistência e empoderamento político podem prosperar.

Participar organizadamente do poder político e da gestão pública instituídos formalmente demanda criticidade sobre como as formas de captura dos sujeitos para a lógica da reprodução se refinam, são cambiantes maneiras do capitalismo reagir a tudo que lhe ameaça (luta de classes, baixo consumo, ou seja o que for). Pensadores da contemporaneidade ajudam a compreensão das tramoias discretas, reificantes, neopositivistas, que dispensam comumente a coerção explícita, mas nem por isso são menos coercitivas e eficazes. Reconhecer traços da lógica contemporânea nomeada como pós-moderna não significa defender tais traços, senão entender a seriedade teórica dos que chamam a atenção sobre os modos de gestão da vida, desde o local ao mundo pós-globalização. Semionatto (1997, p. 9) entende que

As expressões fragmentadas, mas muitas vezes consistentes dos multiformes movimentos da sociedade civil, embora tragam como marca a luta contra a violência do “pós-moderno”, também encerram em si a impotência de congregar os diferentes interesses particulares em interesses universais. O esmaecimento dos processos de luta de dimensão global é alvo privilegiado das elites, cuja intencionalidade primeira é reduzi-los a questões meramente particulares, desligadas da totalidade social. A relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, depende, em grande medida, da reafirmação desses organismos, de sua capacidade de fazer política, enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária.

A importância sobre essas “transdiscussões” estavam no pensamento de Wood e Foster (1999) na obra *Em defesa da história:*

o marxismo e a agenda pós-moderna, afirmando que manter os princípios do pensamento marxista não significa negar que determinados aspectos decorrentes dos assinalamentos pós-modernos estão postos e seria ingenuidade negá-los:

Quem negaria a importância de “identidades” diversas da classe, das lutas contra a opressão sexual e racial ou das complexidades da experiência humana num mundo tão móvel e mutável, com solidariedades tão frágeis e mutantes? Ao mesmo tempo, quem pode ignorar o ressurgimento de “identidades” como o nacionalismo, forças históricas tão poderosas e com frequência destrutivas? Não temos que acertar contas com a reestruturação do capitalismo, hoje mais global e segmentado que nunca? Nesse sentido, quem não percebe as mudanças estruturais que transformaram a natureza da própria classe operária? E que socialista sério alguma vez desprezou as divisões raciais e sexuais no seio da classe operária? (WOOD; FOSTER, 1999, p. 125).

Tais questões, formuladas por Wood, permitem perceber avanços significativos no entendimento de que os “sujeitos da diferença” têm uma cortina de fumaça sobre suas identidades e as inúmeras subjugações que a sociedade e a cultura hegemônica impetraram às suas histórias, seja pelo viés da sexualidade, do gênero, da etnia, da raça, seja pelos tantos outros existentes. Eagleton (1998, p. 23) diz que

não se tratava [...] de um desvio da política para outra coisa, visto que a linguagem e a sexualidade são políticas até a raiz dos cabelos; mas se revelou, por conta de tudo isso, uma maneira valiosa de deixar para trás algumas questões políticas clássicas, tais como por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para

comer, que acabaram de certa forma escorraçadas da ordem do dia.

Entre esses que não dispõem do suficiente para comer está a população em situação de rua. Esta se organizou em um movimento social e declarou sua luta por “nenhum direito a menos”.

Movimento social como expressão de poder político

*“Aos esfarrapados do mundo e aos que
neles se descobrem e,
assim, descobrindo-se, com eles sofrem,
mas, sobretudo, com eles lutam”.*

(FREIRE, 1987, p. 12)

A condição/situação de rua requer daqueles que pouco ou nada têm o exercício imperativo da solidariedade e do cuidado mútuo, uma vez que ambos são uma forma de resistência, de sobrevivência. Bauman (2009, p. 17) acentua que para “as pessoas desprovidas de todos os recursos [...] (exceto da capacidade de realizar trabalhos manuais) ‘a proteção só pode ser coletiva’”. E tanto melhor se for organizada e politizada criticamente, pois a condição é uma condição desumanizante em que a questão social se traduz plenamente, em todas as suas

expressões. Concordo com Harend (1995, p. 48 *apud* CERQUEIRA, 2009, p. 198) quando cita que

a questão social consiste numa força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade, como todos os homens a conhecem a partir de sua experiência mais íntima independente de todas as especulações.

Conviver durante um ano com essas pessoas remete a poucas especulações, pois a realidade concreta grita para uma negociação absoluta e diária com seus corpos: suas dores, sono, estômago, intestino, bexiga, menstruação, odores, vícios, e também para a negociação de seus vínculos, sonhos, pesadelos, desejos, aprendizagens e marcadamente suas lutas por direitos, em especial na implementação da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Ante as desigualdades sociais e com as incertezas do caminho, é necessária uma acuidade incessante sobre o vigor das lutas revolucionárias, com atenção àquelas empreendidas pelos Movimentos Sociais; estas são formas de um diálogo e aprendizado crítico, atualizado e vivo sobre nossa própria práxis. Entre os recentes Movimentos Sociais organizados em nosso país, o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) – “autorreferido como Movimento Pop Rua” – é uma força intensa em direção às lutas de revisão das assimetrias sociais.

A população em situação de rua abrange um conjunto variado de pessoas que têm na rua a sua sobrevivência, abrangendo inclusive aquelas pessoas que têm uma residência para viver. Aquelas que têm na rua mais do que uma situação de suas vidas, nela moram/vivem e se reconhecem como população de

rua. Este é o registro que os traduz e consta na sua bandeira: Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDH/UFRN), por meio de projeto extensão universitária, construiu a desejada organicidade com essa população, contribuindo com a gênese de sua organização em 2012. Desde então, com esse Movimento, fortalece processos para a gestão coletiva e mais autônoma de seus direitos sociais (ALMEIDA, 2015).

Essa experiência passa pela lógica dos direitos de base coletiva, como defende Harvey (2012, p. 19) na sua discussão sobre “del derecho de la ciudad a la revolucion urbana”, afirmando que “vivimos en una epoca en la que los derechos humanos se han situado en primer plano como modelo politico y ético” e que “la idea del derecho a la ciudad [...] surge de las calles, de los barrios, como un grito de socorro de gente oprimida en tiempos desesperados” (HARVEY, 2012, p. 8). E não poucos são os gritos da população de rua em seu Movimento Social ou mesmo fora dele. As pessoas da rua, como no dizer de Freire (1987), “os esfarrapados do mundo”, esses desde sempre aí, a sós, reunidos em pequeno ou grande número, não constituíam aos olhos do Estado em qualquer tempo um público, uma população, o outro complementar sobre quem o Governo estabelece seu papel de intervenção política, de gestão e de governo.

Em relação ao debate sobre sujeitos em situação de rua são usadas expressões nem sempre muito precisas, mas a desigualdade concreta vivenciada por eles é a questão central. A melhor precisão de conceitos pode auxiliar estudos e pesquisas que, ao darem visibilidade a essa realidade, contribuam com estratégias para a redução dessas desigualdades e o fortalecimento das

resistências empreendidas por esses sujeitos (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Entre as suas resistências, está sua organização em expansão pelo país, hoje presente em 14 estados da Federação. Assim se fizeram visíveis aos olhos da Ciência, do Estado e da História e lutam para que seus direitos sejam para além dos mínimos sociais universais, mas para que políticas específicas ao seu perfil e demandas sejam implementadas. As respostas do Estado Brasileiro à histórica demanda da “Pop Rua” são tão novas que ainda não há uma metodologia para seu recenseamento, visto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dispõe de contagem demográfica somente a partir de amostras domiciliares. Desse modo, foi somente no Governo Lula, por meio do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que o Estado empreendeu a primeira caracterização dessa população, abrangendo 71 municípios – capitais e cidades com 300 mil habitantes. Tratava-se da Pesquisa Nacional Censitária e por Amostragem da População em Situação de Rua, construída com uma metodologia específica para essa população “sem domicílio”.

A partir de diversos indicadores, a pesquisa sistematizou uma caracterização acerca desse segmento, o que embasou a Política Nacional da População em Situação de Rua, emitida como Decreto Presidencial nº 7053/09 (BRASIL, 2009). O decreto escapa às classificações preconceituosas que, não raro, inferem que a “Pop Rua” é composta por sujeitos perigosos, fracassados, vagabundos, mendigos, viciados, perdidos, em conflito com a Lei.

Análises sobre os processos das lutas do MNPR no Brasil – desde a organização do Movimento à implementação da Política Nacional – dão conta que a força de luta desse segmento tem se

mostrado intensa e em expansão, desde sua organização inicial em 2005 motivada pela chacina da Praça da Sé na cidade de São Paulo, em agosto de 2004. Desde então, o dia 19 de agosto se transformou no Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua em nosso país. Organizados como Movimento Social, há imensos desafios para consolidação da Política Nacional que lhes iniciou e acenou direitos; talvez o principal desafio seja a ausência de garantias para o seu financiamento regular e compartilhado para a sua implementação, já que a adesão por parte de estados e municípios é voluntária.

Desde o âmbito nacional, essa nova Política os colocava, pela primeira vez, na direção de processos públicos inclusivos. Porém, o Governo Temer, em poucos meses interveio com cortes severos nos investimentos sociais, já descaracterizando a força Ministerial do Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos. Tais retrações sobre direitos e a crise democrática na política brasileira têm sido denunciadas por entidades nacionais e internacionais, acentuadas pela aprovação da PEC 55 no dia 13 de dezembro de 2016, da Reforma da Previdência, entre outras.

No cenário global se implanta a maior concentração de renda da história produzindo uma desigualdade social sem precedentes. Os estudos de Michael Roberts (2016), economista marxista britânico, afirmam que na atualidade há mais de 2 mil multimilionários, que são realmente os donos do mundo e que, em 1% da população, se concentra mais da metade da riqueza mundial. O autor destaca ainda que enquanto o 1% de cima da pirâmide econômica tem 51% da riqueza, os 50% da sua base só têm 1%. Os outros 10% mais ricos, 140 mil pessoas em todo o mundo, possuem patrimônio superior a 50 milhões de dólares; somando os dois grupos de super ricos, eles são donos de 89% da riqueza do planeta. Essa desigualdade é o retrato mais cru da

questão social. Para haver tamanho acúmulo para tão poucos, o resultado só pode ser o roncar da fome, que subjuga pessoas à dor de seus estômagos.

Os documentos e estudos produzidos e sobretudo os modos de empoderamento do MNPR/RN desde sua organização procedem de uma relação orgânica com apoiadores que lutam por direitos humanos, destacando atividades contínuas de formação para a participação política, de geração de trabalho e renda com base na Economia Solidária. Assim, tanto os documentos quanto o movimento reconhecem o potencial e a maior autonomia nas alternativas e metodologias da Educação Popular, Agroecologia Urbana, Saúde Alternativa, entre outras potências do patrimônio popular. Nessas construções orgânicas e transdisciplinares, a dignidade da vida resiste e se reinventa, pois “talvez o desafio atual seja intensificar [...] os modos de cooperação que surgem aqui e ali, a inteligência coletiva que ferve, as contra-subjetivações que pedem passagem e redefinem nossa paisagem coletiva” (PELBART, 2008, p. 21).

O MNPR/RN, o CRDH/UFRN, a Economia Solidária e outros apoiadores formam um *corpus* social de poder político que permite ao Movimento representações em Conselhos Municipais e/ou Estaduais de Assistência Social, Saúde, Direitos Humanos e Habitação. Ainda no Conselho Nacional de Saúde – CNS, o Sr. Vanilson Torres, liderança do MNPR/RN ocupa a vaga de Conselheiro Titular como representação dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Outras lideranças de diferentes estados têm ocupado espaços significativos na gestão pública a exemplo do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) na pessoa do Sr. Leonildo José Monteiro Filho do MNPR/PR, que recebeu da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da

Justiça e Cidadania o **Prêmio Direitos Humanos 2016** por sua luta pela garantia dos direitos da População em Situação de Rua.

Estranhar e questionar por que os diferentes movimentos sociais nem sempre se articulam a partir da matriz de classe e, sobretudo, no enfrentamento da sequela mais perversa desse modo de produção que é a concentração de renda é manter vigilância sobre aquilo que o capitalismo ensina como sendo natural; a fome não é natural, ainda que assombre a história da humanidade desde sempre. A fome, no modo de produção que tem no excedente sua marca, não é sequer compreensível, mas parece tão natural que o ofuscamento sobre as materialidades históricas que expressa é reificada.

Nesse estranhamento necessário e crítico, é tempo de edificarmos com mais vigor, entre os diferentes modos de explicar e estar no mundo, os pontos que nos unem. Do mesmo modo é necessário esclarecer quais lutas, quais os elementos que nos são inegociáveis, mesmo com o alargamento das formas de compreender, explicar, caracterizar, viver e estar no mundo social contemporâneo, ou seja, praticarmos o exercício de reconhecimento mútuo que nos permita avançar com mais rapidez, sem perdermos a tenacidade ante as exigências anticapitalistas atuais.

Bauman (1998, p. 102) afirma que “ainda queremos que o trabalho seja feito. Apenas deixamos cair as ferramentas que se revelaram inúteis e procuramos obter outras que, quem sabe, ainda possam realizar a tarefa, pois as reconfigurações sociais são móveis, para o bem e para o mal” e assim sendo “[...] estamos todos – de uma forma ou de outra, no corpo ou no espírito, aqui e agora ou no futuro antecipado, de bom ou de mau grado – em movimento; *nenhum de nós pode estar certo/a de*

que adquiriu o direito a algum lugar uma vez por todas” (BAUMAN, 1998, p. 118, grifo nosso).

Somando o argumento de Demo (2005, p. 39) de que a política social, pensada de forma mais avançada, queira supor “que agora, finalmente, vamos resolver o que nunca até hoje havíamos conseguido resolver. [...] muito menos significa que vamos dar conta do capitalismo” mesmo com as prerrogativas instituídas pela Constituição de 1988, em agravo profundo no Governo Temer. Ainda como afirma Demo (2005, p. 39), “parece peremptório: no capitalismo, em especial no periférico, não é possível que o social estruture o econômico”. Nada disso afasta o MNPR do RN e de outros estados de suas lutas por políticas públicas, não há recuo, não há desistência e bem menos ingenuidade. Seu poder político tem vigor.

No cenário vindouro, teremos duas décadas de achatamento nos investimentos de direitos sociais no Brasil, o que exigirá forças vivas que se contraponham a esta e a outras formas de aprofundamento da desigualdade social. Movimentos Sociais nos ensinam sobre experiências concretas de uma gestão comunitária que busca dilatar a materialidade das políticas públicas em suas vidas e demandas. Há muitos exemplos históricos dessas conquistas, em especial no MST. Movimentos mais recentes como o MNPR terão a árdua tarefa de romper o recuo de Estado em relação a sua política, que sequer conta com orçamento vinculado ou a implementação elementar de serviços básicos, como o Consultório na Rua ou os Centros Pop.

Ainda cabe lembrar que o Encontro Mundial de Movimentos Populares, ocorrido em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em julho de 2015, tem importância política planetária, porque referenciou a agenda das lutas anticapitalistas. Lá foram declaradas pautas políticas sobre reforma agrária,

meio ambiente e problemas sociais, que traduzem a urgência da revisão do modelo econômico. Desse evento surge a Carta de Santa Cruz, representação concreta das lutas coletivas dos movimentos sociais do planeta.

Do mesmo modo que aos movimentos populares, há pautas comuns de lutas entre as diferentes profissões, regiões, instituições e políticas públicas. São muitas as frentes em que lutamos juntos, são muitas as convergências, mesmo com nuances teóricas e/ou áreas de saberes diferentes. E é porque temos contribuições diferentes que urge problematizar nossos modos de gestão para a efetivação tanto das políticas sociais que defendemos quanto para as transformações societárias que buscam superar a força da desigualdade econômica.

Considerações Finais

O enfrentamento do capitalismo contemporâneo, complexificado, mundializado e em crise estrutural requer que os movimentos sociais, os saberes acadêmico-profissionais, os ativistas e teóricos anticapitalistas de todas as ordens façam o estado da arte dos pontos de divergências e de aderência nos seus *modos operandi*, tanto para a compreensão, quanto para a intervenção crítica no mundo. Desde o debate sobre a hipótese e o desejo de que algum dia o social organize a vida econômica e política, bem como os modos de empenho para que assim o seja, exigem a paridade entre os saberes acadêmicos, os saberes populares, os saberes dos explorados, àqueles a quem nosso trabalho se destina.

Nos diferentes Movimentos Sociais, há elementos comuns de luta cotidiana em favor da vida como valor inegociável. Políticas sociais só o são sociais porque são pilares de sustentação da vida e, portanto, são um dever de Estado, possuem uma função ética desde o capitalismo e para além dele, apesar de serem microrrespostas a fissuras incuráveis na produção de um contínuo de exploração global.

Se “os esfarrapados do mundo”, organizados como Movimento Social se constituíram como segmento de intervenção política, de gestão e de governo, as possibilidades das lutas sociais da “Pop Rua” são fruto do planejamento estratégico que contribui com seu empoderamento político; são cientes de seus direitos e fortes na luta por efetivá-los. Essa potência se sustenta numa organicidade acadêmico-social de pesquisa, extensão e estágios que, enquanto se sucede, forma psicólogos, assistentes sociais, professores com refinada acuidade social; com igual relevância forma a utopia – razão de andar – de um Movimento Social tão novo quanto intenso na sua luta por direitos. As fronteiras da vida no papelão e as lutas que uma bandeira pode carregar foram ultrapassadas coletivamente, a “População da Rua” se constitui como um Movimento Social com poder político.

E essa construção coletiva do MNPR/RN e seus apoiadores continuam buscando metodologias como modos de luta para empoderamento no enfrentamento ao capitalismo contemporâneo, sobre as contribuições (e suas contradições) como classe trabalhadora para a efetivação de processos de transformações desta sociedade em que vivemos para aquela que queremos. Além dessa busca, tais sujeitos convivem concretamente com os terrores da luta pela sobrevivência elementar de cada dia a dar o tom da marcha para a maioria das pessoas que compõe

o Movimento. É justamente a formação e a sustentação deste *corpus* local de poder político, de resistência e lutas que permitem aos que dele participam as alegrias de uma *práxis* revolucionária.

Referências

ALMEIDA, H. T. **O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional da Assistência Social, 2009a.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CERQUEIRA, M. B. Pobres e pobreza: metamorfoses e fabulações. **Rev. Pol. Públ.**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 195-201, jul./dez. 2009.

DEMO, P. Capitalismo contemporâneo e política social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 32-45, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7016>. Acesso em: 3 jan. 2017.

EAGLETON, T. **As ilusões do Pós Modernismo**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes**: Del derecho de la ciudad a la revolucion urbana. Ediciones Akal: Madrid, 2012.

KOHAN, N. **Dicionário básico de categorias marxistas**. [2016]. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida. Potência da vida. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 33-43, 2008.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 191-215, jul./dez. 2011.

ROBERTS, M. **Top 1% dos adultos possui 51% da riqueza do mundo**. 2016. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2016/11/24/top-1-of-adults-own-51-of-the-worlds-wealth-top-10-own-89-and-bottom-50-own-only-1/>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SEMIONATTO, I. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 12 dez. 2012.

WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WOOD, E. M. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 3, p.118-127, 1996.

WOOD, Ellen. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DIREITOS HUMANOS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

INVESTIGANDO LIMITES E POSSIBILIDADES DE VIDA

Ana Karenina Arraes Amorim

Maria Teresa Nobre

André Felipe Jales Coutinho

Lis Paiva de Oliveira

Palomar, que sempre espera o pior dos poderes e contra-poderes, acabou por convencer-se de que o que conta é aquilo que ocorre não obstante eles: a forma que a sociedade vai adquirindo lentamente, silenciosamente, anonimamente, nos hábitos, nos modos de pensar e de fazer, na escala de valores. Analisando assim as coisas, o modelo dos modelos almejado por Palomar deverá servir para obter modelos transparentes, diáfanos, sutis como teias de aranha; talvez até mesmo para dissolver os modelos, ou até mesmo para dissolver a si próprio. Neste ponto só restava a Palomar apagar da mente os modelos e os modelos de modelos. Completado também esse passo, eis que ele se depara face a face com a realidade mal padronizável e não homogeneizável, formulando os seus “sins”, os seus “nãos”, os seus “mas” (CALVINO, 1990, p. 99).

A população em situação de rua foi historicamente marcada pela total invisibilidade política sendo as ações a ela dirigidas

– de caráter público ou filantrópico – orientadas por lógicas punitivas, higienistas ou caridosas, que carregavam no seu cerne a culpabilização dessas pessoas por suas condições de vida, evidenciando assim a omissão do Estado brasileiro diante dessa população. Essa foi a nossa primeira constatação ao receber a “encomenda” por parte da equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFRN), no ano de 2012, para realizar uma pesquisa com as pessoas em situação de rua de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

O CRDH foi criado em 2011, vinculado à então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), sendo formado por uma equipe multidisciplinar, com psicólogas, assistentes sociais, advogados, professores e professoras dos departamentos de Psicologia, Serviço Social e Educação, que ali realizavam trabalhos de pesquisa e extensão.

O Centro também constituía, à época e ainda hoje, campo de estágios curriculares para a UFRN e outras universidades locais. A equipe técnica atuava atendendo preferencialmente sujeitos coletivos e movimentos sociais, com necessidades referentes às violações de direitos, recebidas por demanda espontânea, pelo Disque 100 (dispositivo de denúncia criado pela Política Nacional de Direitos Humanos) ou em ações itinerantes realizadas pela equipe na cidade e em municípios vizinhos. Construiu-se uma agenda política e programática que atuava junto aos seguintes campos, agregados em núcleos, e funcionava como um serviço de porta aberta à população: a) Núcleo Gentileza: voltado à população em situação de rua na interface com a saúde mental; b) Núcleo Nísia Floresta: voltado à mulheres e pessoas LGBT, idosos, pessoas com deficiência e crianças, comunidades étnicas, incluindo comunidades de terreiro; c) Núcleo Marighela: voltado para o combate ao

extermínio da juventude, à tortura e à privação de liberdade, e aos movimentos agrários e urbanos.

Em fevereiro de 2016, o convênio com a SDH foi interrompido por contingenciamento de recursos do Governo Federal, passando o CRDH a atuar apenas como Programa de Extensão Universitária, articulando projetos de três professoras do Departamento de Psicologia no campo da saúde mental, população em situação de rua e juventude.

Este capítulo apresenta o nosso percurso no CRDH, por meio da pesquisa que lhe dá título. Nele, descrevemos a trajetória de uma pesquisa-intervenção, que desdobra em outras investigações e projetos, tem agregado, há seis anos, o nosso trabalho junto à população em situação de rua na sua interface com a saúde mental, em Natal.

Como tudo começou...

Desde seus primeiros meses de funcionamento, o CRDH deparou-se com graves violações aos direitos de pessoas em situação de rua, que vão desde o não atendimento em estabelecimentos públicos até a violência em suas diversas formas. Além do atendimento às vítimas de violência, o CRDH tinha como uma de suas principais funções articular políticas locais, visando ao fortalecimento da rede de serviços e do sistema de garantia de direitos e, conseqüentemente, buscando um atendimento de qualidade para as pessoas atendidas. Curiosamente, a maior parte dessas denúncias dizia respeito a moradores e pessoas em situação de rua da zona leste da cidade, que é também a que concentra um maior número de serviços voltados para

essa população. Observávamos, assim, uma contradição que anunciava o embate que teríamos posteriormente com alguns desses equipamentos.

De maneira geral, o que se observava em Natal, em relação aos serviços voltados às pessoas em situação de rua era um quadro reduzido de instituições, as quais realizavam práticas assistencialistas, contribuindo para a manutenção da situação de “morar na rua”. Por outro lado, a academia também se mostrava distante de tal contexto, uma vez que eram e ainda são poucos os estudos, projetos de pesquisa e extensão voltados para a referida população.

Nesse contexto, a equipe do CRDH nos pedia a colaboração no sentido de produzir conhecimentos sobre esse público que endereçava ao Centro denúncias graves de violações de direitos e sobre quem se tinha pouca ou nenhuma informação. Quem eram essas pessoas? Como viviam? Que violações de direitos sofriam? Como era a relação delas com os aparatos do Estado? Eram as perguntas que nos fazíamos, ao aceitar a encomenda da pesquisa. Assim, resolvemos começar um trabalho que era duplo e indissociável: estudar sobre a população em situação de rua e conviver com pessoas nessa condição em nossa cidade, no sentido de poder produzir algumas intervenções de afirmação de seus direitos e de suas vidas.

Como pouco sabíamos a respeito, estávamos como Palomar: sem modelos que nos servissem de orientação! Muitas foram as tentativas de adaptação dos modelos de pesquisar e de nos aproximar das pessoas (que a Psicologia nos ensinara) que tentávamos lançar mão. Foram muitas as abordagens malsucedidas, muitos os não, alguns “talvez” e poucos surpreendentes “sins” por parte das pessoas de quem nas ruas nos aproximamos. Nos apegamos aos “sins” e fomos

“criando jeito”. Juntos e cada um a seu modo contribuíamos na invenção de modos de aproximação, construção de parcerias e amizades que foram se fazendo ao longo desses seis anos de trabalho. Aprendemos com a etnografia, com as cartografias, com a educação popular, com os movimentos sociais, com as formações políticas, com os acompanhamentos terapêuticos e políticos criados no percurso, fazendo acontecer um processo de pesquisa-intervenção (ROCHA; AGUIAR, 2003), no sentido mais vivido e encarnado que nos foi possível.

Discutida a “encomenda” da equipe e delimitando sua demanda, construímos juntos com ela um projeto de pesquisa-intervenção que foi se transformando e se desdobrando em outros pequenos projetos de pesquisa e extensão nele abrigados. Fomos convidando pessoas (pesquisadores/as, professores/as, estudantes de várias áreas que tinham parcerias com o CRDH) e aos poucos formamos uma equipe de trabalho por onde passaram mais de 15 bolsistas de pesquisa e extensão, mestrandos, doutorandos e uma pós-doutoranda¹². E o mais importante: pessoas em situação de rua, lideranças do que veio a se constituir como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RN) no estado foram integrantes da primeira composição da equipe e conosco estudaram e desenvolveram

¹² Equipe da pesquisa: Ana Karenina de Melo Arraes Amorim – coordenadora; Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira – vice-coordenadora. Bolsistas de Iniciação Científica entre 2013 e 2015 (PIBIC/PROPESQ): André Felipe Jales Coutinho; Lis Paiva de Medeiros; Francisco Emanuel Soares Gomes; Ana Heloysa Pinheiro de Araújo; Nathânia de Medeiros Oliveira; Daíse Fernandes Dantas; Nuara Hayra Fernandes Barreto, Erick Cauann Marques Alencar e Paula Laís de Lima e Silva. Bolsista do CRDH – Fernando Joaquim da Silva Junior. Aluno voluntário: Pedro Rafael Silva de Oliveira.

ações, nos ensinando a “manguear”¹³ para fazer pesquisa e intervenção na rua.

A história e a realidade que justificou a pesquisa-intervenção

O estudo nos ensinou muitas coisas sobre outras realidades e sobre as bases da então recente Política Nacional da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) e sua história na realidade brasileira.

Ao longo da história do país, à população em situação de rua tem sido reservado um lugar social de inclusão perversa (SAWAIA, 2001). Cercados de estereótipos – “vagabundos”, “mendigos”, “criminosos” –, confundem-se com o cenário urbano e, como é apontado por Silva (2006), configuram-se como um produto do sistema e das desigualdades provenientes do capitalismo. Adiciona-se ainda o papel das instituições caritativas, principalmente de caráter religioso, como prestadoras de algum nível de assistência a essa população, que não cessa, entretanto, de ser vítima de inúmeras violações de direitos humanos e de estar vulnerável a muitas violências cotidianamente.

¹³ Manguear é um verbo da rua que aprendemos nesse processo e que diz respeito ao ato de conseguir algo por meio da palavra ou, mais especificamente, da retórica, por pessoas em situação de rua. É algo que tem relação com a arte de contar uma história (real, fictícia ou com um pouco de realidade misturado com outro pouco de ficção) a fim de conseguir algo, como dinheiro, comida, passagem de ônibus, drogas...

O primeiro modelo de política voltado para esse segmento remonta ao papel de um Estado violador, que validava ações de cunho criminalizatório e repressivo pelos seus agentes. A política existente nesse cenário referia-se exclusivamente à higienização social, em que as pessoas que viviam em situação de rua eram violentamente retiradas dos centros urbanos. Nesse sentido, o Estado legitimava o ideário da classe dominante, que discriminava e culpabilizava o sujeito pela situação em que se encontrava, como se o Estado de Direitos fosse realmente de direitos para todos (BRASIL, 2008).

A inexistência de políticas sociais voltadas para esse seguimento perdurou, em todos os níveis de governo – Federal, Estaduais e Municipais, até a década de 1990. Embora o Estado brasileiro, nessa década, tenha adotado a política neoliberal, reforçando a sua omissão na garantia de políticas públicas que confirmassem direitos sociais, é possível constatar nesse período algumas iniciativas na agenda de governos municipais, voltadas para a proteção e inclusão social de pessoas em situação de rua (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, um marco para a transformação dessa história foi a criação do Movimento Nacional da População de Rua, o MNPR. Esse fato, porém, não se dissocia da história de violências a que esse segmento é submetido: o movimento teve origem após o que ficou conhecido como o Massacre da Praça da Sé, em São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, quando sete pessoas que dormiam no local foram brutalmente assassinadas e outras oito ficaram feridas. Tal acontecimento suscitou uma movimentação por parte dos próprios moradores que ali viviam, dando início a um processo de articulação e organização nacional das pessoas em situação de rua, fortalecido por outros movimentos sociais, cuja pauta era a luta contra a violência

e a impunidade (FERRO, 2012). Desde então, a organização do MNPR tem produzido ações relevantes na luta pela garantia e ampliação dos direitos das pessoas em situação de rua, tendo em vista sua condição de sujeitos históricos, afastando-se das relações comuns de caridade para uma perspectiva de cidadania. Como consequência da reivindicação desses sujeitos, essa problemática passa a fazer parte da agenda do Governo Federal e, em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assume essa discussão, possibilitando a participação da sociedade civil no debate público e na formulação de políticas públicas destinadas a esse segmento populacional.

Desse modo, com o objetivo de ampliar a discussão das políticas sociais destinadas a essa população, em 2006, a Presidência da República criou um Grupo de Trabalho Interministerial, expandindo o debate desse contexto tão complexo para as áreas da saúde, educação, direitos humanos, habitação e cultura (FERRO, 2012). E, três anos depois, foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, por meio do Decreto-Lei 7.053/2009 (BRASIL, 2009). Essa política reconhece a população em situação de rua como um grupo populacional marcado pela heterogeneidade, mas que possui, como aspectos em comum: a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular; habitam os espaços públicos e dele retiram renda de forma provisória ou permanente. Um grande segmento dessa população faz uso do acolhimento temporário das instituições, como os albergues noturnos e as pousadas sociais. O entendimento da população em situação de rua muda a perspectiva naturalizante da condição de morador de rua e todos os encargos associados a essa figura social, para outra que considera a diversidade de modos de vida na rua.

Um marco importante no processo da construção dessa política foi a pesquisa realizada pelo MDS em 2008, que abrangeu 71 cidades brasileiras, das quais 23 eram capitais. Esse levantamento constatou que nas capitais e nas cidades com mais de 300 mil habitantes, vivem aproximadamente 50 mil adultos em situação de rua, não sendo contabilizados crianças e adolescentes (FERRO, 2012). Essa é a estimativa do grande número de pessoas que são violadas diariamente em seus direitos básicos e o que se percebe é que os serviços públicos disponíveis não se prepararam para trabalhar com as demandas complexas dessa população que sofre cotidianamente processos de exclusão, invisibilidade, mendicância, drogadição e violência (SOARES, 2004).

No Estado do Rio Grande do Norte, a realidade não difere. De acordo com a pesquisa realizada pelo Brasil (2008), em Natal, foram contabilizados 223 adultos. Essa foi a única pesquisa existente até 2013, por isso é possível afirmar que o número atual pode ser bem mais elevado, o que exige políticas e serviços socioassistenciais e de saúde, habitacionais e de geração de emprego e renda que possam atender às necessidades e demandas dessa população.

No quadro das políticas voltadas a essa população em Natal, observa-se que essa efetivação ainda não está de acordo com o preconizado pelo Decreto-Lei 7.053/2009. Há na cidade três serviços de atendimento a pessoas em situação de rua, contudo apenas em 2017 foram dados os primeiros passos para a criação de uma política estadual para a população em situação de rua, sendo que o próprio Comitê Intersetorial ainda não foi concretizado, como é previsto no referido documento:

Art. 3º. Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população” (BRASIL, 2009).

Os serviços disponíveis a esse segmento populacional em Natal, todos instituídos em 2011, são: o Albergue Municipal (unidade de acolhimento institucional temporária, oferece abrigo noturno), o Centro de Referência Especial de Assistência Social para População em Situação de Rua – Centro Pop, que é responsável pela identificação e inclusão das pessoas em situação de rua na rede socioassistencial – e o Projeto Consultórios na Rua (CnaR), ligado à Política de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, com apenas três equipes que funcionam articuladas à rede de saúde pública local para atenção a essa população. O projeto é composto por uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos/as, assistentes sociais, enfermeiras e técnicas de enfermagem. Falta às equipes a figura dos redutores de danos, pois a proposta dos CnaR é trabalhar os casos de drogadição por meio dessa abordagem, cujas estratégias de ação não preveem abstinência como critério norteador da interação com o usuário do serviço de saúde.

Inclusive, a redução de danos é um modelo de intervenção adotado pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e deve orientar as práticas pertinentes à Política Nacional de Saúde Mental (PNSM). Esta deve prestar assistência a pessoas com transtornos psíquicos e uso problemático de álcool e outras drogas e é operada pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos, Ambulatórios, Núcleos de

Apoio à Saúde da Família (NASF) ligados à atenção básica. Esses dispositivos compõem a rede de atenção psicossocial (RAPS) que, devido ao alto grau de vulnerabilidade das pessoas que se encontram em situação de rua, acabam sendo bastante demandados pelos serviços da Política de Assistência Social que na maioria das vezes atuam como a porta de entrada para essa população.

Diante desse quadro e do nosso “não saber” sobre as pessoas em situação de rua da cidade, a pesquisa que propusemos teve como objetivo conhecer a população em situação de rua, no que se refere à construção do seu perfil psicossocial, às suas condições de vida e às possíveis violações de direitos humanos de que são vítimas. Por defendermos a impossibilidade da neutralidade na prática da pesquisa e a indissociabilidade entre duas dimensões que a constituem – conhecer e intervir – optamos pelo método da pesquisa-intervenção, sobre o qual discutiremos adiante. Acreditamos que essa dupla inserção no campo da pesquisa nos permitiria conhecer essa realidade de modo que o conhecimento coletivamente produzido pudesse subsidiar as políticas públicas de inclusão social, atenção psicossocial, saúde e habitação, além de contribuir para a qualificação da atenção prestada nas instituições e nos serviços destinados a esse segmento. Interessava-nos, ainda, promover a aproximação de estudantes (de Psicologia, Serviço Social, História, Pedagogia, Gestão de Políticas Públicas e Direito) dos contextos e das histórias de vida dessas pessoas buscando assim contribuir para a formação de futuros profissionais, afirmando o compromisso social da academia frente à garantia de direitos humanos fundamentais, especialmente junto a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

Para tanto, traçamos como objetivos específicos: 1) identificar os serviços públicos que têm como foco a população adulta em situação de rua; 2) traçar um perfil psicossocial dessa população; 3) conhecer suas condições de vida a partir do que essas instituições já conhecem e de outras informações das próprias pessoas em situação de rua; 4) identificar as violações de direitos das quais essa população é vítima, por meio dos próprios sujeitos e dos profissionais das instituições mapeadas; 5) fomentar a participação política e social dessa população na construção de políticas públicas e em outras instâncias, por intermédio de ações dos movimentos sociais e de outras ações coletivas.

Os caminhos metodológicos da pesquisa

Para alcançar os objetivos da pesquisa, como já dito, tomamos como fundamento a perspectiva da pesquisa-intervenção, que se situa entre as chamadas pesquisas participantes. Rocha e Aguiar (2003) as colocam dentro de um paradigma de contraposição ao modelo científico clássico, o qual pressupõe uma separação entre sujeitos pesquisadores e objetos pesquisados, sendo estes últimos analisados de forma afastada e imparcial, na busca de uma verdade generalizável (universalizante), a qual se organiza por meio das racionalidades que reproduzem o *status quo*. Em sua crítica, as pesquisas participantes ou participativas englobam, além da pesquisa-intervenção, a pesquisa-ação. Buscam também, ao contrário de uma neutralidade científica, aproximar a atividade da pesquisa do trabalho social, na medida em que têm como norteadora a

aproximação entre os clássicos polos científicos: sujeito/objeto, teoria/prática, ciência/política. Em se tratando da pesquisa-ação, essa aproximação se refere ao objetivo de transformação concreta da realidade, pressupondo que os participantes da pesquisa compartilham com os pesquisadores uma condição de sujeitos histórico-sociais e, assim, devem ter papel ativo na construção do processo de pesquisar e transformar a realidade. O saber acadêmico interage, desse modo, com os saberes populares dos sujeitos individuais e coletivos no sentido de funcionar como ferramenta de ampliação das vidas. É interessante lembrar também o que é trazido por Rizzini (1999), quando afirma que, na pesquisa social, o pesquisador não deve ocupar um lugar de “iluminado” ou “salvador” daquela comunidade, daqueles participantes, e sim deve estar sempre atento à sua posição no campo, num movimento de criticidade em relação a si e à problematização em relação ao fazer pesquisa. Nesse sentido, há também a necessidade de que ele tenha clareza de que seu lugar, sua história e sua identidade diferem daqueles participantes, de modo que a sua aproximação não faça com que ele se funde ao grupo.

Já a pesquisa-intervenção propriamente dita, apesar de se incluir nas características anteriormente citadas referentes à pesquisa-ação, possui especificidades que, partindo da influência do movimento socioanalítico francês, também caracterizam a pesquisa como ato político. Desse modo, ela propõe intervenções desde a intensividade molecular até a extensividade molar e/ou vice-versa, abrangendo os componentes das ordens micropolíticas conectadas com os blocos de (des)ordem macropolítica, compreendendo a relação de interferência mútua entre sujeito e objeto não como uma barreira para

a pesquisa, mas, sim, como uma condição para que a própria pesquisa aconteça (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Rocha e Aguiar (2003) situam essa perspectiva na genealogia foucaultiana, em que a pesquisa-intervenção crítica e amplia a base teórica da pesquisa-ação ou pesquisa participante. A pesquisa-intervenção possibilita, por meio da implicação, a análise dos lugares ocupados pelos sujeitos participantes da pesquisa, além de procurar analisar os processos sociais que ocorrem em um determinado contexto.

Tendo em vista que pretendíamos discutir as experiências de violação de direitos sofridas por pessoas em situação de rua nos diferentes contextos institucionais públicos a que recorrem, buscamos colocar em análise a implicação dos atores envolvidos, convocando todos a refletirem sobre o seu papel na produção do cotidiano. Como pesquisadoras e pesquisadores, também colocamos constantemente em análise, durante o processo da pesquisa, a nossa própria implicação com o campo, com as pessoas e com as instituições que nos atravessavam (a universidade, a Política e as políticas públicas, o Estado etc.) e em que medida elas nos dirigiam ou capturavam no sentido da produção de práticas discursivas e não discursivas, movidas por forças instituintes (produzindo o novo) ou instituídas (que tendem à permanência e à reprodução).

Nessa perspectiva, a noção de implicação é destacada em oposição à perspectiva de neutralidade positivista. A implicação do pesquisador com seu campo de pesquisa e dos participantes, percebendo que lugar ocupa nesse processo e no mundo, é parte vital dessa perspectiva (LOURAU, 1993).

Desse modo, as estratégias metodológicas que elegemos procuraram trabalhar com a possibilidade de o pesquisador “contribuir efetivamente com os problemas de um coletivo

pesquisado, ou seja, sua capacidade de dispor de instrumentos teórico-metodológicos em prol dos objetivos existentes no grupo sob o qual sua ação vai-se debruçar” (PAULON, 2005, p. 20).

Com base nessa perspectiva teórico-metodológica, desenvolvemos o trabalho da pesquisa-intervenção a partir dos procedimentos metodológicos descritos a seguir.

1) Precedendo a entrada no campo e durante todo o processo da pesquisa, realizamos uma revisão bibliográfica a partir de material bibliográfico secundário impresso na forma de livros, capítulos de livros, artigos científicos, teses e dissertações ou em forma digital na internet sobre o tema; e de material bibliográfico primário, que incluiu documentos, material de divulgação, relatórios etc., colhidos com os diversos atores individuais, grupais e institucionais que encontramos no município de Natal. Esse levantamento contribuiu para o conhecimento e a contextualização dos modos de vida na rua e para a caracterização da população local em situação de rua, do ponto de vista psicossocial, bem como a identificação dos recursos, das políticas e das ações governamentais existentes voltados para essa população.

2) Quanto ao trabalho de campo, utilizamos uma série de procedimentos e técnicas de investigação e produção de dados. A primeira delas foi a busca ativa e visitas aos pontos de concentração de pessoas em situação de rua a partir da contribuição dos informantes-chave (profissionais dos serviços identificados). Depois aplicamos um questionário sistematizado, que seguiu o modelo da pesquisa nacional sobre população em situação de rua (BRASIL, 2008), com algumas dimensões e questões acrescentadas, com o objetivo de traçar um perfil psicossocial da população em situação de rua de Natal.

As entrevistas foram realizadas, num primeiro momento, seguindo o questionário, mas se ampliaram para além dele, produzindo histórias de vida. Boa parte das idas ao campo foi registrada em diários de campo, que eram lidos e discutidos semanalmente pela equipe, em reuniões de orientação dos projetos de pesquisa, extensão e supervisão de estágios. Os diários construídos a partir da experiência etnográfica no campo traziam tanto o registro dos fatos, as narrativas das pessoas, as descrições dos ambientes e do vivido, como também as impressões e inquietações das/os pesquisadoras/es, servindo assim como analisadores importantes no processo de análise das implicações da equipe da pesquisa.

Nosso campo foi constituído por locais onde havia maior concentração de pessoas em situação de rua. Na Zona Leste de Natal, onde há um grande número de pessoas em situação de rua, as entrevistas ocorreram em dois pontos: no bairro da Ribeira, que faz fronteira com o centro da cidade, e na Praça Vermelha, no centro da cidade, onde se distribuía um café da manhã que concentrava cerca de cinquenta pessoas e era promovido semanalmente por grupos religiosos. Esse se constituiu como nosso principal campo. Realizamos também o trabalho de campo em um canteiro na frente da Rodoviária Nova no bairro da Cidade da Esperança, na Zona Oeste da cidade, e em outro café da manhã semanal, promovido por uma igreja evangélica, na Zona Sul. As entrevistas eram realizadas, muitas vezes, enquanto as pessoas viviam seu cotidiano: no momento em que comiam, trabalhavam, descansavam ou estavam em busca de comida ou trabalho, iam conversando conosco. Assim, as entrevistas se tornavam mais complexas e ricas, de modo que as inconstâncias da rua se faziam presentes na prática da pesquisa.

Além do quantitativo de 159 entrevistas realizadas a partir dos dados do questionário, a pesquisa abarcou também o trabalho etnográfico de acompanhamento das rodas de conversa e oficinas temáticas realizadas pelo Movimento da População de Rua em Natal e de eventos promovidos pelo CRDH, cujas pautas giravam em torno das experiências, vulnerabilidades, dificuldades de se viver na rua, da precariedade dos recursos públicos e das dificuldades na relação com os equipamentos das políticas públicas que atendem a população de rua. Esses eventos fomentavam a produção do coletivo e também tinham um caráter de organização política, no sentido de traçar estratégias para o encaminhamento de demandas imediatas ou a médio e longo prazo, a serem dirigidas ao Estado. Assim, a partir da experiência no campo com a aplicação dos questionários e registros de histórias de vida, passamos a trabalhar também com as narrativas que eram produzidas nos encontros que fazíamos: rodas de conversa, cursos, oficinas e eventos.

Tem lugar de destaque nesse processo as reuniões semanais do Movimento da População de Rua, da qual participaram e participam, ainda hoje, alunos e alunas bolsistas de pesquisa e extensão, estagiárias e estagiários de diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFRN e de outras instituições de ensino superior e profissionais de diversas áreas. Nesses encontros semanais que cumprem o papel importante de assessoria à organização política do MNPR/RN, também se trocam experiências sobre a vida cotidiana, partilham-se dificuldades e necessidades, conquistas, vitórias e desafios, contam-se causos e histórias, festejam-se alegrias e compartilham-se dores, saberes e afetos. São momentos de fortalecimento do coletivo e das pessoas, de produção de vínculos e de fomento à grupalidade.

As rodas de conversa – principal metodologia utilizada nos eventos realizados pelo e com o MNPR/RN – como já dito, abordam os relatos sobre as vivências e percepções acerca das condições de vida, violações de direitos de que são vítimas e formas de enfrentamento. A escolha por esse formato de rodas de conversas justifica-se por permitir que os processos de diálogo – discussão e investigação – possam estar vinculados às próprias demandas e realidades das pessoas com quem é desenvolvido o trabalho. A ideia é a de que a discussão sobre direitos humanos e promoção de cidadania possa ocorrer de forma espontânea e livre de fatores que se interponham à comunicação, de modo a potencializar reflexões acerca de uma cultura de promoção e defesa de direitos humanos (ABADE; AFONSO, 2008).

Por fim, numa parceria entre o CRDH/UFRN e o MNPR/RN, ao longo desses seis anos foram realizados: um Curso de Formação Política em que foram abordadas temáticas presentes no cotidiano de quem vive (n)a rua e outros conteúdos pertinentes à organização da categoria; um curso de inclusão digital (o TEC Rua); o I Seminário LGBT da População de Rua; e quatro seminários estaduais (I, II, III e IV Seminário Potiguar da População em Situação de Rua) para a tematização e discussão das violações de direitos dessa população, suas demandas e reivindicações referentes à implementação da política pública local para esse segmento populacional, com profissionais e representantes do Estado responsáveis pela construção e efetivação dessas políticas. Desses eventos participaram também docentes e discentes da UFRN e de outras instituições públicas, privadas e do terceiro setor. As discussões realizadas nesses eventos, encontros, cursos e rodas de conversa foram registradas em atas de reuniões e diários de campo que, ao lado

de um vasto acervo de registros fotográficos dessas ocasiões, formam um relevante banco de dados sobre a população em situação de rua na cidade de Natal.

Para a apresentação e análise dos dados¹⁴, foi feita uma primeira leitura do material, a partir da qual foram criadas categorias que orientaram eixos de análise e, assim, produziram conexões e distinções entre eles, que apresentaremos a seguir, chamando atenção para o fato de que não caberia no escopo deste capítulo apresentar e discutir todas as categorias. Assim, focalizamos nos dados relativos a dois eixos analíticos.

Eixo 1 – *Condições de vida e perfil psicossocial* da população em situação de rua de Natal, no qual tratamos, além de indicadores sociais dessa população – como acesso a direitos de saúde, à escolaridade, à assistência –, de elementos que dizem respeito ao contexto da rua, suas especificidades, as dificuldades que ela interpõe, e as possibilidades que proporciona.

Eixo 2 – *Itinerários institucionais*, no qual, a partir da leitura dos diários da nossa inserção no campo, traçamos em linhas gerais os caminhos percorridos por pessoas em situação de rua em busca da garantia dos seus direitos ou, muitas vezes, de sobrevivência, por entre as redes de assistência formal – fornecida pelas políticas públicas.

¹⁴ Para este capítulo, focalizamos nos dados quantitativos que pudemos compilar, de modo que o leitor tenha uma noção mais panorâmica do público-alvo do trabalho. Os dados que dizem das narrativas, das histórias de vida e das análises de nossas implicações no campo de pesquisa serão melhor explorados nos Capítulos 12, 13 e 14 deste livro, por meio do relato de outras pesquisas e experimentações que dialogam com a pesquisa aqui discutida e estão, direta ou indiretamente, a ela vinculadas.

Os achados da pesquisa e o que podemos pensar sobre eles

Eixo 1 – Condições de vida e perfil psicossocial

De forma geral, os principais resultados revelam semelhanças em relação ao perfil geral da população em situação de rua traçado pela pesquisa realizada pelo MDS (BRASIL, 2008), do mesmo modo que também se aproxima dessa pesquisa nacional a constatação de que há na rua uma multiplicidade que é própria da vida social brasileira.

Assim, as pessoas em situação de rua que encontramos em Natal são, em sua maioria, homens (61%), mas há também mulheres (11,9%) e outros gêneros ou transgêneros (4,4%). São naturais do Rio Grande do Norte 66,7% deles, sendo que 41,5% nasceram em Natal. Declaram cor parda ou negra (43,4%) e possuem idade entre 26 e 45 anos (57,9%), ainda que chame a atenção o número de idosos na rua (3,8% tem idade igual ou mais de 60 anos). Possuem diferentes níveis de escolarização, saberes e acesso à cultura, sendo que a maioria é alfabetizada (79,2%). 50,9% possuem o ensino fundamental incompleto, e 26,4% cursaram o ensino médio, ainda que sem cursos profissionalizantes (60,4%), com apenas 17% tendo realizado esse tipo de formação. Com relação à identidade religiosa, a maioria declara possuir religião de “matriz cristã” (59,7%); 0,6% se afirma a partir de alguma das religiões “afro-brasileiras”; 0,6% de “outra” religião; e 13,8% “sem religião”. Quanto ao estado civil, declararam-se “solteiro(a)” (72,3%). No que se refere ao acesso a benefícios governamentais: 61% não têm Bolsa Família, aposentadoria ou outro benefício assistencial ou direito previdenciário, ainda que 79,2% sejam usuários do SUAS ou já tenham percorrido, em seu itinerário de vida na rua, serviços como o CRAS

ou o CREAS ou o Serviço de Acolhimento Noturno “Albergue Municipal”. Possuem de cinco ou mais documentos 47,8% das pessoas, incluindo: carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, certidão de nascimento/casamento, cartão SUS, cadastro único. Ressalta-se também que declaram ser vítimas de discriminação e violência (39%) em locais como estabelecimentos comerciais, shoppings centers, transportes coletivos, bancos, órgãos e serviços públicos; sendo que 61% afirmaram ser vítimas de violência policial (Guarda Municipal ou Polícia Militar). Entre as razões atribuídas para estar na rua, nossos dados também seguem a tendência da pesquisa nacional, na qual os entrevistados relataram diferentes motivos, tais como: histórias de violência doméstica (11,9%), rupturas com familiares (56,6%), desemprego (39,6%), uso de álcool e drogas (52,8%), doenças em geral (HIV, transtornos mentais etc.) (5,7%). Essas razões não aparecem isoladamente, indicando um quadro complexo e ao mesmo tempo singular com relação às histórias de vida dessas pessoas, como discutido em outros capítulos deste livro.

Para além desse quadro amplo, a vida nas ruas se concretiza por meio de singularidades, construídas a partir das experiências e das solidariedades, da vida que se diria privada, mas vivida no espaço público: a alimentação é peculiar, o sono, a higiene, o trabalho – a rotina, em última análise. Esse contexto levanta um tema transversal a todas essas práticas cotidianas: as táticas, definidas por Certeau (1998) como “a arte do fraco”, isto é, as astúcias cotidianas, os improvisos que fazem uso hábil do tempo, quebram fugazmente a ordem estabelecida. Isso se revela no nosso trabalho em diversas situações relatadas, a exemplo de invenções para escapar de uma situação de perigo, de “manhas” para conseguir “uns trocados”,

expressas sobretudo na arte de “manguear”. Trata-se também de experimentações e saberes sobre o próprio corpo – sobre quando e como se alimentar, como usar droga, quando, onde e como é possível dormir, ou quando se deve passar a noite em claro, alerta. Elas também dizem respeito aos usos incomuns dos espaços, originalmente desfeitos de sua utilidade original para atender a necessidades ou vontades outras, imanes. Nesse sentido, as pessoas na rua, as vidas na rua se associam aos potentes espaços vazios, evocados por Venturini (2009, p. 218), como “espaços ou funções não catalogadas, não encerrados em uma definição”.

Perguntei a [uma das participantes] o que acontecia naquele prédio abandonado e ela me respondeu que lá as pessoas trocam de roupa, fazem sexo, se prostituem, usam drogas, fazem suas necessidades fisiológicas, etc. Fiquei surpreso com a multiutilização do local (Fragmento de diário de campo de 02/10/14).

Espaços de ocupação da cidade em suas bordas, em suas margens, em seus “vazios”. As invenções dos usos do espaço foram constatação frequente no percurso de pesquisa, indicando-nos caminhos para acompanhar as condições de vida dessas pessoas. Assim, a rua também revela seu próprio saber: cotidiano, vindo de durezas e amarguras, mas também de potências:

Quem está na rua só atrai o ímpar, nunca atrai o par.
Quem está na rua é só por hoje. A vida na rua é sofrida
e ao mesmo tempo é coragem. A vida na rua é aceitar
coisas que eu não posso modificar (Fragmento de
história de vida¹⁵, narrado no dia 29/09/2014).

Entre o sofrimento e a coragem, exigidos pelas condições precárias de vida, encontramos: ausência de espaços para fazer higiene, se alimentar, dormir, entre outras necessidades básicas para a sustentação da vida. Foi possível saber que a maioria vive de trabalhos informais (76,1%) e/ou mendicância (46,5%). Alimentam-se duas vezes ao dia (23,3%) e três ou mais vezes (59,7%). Entretanto, 15,7% das pessoas entrevistadas não conseguem se alimentar ou se alimentam apenas uma vez por dia.

Dessa forma, ao entrarmos em contato com o cotidiano dos participantes, foi notável perceber as durezas e dificuldades que são efeito de estruturas macrossociais reprodutoras de formas de exclusão social e que não podem ser facilmente dissolvidas. Isso se concretiza na vida de quem está na rua por meio de mecanismos de exclusão social, por exemplo, com a dificuldade de conseguir empregos, ou de forma mais sutil e micropolítica, na convivência com os olhares tortos e o preconceito.

¹⁵ Fragmento de história de vida, narrativa produzida por um dos pesquisadores, bolsista de iniciação científica, do projeto “Direitos Humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida” (PROPESQ/UFRN – 2014-2016), a partir das conversas informais com as pessoas em situação de rua acompanhadas.

Para Escorel (1999, p.16), a exclusão social é um processo no qual os “indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana”. Assim, para essa autora, os processos de exclusão envolvem, como constatamos, trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade das condições de vida, além de rupturas dos vínculos nas dimensões sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana.

Castell (1998), por sua vez, lembra que a exclusão social não diz de uma condição estática que fixa os indivíduos em áreas de destituição e salienta o processo dinâmico que os fazem transitar da integração social à vulnerabilidade e deslizar da vulnerabilidade para a “inexistência social” ou “desfiliação” para designar o desfecho desse processo, ao tratar de “estados de privação”.

Os processos de exclusão e os preconceitos relatados nas entrevistas aparecem muitas vezes traduzidos em violência física e simbólica. Como é dito por Frangella (2004, p. 63):

Por um lado, tem-se a tecnologia de vigilância – grades, cadeados –, que negam incessantemente aos sem-teto um lugar na rua, reforçando contraditoriamente a sua circulação, a violência física e simbólica de policiais, de grupos de extermínio e a de transeuntes.

Entre as violências e violações de direitos relatadas, chama a nossa atenção aquela cujo principal agente é o Estado. Assim, 61% dos nossos entrevistados declararam já ter sofrido violência policial e relatos de: “Nunca sofri, mas já vi na minha

frente neguinho ser espancado pela guarda” ou “nunca sofri, mas sei que acontece muito”, também foram comuns. Essas violências, não raro, apresentam um caráter de higienização urbana, naturalizada ou mesmo burocratizada – quando policiais “justificam” as ações como parte do seu trabalho. Há também a criminalização dos chamados “descartáveis urbanos” (VARANDA; ADORNO, 2004), até o ponto de muitos relatos nos falarem de uma verdadeira banalização da vida e da morte. Ficou evidente como são tratados e sentem-se como “ninguéns” ou “invisíveis” e daí essa noção de “descarte social” que, segundo Santos (2003), constitui a perversão da sociedade capitalista globalizada em que há uma relação nodal entre o descarte de produtos e de seres humanos, a aproximação inegável entre as pessoas que vivem nas ruas e o lixo urbano das cidades do qual elas sobrevivem. Tal aproximação torna a população em situação de rua alvo de ações de “limpeza das vias públicas” ou “remoção” de pessoas para serviços assistenciais com a única finalidade de higiene urbana, uma vez que essas ações não vêm acompanhadas da oferta da construção de outras possibilidades de vida para as pessoas “recolhidas”. Tem-se, assim, uma relação perversa entre as pessoas em situação de rua e as ações e políticas de Estado, não só da segurança pública, mas presente em outras políticas públicas, que se evidencia nos itinerários que constroem no seu cotidiano com os aparatos institucionais, como veremos a seguir.

Eixo 2 – Itinerários institucionais

No âmbito das políticas públicas, sobretudo as da rede socioassistencial, muitos relatos denunciam mal funcionamento dos serviços, impedimentos ou barreiras de acesso às pessoas em situação de rua e ainda suspensões e desligamentos arbitrários, preconceitos de muitas ordens, em especial referentes a

questões de gênero e devidos à falta de habilidade no manejo e na mediação de conflitos (o que exigiria uma formação específica), o que leva ao desrespeito das diretrizes e dos princípios de integralidade, universalidade e equidade das políticas públicas brasileiras. Na nossa pesquisa, o percentual de pessoas impedidas de entrar em instituições públicas foi de 14,5%, sendo que 39% relataram já ter sofrido discriminação ou violência em serviços públicos, e 36,5% delas não utilizaram qualquer serviço público para sua higiene pessoal e alimentação. Observa-se um esforço individual de abertura e acolhimento de alguns profissionais desses serviços, mas a falta de uma diretriz política bem estruturada e ao mesmo tempo flexível, voltada às singularidades dessa população, aliada à falta de autonomia no exercício profissional, os impedem de avançar, levando muitos ao adoecimento e ao desânimo.

As violações de direitos estão presentes no que denominamos de itinerários institucionais traçados por essa população. Esses itinerários envolvem os pontos de atenção das redes formais de saúde e assistência, com as quais as pessoas têm pouco ou nenhum vínculo. Assim, vemos que os vínculos com as redes formais são frágeis, já que estas não abarcam as demandas dessa população e produzem uma série de barreiras culturais (preconceitos, interditos etc.) e burocráticas ao acesso dessas pessoas. Varanda e Adorno (2004) indicam que essas fragilidades nas políticas públicas na atenção à população de rua relevam a insuficiência do Estado para lidar com a complexidade do fenômeno e contribuem com a responsabilização e penalização dos próprios sujeitos por sua situação de risco e vulnerabilidade. Diante das dificuldades de acesso, atendimento e continuidade do cuidado pelos serviços, constroem-se redes alternativas, geralmente compostas por instituições caritativas, familiares,

amigos, que acabam por intervir de forma paliativa na atenção às necessidades e à produção da vida cotidiana dessas pessoas.

Além disso, o afastamento ou a pouca vinculação entre as redes de saúde e assistência produz desvios nos fluxos dos modelos de atenção propostos oficialmente, que claramente não se desenham a partir das necessidades das pessoas em situação de rua ou em condições de vulnerabilidade. Isso se revela, por exemplo, na relação com os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), no qual a porta de entrada torna-se o hospital e não a atenção básica, ou quando as pessoas que fazem uso problemático de drogas buscam as Comunidades Terapêuticas antes mesmo de se vincularem a um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou ao Centro Pop. Chama a atenção o fato de que os hospitais gerais e as urgências são aqueles serviços mais acessados (15,7%), o que indica a distância entre a rede de saúde e o território habitado por essas vidas que apresentam problemas de saúde cotidianamente (76,7%). Além disso, 25,8% delas não faz uso de qualquer serviço público de saúde quando fica doente, e 54,1% não têm acesso a medicamentos por meio dos serviços públicos quando necessita.

O caso específico dos problemas de saúde mental descritos nas entrevistas como “doença mental/psiquiátrica” ou “psicológica/depressão/dos nervos/da cabeça” (34,5%) e problemas associados ao uso de drogas (41%) recebem cuidados muito precários. Nas entrevistas e conversas informais, ficou evidente que, quando procuram algum tipo de atendimento, a alternativa prioritária de encaminhamento são os hospitais psiquiátricos e as comunidades terapêuticas às quais se tem acesso por meio dos grupos religiosos que ofertam alimentação e mantimentos e ações caritativas em pontos específicos da cidade. Uma vez internados nessas instituições, costumam fugir,

passando apenas poucas semanas, pois afirmam se sentirem “presos” ou percebem que os espaços não são eficientes no tratamento (“não me tratou de nada, só fizeram me dopar”). A ausência das equipes de Consultórios na Rua – que na época da pesquisa havia parado de funcionar e não são citados como alternativa reconhecida pelos entrevistados nas situações de adoecimento – também dificulta o acesso aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Assim, a ausência de dispositivos que atendam de modo específico as demandas da população em situação de rua produz relações precárias e instáveis com a rede de saúde, que acaba por ser desvalorizada pelos sujeitos como espaços de cuidado efetivo.

Quando os serviços que se propõem à itinerância funcionam satisfatoriamente, a relação com a rede de saúde se modifica, de modo a favorecer o acesso ao direito à saúde por essas pessoas. Ao acompanhar a vida das pessoas nas ruas, esses dispositivos se mostram mais efetivos, como é o caso dos Consultórios na Rua, que deveriam contar com a redução de danos como estratégia nos casos envolvendo uso de álcool e outras drogas. Porém, o pequeno número de equipes de Consultórios na Rua em relação ao contingente populacional de rua na cidade, a ausência de um carro sanitário para transportar doentes que precisam de atendimento especializado ou hospitalar e a falta de um trabalho em rede que integre os serviços da saúde e da assistência em fluxo contínuo, aliado ao fato de que é recente o trabalho dessas equipes no contexto potiguar – que ainda não trabalham na perspectiva da redução de danos –, contribuem para a ainda frágil vinculação dessas pessoas ao SUS no contexto da atenção primária.

Quanto à assistência social, a maioria dos entrevistados acessa o único albergue municipal existente na cidade (70,4%).

Durante grande parte do tempo em que fizemos trabalho de campo, o Centro Pop (Centro de Referência da Assistência Social para a População de Rua), encontrava-se fechado, com seus serviços suspensos. Entretanto, ficou evidente a necessidade das pessoas de terem acesso ao serviço, seja porque não possuíam documentação ou possuíam apenas um ou dois documentos (30,2%), seja porque não acessavam nenhum programa ou benefício governamental, como o Bolsa Família (68,6%) ou outro benefício/direito previdenciário (87,4%). Esses dados revelam que, na ausência de um Centro Pop, os serviços da assistência social não cumprem o seu papel de modo a oferecer a essa população os benefícios sociais ou as condições de proteção social necessárias à preservação de suas vidas e aos direitos básicos, como documentos. Estes, no mundo contemporâneo, acabam por assegurar a condição de cidadãos, potenciais consumidores e o direito à mobilidade (PEIRANO, 2009), expondo aqueles que não os possuem aos riscos de estarem reduzidos aos seus corpos e desligados do seu estatuto jurídico (DE LUCCA, 2016).

Quanto ao acesso à educação, o instrumento de pesquisa não foi capaz de obter informações mais detalhadas a respeito. No entanto, entre os entrevistados, 79,2% declararam saber ler e escrever. Apesar disso, os níveis de escolaridade são relativamente baixos, uma vez que 50,9% declararam ter o ensino fundamental incompleto, 10,7%, o ensino fundamental completo, 13,2%, o ensino médio incompleto e 13,2%, o ensino médio completo. Chamam a atenção os níveis de escolaridade que não se traduzem em algum tipo de diferenciação no mercado de emprego formal, uma vez que 76,1% não possuem nenhum tipo de emprego formal e que 39,6% afirmem nunca ter trabalhado com carteira assinada. Outro ponto referente à dimensão educacional é que grande parte dessa população

nunca realizou qualquer curso profissionalizante (60,4%), mesmo entre os que concluíram o ensino médio, uma vez que 45,45% destes nunca acessaram um curso profissionalizante.

Quando consideramos, portanto, o cenário das políticas públicas, podemos afirmar que ainda existem muitas fragilidades mesmo após a implantação da Política Nacional da População em Situação de Rua (2009). Essas fragilidades corroboram as práticas históricas ainda em disputa ao tratarem essa questão pelo viés caritativo e coercitivo/punitivo, como problematizado por Almeida *et al.* (2015), em contraposição à participação, ao protagonismo, à autonomia e à emancipação social, com a necessária efetivação dos direitos humanos.

Os itinerários institucionais percorridos pelos participantes são muito semelhantes e revelam aquilo que Venturini (2009) chama de círculo perverso de exclusão, no qual a desigualdade social e o desemprego, na maioria dos casos, conduzem as pessoas à situação de rua e, nesta condição, ficam marcadas como marginais e “potenciais criminosos” e, por isso, sem acesso a novas e mais dignas condições de vida, perpetuando suas vidas nessa condição de exclusão.

A existência desses círculos perversos de exclusão aponta para a contradição das barreiras de acessos às políticas públicas a que essa população tem por direito constituído, além da própria fragilidade e desarticulação entre elas na atenção integral e efetiva a essa população. Como consequência real e alarmante, estão os frequentes casos de mortes por doenças, desnutrição ou violência sofridas na condição de rua, o que nos revela que a perversão desse circuito institucional de negligência e omissão do Estado constitui uma forma de extermínio contemporâneo. Como já denunciaram Coimbra e Leitão (2007, p. 171):

A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem, incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas.

Parece não interessar aqueles que são privilegiados no exercício do poder que essas vidas sejam preservadas e dignificadas. Os itinerários institucionais que identificamos compondo o círculo perverso a seguir ilustrado nos revelam o pleno exercício dessa biopolítica no sentido apontado por Foucault (2005): “fazem viver e deixam morrer” pela negligência, pela punição, pela seletividade e pela necessidade, constitutivas do capitalismo de “eleger” vidas matáveis. Esse funcionamento, entretanto, opera a passagem da condição de “exclusão” para a de “inclusão”, uma vez que agora essas pessoas são objeto de gestão e ação política. Essa relação contraditória é o que Sawaia (2001) denomina de “inclusão perversa”. São vistos, tornam-se objeto de intervenção governamental, mas as ações efetivamente operadas, embora não lhes garanta a condição de cidadania e dignidade, criam a ilusão dessa conquista (MONTEIRO; COIMBRA; MENDONÇA FILHO, 2006).

Por outro lado, apostamos que o rompimento das linhas que conduzem ao extermínio ou ao encarceramento (ou a ambos!) poderia ser evitado, se as resistências, também

constitutivas da biopolítica, fossem exercidas por meio da construção de projetos pautados no diálogo, sempre frágil e conflituoso, entre os gestores/executores das políticas públicas, a população de rua e os movimentos sociais. Essa estratégia poderia diminuir o fosso entre o que está previsto nos princípios e nas diretrizes das políticas públicas, tal como conquistadas e constitucionalmente estabelecidas, e o modo como são efetivamente implementadas. No entanto, as formas de exclusão sustentadas nas representações de periculosidade e de pessoas “vagabundas” naturalmente propensas à improdutividade, mascaram, num nível macropolítico, as linhas da estrutura capitalista que se reproduzem e se sustentam na exclusão e, num nível micropolítico, as linhas dos desejos de extermínio e o amor ao poder dos sujeitos que, sob a opressão dessas pessoas, mantém sua condição social privilegiada.

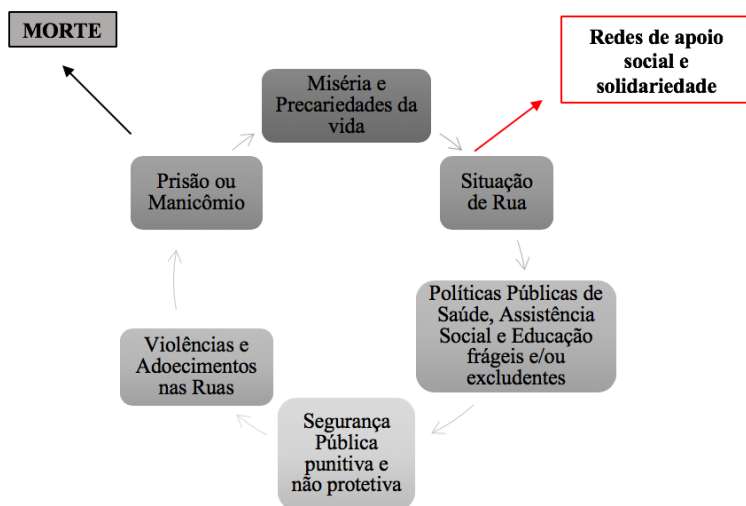


Figura 1 – Círculo perverso de exclusão e extermínio.

Fonte: Esquema produzido pelos pesquisadores a partir da análise das entrevistas realizadas na pesquisa “Direitos Humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida” (PROPESQ/UFRN – 2014-2016).

As resistências que estão em disputa com as práticas que preservam esse círculo hoje evidenciam as tensões entre Estado e sociedade e abrem caminhos de participação, protagonismo, autonomia e emancipação social para a necessária efetivação dos direitos humanos. São os espaços de encontro e fortalecimento das pessoas em situação de rua em coletivos organizados, construindo redes de solidariedade e apoio social, com a intercessão de pessoas vinculadas aos movimentos sociais, às universidades e outras instituições parceiras. Essa “linha vermelha” parece produzir uma via potente de contestação e ruptura desse círculo. Assim, os eventos realizados, os fóruns de ação política constituídos atualmente, os espaços de criação por meio da arte ofertados em oficinas, mostras e

eventos na cidade e os vínculos entre as pessoas que se apoiam mutuamente e lutam conjuntamente no cotidiano da rua são as vias de afirmação das vidas, isso porque

Não obstante, do mesmo modo que o poder tornou-se mais sutil com suas novas máquinas e formas de exercício, a vida, os devires ativos da vida também encontram ocasiões inéditas, inauditas e poderosas para reagir, criar, fazer passar o inesperado, o ar puro de nossos devires e a potência de novas composições no seio mesmo de suas máquinas cibernéticas de controle (FUGANTI, 2001, p.7).

Conclusões

Quando aceitamos o desafio de nos aproximar dessa população para a realização de uma pesquisa, sequer desconfiávamos do vasto mundo de problemas e desafios em relação aos quais não pudemos ficar indiferentes. Esse turbilhão segue a nos mover e muitos ainda são as ideias e os argumentos a dar corpo e visibilidade, fazendo girar a roda desse mundo, esperamos nós, para que transformações sociais aconteçam no sentido da afirmação das vidas como as que encontramos e às quais nos vinculamos.

A população em situação de rua apresenta uma história muito recente de luta pela garantia de direitos e da sua efetivação por meio de leis, implantação e implementação de políticas públicas. Não se trata, como vimos, de um processo linear e desconfiamos que não seja suficiente. As condições de vida e o perfil psicossocial das pessoas em situação de rua

em Natal são semelhantes àqueles já apontados em pesquisa nacional e em outras pesquisas realizadas em outros cenários brasileiros. Ainda são uma realidade as constantes violações, a ineficiência das políticas públicas e as práticas de violência que habitam o cotidiano não somente das ruas, mas também dos próprios serviços públicos destinados a essa população.

Foi, então, no sentido de expor essa problemática de precariedade e construir intervenções sobre ela que essa pesquisa se delineou. Entendemos que os objetivos traçados, longe de abarcar todas as linhas de ação possíveis diante do quadro com o qual nos deparamos, tiveram como principal enfoque abrir portas para aproximações da população em situação de rua em Natal, de modo a provocar mudanças concretas nas vidas das pessoas que habitam e/ou fazem uso dos espaços urbanos para sua sobrevivência.

O processo de pesquisa-intervenção aqui tratado parcialmente arriscou outras relações entre pesquisadores/as e participantes, produzindo desenvolvimento na formação em pesquisa social crítica e produzindo espaços de coletividade e solidariedade com quem se encontra em situação de rua. Tudo isso com as errâncias do fazer e do pensar, que vão se desdobrando com o tempo em relações mais intensas, alianças mais fortes, compreensões do campo em vários níveis de complexidade e no manejo dos conflitos inerentes às relações humanas que não se desejam indiferentes. Como intempestivamente disse Carlos Marighela: “É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer”. Parafraseando em complemento com o pensamento freiriano, é preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de seguir aprendiz.

Os estudos que abordam a população em situação de rua adulta no Brasil só começaram a ter maior ênfase na última

década, após a instituição da Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPR). Assim, ainda há um longo percurso de investigações necessárias para dar visibilidade às questões vividas pelas pessoas em condições de extrema vulnerabilidade social, como as pessoas na rua. Vimos que pesquisas focalizadas em temáticas específicas como gênero, raça e espiritualidade merecem lugar diante do que vimos e ouvimos dessas pessoas. As temáticas relativas à saúde mental e ao uso de álcool e outras drogas seguem sendo um desafio em contextos como esses. Acreditamos que demos um primeiro passo no sentido de trazer subsídios metodológicos e teóricos para que novas questões de pesquisa sejam forjadas e, assim, com o percurso de outros pesquisadores possam dar contorno a outras pesquisas junto à população em situação de rua, nos mais diversos cenários. Sendo assim, pretende-se produzir novas formas de olhar e se relacionar, tanto na micro quanto na macropolítica, com essa questão “da situação de rua” ainda em aberto, que interpela a cada um e a todos nós.

Nesse sentido, entendemos que a academia ainda se mostra distante desse contexto, com recentes perdas nesse cenário pela fragilização das políticas públicas que deveriam justamente fortalecer redes de cuidado e de protagonismo, tendo em vista um posicionamento ético-político em favor de todas as vidas e de seu direito à cidade. Apesar das já citadas práticas cotidianas de violação de direitos, os modos de vida das pessoas em situação de rua e sua pluralidade se colocam como desafios para as práticas profissionais voltadas para a atenção a esse público. Isso para nos fazer (re)pensar as formas com que lidamos com aquilo que nos faz questão e com o que consideramos como imprescindível para o trabalho do/a psicólogo/a e de outros profissionais no campo socioassistencial e

sanitário local, bem como dos executores de políticas públicas de habitação e de geração de emprego e renda, assim como da segurança pública.

Ressaltamos a extrema necessidade de um prosseguimento dos trabalhos junto à população em situação de rua, percebendo e intervindo sobre suas diversas faces, aprofundando-se nelas, bem como tecendo conexões. As vidas que ocupam nas ruas, enfim, exigem deixar o lugar de invisíveis e descartáveis, para habitar a cidade em sua condição de cidadania.

Seguimos movidos pelo desejo de que, diante do perverso círculo de exclusão e extermínio com que nos deparamos, seja possível, ainda que com ações pequeninas, afirmar que essas vidas nas ruas podem mais, muito mais! Como nos disse um mestre:

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos [...]. É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 1992, p. 218).

Referências

ABADE, F.; AFONSO, M. L. **Para Reinventar as Rodas.**

Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso

Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.

ALMEIDA, H. T. *et al.* O Centro de Referência em Direitos Humanos e a população em situação de rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. *In: PAIVA, I. a et al. (org.). Direitos Humanos e Práxis: Experiências do CRDH/RN.* Natal: EDUFRN, 2015. p. 151-176.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009.**

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 9 jul. 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b. Versão Impressa.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua: Sumário Executivo.** Brasília: MDS/Meta, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília, DF: Versão Impressa, 2006.

CALVINO, I. **Cidades Invisíveis**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COIMBRA, C. M.; LEITÃO, M. B. Sá. Direitos Humanos e a Construção de uma Ética Militante. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**, n. 9, p. 165-177, jan./jun. 2007.

DE LUCCA, D. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (org.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 19-43.

DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução Peter PalPébart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERRO, M. C. Política Nacional para População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, n. 8, p. 35-39, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANGELLA, S. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

FUGANTI, L. **A ética como potência e a moral como servidão**. 2001. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/23/681/>. Acesso em: 8 nov. 2019.

LOURAU, R. **Análise institucional e prática de pesquisa**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1993.

MONTEIRO, A.; COIMBRA, M. C. B.; MENDONÇA FILHO, M. Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público? **Psicologia & Sociedade**, n. 18, p. 7-12, 2006.

PAULON, S. M. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, 2005.

PEIRANO, M. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 53-80, 2009.

RIZZINI, I. *et al.* **Pesquisando: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Editora Universitária. Santa Úrsula, 1999.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

SANTOS, M. L. C. **Cidades de plástico e papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio.** 2003. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. *In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). Juventude esociedade: trabalho, educação, cultura e participação.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004. p. 130-159.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saude soc.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, abr. 2004.

VENTURINI, E. A cidade dos outros. **Factral: Revista de Psicologia**, n. 21, p. 203-222, maio/ago. 2009.

CARTOGRAFIA DOS MODOS DE SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Antônio Vladimir Félix-Silva

Ana Alice Pinheiro da Silva

Emanuelly Cristina de Souza

Rita de Cassia Martins Sales

Cartografias Penetráveis

A população em situação de rua se tornou campo de estudos e intervenções, depois de dois acontecimentos trágicos: a Chacina da Candelária, com a execução de oito crianças e adolescentes que dormiam no centro do Rio de Janeiro, em 1993; e o Massacre da Sé, com a execução de sete pessoas em situação de rua que dormiam no centro de São Paulo, em 2004 (BRASIL, 2014). As implicações com essa problemática geraram mobilizações coletivas que possibilitaram a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em 2005. As ações se ampliaram com a inserção dessa população no Conselho Nacional de Assistência Social, em 2008, e no Conselho Nacional de Saúde, em 2015, com a criação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) e a institucionalização da Saúde da População em Situação de Rua (BRASIL, 2012a, 2013, 2014), além do lançamento do Guia

de Atuação Ministerial em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua (BRASIL, 2015).

Nossa inserção, nesse campo de pesquisa-intervenção, se deu por meio de uma cartografia acerca dos modos de viver e fazer arte das pessoas em situação de rua, e a partir de uma experiência de estágio no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) da Cidade do Natal. Entre 2012 e 2013, realizamos nossa cartografia em quatro pontos: Hospital Walfredo Gurgel (Av. Hermes da Fonseca); marquise da loja de informática Miranda (Av. Prudente de Moraes); bairro do Alecrim (com sete ou oito paradas) e bairro da Ribeira, com as paradas na Catedral Metropolitana e no estacionamento do Teatro Alberto Maranhão. Para a caracterização etnográfica da população em situação de rua, nesse período, utilizamos um questionário elaborado e cedido pela missão Quito-Ecuador/Fraternidade Toca de Assis¹⁶; traduzido por nós e ampliado com a inclusão de uma entrevista semiestruturada acerca da promoção da saúde.

Durante um ano e meio, participamos de fóruns, seminários e audiências públicas organizados pelo Movimento Nacional da População de Rua – MNPR e instituições de direitos humanos. Em intervalos de até 15 dias, entre 19h e 23h, aos domingos, fomos 10 vezes

¹⁶ A Toca de Assis é uma organização cristã que realiza trabalhos com pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Em algumas cidades, existem casas de acolhimento, atenção e cuidado a pessoas em situação de rua. Na Cidade do Natal, há somente um movimento que se intitula leigos da Toca de Assis, também nomeados de Pastoral de Rua, que, a cada 15 dias, aos domingos, distribui, em média, 80 quentinhas. A Pastoral começa o percurso às 19h. O número de pontos visitados é de acordo com a demanda de cada área onde se encontram pessoas em situação de rua, e o término ocorre quando acabam as quentinhas.

às ruas, acompanhando um grupo da Pastoral de Rua cuja composição varia de 10 a 20 leigos. Enquanto os leigos faziam ação cristã, nós nos fazíamos cartógrafos [...]. Encontramos mais de 150 pessoas em situação de rua, entrevistamos 51 para a produção de informações e dados quantitativos. Delas, 8% são mulheres e 92% homens, 12% negros e 76% pardos. 45% declaram não apresentar problemas de saúde, mas 80% fazem uso de medicação (FÉLIX-SILVA *et al.*, 2016, p. 47).

Entre julho e setembro de 2014, durante o dia, realizamos o acompanhamento deambular de doze pessoas em situação de rua, principalmente nos bairros Cidade Alta e Ribeira. Compomos com estas e outras pessoas cartografias nômades (ROLNIK, 2006) nos espaços da rua: rodas de conversa, reuniões do Fórum Potiguar de População em Situação de Rua, audiência pública na Câmara Municipal de Natal, reuniões do MNPR e Seminário de População em Situação de Rua, realizado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) em parceria com o Fórum e o MNPR.

Nas cartografias diurnas e noturnas, mapeamos uma multiplicidade de devires e, em cinco encontros diurnos, cartografamos um devir comum grupalidade (PELBART, 2017) que emergia em cada um desses espaços, pensando esse movimento Pop Rua¹⁷ como um dispositivo (BARROS, 2013) que aciona nosso desejo de falar acerca dos modos de sujeição e resistência das pessoas em situação de rua.

¹⁷ Quando remetemos ao MNPR, estamos tratando do Movimento Nacional de População em Situação de Rua. Quando remetemos ao movimento Pop Rua, estamos nos referindo às pessoas em situação de rua e àquelas que compõem um devir grupalidade em diferentes espaços e situações.

Mapa teórico-metodológico

Sujeição social e servidão maquínica (LAZARATTO, 2010) marcam a produção das subjetividades capitalísticas na sociedade contemporânea (ROLNIK, 2000; GUATTARI; ROLNIK, 2010), provocando situações de luto, de luta e de resistência nos contextos de produção de modos de vida precária (BUTLER, 2015). Nesses contextos, a vida das pessoas em situação de rua vem sendo tratada como resto, sendo esse excedente efeito do Estado de Exceção que, na atual conjuntura política, a cada dia mais, substitui o Estado Nação e o Estado de Direito (AGAMBEN, 2008). A articulação de diferentes dispositivos que compõem essa engrenagem faz parte do agenciamento desse modo de existência e produz uma redução epistemológica, segmentando as pessoas em situação de rua à condição de rualizadas e drogadictas¹⁸.

O poema Teia de Aranha, de Patativa do Assaré (ASSARÉ; SILVA, 1991), contribui com a problematização dessa questão: o agenciamento se assemelha à teia cujos fios são dispositivos e a aranha se assemelha ao território de produção de subjetividades capitalísticas que trata de cooptar e captar esse modo de existência como se as pessoas em situação de rua fossem os insetos retratados nos versos.

À diferença do inseto – que segue livre seu caminho, mas “finda ficando à toa, emaranhado [...], preso e subordinado à

¹⁸ Em uma pesquisa realizada, em 2008, pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Instituto Rosa Luxemburgo, 15% das pessoas entrevistadas responderam, espontaneamente, portadores de vícios à pergunta: Pessoas que não gosta de encontrar? E 35% responderam, de forma estimulada e múltipla, usuários de droga. E 10% mendigos ou moradores de rua (VENTURI; BOKANY, 2011).

teia da ignorância” –, a pessoa em situação de rua pode “devir animal, cosmos, carta, cor, música” (GUATTARI, 1981, p. 35): devir aranha maquinica (inconsciente maquinico) contra a aranha mecânica e tecer sua própria teia (território de afecções/agenciamento coletivo do desejo) e suas linhas (maleáveis e moleculares), reconhecendo “a força de saber que existe e no centro da própria engrenagem inventa a contra mola que resiste” (PRIMAVERA..., 1973).

Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido à mera capacidade, a vida, aparece agora como o capital, como a fonte maior de valor, reservatório inesgotável de sentido, de formas de existência, de direções, que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos que pensavam pilotá-la, mesmo quando estes se exercem às suas modalidades mais acentradas, rizomáticas e imanentes (PELBART, 2010, p. 25).

Neste estudo, relacionamos nosso campo de intervenção à esquizoanálise por meio de uma cartografia dos processos de subjetivação de pessoas em situação de rua. Perguntamo-nos quais são os processos de sujeição e resistência frente à produção de subjetividades rualizadas. A cartografia se delineia como pesquisa-intervenção a partir da experimentação das afetações emergentes no campo (BARROS; KASTRUP, 2010). Sendo ela “útil para descrever processos mais que estados de coisas, nos indica um procedimento de análise [esquizoanálise] a partir do qual a realidade a ser estudada aparece em sua composição de linhas” (DELEUZE *et al. apud* PASSOS; EIRADO, 2010, p. 109). Por meio desse procedimento, analisamos os processos de subjetivação, segmentados e inventivos (GUATTARI; ROLNIK, 2010), fazendo a

problematização dos atravessamentos macropolíticos e o reconhecimento das transversalidades que operam a micropolítica do desejo na produção desse modo de existência. Consideramos, nessa análise, a coexistência de linhas molares, maleáveis e moleculares (DELEUZE; GUATTARI, 2012; ROLNIK, 2006); assim, podemos ver o paradoxo da reprodução do poder sobre a vida (biopolítica) e da produção das forças da vida (biopotência) que resistem (PELBART, 2010) às condições de pessoas rualizadas.

De acordo com os estudos de Bursztyń *et al.* (2003), as primeiras políticas públicas que vão de encontro ao modo de existência das pessoas em situação de rua datam do início do século XVII e foram efetivadas pelos ingleses que tratavam de reter o êxodo e de manter os pobres em seus lugares de origem. Na França, com o fim do sistema servil, as condições de miséria da população que havia apoiado a Revolução de 1789 se agravaram, com isso a rua passou a ser um lugar de possibilidades para trabalhar e viver, considerando que não havia espaço para todas as pessoas no emergente mercado capitalista. Já no século XX, a expansão do capitalismo fez crescer as políticas de proteção e inclusão no mundo da exploração da mão de obra, dando a impressão de combate à exclusão social; entretanto, esse processo desencadeou o agravamento das desigualdades sociais que foram motivadas por múltiplos fatores e intensificadas nos últimos quatro séculos. Esse modo de produção econômica aponta quem está incluso ao participar da geração de riqueza (por meio do trabalho) e do consumo e quem está marginalizado e conseqüentemente necessitando de ações filantrópicas (BURSZTYN *et al.*, 2003), nos contextos nos quais há déficit de políticas de assistência social e de atenção à saúde.

No Brasil, as pessoas em situação de rua resistem como podem às políticas de interdição do corpo. Historicamente, essas

políticas produziram a inclusão/exclusão por meio da colonização, da escravidão, da criação das capitanias hereditárias e das políticas de industrialização e de desenvolvimento socioeconômico. Nos anos 1940, as relações de trabalho no campo, as condições de vulnerabilidade e pobreza, tal como a vemos na série *Retirantes* do artista Portinari (1944), provocaram o êxodo da população rural para as cidades e muitos imigrantes não foram absorvidos pela indústria, tornando-se marginalizados, quase sem condição de existência (SILVA, 2009). Com o inchaço populacional, a nova configuração espacial de crescimento urbano se refletiu nas ofertas de emprego, trabalho e renda (SILVA, 2001) e no déficit das políticas de assistência social e de acesso à saúde e à educação.

Nas cidades da região Nordeste, por exemplo, o déficit das políticas públicas foi reduzido à ideologia do déficit cultural (NEVES, 2005) e à redução epistemológica (VEIGA-NETO, 2005) que produziram, no imaginário social, a noção de um lugar de atraso, do rural e da seca, que tem suas marcas em um passado que resiste às mudanças e que mantém esses vestígios até os dias de hoje (LARROSA; SKLIAR, 2001). Essa ideologia do déficit cultural (NEVES, 2005), denunciada nos versos de *Patativa do Assaré* por meio da *Triste Partida* (ASSARÉ, 2003), e a ideologia da diferença cultural (NEVES, 2005) denunciada também pelo poeta nos versos de *Nordestino Sim, Nordestinado, Não* (SILVA, 1988) corroboram até hoje a reprodução do estigma social às pessoas em situação de rua.

Para além das ideologias e das imagens da seca e da miséria retratadas nas artes plásticas e na poesia, atualmente, a produção de subjetividades que migram é efeito também de sistemas maquínicos e de regime de signos, envolvendo aspectos ecológicos, icônicos, políticos, sociais, culturais, ambientais e

econômicos, de percepção, afeto, desejo e memória afetiva etc. (GUATTARI; ROLNIK, 2010). De maneira que coexistem situações de pessoas rualizadas e pessoas em situação de rua, podendo cada pessoa vivenciar alternadamente essas condições. Por rualizada compreende-se a pessoa em condições de pobreza e vulnerabilidade social, que vive na rua e já não mantém vínculos com pessoas que disponham de uma moradia para onde ela possa ir regularmente (GADOTTI, 2005). Situação de rua refere-se à condição na qual a pessoa vive na rua por ter ou não vínculos familiares e de amizade fragilizados ou interrompidos, de maneira que ela pode contar com alguém e com algum lugar para viver ou morar (BRASIL, 2012a).

Na atual conjuntura, as pessoas em situação de rua resistem à desinstitucionalização das políticas de assistência e de atenção psicossocial. As políticas de evacuação de espaços da cidade e de internação compulsória das pessoas usuárias de substâncias psicoativas que estão em situação de rua expressam redução epistemológica (VEIGA-NETO, 2005) de um problema ético-político e traduzem o que Foucault (2010a) denominou “medicalização geral da existência”. “Psicologizam-se logo as coisas; psicologizá-las quer dizer medicalizá-las” (FOUCAULT, 2010a, p. 160) para que elas entrem “na sociedade da norma, da saúde, da medicina, da normalização” (FOUCAULT, 2010a, p. 160). Psiquiatrizar-se uma das questões da população em situação de rua, um problema de saúde coletiva por falta de vontade política de enfrentá-lo a partir de uma política de redução de danos e de promoção da saúde como resultante das condições de segurança alimentar, amorosidade, trabalho, emprego, renda, educação e habitação, sustentabilidade ambiental e acesso à moradia, à escolarização, à arte, à liberdade de expressão, ao lazer e ao uso de transporte, acesso e posse da terra e acesso

à rede de assistência social e aos serviços da rede de atenção à saúde (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012b).

A produção de subjetividades rualizadas e em situação de rua não está relacionada somente à estrutura socioeconômica e aos fatores relacionados à disputa dos espaços (público e privado). Na contemporaneidade, essa produção está relacionada também ao avanço tecnológico, à expansão da construção civil, à especulação imobiliária, à violência e à insegurança pública, ao rompimento ou enfraquecimento de vínculos familiares e de amizade, ao envolvimento com o uso de substâncias psicoativas, ao sofrimento psicológico, ao desejo de consumo e à influência da mídia etc. (SANTOS, 2006; SILVA, 2001; BURSZTYN *et al.*, 2003; SILVA, 2009; MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010; STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004; PAGOT, 2012).

Nesse campo de intervenção, entendemos que a produção das subjetividades capitalísticas interfere na produção dos modos de existência que emergem das mediações intersubjetivas e semióticas (SAWAIA, 2008), abrindo também possibilidades de fluxos e múltiplos devires (LANCETTI, 2009). A rua se mantém como espaço de sobrevivência e de desvio, configurando-se como espaço de vida precária (BUTLER, 2015), vida nua (AGAMBEN, 1998), mas também como espaço de vida passível de luto e de luta, espaço de esquecimento ativo e criativo (DELEUZE, 2006), espaço de resistência política.

Mapa cartográfico

Em 2012, o contexto das políticas voltadas à população em situação de rua, na cidade do Natal-RN, estava representado pelos estabelecimentos e equipamentos: Albergue Municipal (contemplando 54 vagas); Centro Pop (entre 30 a 35 pessoas assistidas); Consultório de Rua (posteriormente, Consultório na Rua, funcionando com quatro equipes; à época, funcionava precariamente com duas equipes). As vagas ofertadas, no entanto, não davam conta da demanda.

Como se não bastasse, o Ministério Público acionou a prefeitura, que teve de romper o contrato com a Associação de Atividades e Valorização Social (Ativa). Essa Organização Não Governamental foi fechada, haja vista que os servidores não eram mantidos por meio de concurso público como previsto em Lei¹⁹. A desestruturação iniciou-se com a demissão de servidores e, em decorrência da ampliação da crise, houve o fechamento do Centro Pop e a suspensão temporária do trabalho do Consultório de Rua. Essa medida afetou todo o atendimento assistencial da cidade, provocando o processo de reestruturação da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), que posteriormente passou por seleções e concurso público para recursos humanos, e reabriu os equipamentos de forma mais estruturada.

Uma das primeiras atividades realizadas no Centro Pop foi uma reunião cujo último ponto de pauta estava relacionado aos informes sobre oportunidades de cursos, orientações quanto a documentos, além dos habituais avisos acerca da

¹⁹ Para a adequada composição da equipe da unidade deve-se observar o prescrito na NOB/RH/2006 (BRASIL, 2009), e, ainda, na Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (BRASIL, 2011).

rotina do espaço. A referida reunião iniciou-se com uma oração da qual as pessoas eram obrigadas a participar, não havendo direito à contestação, o que mostra ausência de um posicionamento laico como cabe ao Estado e, conseqüentemente, aos seus equipamentos. A maioria das pessoas em situação de rua que frequentava esse serviço era usuária de substâncias psicoativas em abstinência ou não; entre a minoria, havia mulher, gay e travesti enfrentando a abjeção ao feminino. Durante a oração, a educadora que coordenava a reunião falava de “superação da condição de viver em situação de rua”, “libertação do mundo das drogas” e “cura da homossexualidade” caso as pessoas aceitassem Jesus.

Esse trabalho de produção de subjetividades aponta para um agenciamento molar dos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua por meio de microfascismos (GUATTARI, 1981) e instituições da violência (BASAGLIA, 2010), além de outros dispositivos: ditos e interditos, proposições morais, discurso religioso, valores de normatização (FOUCAULT *apud* AGAMBEN, 2009) e heteronormatividade, produzindo como efeitos estigma social, intolerância religiosa, homofobia, lesbofobia e transfobia e também resistência a isso.

Cartografia de cartografias

Durante o acompanhamento deambular diurno, constatamos que a população em situação de rua se configura em sua maioria por pessoas do sexo masculino, solteiras, entre 18 e 57 anos, com baixa escolaridade, com um tempo variado de permanência na rua no mínimo de uma semana e no máximo

de quatorze anos. A maioria não tem vínculos familiares em Natal, circula e se agrega a espaços como a Praça Augusto Severo (Ribeira), nas imediações próximas à Rua Princesa Isabel (Cidade Alta); à noite, alguns utilizam o Albergue Municipal de Natal para dormir. Não obstante, das pessoas em situação de rua com as quais realizamos a pesquisa à noite, 65% têm parentes na cidade e 45% mantêm contato com a família. Dessas que mantêm contato são: 4% com amigos/amigas; 4% com ex-esposa/ex-esposo; 7% com o pai; 11% com primo/prima; 15% com irmãos/irmãs; 18% com filhos/filhas; 18% com a mãe e 19% com tio/tia; 4% não informaram com quem têm contato. 37% nasceram em outros estados e 63%, no Rio Grande do Norte, sendo a maioria da região metropolitana de Natal. 35% têm nível de escolarização fundamental incompleto; 27% não possuem nenhum documento.

Das relações de convivência diurna emergem, paradoxalmente, o individualismo e a amizade. O individualismo é efeito do agenciamento dos processos de subjetivação que se evidenciam de modo segmentar na lógica cada um por si ou cada um fica na sua. À noite, as pessoas se agrupam para dormir nas calçadas, ruas e marquises de lojas e arredores de hospitais e igrejas. Em alguns desses espaços, acompanhamos a reprodução desse agenciamento maquínico, considerando o grupo modo-indivíduo (BARROS, 2013), chegando à demarcação de territórios segmentados entre usuários de substâncias psicoativas, leia-se crack, e não usuários. É importante ressaltar que há, em ambos os grupos, pessoas que são usuárias de outras drogas, principalmente de álcool.

Tais como em outros contextos e situações de outros grupos sociais, as regras de convivência estão relacionadas à necessidade, ao desejo e à vontade, bem como aos interesses

que se fixam, se movem ou se alternam de acordo com o poder instituído ou que se institui como rede de relações (FOUCAULT, 2010b). Ao devir grupalidade, uma política da amizade vai se instituindo entre as pessoas em situação de rua e entre estas e as pessoas militantes, pesquisadoras, participantes de projetos de extensão e de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e em defesa da vida. Esse devir comum (PELBART, 2017) é efeito do agenciamento coletivo de enunciação do desejo e se expressa nos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua. Isso nos faz ver e falar da aposta nas forças da vida e nos processos de diferenciação permanente (GUATTARI; ROLNIK, 2010) como forma de resistência à teia de dispositivos que são articulados para o agenciamento da produção de subjetividades rualizadas.

A análise dos processos de subjetivação aponta a rua como linha de fuga da sujeição social e expressa também servidão maquínica em relação à vivência na rua. Sujeição social e servidão maquínica retroalimentam-se, alimentando os vínculos que a pessoa estabelece ao continuar em situação de rua. A resistência à produção de subjetividades rualizadas, à sujeição e à servidão maquínica se configura em movimentos paradoxais, contrapondo-se ao molde normalizador; apresenta-se, às vezes, como ações inventivas (ROLNIK, 1995) por meio da arte, da participação em protestos, da invenção de outros modelos de organização e de trabalho. Um exemplo refere-se à simulação de uma eleição municipal na qual uma pessoa em situação de rua, liderança do MNPR, vence o candidato oficial à prefeitura do Natal.

Nessa perspectiva molecular da invenção da contramolar que resiste, cartografamos processos de subjetivação da população em situação de rua a partir da língua inventada pela Rua

Liberdade²⁰. Como participante do MNPR, por meio do rap, da poesia e da prosa, ele participa da mobilização e do movimento Pop Rua dando testemunho de sua história de vida. Aposta no reconhecimento e no empoderamento das pessoas em situação de rua, participando ativamente do Fórum Potiguar População em Situação de Rua e das audiências públicas, chegando ao Conselho Nacional de Saúde, entre 2015 e 2016.

Cartografia dos processos de subjetivação

Rua dos Óculos Escuros relata que está na rua em consequência de uma vingança, após matar um dos participantes do assassinato de dois de seus seis filhos. Mas a maioria das pessoas revela ocorrência de conflitos domésticos, que por vezes chegam à agressão. Algumas pessoas entram em conflito com a Lei, a partir de situações originadas no convívio com o segundo companheiro da mãe, e não conformadas, reagiram, não se acomodaram e saíram de casa, passando assim a viver nas ruas.

A maioria das pessoas que acompanhamos, durante o dia, relata que está em situação de rua em consequência da dependência química. Nossa análise dos processos de subjetivação não se reduz ao discurso da pessoa que fala “estou em situação de rua por causa do uso de drogas”. Existem outros atravessamentos que desconstroem o dito: droga como entrada e rua como saída ou rua como entrada e droga como

²⁰ Usaremos nomes de ruas inventadas como pseudônimos dos participantes conforme cadastro junto ao Comitê de Ética em Pesquisa.

saída. Existem múltiplas entradas e existem múltiplas saídas (DELEUZE; GUATTARI, 2012), todas estão relacionadas ao que é um acontecimento para cada pessoa em situação de rua, por isso um acontecimento que pode levar uma pessoa a usar droga pode levar outra a deixar de usar e a viver na abstinência. Sem dúvida, a substância psicoativa é um dispositivo que faz parte do agenciamento dos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua e da produção de subjetividades rualizadas.

Algumas pessoas usuárias de crack reconhecem a força da droga nessa sujeição maquínica; sentem-se culpadas e ignoram que a dependência química foi produzida, em geral, não pela via da experimentação das sensações que ainda pode produzir (DELEUZE, 1991), mas pelo desejo de produzir uma linha de fuga à sujeição social. A culpa também compõe a complexa rede de dispositivos no agenciamento dos processos de subjetivação da pessoa usuária de substância psicoativa que está em situação de rua. As instituições da violência, a polícia, a mídia e também alguns agentes dos estabelecimentos da rede de assistência social, como mostramos anteriormente, e da rede de atenção psicossocial acionam a culpa por meio das normas, produzindo uma dessubjetivação, e a pessoa em situação de rua acaba reproduzindo esse atravessamento moral que não corresponde necessariamente ao desejo como vontade de estar em situação de rua.

Rua do Operário anuncia durante um dos encontros que estava em abstinência há quase um ano e havia conseguido trabalho. Mas em função de um desentendimento com outra pessoa no Albergue Municipal, o psicólogo que coordena esse estabelecimento o expulsou; não tendo onde banhar-se, parou de ir ao trabalho e, depois, voltou a usar crack. A coordenação não desconhece a política de redução de danos

nem as referências para atuação do psicólogo junto à população em situação de rua (BRASIL, 2004, 2011), mas coloca as normas e regras instituídas no Albergue acima da perspectiva ético-estético-política e dos processos de desindividuação, experimentação e problematização que poderiam contribuir para ampliação da atenção psicossocial.

A maioria dos usuários de substâncias psicoativas e em situação de rua desistiu de ir ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD), alegando não ver progresso no tratamento oferecido pelos equipamentos utilizados nesse estabelecimento da rede de atenção psicossocial. Rua Nova Babilônia contraria a maioria. Ele faz tratamento no CAPS AD; mantém-se em abstinência há meses, desejando resgatar o amor, pois atribui o fim do casamento à droga. Os não ditos que marcam seus processos de subjetivação apontam para outros fios da teia de aranha, atravessamentos tais como interesse afetivo e questões de dependência econômico-financeira. Portanto, a droga como dispositivo de agenciamento dos processos de subjetivação tem operado molarmente ora como linha de fuga da sujeição social, ora como expressão da servidão maquínica do desejo: trata-se de sistemas de conexões diretas entre as grandes máquinas produtivas (capitalismo), as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARRI; ROLNIK, 2010, p. 27).

Rua São Paulo mostra uma tradução dessa produção maquínica: “quem vive na rua não precisa roubar para ganhar dinheiro, pois as pessoas são boas e gostam de ajudar, só precisa entrar na mente das pessoas”. Ele exemplifica:

Tipo assim, eu vou na rua e paro uma pessoa em frente a uma farmácia e digo: bom dia, tudo bom? Desculpa te incomodar, não quero te pedir dinheiro, mas eu tô aqui com minha mulher e minha filha de seis meses – aí a pessoa me diz – o que você quer? Você quer dinheiro? – eu digo – não, mas minha filha tá precisando de leite e fralda. Ai se a pessoa tá com o cartão (de crédito) vai e passa. Ela não me deu dinheiro, mas eu vou lá e vendo e compro minha droga.

Aqui, evidenciamos, mais uma vez, a afirmação de Deleuze e Guattari (2012): toda política é micropolítica, toda política é macropolítica. Rua São Paulo agencia e denuncia nossa servidão maquínica a valores, normas e práticas de caridade socialmente aceitas. Ao redirecionar o destino das práticas caritativas, ele desterritorializa a produção de subjetividades capitalísticas, imprimindo um movimento instituinte molar em busca de satisfação e gozo, enunciando uma reterritorialização de seus processos de subjetivação que, nessa configuração, operam na mesma lógica capitalística.

Rua Mineiro dos Caiapós veio à Cidade do Natal a passeio, no período da Copa de 2014. Como possuía apenas um dos ingressos, resolveu trabalhar como voluntário nos outros dias, já que isso lhe possibilitaria entrar no estádio, assistir aos jogos e ainda receber certificado do voluntariado. Entretanto, ele foi assaltado duas vezes. No primeiro episódio, ainda no hotel, foram levados todos os seus pertences e, no segundo, ele acabou por sofrer uma lesão que o manteve em reabilitação. Essas condições o impediram de retornar à cidade de origem e ele passou a viver em situação de rua e à condição de albergado. Ele usa o Albergue Municipal destinado às Pessoas em Situação de Rua e participa das reuniões do Fórum e do movimento Pop Rua.

Mas não há, por parte dele, o reconhecimento nem o sentido de pertencimento à população em situação de rua. Em algumas dessas reuniões, debatíamos questões sobre trabalho; quando questionado, ele disse que as oportunidades de emprego são destinadas às pessoas que são da cidade.

Os processos de subjetivação da Rua Mineiro dos Caiapós mostram uma percepção que permeia o imaginário social, suscitando um enquadramento de comportamentos, valores e estereótipos (STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004), acerca de qual seria a identidade da pessoa em situação de rua.

Sem dúvida, os lugares da exclusão que marcam o corpo da pessoa em situação de rua e a tal identidade segmentada vêm de uma produção maquínica hegemônica que se respalda em estereótipos e produz uma lógica molar que trata de agenciar uma multiplicidade de devires presentes (ROLNIK, 1995, 2000; GUATARRI; ROLNIK, 2010) nos modos de existência das pessoas em situação de rua; múltiplos devires que desconstroem a redução epistemológica subjetividades rualizadas.

Falamos desse toxicômano de identidade (ROLNIK, 2000) a partir dos processos de subjetivação de Rua Arco-íris. Ele narra que retomou o contato com o movimento Pop Rua porque viu neste a oportunidade de conseguir sua aposentadoria. Ele fazia parte do Centro Pop de um município da região metropolitana; afastou-se por uma divergência com relação à participação no Programa Minha Casa Minha Vida. Esse programa, a partir de alguns critérios, dava acesso à aquisição de imóveis para pessoas em situação de rua. Contudo, ele foi impedido de receber o apartamento porque seu companheiro é usuário de drogas; diante disso, houve a alegação, por parte de quem coordenava a entrega dos imóveis, de que ele poderia ter inúmeros problemas, desde a convivência com os vizinhos até a venda do próprio

imóvel. No momento da pesquisa, ele estava morando numa casa, mas estava prestes a voltar a viver em situação de rua, por não ter de onde tirar seu sustento devido a problemas de saúde na coluna, o que o motivou a procurar, junto ao movimento Pop Rua, orientações quanto à aposentadoria.

Como vimos, até aqui, a violação de direitos é outro analisador que emerge dos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua; experimentamos isso durante as cartografias diurnas e noturnas, e também ao mapear as reivindicações expressas durante as entrevistas em frente ao Albergue Municipal. As pessoas que fazem uso desse estabelecimento para dormir defendem mais flexibilidade quanto ao acesso, especialmente, nos dias de chuva, desejando entrar antes das 19h; além da mudança nas formas de tratamento que os profissionais direcionam a elas.

Na Audiência Pública na Câmara de Vereadores²¹, que tinha por finalidade debater a criação de uma Política Municipal de População em Situação de Rua do Natal, Rua Maria das Revoltas compartilhou seu relato de indignação, ao rememorar a história de seu filho.

Ela e o filho viviam em situação de rua e ele se envolveu com o uso de substâncias psicoativas. Depois de sofridas tentativas de retirar o filho dessa condição, conseguiu vê-lo em abstinência, longe da dependência. Contudo, ele tornou-se vítima da violência policial e da criminalização da pobreza. Rua Maria das Revoltas fala que a execução de seu filho foi

²¹ Audiência Pública para criação da Política Municipal de População em Situação de Rua realizada no dia 16/04/2014, na Câmara Municipal da Cidade do Natal, com o objetivo de pactuar responsabilidades entre os entes do poder público e a sociedade para a implementação e melhoria dos serviços voltados para a população em situação de rua.

consequência da associação que a polícia fez da imagem dele ao consumo de drogas. E revelou: “um representante da polícia de alta patente falou que muitos iriam morrer, pois não tinha outro jeito para acabar com tanto assalto”.

Essa história mostra a criminalização da pobreza que marca o corpo das pessoas em situação de rua, inclusive com bala e morte. Segundo Maria das Revoltas, “este caso é lançado na vala da violência urbana, mas na verdade é fruto de um movimento de limpeza para com aqueles que representam a pobreza e a droga”. A vida nua (AGAMBEN, 1998) da pessoa em situação de rua não é passível de luto (BUTLER, 2015), é tratada como resto, haja vista que o imaginário valorativo acerca dela não se altera frente à mudança de hábito, à transferência de localidade e à adesão a outro modo de vida.

Rua dos Anônimos narra que se dirigiu à recepção de um hospital do qual necessitava de atendimento, porém foi vítima de violência institucional devido ao modo como estava vestido, sendo estigmatizado por sua condição. Ao ouvir a história, Rua São Paulo faz uma tradução desses jogos de saber e poder: “a sociedade é visão; visa à aparência. Se tiver bem vestido, todos falam, se não estiver, ninguém fala”.

A violência simbólica e a violência física são constantemente articuladas no agenciamento dos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua, cujo objetivo é a produção de subjetividades rualizadas. Elas sofrem preconceito de alguns profissionais da saúde e da assistência social e denunciam agressões de policias e guardas municipais que as privam do direito de ir e vir restringindo seu percurso errante ao uso de certos locais da cidade.

À diferença das pessoas que cumprem pena em regime fechado e estão privadas da liberdade de ir e vir, entre as

peças que vivem em situação de rua há aquelas que levam uma vida nômade e experimentam a liberdade de surfar, como diz Rua do Mar.

Não obstante, quando um agente da polícia ou da guarda municipal carrega as grades da sujeição social e servidão maquínica que o aprisionam à produção de subjetividade capitalística, ele atua atravessado pelas instituições da violência (BASAGLIA, 2010) e pelos códigos e normas do sistema prisional, exprimindo seu desejo de cercar a liberdade de ir e vir da pessoa em situação de rua e de reificar a lógica molar fora dos muros da prisão, criando muros da cidade e grades de prisão na rua. Esses agenciamentos creditam às pessoas em situação de rua práticas consideradas ilícitas: consumo abusivo de substâncias psicoativas, tráfico de drogas, mendicância e roubos.

A criminalização das pessoas em situação de rua pressupõe um pré-julgamento que permeia a produção de subjetividades rualizadas e que se sustenta na reprodução global de informações midiáticas (BAPTISTA, 1999; ROLNIK, 2000) e de discurso meritocrático, estigma social, ditos e não ditos que culpabilizam a pessoa em situação de rua. São práticas hegemônicas que mostram um esvaziamento do compromisso político tanto individual (sociedade civil) quanto coletivo (Estado) em relação ao outro, com o não útil ao mercado consumidor e produtor de produtos de consumo (SAWAYA, 2008; STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004).

Nas várias atividades desenvolvidas, predomina a informalidade, a sujeição social e a servidão maquínica, como nós mostramos neste estudo. O lugar do trabalho nos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua reflete a falta de condições materiais, anuncia a vida precária e denuncia a

exclusão que a produção de subjetividades capitalísticas destina à população em situação de rua.

Quando emerge o analisador trabalho nos processos de subjetivação das pessoas em situação de rua, algumas se declaram pedintes, outras roubam, há as que trabalham em campanhas políticas²², as que consertam eletroeletrônicos, as que fazem depósitos, os flanelinhas, as que descarregam caminhão, as/os vendedores, as pessoas que atuam como aviãozinho (termo geralmente usado para identificar pessoas que intermedeiam a venda de drogas) e ainda há quem diga: não faço nada.

A sujeição social e a servidão maquínica que atravessam os processos de subjetivação das pessoas em situação de rua, no trabalho informal, mostram uma reprodução molar do processo produtivo formal, naturalização e reprodução de valores tradicionais. Ao colocar o mundo do trabalho em uma centralidade exponencial, o capitalismo global trata de capturar as singularidades, ampliando a vulnerabilidade social das pessoas que se encontram à margem da distribuição da riqueza. Nos contextos da população em situação de rua, esse agenciamento redimensiona as visões e os valores dessa população com relação aos seus direitos e deveres, o que empobrece a concepção de cidadania, secundariza a responsabilidade social e a atuação do Estado (SANTOS, 2006) e produz modos de vida precária.

Esse esvaziamento dos processos de subjetivação singulares desestimula o cenário de produção e efetivação das políticas públicas; consequentemente, essa desmobilização

²² No período de realização da pesquisa, estavam acontecendo campanhas eleitorais.

promove um mingramento do controle social em torno dessas políticas, bem como uma distorção da participação social (SAWAIA, 2008; STOER; MAGALHÃES; RODRIGUES, 2004; GUATTARI, 1981).

Em nosso deambular pelas ruas, cartografamos processos de resistência e práticas de desnaturalização nos questionamentos das pessoas em situação de rua e na problematização das políticas públicas, na crítica aos administradores governamentais, nas denúncias acerca do funcionamento dos estabelecimentos e do uso de equipamentos, tais como bafômetros para medir o teor de álcool no sangue de quem ia dormir no Albergue Municipal, no início de seu funcionamento.

Durante os encontros, nos quais havia a participação das pessoas em situação de rua e a produção do movimento Pop Rua, acompanhamos ações inventivas: produção de cartazes, participação nas reuniões do Fórum, audiências públicas, seminários e manifestações em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Mapeamos uma nova dinâmica de apropriação do espaço e a mobilização de recursos éticos, estéticos e políticos até então desconhecidos, tais como autogestão e organização, cooperação, orientação política, experimentação e criatividade nas vivências do teatro do oprimido e na elaboração de outras ações políticas que foram emergindo e sendo compartilhadas, ampliando os debates e até a forma de participação no Conselho Nacional de Saúde.

Cada participante, a seu modo, vai se contagiando e contagiando as demais pessoas, produzindo bons encontros e aumentando a potência de ação do corpo (ESPINOSA *apud* SAWAIA, 2008) por meio de trocas de informações e fluxos do desejo. São atuações que as singularizam numa história de devir grupalidade por meio da qual as pessoas em situação de rua

vêm dizer quem elas são, afirmando seu modo de existência. Tal agenciamento coletivo do desejo no que se refere ao nível molecular rompe com a configuração de ser-do-grupo (modo indivíduo/identidade segmentada), dando vazão à biopotência que provém dos processos heterogenéticos (BARROS, 2013; PELBART, 2010).

Em uma das reuniões do MNPR, participamos da realização de um círculo de cultura, juntamente com integrantes da equipe do CRDH, Consultório na Rua, outros pesquisadores e estudantes, além de várias pessoas em situação de rua. O tema gerador foi habitação, do qual emergiram dois subtemas: saúde e corpo. Iniciamos com as apresentações e o questionamento de qual o primeiro lugar que habitamos, sendo relatados: a barriga da mãe, o hospital e depois a casa. A sistematização girou em torno da problematização da identidade: pessoa em situação de rua. Durante esse processo cartográfico, bem como durante a pesquisa diurna, não emergiu o desejo de permanência na rua nem a fixação numa identidade; ainda que, durante a cartografia noturna, tenhamos acompanhado algumas pessoas cujo desejo está agenciado pela produção de subjetividades rualizadas. Quando o analisador é casa, os processos de subjetivação das pessoas em situação de rua se direcionam para uma lógica de moradia sob um viés do que é socialmente estabelecido como tal; lógica da qual nós também fazemos parte e pela qual também somos agenciados.

Pistas para outras cartografias

Mergulhamos no plano da cartografia permitindo-nos afetar e deixarmo-nos afetar nos encontros com as pessoas em situação de rua, com seus processos de subjetivação e suas afecções do corpo: necessidades, alegrias, tristezas, angústias, desejo e multiplicidade de devires. Nesse sentido, os processos de subjetivação das pessoas em situação de rua expressam afecções e a tradução das nossas afetações, segmentaridades e singularizações acerca dos modos de viver, de pensar, de amar, de odiar, de inventar e reinventar-se, que não se restringem só ao campo das ideias, mas também constituem ações, efeitos da produção desse modo de existência (GUATTARI; ROLNIK, 2010).

Cientes da amplitude da problemática e dos desafios enfrentados tanto por parte das pessoas em situação de rua quanto pelas profissionais da rede de assistência social e da rede de saúde, não empreendemos, neste estudo, uma análise das políticas e da efetivação dessas políticas nos estabelecimentos: Centro Pop, CAPS, Consultório na Rua. Permitimo-nos acompanhar e compor o movimento Pop Rua e apresentar a análise dos resultados da cartografia diurna, haja vista a publicação da maior parte dos resultados da cartografia noturna em um artigo denominado “Modos de viver e fazer arte das pessoas em situação de rua” (FÉLIX-SILVA *et al.*, 2016).

Cartografamos ao longo do processo situações nas quais emergiram problematizações, por parte da população em situação de rua, referentes às relações de poder que, de acordo com as necessidades e as possibilidades, se estabelecem na rua e nos serviços que compõem a rede. Essas provocações acabam por gerar desconfortos e também modificações, inclusive entre as pessoas em situações de rua e nas práticas de profissionais

que deixam de usar equipamentos, como bafômetros e medidas de suspensão, ensaiando mediação de conflitos entre as pessoas que fazem uso do Albergue Municipal.

Durante a pesquisa, contribuímos com os questionamentos, as reflexões e as inquietações da população em situação de rua. Dessa forma, nos sustentamos no acompanhamento e suporte das atividades e ações que envolviam o movimento Pop Rua.

Nas cartografias diurnas e noturnas, mapeamos desejos, necessidades e vontades que levam cada pessoa a viver em situação de rua: arte de viver uma vida nômade; arte de viver da arte; trabalho; espera para ter acesso à saúde; tempo para ter acesso a audiências; tempo para ter acesso a emprego; tempo para ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); tempo para ter acesso a auxílio-doença; recurso para retornar à cidade de origem; além das já citadas em outras pesquisas: fragilização dos vínculos familiares, perda parental, conflito com a Lei, inadequação legal no país e uso de substâncias psicoativas.

As pessoas que vivem em situação de rua projetam o desejo de viver numa casa, conseguir trabalho e renda, ter acesso à terra, à saúde, à educação escolar, à arte, a áreas de lazer e à amorosidade. Ao devir grupalidade, movimento Pop Rua, essas pessoas lutam pela efetivação das políticas de assistência social e de atenção à saúde e apostam na felicidade desde uma perspectiva ético-estético-política.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, G. **O que resta de Aushwitz**: o arquivo e a testemunha. (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008. (Texto original publicado em 1998).

AGAMBEN, G. **O poder soberano e a vida nua**. Lisboa: Presença, 1998. p. 146- 178.

ASSARÉ, P. **Inspiração nordestina**: cantos de Patativa. Antônio Gonçalves da Silva [Patativa do Assaré]. São Paulo: Hedra, 2003. p. 51-54.

ASSARÉ, P. do; SILVA, G. G. da. In: ASSARÉ, P. do; SILVA, G. G. da (org.). **Balceiro**: Patativa e outros poetas de Assaré. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1991. p. 13-41.

BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, R. B. de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BARROS, L. P. de; KASTRUPP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (org.). **Pistas do método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-75.

BASAGLIA, F. As instituições da violência. In: BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Tradução: Angélica D'ávila Melo. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010. p. 91-132.

BRASIL. Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS (NOB-RH/SUAS)**. (Reimpressão). Brasília: Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. **Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011**. Brasília: CNAS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Guia de atuação ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Brasília: CNMP, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Políticas de Promoção da Equidade em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde CNEPS. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. (SUAS e População em Situação de Rua, 3).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional DST/AIDS. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BURSZTYN, M. *et al.* (org.). **No meio da rua**. 2. ed.

Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 261 p.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DELEUZE, G. Cinco Proposições sobre a psicanálise. In: DELEUZE, Gilles. **A Ilha Deserta e outros Textos**: Textos e entrevistas (1953-1974). São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 345-352. (Obra original publicada em 2002).

DELEUZE, G. Duas questões. In: DANIEL, H. *et al.* **Saúde Loucura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 63-66. n. 3.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2. ed. São Paulo: 34, 2012. (Obra original publicada em 1980). v. 3.

FÉLIX-SILVA, A. V. *et al.* Modos de viver e fazer arte das pessoas em situação de rua. **Estud. psicol.**, Natal, v. 21, n. 1, p. 46-57, 2016.

FOUCAULT, Ml. O Poder, uma Besta Magnífica. In: MOTTA, M. B. da (org.). **Repensar a Política**: Michel Foucault (Textos e entrevistas: 1968-1984). Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 153-169. (Obra original publicada em 1994).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade, 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b. (Texto original publicado em 1986).

GADOTTI, M. Pedagogia dos Direitos e Pedagogia Social de Rua (Prefácio). In: GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 5. ed. São Paulo: Cortêz, 2005. p. 11-17.

GUATARRI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 229 p.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). **Políticas e Poéticas da diferença**: Habitantes de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LANCETTI, A. **Clínica peripatética**. 20. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 127 p. (Saúde & Loucura. Série Políticas do desejo, 1).

LAZZARATO, M. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, n. 12, p. 168-79, 2010.

MORAIS, N. A. de; NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. Crianças e adolescentes em situação de rua: história, caracterização e modo de vida. In: MORAIS, N. A. de; NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. (org.). **Endereço desconhecido**: crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 35 -62.

NEVES, M. B. da J. Por uma psicologia escolar inclusiva. In: MACHADO, Adriana Marcondes *et al.* **Psicologia e Diretos Humanos**: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 107-124.

PAGOT, A. M. Comunidade. *In*: PAGOT, A. M. **O louco, a rua, a comunidade**: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 109-141.

PASSOS, E.; EIRADO, A. do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (org.). **Pistas do método da Cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 109-130.

PELBART, P. P. **Elementos para uma cartografia da grupalidade**. Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_elementos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2017.

PELBART, P. P. Do niilismo à biopolítica: desafios teóricos e metodológicos. *In*: LIMA, Elizabeth Araújo; FERREIRA NETO, J. L.; ARAGON, L. E. (org.). **Subjetividade contemporânea**: desafios teóricos e metodológicos. Curitiba: CRV, 2010. cap. 2. p. 25-42.

PORTINARI. Série Retirantes: Retirantes (1944), Criança Morta (1944) e Enterro na Rede (1944). Disponível em <http://www.portinari.org.br/>. Acesso em: 24 out. 2014.

PRIMAVERA nos dentes. Intérprete: Secos & Molhados. Compositores: João Apolinário e João Ricardo. *In*: AO VIVO no Maracanãzinho. Intérprete: Secos & Molhados. [S. l.]: Gel/Continental, 1980. 1 disco de vinil, lado A, faixa 5.

ROLNIK, S. **Quarar a alma**. 1995. Disponível em: http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/quarar_a_alma.pdf. Acesso em: 24 out. 2014.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental:**

transformações contemporâneas do desejo. Porto

Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2006.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo

de globalização. In: LINS, D. (org.). **Cultura e subjetividade:**

Saberes Nômades. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 19-24.

SILVA, A. F. da. Migração e crescimento urbano: uma reflexão

sobre a cidade de Natal, Brasil. **Scripta Nova:** Revista

Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Rio Grande do

Norte, v. 74, n. 94, p. 1-18, ago. 2001. Disponível em: [http://](http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-74.htm)

www.ub.edu/geocrit/sn-94-74.htm. Acesso em: 12 nov. 2014.

SILVA, A. G. da. **Ispinho e Fulô**. Fortaleza: Secretaria de Cultura,

Turismo e Desporto/Imprensa Oficial do Ceará, 1988. 306 p.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e pessoas em situação**

de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento

único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de

análise dialética da exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. *et al.*

(org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da

desigualdade social. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 97-118.

STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M.; RODRIGUES, D. **Os lugares**

da exclusão social: um dispositivo da diferenciação

pedagógica. São Paulo: Cortêz, 2004. 150 p.

VEIGA-NETO, A. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. *In*: MACHADO, A. M. *et al.* **Psicologia e Diretos Humanos**: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 55-70.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Grupos sociais vítimas de intolerância. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Peseu Abramo, 2011. p. 197-199.

PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA ENDÓGENA

UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CRIMINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Tomás Henrique de Azevedo Melo

Prólogo

Depois de alguns anos de pesquisa com pessoas em situação de rua, a morte se tornou algo recorrente em meu cotidiano. No decorrer dos últimos oito anos, foram frequentes as notícias de conhecidos, amigos e interlocutores de pesquisa que chegaram a óbito, além de casos que chegaram a meu conhecimento por intermédio de jornais, grupos de direitos humanos, movimentos sociais e outras entidades que atuam com o segmento. O fato é que a existência de ataques seguidos de morte e demais violações contra pessoas que dormem e sobrevivem nas ruas e em acolhimentos institucionais é algo recorrente nas capitais e grandes cidades brasileiras.

Por vezes, casos noticiados nos meios de comunicação relatam a descoberta de *corpos não identificados*, anunciados como *prováveis moradores de rua*, nos quais as informações são

pouco reveladoras sobre os detalhes e as circunstâncias dos crimes. Os casos com menor expressão midiática aparecem rapidamente citados, mas pouco se sabe sobre esses acontecimentos. Diferentemente, casos que ganham destaque culminam na produção de um reconhecimento público como particularmente cruéis ou bárbaros.

Entre alguns crimes notadamente marcantes no Brasil, a operação “mata-mendigos” na década de 1960, por ocasião da visita da Rainha Elisabeth, e a Chacina da Candelária em 1993, ambas na cidade do Rio de Janeiro, além do Massacre da Praça da Sé em 2004, na cidade de São Paulo, são alguns exemplos de ocasiões em que tais acontecimentos ganharam atenção nacional e, poder-se-ia dizer, comoveram a opinião pública. Entre casos com maior ou menor destaque e repercussão, chama atenção a forma como os discursos e as compreensões acerca de determinadas vidas e mortes podem atribuir estatutos completamente diferentes, concedendo dignidade ou banalidade a casos distintos, mas que nem sempre diferem na forma como são praticados.

Em meu percurso de pesquisa, pude acompanhar alguns desses casos desde perspectivas diversas e, assim, creio ter conseguido perceber algumas recorrências importantes para compreensão do contexto dessa violência direcionada e algumas das particularidades que permeiam a constituição de discursos de ódio, sua naturalização e, em alguns casos, a produção de um discurso legitimador das mortes violentas nas ruas, assim como os limites da referida legitimação.

O objetivo deste texto, portanto, será apresentar elementos que evidenciam sentidos acerca da morte de pessoas em situação de rua. Trata-se de refletir sobre a produção de representações que constituem o segmento como grupo

populacional indesejável, por vezes exterminável, e os limites em que tais representações se esgotam em termos de legitimação pública. Para isso, recorrerei à apresentação de alguns casos e os debates provocados por eles, o contexto de recepção e avaliação de grupos de defesa dos direitos humanos, trechos de discursos midiáticos e policiais que influenciam a produção de uma “opinião pública”.

Para realizar a demonstração dos argumentos, apresentarei três tópicos: o primeiro deles trata sobre a forma como alguns elementos recorrentes aparecem na mídia e produzem formas específicas de desumanização das pessoas em situação de rua na representação de suas mortes. O segundo tópico tratará sobre a produção de uma representação fantasmagórica da população em situação de rua enquanto classe perigosa que, nos últimos anos, vem sendo pautada, principalmente, em virtude das representações sobre o crack e os usuários dessa substância. As mortes, quando atreladas às insistentes representações sobre o crack e o tráfico de drogas, culminam no que venho me referindo (MELO, 2012; SILVA; MELO, 2014) como *presunção de violência endógena*: forma compulsiva de explicar ou entender determinados atos, presumindo que os perpetradores são sempre pessoas do mesmo grupo da vítima, balizados pelos estigmas do grupo social a que pertencem e a que se supõem propensos à violência, à degeneração, ao crime, entre outros atributos negativos. Frequentemente, o processo culmina na legitimação dos atos enquanto autoevidentes e previsíveis, provocando também indiferença e culpabilização das vítimas.

No terceiro e último tópico, tratarei sobre o revés desse movimento, quando o discurso da violência endógena não funciona e essas vidas tornam-se dignas de luto, investigação e mesmo da revolta pública sobre os crimes. Em outras palavras,

quando os atos compreendidos como cotidianos passam a ser percebidos por sua crueldade.

Os dados que apresentarei foram produzidos em sua maior parte nos anos em que fiz trabalho de campo em Curitiba/Paraná (2009-2012), quando acompanhei a organização e atuação do MNPR – Movimento Nacional da População de Rua²³. Ainda nesse período (particularmente nos anos de 2011 e 2012), trabalhei no Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH-PSR/CMR)²⁴. Por último, mas não menos importante, entre os anos de 2013 e 2014 também tive a oportunidade de participar de um projeto intitulado “Observatório sobre a violência contra a população em situação de rua no Distrito Federal”, que resultou em relatório (SILVA; MELO, 2014) e em um grande banco de dados composto de

²³ Segundo consta nos relatos de seus participantes e nos próprios documentos do MNPR, o movimento é constituído por pessoas em situação de rua ou que passaram por tal experiência em algum momento de suas trajetórias. Tem início a partir de mobilizações em São Paulo e Belo Horizonte, e é lançado publicamente no ano de 2005, no Festival Lixo e Cidadania, evento realizado anualmente pelos catadores de materiais recicláveis, na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais.

²⁴ A sede do CNDDH foi inaugurada no mês de abril de 2011, na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, e a partir de então se inicia também o projeto para descentralização de suas ações. O Paraná foi um dos estados em que se previa a aplicação desse projeto. No ano de 2011, fui convidado pelo MNPR (coordenação estadual do Paraná) para assumir o cargo de Agente Técnico, responsável por articular, juntamente a uma equipe composta por um representante do MNPR e um representante do MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), um núcleo descentralizado do CNDDH – PSR/CMR. Permaneci no cargo até a metade do ano de 2012, quando foi possível instalar o Centro Estadual. O Centro Estadual iniciou formalmente suas atividades em 2012 e, pouco depois, me mudei para o Rio de Janeiro para iniciar o curso de doutorado.

notícias jornalísticas, inquéritos policiais e laudos cadavéricos dos casos de mortes violentas de pessoas em situação de rua²⁵.

A mobilização do MNPR e o trabalho no CNDDH possibilitaram o acompanhamento de diversos casos de violação, as providências tomadas em cada um deles, assim como a produção e mesmo o acesso de dados nunca antes trabalhados em virtude da escassez de informações²⁶. Por outro, esses novos investimentos políticos marcam também uma paulatina transformação por parte dos militantes e porta-vozes do segmento, no sentido de como articulam suas denúncias e compreendem as violações sofridas pela população de rua.

O momento em que comecei a acompanhar tais atividades foi particularmente importante, em virtude da crescente politização em torno do tema. Após a assinatura do Decreto 7.053/2009 (BRASIL, 2009), que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua²⁷, houve investimento na produção de informações sobre o segmento²⁸, bem como em mecanismos para a garantia dos direitos de cidadania, acesso à justiça e produção de dados, como aqueles divulgados pelo

²⁵ Devo agradecer especialmente a Rosemeire Barboza da Silva, que me fez o convite para participar desse trabalho, assim como a toda equipe envolvida no projeto, que foi definitivo para muitas das reflexões feitas nessa oportunidade.

²⁶ Além dos dados produzidos pelo CNDDH, nesse período, produzi um dossiê sobre as violações contra a população de rua no Paraná (2010-2011). Esses dados inspiraram um *paper* com alguns apontamentos sobre a lógica dessas violações (MELO, 2012).

²⁷ Documento que define as características do segmento populacional a ser atendido e sugere sua inserção nos programas sociais do governo, assim como novos programas e mecanismos institucionais a serem criados.

²⁸ A exemplo da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 70 municípios da federação com mais de 300 mil habitantes.

CNDDH²⁹, que demonstram que, apenas no ano de 2011, foram contabilizados 165 casos de mortes em todo o país. E entre eles, 113 assassinatos continuam sem solução. Das denúncias encaminhadas ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos), foram computadas ao todo 453 denúncias relativas a casos de tortura, negligência, violência sexual, discriminação, entre outros.

A partir dos dados produzidos pelo CNDDH, foi possível perceber que frequentemente o número de pessoas em situação de rua assassinadas é proporcionalmente maior – a depender da cidade – se comparado ao número de homicídios de pessoas domiciliadas. Depreende-se disso que a vulnerabilidade da vida em situação de rua é um aspecto determinante na recorrência de homicídios. Não obstante, é necessário demarcar que, além da cotidiana exposição desses corpos no espaço público, que fatalmente lhes deixa em maior vulnerabilidade, outro aspecto que caracteriza esses casos é que se trata predominantemente do assassinato de homens negros. Segundo informações do Atlas da violência:

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a

²⁹ Além do próprio CNDDH, a inclusão da população em situação de rua como um dos segmentos específicos no Disque Direitos Humanos Nacional (100) também fomentou a produção de informações e dados sobre as violações.

taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. [...] A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros (IPEA, 2018, p. 40-41).

Complementarmente, ao observamos os dados da Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, percebe-se que 82% das pessoas em situação de rua são do sexo masculino, entre eles, 67% são negros (39,1% declararam-se pardos e 27,9% pretos). Em contraponto, na cidade de Curitiba, apesar de a maioria das pessoas em situação de rua se autodeclararem brancas (49%), no levantamento mais recente (2016) realizado pela Fundação de Ação Social, o número de pessoas em situação de rua autodeclaradas negras (48,5%) é mais que o dobro proporcionalmente ao número de negros e negras na população domiciliada (19,7% dos curitibanos). Ou seja, em uma cidade em que pouco menos de 20% de sua população domiciliada declara-se negra, quando se trata da população em situação de rua, a concentração de negros em situação de rua é o dobro do que na população domiciliada, e a proporção entre brancos e negros é quase a mesma (49% e 48,5%, respectivamente). Assim, as elevadas taxas de homicídio na população negra, a existência predominante de pessoas negras em situação de rua e o grande número de homicídios de pessoas em situação de rua em relação à população domiciliada não parecem coincidência, mas resultado de forças que vitimizam determinado perfil populacional em um gradiente no qual a população em situação de rua representa uma de suas facetas mais vulneráveis.

De São Paulo para baixo, o frio mata

Quando iniciei minha pesquisa de campo na cidade de Curitiba/Paraná, os primeiros casos de que tive conhecimento, como uma das causas de morte que mais se destaca nos estados do Sul do país, são os casos de pessoas que desenvolvem quadros de hipotermia e outras doenças ocasionadas pela exposição às baixas temperaturas. Naquela época, as manchetes destacavam chamadas com certo padrão: “Frio no sul pode ter matado mais duas pessoas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/07/2010); “Frio mata 8 pessoas em 3 dias no sul do país” (BAND, 15/07/2010); “As baixas temperaturas podem ter feito a segunda vítima fatal deste inverno na capital” (PARANÁ ON-LINE, 02/08/2011); “Andarilho pode ter morrido de frio” (PARANÁ ON-LINE, 02/08/2011); “Queda brusca de temperatura pode ter matado uma pessoa por hipotermia em Curitiba, PR” (DE OLHO NO TEMPO, 02/08/2011).

As informações que chegavam a mim, por meio das pessoas em situação de rua com quem convivía, tratavam sempre de ponderar e denunciar a subnotificação dos casos de morte, a falta de vagas de acolhimento e até mesmo o ataque sistemático por parte de agentes da segurança pública que apreendiam cobertores, bolsas com agasalhos e outros pertences utilizados para a proteção contra o frio.

As notícias de morte iam se acumulando e a cada nova manhã de inverno contavam-se os corpos daqueles que não resistiram e vieram a óbito. Enquanto isso, os representantes da gestão pública municipal divulgavam informações na tentativa de atenuar sua responsabilidade sobre esses casos. Nos jornais, eram insistentes as declarações para informar sobre o aumento do número de vagas em serviços de acolhimento institucional – as famosas operações inverno, realizadas em vários estados.

Mas, principalmente, buscavam explicar que aquelas mortes lamentáveis eram ocasionadas pelo fato de que os moradores de rua preferiam ficar nas ruas consumindo drogas, ao invés de buscar o centro de acolhimento para pernoite. Percebe-se, ainda hoje, que esse posicionamento se tornou uma prática de gestões municipais, utilizada como forma de atribuir a responsabilidade aos indivíduos.

Dessa forma, o modo como essas mortes eram retratadas na mídia e pela própria gestão municipal me chamou atenção, afinal, como algo tão aterrorizante como morrer de frio na rua poderia ser normalizado e até mesmo apontado como uma escolha? Foi possível notar que dificilmente era citada nos jornais a razão do número de pessoas em situação de rua em relação ao número de vagas de acolhimento ou, ainda, quais eram os motivos dessas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade negarem o atendimento de um serviço público supostamente pensado para o segmento.

Frequentemente, as notícias eram veiculadas junto a outras informações sobre o clima da cidade, como se a morte por hipotermia estivesse associada a um efeito colateral ou mesmo como indício de baixas temperaturas, consequência inevitável do inverno rigoroso, não de uma falha da política social. Da mesma maneira com que se anuncia a geada como índice de frio, em que se mostravam fotos da grama congelada pela manhã, a morte de pessoas expostas às baixas temperaturas no inverno era noticiada como índice mais dramático para ilustrar a intensidade do inverno. De um modo caricaturado: “Uma frente fria se aproxima. Nesta manhã, três pessoas foram encontradas mortas com sinais de hipotermia”.

A partir da verificação dessas notícias, pude perceber que uma lógica semelhante se aplicava a outros tipos de casos

de morte e a subsequentes abordagens midiáticas e policiais que lhes eram conferidas. O mesmo valia para o caso de mortes sobre as quais não havia se chegado a qualquer consenso para explicação, mas para as quais, rapidamente, desconsiderava-se qualquer possibilidade de crime violento ou atentado à vida, como foi o caso de um “andarilho” que foi achado morto em um latão de lixo de supermercado. Segundo o delegado que prestou declaração ao jornal: “Acredito que seja um andarilho que invadiu o supermercado para catar lixo. Como a caçamba é alta e de ferro, ele pode ter desequilibrado, caído de boca. Ou passou mal, desmaiou e morreu até mesmo por ter inalado os gases tóxicos” (MONTEIRO, 2011).

Naquele momento existia uma onda de crimes sobre os quais nunca era atribuída uma autoria, mesmo sendo pública e amplamente notória a existência de gangues de neonazistas que tinham por algumas de suas vítimas preferenciais pessoas em situação de rua, travestis e transexuais trabalhadoras do sexo³⁰. Os responsáveis pelas investigações por parte da polícia afirmavam desconhecer em absoluto a existência desses grupos, ao passo em que não se eximiam de insistentemente sugerir a culpa pelos crimes às próprias pessoas em situação de rua, que, supostamente, estavam a cometer crimes entre si em virtude de acertos de contas e disputas por parte do tráfico de drogas ou mesmo por brigas ocasionadas pelo consumo das substâncias.

³⁰ Além dos ataques, a cidade estava repleta de cartazes ameaçadores sobre “limpeza social” pelos postes e muros, além das pichações com referência nazista em todo centro da cidade.

Violência endógena: a culpa é do morto

Entre os meses de junho e agosto de 2011, três pessoas foram queimadas na rua, em Curitiba. Nas notícias, sempre há a indicação de que a investigação dos crimes ainda será realizada, no entanto, parte-se do princípio de que os crimes decorrem dos seguintes fatos: 1) Acerto de contas em virtude do envolvimento com o consumo de substâncias psicoativas e com o tráfico. 2) Acerto de contas de outros tipos, brigas rotineiras entre pessoas em situação de rua. 3) Acidentes ocasionados por tentativas de fazer fogueiras para se proteger do frio, aliado ao consumo de substâncias psicoativas, o que resultaria em uma incineração acidental. Aparentemente, o argumento de que a violência é causada pelo próprio grupo é utilizado como subterfúgio para não apurar a fundo os fatos. Consequentemente, não parece haver qualquer continuidade no que diz respeito à publicação dessas informações, culminando em certa fórmula que se repete: pessoas morrem, os fatos são noticiados, indica-se a continuidade das investigações, o fato nunca volta a ser abordado.

Um dos casos citado aconteceu na madrugada do dia 29 de junho de 2011, quando uma pessoa morreu queimada no bairro Juvevê. Segundo a informação do sítio “Bem Paraná” (de 29/06/2011), a declaração do tenente Julian Rodrigues foi que “Não dá para saber o que ocasionou o fogo. Pode ser que alguém tenha ateado fogo ou então eles acenderam o fogo para se esquentar. Existem várias possibilidades.” (MORADOR..., 2010). Um dos principais argumentos para justificar a dúvida foi o fato de que ao lado da pessoa que foi carbonizada dormia outro morador de rua, que estava completamente embriagado

e que, supostamente, nem mesmo se deu conta do que estava acontecendo.

O sítio “Banda B” fornece outros elementos ao demonstrar a perspectiva dos moradores da redondeza que deram declarações a respeito. Segundo um dos depoimentos para a matéria, nunca se havia reparado que os moradores de rua fizessem fogueiras para se aquecer: “Eu moro há muito tempo aqui, nunca vi eles acenderem fogo. Mesmo com esse frio, eles não acendem fogo nunca. Eu não posso afirmar, mas parece que atearam fogo nele. Se alguém fez isso foi muita maldade” (BEM PARANÁ ON-LINE, em 29/06/2011).

Ao que parece, perde-se completamente de vista que as pessoas que vivem na rua aprendem formas de dar soluções aos problemas que lhes afiguram. Ao longo de meu trabalho de campo, aprendi que as pessoas que dormem nas ruas – e não nos equipamentos públicos de abrigo –, preferem, por exemplo, dormir no papelão, ao invés de em colchões e outros materiais que molham facilmente ou mesmo pelo acúmulo de umidade se torna insalubre. Enquanto o papelão e o papel, por sua vez, servem como um tipo de isolante térmico, além de ser um material mais fácil de conseguir e não precisar carregar ou guardar, como no caso do colchão. Ao questionar algumas pessoas em situação de rua sobre os motivos pelos quais optam por fazer ou não fazer fogueiras para se protegerem do frio, obtive como respostas que as fogueiras causam problemas com os próprios agentes da segurança pública, chamam muita atenção, além de se tornarem perigosas também. Assim, fogueiras são feitas preferencialmente em lugares ermos – mais afastados do centro da cidade – ou então circunstancialmente para fazer comida. Ainda assim, é ponderado que existem técnicas específicas para fazer as fogueiras. No entanto, mesmo que a

possibilidade lançada pela polícia fosse verdadeira, o que se destaca é justamente que as explicações para as mortes sejam recorrentemente acidentais ou por acerto de contas.

Essa tendência de culpabilização, tanto acidental quanto por acerto de contas, se repete em ocorrências de ataques perpetrados por grupos organizados, tal como os grupos de ideologia neonazista. Houve um período, em Curitiba, em que ocorreu uma série de mortes, incluindo decapitações e outros ataques com arma branca, que foram amplamente atribuídas à ação dos neonazistas. Por sua vez, a polícia militar do Paraná afirmava que não tinha conhecimento da existência de qualquer grupo organizado nesse sentido. Alguns desses casos demonstram a existência de testemunhas que dão pistas e, ainda, situações em que a própria vítima fornece elementos para identificação do grupo, descrevendo suas características. No entanto, mesmo com diversos elementos para averiguação, ao longo dos anos, as ações dos grupos de ódio passam como despercebidas pelas autoridades da cidade.

Parece sempre haver muitas dúvidas sobre a caracterização desses grupos. Em um caso em que um “guardador de carro” foi esfaqueado até a morte por um grupo de homens e mulheres com características semelhantes a dos grupos neonazistas, havendo testemunhas do fato e também imagens de câmeras de segurança, a Delegacia de Homicídios afirmou que não havia elementos para afirmar que se tratava de um ataque por parte desses grupos: “Apesar de várias testemunhas apontarem um grupo de Skinheads (neonazistas) como responsável pelo assassinato, a polícia não confirma” (KOTSAN; RIBEIRO, 2010).

Outro conjunto de casos trata de pessoas que foram achadas mortas e em decomposição em casas abandonadas,

na rua, em terrenos baldios, tratadas como possíveis vítimas de acidentes. São casos sobre os quais não se comenta muito a respeito, limitando-se a identificar a morte e indicar uma investigação posterior, sobre as quais não parece haver nenhum retorno ou desenvolvimento. Contudo, na maioria dos casos, não há qualquer constrangimento em anunciar a relação entre a morte dos indivíduos com o consumo de substâncias psicoativas: “Willian seria usuário de drogas e passou a viver nas ruas depois de ser abandonado pela família” (UOL MAIS, 17/02/2011); “A vítima tem aproximadamente 20 a 25 anos e o corpo foi recolhido pelo Instituto Médico Legal. Segundo a Polícia Civil, o filho da vítima contou que o pai trabalhava em construções, mas abandonou tudo para viver nas ruas.” (MORADOR..., 2010). Essa fórmula peculiar parece se repetir em uma parte esmagadora das ocorrências: o consumo de substâncias psicoativas e a própria situação de rua é utilizada como forma de resolver ou dar por encerrados os casos. Assim, as ocorrências de mortes violentas de pessoas em situação de rua são vistas como se fossem autoexplicativas. Em grande parte dos casos, a simples menção às drogas parece explicar tudo que é necessário saber sobre o caso:

O calçadão da Rua XV de Novembro, um dos principais pontos turísticos de Curitiba, foi palco de violência na madrugada desta quinta-feira (8). Perto das 3h30, um homem foi assassinado a facadas, entre a Travessa da Lapa e a Rua Barão do Rio Branco. A vítima, até o momento não identificada, foi encontrada morta por populares. Segundo o tenente Cretan Batista, do 12º Batalhão da Polícia Militar, nada foi repassado sobre a autoria do crime, no entanto imagens de câmeras de segurança poderão auxiliar nas investigações. “Avisaram-nos da briga e de que um dos moradores de rua estava ferido

por arma branca. Chegamos e o encontramos já morto”, disse à *Banda B*. A vítima tem aproximadamente 20 a 25 anos e o corpo foi recolhido pelo Instituto Médico Legal. *Ainda de acordo com os PMs, o homem já havia sido visto consumindo crack.* (ANDRÉ; BORGES; ALVES, 2012, grifo do autor).

O que pude perceber a partir das notícias é que essas mortes aparecem como uma simples ilustração do frio – pessoas sem referências, que aparecem como indício do frio nas manchetes sobre o clima da cidade –, ou então se destacam por um tom de barbárie, em casos de incinerações, queimaduras ocasionadas por produtos químicos, decapitações e espancamentos, variando entre o total descaso e ações motivadas pelo ódio. Ao que tudo indica nessas matérias, parece que as pessoas morrem na rua: por uma grande situação de “indigência”, como vítimas das intempéries, de desastres naturais ou das próprias condições de vida na rua, ou em sentido diametralmente oposto, quando são atacadas violentamente, com intenção de matar e por motivações de ódio.

No que diz respeito às formas de matar, militantes do MNPR me chamaram atenção para alguns questionamentos curiosos: como uma pessoa em situação de rua tem acesso a um produto químico, farmacêutico? Como conseguem litros e mais litros de gasolina para incendiar alguém? Como um morador de rua se esconde nas vias públicas depois de decapitar outra pessoa? Por outro lado, esses mesmos militantes não descartam o fato de que existem situações de ataques de pessoas que moram nas ruas a outros moradores de rua. Segundo essa concepção, a rua tem seus perigos, conflitos, suas regras e

eventualmente as pessoas podem se matar³¹. No entanto, um detalhe importante é que, na maioria das vezes, as informações sobre esses conflitos internos circulam na rua. E determinadas situações não causam surpresa. Em diversas circunstâncias, já presenciei relatos de que alguém estava “jurado”, que devia se cuidar para não ser surpreendido enquanto dormia. No entanto, a questão está no fato de que essa violência é muito mais plural e deve-se a ações de diversos atores. Em todo caso, há necessidade de se investigar esses crimes, mas, principalmente, me parece um contrassenso atribuir a responsabilidade dos crimes à população em situação de rua como forma de legitimar e explicar todas as suas mortes.

Um morador de rua com aproximadamente 45 anos, identificado apenas como Gilmar, foi encontrado morto na manhã desta sexta-feira (13) em um prédio abandonado no bairro Vila Izabel, em Curitiba. Segundo a Polícia Militar, a vítima tinha lesões na cabeça e morreu em decorrência do traumatismo craniano. A polícia já tem informações de quem seria o suspeito de cometer o crime. *Acredita-se que a vítima tenha sido assassinada por conta das drogas*. Gilmar era conhecido na região da Vila Izabel e do bairro Água Verde e querido por muitos moradores. Ele era natural de Foz do Iguaçu. [...] Este é o *terceiro caso* relacionado a agressões contra moradores de rua nos últimos *dois dias*. Ontem, um andarilho foi queimado no bairro Alto da Rua XV. Segundo o delegado Rubens Recalcatti, a polícia já identificou o suspeito de ter cometido este crime. “O suspeito que ateou fogo está preso. *Foi uma briga por conta de drogas*”, disse Recalcatti, *descartando a hipótese de um ato criminoso por parte de um grupo de jovens*,

³¹ Principalmente por parte daqueles mais experientes e antigos na rua, costuma-se dizer que “a rua está mais violenta que nunca”.

no caso skinheads. Os andarilhos agredidos ontem estão internados em hospital de Curitiba, com risco de morte (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2012).

Ao longo da pesquisa – e do contato continuado com o MNPR e os núcleos do CNDDH de outros estados do país –, percebi que essa lógica de culpabilização das vítimas é algo que se repete em diversos outros lugares. Esse fenômeno também foi indicado por Frangella (2009, p. 208), ao abordar a pesquisa de Ballentyne (1999) sobre violência, criminalidade e segurança nas ruas de Londres. A autora salienta que, nessa pesquisa, a existência de poucas informações sobre os crimes e o pouco conhecimento sobre as condições de vida da população de rua reforçam a prática unilateral de conceber as pessoas em situação de rua exclusivamente como agressores e raramente como vítimas. As autoridades policiais, por sua vez, associam os delitos de forma generalizada às brigas e aos desentendimentos entre as próprias pessoas em situação de rua (FRANGELLA, 2009, p. 213), o que, ainda segundo a autora, são práticas que se assemelham ao contexto paulistano.

Novamente, tive a oportunidade de perceber a manifestação do mesmo fato na pesquisa do “Observatório sobre a violência contra a população em situação de rua no Distrito Federal”³². Nessa pesquisa, a dita presunção de violência endógena se repetiu como fator explicativo para uma grande quantidade de casos: um autor desconhecido, identificado como “provável morador de rua”, mata outra pessoa em situação de rua, que por vezes é identificado, por vezes não.

³² Nesta oportunidade, a equipe produziu um banco de dados com 531 notícias de casos de morte de pessoas em situação de rua, publicadas em três jornais do Distrito Federal, entre os anos de 2009 a 2013.

Tanto nas notícias jornalísticas e nas declarações de polícia, percebe-se que, mesmo sem a produção de nenhuma peça de investigação, laudo cadavérico e inquérito, tanto jornalistas quanto os próprios agentes da polícia afirmam enfaticamente e insistentemente essa suspeita, em que as próprias pessoas em situação de rua são sempre os principais suspeitos dos crimes, mesmo quando não existe nenhuma pessoa em específico para se suspeitar.

Um morador de rua morreu na manhã de ontem nas proximidades do Hospital Regional de Taguatinga. A vítima, ainda não identificada, recebeu atendimento na unidade de saúde, mas não resistiu aos ferimentos provocados por golpes com pedaços de madeira e pedras. Um vigia de carros que trabalha no local informou aos policiais que a vítima era conhecida como Robervil. O caso é investigado pela 12ª Delegacia de Polícia, em Taguatinga Centro. “Como ele era morador de rua, *suspeitamos que possa ter ocorrido algum desentendimento entre pessoas que também andavam com ele. Mas ainda estamos investigando o caso*”, afirmou o delegado-chefe da 12ª DP, Mauro Leite (MENDIGO..., 2012).

Em outro caso semelhante:

[...] Na Asa Norte, outro morador de rua foi espancado e esfaqueado na tarde de ontem, mas sobreviveu. *As suspeitas da autoria dos crimes caem, por vezes entre os próprios moradores e outras por terceiros.* Na maioria dos casos, *históricos de alcoolismo e drogas levam a mais crimes.* [...] Para Amélia Lima, de 66 anos, que trabalha em frente ao HRT, o rapaz era pacífico. “Ele sempre me tratou muito bem, com humildade. Inclusive me protegia quando saía daqui a noite no estacionamento.

Fui assaltada aqui mesmo duas vezes. Quando ele estava eu não corria tanto risco”, disse. Outro quiosqueiro, porém, diz que ele seria viciado em drogas. Uma funcionária do HRT, que não quis se identificar, teme passar pelo local. “Aqui fica lotado de viciados e moradores de rua, não há policiamento nenhum, não temos segurança”, diz (VIVER..., 2011).

Tanto nos casos de mortes em que há suspeitos dos crimes, pessoas em situação de rua ou não, assim como nos casos em que não há suspeitos de fato, a tônica do discurso jornalístico e policial é, em primeiro lugar, a atribuição da culpa do crime a uma pessoa em situação de rua, seguido por pessoas que se sugere compor esse cenário da rua, como os traficantes de drogas, motivados por “acertos de contas”. Sobretudo, o que parece definir essa lógica de sugestionamento por parte do discurso jornalístico é a afirmação, nas entrelinhas, de que as pessoas em situação de rua estão o tempo todo matando a si mesmas, por investirem de fato contra a vida de seus companheiros, por serem vitimadas pelo próprio contexto, pelas possíveis dívidas com traficantes de drogas ou em virtude do descontrole causado pelo consumo das substâncias. Via de regra, percebe-se que essa é uma prática que independe da existência de testemunhas, suspeitos e investigações, pelo contrário, esse é o ponto de partida da maioria dos casos. Trata-se de uma saída recorrente, mesmo quando existem testemunhas e demais pessoas do convívio da vítima que alegam tratar-se de alguém que não criava confusão ou nenhum tipo de problema na vizinhança.

A perspectiva adotada sobre esses casos está baseada na insistente sugestão de que as violações sofridas pela população em situação de rua se tratam de atos perpetrados por sujeitos

representativos do próprio grupo, vitimados pelas circunstâncias de uma vida que escolheram, portanto, são corresponsáveis pela própria morte. Desse modo, a antiga fórmula da criminalização da pobreza se sobrepõe com vigor: a violência atávica das classes populares é pressuposta enquanto uma representação funcional, em que a alegação de descontrole sobre os riscos de viver nas ruas se torna uma forma de gestão dos corpos (vivos ou mortos) de todo um segmento populacional que se pressupõe “matar a si mesmo”. Consequentemente, a afirmação de que as próprias pessoas em situação de rua são sempre as responsáveis pelas mortes de seus iguais diz também, de forma mais ou menos explícita, que os domiciliados não são responsáveis, apartando assim a relação deles com o mundo domiciliado e desse em relação à situação de rua.

A produção discursiva sobre essas mortes e corpos, por vezes sem nome, sem identificação, dificulta a produção de empatia por parte da opinião pública, visto que ela foi separada da relação e, portanto, de qualquer possível responsabilização. No limite, impossibilita que se tornem de fato vidas em um sentido amplo, dignas de pesar, luto e dor (BUTLER, 2006, 2010). No fim, a violência contra as pessoas em situação de rua é enquadrada como um fenômeno autoexplicativo, normalizando a expectativa de que estas matem umas às outras, em decorrência do seu viver. A forma como se mata, nesses discursos, por vezes parece irrelevante, pois, por mais atroz que seja a forma de matar, e por mais distante que possa parecer da realidade da vida nas ruas, atribuir os crimes às próprias pessoas em situação de rua parece fazer parte de uma política deliberada de extermínio de vidas consideradas indignas de serem vividas.

Crack: pedra angular da (não tão) nova política de extermínio

Um dos principais elementos para justificar o argumento da violência endógena e a culpabilização das vítimas de morte violenta, atualmente, se dá a partir do marco das relações de consumo e comércio de drogas, particularmente, o consumo de crack. No entanto, torna-se cada vez mais claro que esta é uma questão que foi ativamente produzida: o crack está presente no Brasil pelo menos desde 1989-1990, mas a “explosão midiática” como uma questão que ganhou notoriedade para o grande público aparece principalmente no final dos anos 2000, a partir de uma série de notícias jornalísticas sobre o fenômeno, criando um grande alarde sobre uma presença que já estava para completar 20 anos. Desde então, essa “explosão” inicial do tema gerou um “bombardeio” de notícias que auxiliam drasticamente a configuração da questão como um problema de primeira grandeza, associado ao desfalecimento das condições de saúde e dignidade do usuário, e ainda como causa do crescimento da violência, insegurança e criminalidade urbana.

Essa fantasmagoria em torno do crack teve um efeito drástico no que diz respeito às representações que vêm se estabelecendo sobre as pessoas em situação de rua. O perfil tradicionalmente estigmatizado do morador de rua, associado à figura do “mendigo” ou do “pedinte”, homem de meia-idade, alcoólatra, incapacitado para o trabalho, rapidamente se transformou para a figura do “noia”, “craqueiro” e/ou “cracudo”: sujeitos jovens e em idade economicamente ativa, dominados por uma “substância incontrollável” que lhes retira

o caráter humano e, portanto, tornam-se “ratos”, “zumbis” e “mortos-vivos”³³.

O que se percebe é que rapidamente termos como “noias” e “cracudos” ganharam o linguajar popular, desconsiderando assim qualquer diferença entre perfis de usuários e cenas de uso³⁴. Atualmente, não é raro ouvir quem se refira a qualquer pessoa em situação de rua por esses termos. Nos últimos anos, principalmente, não se fala sobre a vida na rua sem se falar de crack. E raramente se fala de crack fora do contexto de consumo na rua, por exemplo, desconsiderando assim o consumo de pessoas domiciliadas.

As etnografias de Epele (2010) e Rui (2014) são reveladoras no que diz respeito a essa apresentação quase anedótica dos usuários, a que me referi anteriormente: figura homogeneizada sobre a qual constantemente anulam-se diferenças. Ambas as etnografias demonstram como a produção desses corpos, ocupações e “tipos de usuários” é muito mais eloquente e produz um mapa social complexo de reconhecimentos e acusações. No contexto brasileiro, particularmente, Rui (2014, p. 21) afirma a centralidade que a figura do “noia” ganhou enquanto forma generalista de representar publicamente a experiência dos usuários, perdendo-se de vista o fato de ser uma categoria de

³³ Duas grandes matérias que se poderia destacar como exemplo de longas descrições dos usuários como “ratos” ou “zumbis”: *Os ratos do crack*, ALVES, Renato; ARAÚJO, Saulo. **Correio Braziliense**, Brasília, terça-feira, 10 de julho de 2012, p. 21 e *Os zumbis do crack*, sem autoria, **Correio Braziliense**, Brasília, domingo, 21 de fevereiro de 2010, p. 30.

³⁴ Como demonstra Rui (2014, p. 229), o mesmo pode ser dito sobre as chamadas “cracolândias”, que, inicialmente identificadas como alguns espaços transitórios nas imediações do bairro da Luz, em São Paulo, foi se constituindo como a principal nomenclatura para designar “grandes” locais de consumo de crack, em diversas regiões do país.

acusação que agrupa um tipo de usuário particular. Isso resulta no fato de que a plasticidade e a complexidade da categoria se perdem completamente nos discursos proferidos publicamente, algo que se torna ainda mais evidente na produção midiática sobre o assunto.

Essa perspectiva fantasmagórica e homogeneizante nas representações sobre o consumo de crack teve papel drástico no que diz respeito à compreensão atual da população em situação de rua. Se nos trabalhos citados, as autoras encaram o problema da homogeneização e a diversidade de comportamentos de consumidores, ao falarmos de população em situação de rua, a questão ainda se torna mais alarmante. Afinal, seria equivocado afirmar que toda população de rua é consumidora de crack; na contramão, percebe-se um grande esforço no sentido de estabelecer uma linha de continuidade entre as situações, anulando novamente as sinuosidades entre as diversas formas de ser e estar na rua. Nesse sentido, pessoas distintas, que chegam à situação de rua por caminhos diferentes, rapidamente se tornaram uma mesma coisa nos discursos que produzem esse “outro” da rua: pessoa comumente retratada como perigosa, associada ao consumo de drogas, sujeira, loucura, crime, violência e, ainda, frequentemente culpabilizada da própria violência que sofre.

O resultado dessa fantasmagoria, das linhas de continuidade que relacionam a ocupação das ruas e a pobreza com uma forma específica de consumo e a decorrente anulação de diferenças vem produzindo uma cena que, por um lado, faz proliferar serviços de atenção e recuperação e, de outro, instiga e amplia o extermínio. Não só dos usuários de crack (o que já é, obviamente, absurdo), mas que se prolonga também para todo público que habita a rua de forma diversa, tais como

flanelinhas³⁵, catadores de materiais recicláveis, trecheiros³⁶ e pardais³⁷, ou qualquer pessoa que se encaixe no perfil esteticamente estigmatizado e reconhecido publicamente como “usuário de crack”. Isso se dá porque, na construção dessas representações, todos que estão na rua são usuários de crack. E usuário de crack, segundo as mesmas representações, são pessoas desprovidas de humanidade, sem autocontrole, ameaça constante e inevitável.

Ao comentar sobre as diferenças entre população em situação de rua e usuários de crack, Rui (2012, p. 294) informa que um dos principais aspectos dessa distinção diz respeito à produção de outras formas de visibilidade simbólica, pública e política, principalmente no que diz respeito aos avanços acumulados nos últimos anos por parte da população em situação de rua. Esta, em certa medida, conseguiu colocar um amplo debate sobre o tema na agenda política contemporânea, minimizando os impactos das representações que tendem a compreender a questão a partir de um viés da culpa e do fracasso individual. Busca-se, assim, ampliar a discussão em termos de uma falha social e, portanto, coletiva. Por outro lado, o surgimento da população usuária de crack, ainda como afirma Rui (2012, p. 294-295), embaralha novamente a compreensão sobre essas distinções. A relação com a droga e as disposições pessoais

³⁵ Pessoas que ganham dinheiro cuidando e/ou lavando carros estacionados na rua.

³⁶ Aquele/a que pega o trecho, que viaja de cidade em cidade a pé, de carona ou mesmo de transporte público.

³⁷ Pessoa que vive na rua de forma mais fixada territorialmente. Costumam se inserir na rede comunitária do local, conhecem as pessoas que ali moram e sobrevivem a partir dessas relações, seja com doações ou realizando trabalhos.

para o cuidado de si, consumo e reabilitação reinserem o debate sobre o fracasso pessoal, corporal e moral.

O referido processo também pode ser indicado a partir de notícias que apresentam discursos sobre a diferença entre “antigos moradores de rua”, supostamente mais pacíficos e que não causavam problemas, e os supostamente novos, violentos e incontroláveis usuários de crack:

Pode até parecer questão menor, restrita a umas poucas quadras do Distrito Federal, mas o problema representado pelos moradores de rua passou a adquirir um alcance muito mais amplo do que o previsto. Até pouco tempo atrás, *costumava-se considerar inofensivos os moradores de rua*, que no máximo pediam trocados aos residentes ou passantes. *O clima mudou e, na origem dessa transformação está uma praga contemporânea, o crack. [...] Os mendigos agressivos e violentos já podem ser encontrados por toda a parte. Vandalizam os edifícios – inclusive o patrimônio histórico – atormentam quem passa por ali, deterioram a região e infernizam quem reside na área. Sua permanência nas ruas não pode ser tolerada. Alega-se, para nada fazer, que a Constituição garante o direito de ir e vir, o que impediria sua retirada. Não é assim. Direito de ir e vir vale para todos. Inclusive para quem vê esse direito desrespeitado pelos moradores de rua* (NOVA..., 2010, p. 3).

Ainda no que diz respeito a essas mudanças no perfil populacional, percebe-se que, em alguns casos, a recorrência de crimes contra pessoas em situação de rua chama atenção e são abordados como tema relevante, que merece reflexão e explicações. Foi o caso de um crime ocorrido em Santa Maria, Região Administrativa do Distrito Federal, em que duas pessoas em situação de rua foram queimadas enquanto dormiam. Um

deles morreu e o outro ficou gravemente ferido. Em uma notícia sobre o caso, atribui-se ao Diretor do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), a seguinte declaração: “o número de atendimentos a queimados na capital é alarmante. Ele observou que a vida noturna passou por mudanças significativas nos últimos 15 anos no DF, e o problema do crack e outras drogas se juntou ao preconceito para fazer vítimas nas ruas” (SEM..., 2012, p. 11).

As representações sobre os supostos usuários de crack, tanto nas reportagens sobre o consumo como nas opiniões de leitores sobre a presença de pessoas em situação de rua e nas notícias de diversos casos de assassinatos, indicam, como também debatido por Rui (2012, p. 5), que a relação entre a substância (crack) e seus “poderes devastadores” age de modo a reorganizar concepções sobre higiene, saúde, estética e demais cuidados que desafiam e questionam os limites do reconhecimento dos outros (sejam pessoas em situação de rua e/ou usuários de crack), daquilo que se reconhece como uma experiência humana compartilhada. No limite, e ainda a partir das indicações de Rui (2012, p. 284), todo esse constructo perturba determinadas ficções de identidade, mexe com posicionamentos e expectativas de ordenamentos, fronteiras e regras. Por sua vez, esse desordenamento moral, e mesmo da santidade do corpo (via poluição, impureza, falta de cuidado), tem correspondência direta com noções sobre o perigo.

A compreensão desse perigo, por sua vez, tem raízes profundas no imaginário corrente. Exemplo disso é a ideia da existência de “classes perigosas”. O resultado dessa formulação é que pobreza e perigo se tornam concepções sinônimas que tiveram grandiosos impactos no imaginário e na história do país. Conforme indica Chalhoub (1996), um dos principais exemplos desses impactos trata sobre fundamentos teóricos

das estratégias de atuação da polícia brasileira nas grandes cidades, desde as primeiras décadas do século XX: “A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros” (CHALHOUB, 1996, p. 23).

Nas bordas da vida indigna

Na madrugada do dia 19 de janeiro de 2009, José Cândido do Amaral, 50 anos, economista e analista de sistemas do Banco Central, assassinou duas pessoas em situação de rua ao disparar três tiros contra Paulo Francisco de Oliveira filho, 35 anos, e um tiro contra Raulhei Fernandes Mangabeiro, 26 anos. O crime ocorreu no coreto da Praça do Compromisso, também conhecida como Praça do Índio, na Asa Sul do Plano Piloto de Brasília. Mesma praça que foi rebatizada em memória do assassinato do indígena de etnia Pataxó, Galdino Jesus dos Santos, morto em 20 de abril de 1997, aproximadamente 20 horas depois que cinco rapazes atearam fogo em seu corpo enquanto ele dormia em uma parada de ônibus, pois, por não ter conseguido dar entrada no hotel em que se hospedaria, se viu frente à situação de ter que pernoitar na rua.

Nas bordas do coreto da Praça do Compromisso, pode-se ver uma pichação com a seguinte frase: *Tenho dinheiro, sua vida é minha*. Provavelmente inspirada em uma das declarações dadas por um dos rapazes responsáveis pela morte de Galdino, que afirmou: “Não sabíamos que era um índio, achamos que era um mendigo qualquer”. Ou ainda, nas diversas expressões de

indignação em relação ao caso, calcadas em recorrentes representações sobre a justiça brasileira, na qual se presume que a lei se aplica diferentemente de acordo com o posicionamento hierárquico e econômico dos envolvidos. Em outras palavras, as representações que circulam amplamente nas camadas populares dão a entender que os atos criminosos dos filhos de famílias abastadas podem rapidamente ser representados como um acidente em uma “brincadeira inconsequente” de jovens com “toda uma vida pela frente”. Enquanto o indígena, que estava em Brasília para uma reunião de reivindicação dos direitos indígenas, confundido com um “mendigo qualquer”, teria ainda menores chances de qualquer garantia, no limite, completamente afastado de qualquer reconhecimento enquanto igual.

José Cândido do Amaral não demonstrava, segundo as manchetes jornalísticas, nenhuma dúvida sobre a legitimidade das razões para cometer os assassinatos. Tratava-se, segundo o próprio acusado, de uma empreitada moral justificada pelo incômodo que a presença das duas pessoas em situação de rua causava e que se tornara ainda mais ofensivo, em sua opinião, pois além de estarem morando nas ruas, Paulo Francisco de Oliveira Filho e Raulhei Fernandes Mangabeiro também trocavam carícias publicamente, referidas como “atos libidinosos”. Segundo José, “*O sangue subiu à cabeça. Queria limpar eles de lá*” (LABOISSIÈRE, 2011, p. 27), fazendo-o agir segundo seu sentimento de justiça, revolta e vergonha, perante a incômoda presença daqueles que, além de morarem na rua, praticavam sexo na praça.

Após um ano de investigações, a Coordenação de Investigação de Crimes contra a Vida (Corvida), confirmou que José Cândido do Amaral, à época preso pelo duplo homicídio,

era responsável também pelo assassinato de Cleiton Mendes de Oliveira, 23 anos, ocorrido no dia 3 de março do ano de 2006, em Taguatinga. Conforme as informações divulgadas, Cleiton teria abordado José para pedir esmola. Revoltado com a situação, José disparou três vezes contra Cleiton, que ainda tentou fugir, mas recebeu mais um disparo nas costas e faleceu no local. A semelhança entre os retratos falados que foram produzidos para ambos os casos se somou ao fato de a polícia ter achado na casa de José a arma que corresponde aos três assassinatos, fazendo com que ele tivesse que responder também pela morte de Cleiton. No entanto, o analista de sistemas não confessou ser o autor do assassinato de Cleiton – ao contrário do outro caso –, tampouco fez qualquer afirmação que pudesse associar suas afirmações contra moradores de rua ao caso de Cleiton.

É necessário refletir sobre os valores e sentidos que motivam atos como os cometidos por José Cândido do Amaral, ou ainda, presentes na afirmação de um dos rapazes que tentou justificar o assassinato de Galdino afirmando não saber que se tratava de um “mendigo qualquer”. A partir das sugestões de Butler (2006, 2010), podemos problematizar a existência de uma distinção radical nas formas de cuidar da vida e na distribuição da vulnerabilidade física dos seres humanos no planeta. Assim como a disparidade com que determinadas vidas são protegidas em detrimento de outras, de modo que o ataque a sua santidade é suficiente para mobilizar as forças da guerra, outras vidas não gozam de um mesmo tipo de apoio premente, ou seja, não chegam a se qualificar como “vidas que valem a pena”. Trata-se de nos questionarmos sobre os meios através dos quais uma vida se converte em bem ou deixa de sê-lo e, em última instância, o que conta como humano, que vidas contam como vidas, o que faz com que determinadas vidas valham a

pena e outras não e, ainda, quais são os mecanismos que forjam o estabelecimento desses discursos.

Em um de seus exemplos, Butler aponta um quadro interessante no que diz respeito à forma como se constrói a noção de “baixa” em contextos de guerra e como as formas de representar os mortos influenciam nossa percepção sobre o valor de tais vidas. Em sua argumentação, Butler (2006, p. 58), aponta que raramente se escuta falar, por exemplo, dos nomes dos palestinos mortos pelo exército de Israel ou dos inumeráveis afegãos mortos em conflito. A esse processo ela se refere como “desrealização”, ou seja, uma descaracterização dos elementos de reconhecimento, tais como os nomes e rostos, histórias pessoais, seus entes familiares que sentirão pesar por aquelas perdas, seus costumes, paixões e razões de viver. Isso faz com que a perda deixe de ser reconhecida enquanto perda para se tornar uma baixa, consequência de conflitos despersonalizados em que os mortos não são retratados de fato como pessoas. Em última instância, essa desrealização é também uma desumanização em que a violência física porta uma mensagem sobre esse “outro” irreconhecível, como no exemplo dado pela autora:

Se 200.000 crianças iraquianas foram assassinadas durante a Guerra do Golfo e suas sequelas, dispomos de alguma imagem, de algum marco pessoal ou coletivo para qualquer dessas vidas? Existe alguma história dessas mortes nos meios de comunicação? Existe algum nome associado a essas crianças? (BUTLER, 2006, p. 60, tradução do autor).

Da mesma forma que a guerra ou o terrorismo podem ser utilizados como forma de produzir essa desrealização, o que tentei apresentar até aqui foram alguns dos elementos que

produzem algo semelhante no cotidiano, especialmente no caso da morte de pessoas em situação de rua. Por omissão ou mesmo pela inexistência de informações sobre as vítimas, percebe-se a possibilidade não apenas de retirar a “santidade da vida”, como também atribuir uma trivialidade na produção da morte. Justifica-se a morte do “outro” quando esse outro materializa impressões de perigo, terror, sujeira, imprevisibilidade, risco e degradação. Desumanização de corpos, que, no limite, já estão dados como mortos, na medida em que deixam de ser reconhecidos como sujeitos cujas vidas importam.

Contudo, existem casos que escapem a esse processo de desrealização. Tais notícias se caracterizam por uma abordagem que está no outro extremo dos discursos de criminalização: nelas as pessoas atacadas/mortas são retratadas como vítimas e não há um investimento tão drástico na iniciativa de apresentar esses crimes como se fossem consequências naturais da vida na rua e do envolvimento com o crime e as drogas. Entre as características mais notáveis desses casos, está o fato de que a quantidade de informações é consideravelmente maior (assim como o número de notícias destinadas a eles). É feito um trabalho de caracterização dessas vítimas, com nome, idade (ainda que aproximada), origem, o lugar em que moravam, depoimentos de conhecidos e familiares. As testemunhas, quando existem, também têm parte de seus depoimentos publicados. E, por fim, são apontados os suspeitos, pessoas presas em flagrante delito, ou ainda os jornais produzem uma série de notícias que vão acompanhando o desenvolvimento das investigações e trazendo novas informações. Esse tipo de informação faz toda diferença na construção discursiva sobre os casos, pois as vítimas deixam de ser pessoas sobre quem “pode-se falar qualquer coisa” e se

tornam pessoas com atributos que favorecem algum tipo de empatia.

Apesar de esses casos aparecerem em número drasticamente inferior, eles se tornam emblemáticos e, em certo sentido, paradoxais. O assassinato do índio Galdino e os três assassinatos praticados por José Cândido representam alguns dos momentos em que uma compreensão pública distinta vem à tona e se manifesta sobre uma crueldade que se torna inaceitável e que não pode passar impunemente. Em certa medida, o que esses casos colocam em questão é sobre como uma pessoa domiciliada, com família, trabalho, renda e em condições sociais muito superiores as de uma pessoa em situação de rua, é capaz de cometer esse tipo de ato.

Em ambos os casos citados, a visibilidade da morte se estabelece mais por um interesse sobre “quem matou” do que “quem foi morto”. Sua principal característica é que o agente causador da ação de violência/assassinato é comprovadamente alguém que está em uma posição social muito distinta da vítima. Tais casos geram uma grande comoção em virtude do suposto “excesso” produzido pela diferença de posições sociais e econômicas entre a pessoa que mata e aquela que morre. Fundamentalmente, trata-se de casos que parecem extrapolar certo sentido de normalidade: ultrapassam a fronteira entre aquilo que é esperado em casos cotidianos da “violência urbana”, que são mais facilmente assumidos como algo compreensível, daqueles casos que denotam uma “crueldade” particular, que ultrapassam a fronteira da inteligibilidade dos atos a partir da culpabilização do “outro”. Devido a isso, se configura uma ação que passa a ser compreendida como macabra, bárbara, covarde ou desumana.

Partindo da sugestão de Veena Das (1999), trata-se de nos questionarmos sobre o alcance e a escala do humano que é colocada à prova em determinadas circunstâncias de violência. Isso se opera tanto no que diz respeito às vítimas quanto aos perpetradores, visto que determinados atos passam a ser compreendidos como “contra a natureza” e coloca em outros termos os limites da própria vida e do tipo de ato que as pessoas são capazes de operar. No caso em questão, o ataque e a morte deixam de ser uma trivialidade e se tornam casos de destaque em que a brutalidade passa a ser vista como algo que merece atenção e explicação, uma verdadeira busca para compreensão dos motivos mais profundos que levam alguém considerado “normal” a atacar violentamente alguém que se presume ocupar uma situação drasticamente desfavorecida.

Esses casos colocam em contradição a argumentação corrente da violência incontrolável dos pobres se matando entre si. E é justamente por isso que guardam algo de assustador e ganham atenção diferenciada: especialistas são chamados a opinar, diversas matérias jornalísticas são produzidas, muitas vozes aparecem em uma tentativa de explicação dos crimes. Tais fatos ocorrem, porque tanto o argumento da criminalidade motivada por questões econômicas quanto a violência desenfreada e irracional provocada pelo consumo abusivo de substâncias são fórmulas que não se realizam integralmente, nem mesmo como possibilidade nesses casos.

Esses episódios são reveladores de representações profundamente estabelecidas no imaginário sobre a população em situação de rua e são expurgadas ambigualmente tanto como excesso, pois ultrapassa a linha do aceitável, quanto como exceção, pois costumeiramente atribuem-se esses casos a situações provocadas por “mentes insanas”, casos que fogem

à regra. Feldman (2002, p. 240), em seu trabalho sobre os relatos de vítimas de violência e tortura na Comissão da Verdade na África do Sul, destaca que, naquele contexto, tanto a mídia sul-africana quanto representantes do Apartheid e o público branco afirmam que a violência do Estado não era algo que guardava suas origens no próprio aparato de Estado ou mesmo no racismo institucional. Essa violência é considerada como um tipo de desvio, comportamento patológico de indivíduos específicos, e não algo sistemático, como o autor destaca a partir da resposta de um general interrogado na Comissão, o qual afirmou que tais atos eram cometidos por “maçãs podres”.

Ainda que se trate de um contexto muito distinto do que abordo aqui, o argumento ressoa tanto no que diz respeito à população de rua como para outros grupos sociais que frequentemente têm sua existência desconsiderada e sua humanidade colocada à prova. Atribuir a responsabilidade sobre esses crimes sistemáticos a um desvio de conduta de pessoas desequilibradas é também obliterar a produção intensiva de discursos e representações permissivas com relação à morte de indivíduos pertencentes a determinados grupos populacionais, seja pelo racismo estrutural, seja pela criminalização da pobreza ou mesmo pela fantasmagoria criada sobre substâncias com “poder desumanizante”.

Feldman (2002) demonstra, a partir da análise de um caso de tortura e os limites do uso político da violência, que o excesso e a desproporcionalidade são produzidos justamente quando se extrapolam as condições de compreensão dos possíveis motivos para um ato em determinado quadro de interpretações. No caso analisado por ele, o que estava em questão era a tortura como forma de obter informações e outros ganhos em uma situação de conflito político, e o excesso era produzido, por exemplo,

quando a tortura parecia se tornar um “jogo em si”, comensalidade do corpo quando já não existia mais nenhuma busca por informação ou interesse para fins políticos.

Em meio a esse processo de construção discursiva, são produzidas fronteiras que estabelecem níveis de normalidade e excesso. É sobre esse aspecto que se definem os limites entre a violência banalizada e os casos reconhecidos por sua crueldade, atos considerados brutais ou incompreensíveis. Tal perspectiva comunica e rearranja as impressões da opinião pública sobre aquilo que “não era necessário fazer”, tornando determinadas mortes particularmente cruéis. Dessa forma, o excesso se produz em uma linguagem complexa, em que as mortes cotidianas e rotineiras (supostamente causadas pelo frio, “acidentes”, “brigas entre eles”) são vividas de uma forma sociologicamente distinta dos casos que ganham notoriedade pública (casos em que uma pessoa domiciliada é suspeita ou acusada). O que se torna evidente, pois, é que, em circunstâncias muito específicas, o mecanismo argumentativo que produz a desumanização falha e expõe de forma vigorosa a fragilidade das representações entre “pessoas de bem” e os “perigosos”.

A percepção de que alguns crimes carregam em seus detalhes a existência de uma maldade acima dos limites aceitáveis é produzida perante circunstâncias que transformam o discurso da violência rotineira ou cotidiana em uma excepcionalidade. A crueldade aparece na borda de ações que transmitem a impressão de não serem “necessárias”, que extrapolam os motivos que a legitimavam inicialmente, para além de circunstâncias aceitáveis ou compreensíveis. Tais ações são particularmente reveladoras sobre os valores em torno de atos e casos que não tem o mesmo poder de comoção da opinião pública. Faz parte desse mecanismo de desumanização

recolocar os casos em que a desumanização não se realiza completamente, pois o reconhecimento da culpa de alguém (domiciliado) é inevitável. A saber, são os raros momentos em que os atentados rotineiros contra a vida, normalmente naturalizados, ganham o estatuto de violência e são reconhecidos como tal.

O que vimos é a existência de uma narrativa criminalizadora que atribui à própria população em situação de rua a responsabilidade pelos crimes que sofre, seja por meio dos mecanismos de culpabilização da morte pelo consumo de substâncias psicoativas, seja pela imputação de uma moralidade desviante que opera o argumento da violência endógena, ou nos casos em que um domiciliado é descoberto em seus crimes e taxado como uma exceção sádica e perversa. Trata-se de negar sistematicamente a existência de relações estruturais, tais como o racismo institucional e as insistentes representações sobre os pobres como classe perigosa, que instigam o extermínio de vidas que, por fim, não são reconhecidas como vidas que importam.

Referências

ALMEIDA, N. Frio pode ter matado mais uma pessoa em Curitiba. **Paraná on-line**, 7 ago. 2010. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/466971/?noticia=FRIO+PODE+TER+MATADO+MAIS+UMA+PESSOA+EM+CURITIBA>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ALVES, R.; ARAÚJO, S. Os ratos do crack. **Correio Brasileiro**, Brasília, p. 21, 10 jul. 2012.

ANDRÉ, J.; BORGES, M.; ALVES, S. Homem é esfaqueado no calçadão da Rua XV de Novembro. **Portal Banda B**, Curitiba, 8 mar. 2012. Disponível em: <http://bandab.pron.com.br/jornalismo/policia/homem-e-esfaqueado-no-calcadao-da-rua-xv-novembro-outro-morre-na-frente-de-casa-35140/>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BALLANTYNE, S. **Unsafe streets**: Street homelessness and crime, London: IPPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009b.

BUTLER, J. **Marcos de guerra**: Las vidas lloradas. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BUTLER, J. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortices e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999.

EPELE, M. **Sujetar por la herida**: uma etnografia sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FELDMAN, A. Strange Fruit: the South African Truth Commission and the demonic economies of violence. **Social Analysis**, v. 46, n. 3, 2002.

FRANGELLA, S. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FRIO mata oito pessoas em três dias no sul do país. **Band**, 15 jul. 2010. Disponível em: <http://www.band.com.br/noticias/cidades/noticia/?id=329855>. Acesso em: 16 jun. 2010.

HOMEM é encontrado morto a facadas em terreno baldio. **UOL MAIS**, 17 fev. 2011. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/ciq9n2uk6gb4/homem-e-encontrado-morto-a-facadas-em-terreno-baldio-04028C9B3472D8992326?types=A>. Acesso em: 18 fev. 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
Atlas da Violência. Brasília: IPEA, 2018.

KOTSAN, A.; RIBEIRO, A. Delegado não confirma que skinheads mataram andarilho no Largo da Ordem. **Gazeta do Povo**, 4 fev. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/delegado-nao-confirma-que-skinheads-mataram-andarilho-no-largo-da-ordem-eijuouj3q2tdal06fsg308r2>. Acesso em: 18 fev. 2011.

LABOISSIÈRE, M. Júri condena assassino de moradores de rua. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 27, 17 ago. 2011.

MASCHIO, J.; VALLE, D. do. Frio no Sul pode ter matado mais duas pessoas. **Folha de São Paulo on-line**, 14 jul. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/07/766912-frio-no-sul-pode-ter-matado-mais-duas-pessoas.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2010

MELO, T. Desafios da impunidade: violação aos direitos humanos da população em situação de rua em Curitiba-PR. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 7., 2012, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2012.

MELO, T. **A rua e a sociedade:** articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

MENDIGO assassinado. **Jornal de Brasília**, 7 fev. 2012.

MONTEIRO, J. Andarilho encontrado morto em caçamba de supermercado. **Paraná On-Line**, 11 dez. 2011. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/580182/?noticia=ANDARILHO+ENCONTRADO+MORTO+EM+CACAMBA+DE+SUPERMERCADO>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MORADOR de rua é morto em Pontal do Paraná. **Correio do Litoral**, 18 set. 2010. Disponível em: http://correiodolitoral.com/?option=com_content&view=article&id=2723:morador-de-rua-e-morto-em-pontal-do-parana&catid=42:ocorrencias&Itemid=144. Acesso em: 15 ago. 2012.

MORADOR de rua morre queimado em Curitiba. **Bem Paraná on-line**, 29 jun. 2011. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/184153/morador-de-rua-morre-queimado-em-curitiba>. Acesso em: 15 ago. 2012.

NOVA ameaça em nossas ruas. **Jornal de Brasília**, Brasília, p. 3, 5 out. 2010.

OLIVEIRA, H.; NASCIMENTO, A. Morador de rua é encontrado morto espancado em Curitiba. **Portal Banda B**, Curitiba, 13 jul. 2012. Disponível em: <http://bandab.pron.com.br/jornalismo/policia/morador-de-rua-e-encontrado-morto-espancado-em-curitiba-40336/>. Acesso em: 14 jul. 2012.

OS ZUMBIS do crack. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 30, 21 fev. 2010.

RUI, T. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. Tese (Doutorado) - PPGAS-Unicamp, São Paulo, 2012.

RUI, T. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SEM pistas de autores. **Jornal de Brasília**, Brasília, p. 11, 28 fev. 2012.

SILVA, R. B.; MELO, T. H. de A. G. (org.). **Observatório sobre a violência contra a população em situação de rua no Distrito Federal**. *Relatório Final de Pesquisa*. Brasília: 2014. No prelo.

VIVER na rua é perigoso. **Hora H**, 7 jul. 2011.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO E O MEDO DAS RUAS

CRACK, UMA SUBSTÂNCIA MIDIÁTICA³⁸

Tadeu de Paula Souza
Carla Lopes Teixeira Gomes

Introdução

Considera-se população em situação de rua (PSR) o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009b).

³⁸ O presente capítulo articula análises da tese de doutorado do primeiro autor, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na Unicamp, especialmente sobre a política midiática em torno do crack, e análises sobre saúde da população em situação de rua do TCC da segunda autora, defendido em 2017 no Departamento de Medicina da UFMA. Algumas instituições sobre o papel do crack na mobilização da política do medo e disputa de classes foram aqui retomadas, já sob os efeitos dos desfechos políticos pós-golpe no Brasil e da ampliação da política de ódio.

De acordo com pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados de 2015, existem cerca de 100 mil pessoas vivendo em situação de rua no Brasil (NATALINO, 2016).

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou uma pesquisa nacional sobre a PSR (BRASIL, 2008), na qual o público-alvo foi composto por pessoas com 18 anos ou mais que viviam em situação de rua. O levantamento abrangeu 71 municípios, sendo 23 deles capitais e outros 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Entre as capitais, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, pois nestas havia sido feita pesquisa semelhante em anos recentes, tampouco pesquisou-se Porto Alegre, pois esta solicitou exclusão da amostra por estar conduzindo pesquisa de iniciativa municipal.

Foram avaliados vários dados relevantes sobre as características dessa população: a PSR é predominantemente do sexo masculino (82%), sendo que 27,9% declaram-se pretos, número que chama atenção quando comparado à população geral, em que esse valor é de 6,2%. Mais de 50% dessa população tem uma renda semanal inferior a R\$ 80,00. Destaca-se também que 74% da PSR sabe ler e escrever, porém apenas 3,8% fazem algum curso.

Em relação à trajetória e deslocamento, identificou-se que uma parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos. Mais da metade da PSR possui algum parente residente na cidade onde se encontra, porém 38,9% não mantêm contato.

A maioria dessa população, quase 70%, refere dormir na rua, sendo o principal motivo a falta de liberdade em albergues,

como o estabelecimento de horário de entrada e a proibição do uso de álcool e drogas. Contrariando o senso comum, a população em situação de rua é composta em sua maior parte por trabalhadores, visto que mais de 70% dos entrevistados referem que exercem alguma atividade remunerada e apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio de obter renda. Dos entrevistados pela referida pesquisa do MDS (BRASIL, 2008), 19% não se alimentam todos os dias. Quando interrogados quanto a questões de saúde, quase 30% referiram ter algum problema de saúde como hipertensão, problemas psiquiátricos, HIV/Aids e/ou problemas de visão, respectivamente. Desses, 18,7% usavam alguma medicação, sendo os postos e centros de saúde a principal via de acesso. Quando estão doentes procuram em primeiro lugar hospitais e emergências e em segundo lugar postos de saúde.

Em relação à documentação, 24,8% dos entrevistados relataram não possuir nenhum documento de identificação, dificultando a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. Ademais, 88,5% dessa população não recebia nenhum benefício dos órgãos governamentais na época em que a referida pesquisa foi realizada.

A maior parte das pessoas que vivem em situação de rua já sofreu algum tipo de discriminação, sendo impedidas de entrarem em estabelecimentos, incluindo estabelecimentos públicos, em que o acesso deve ser garantido a toda a população, como transporte coletivo, órgão público, e espaços para atendimento na rede de saúde e para retirada de documentos.

Essa população sofre o que se chama de invisibilidade, em que essa parcela é excluída dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança

e até mesmo direitos humanos (PAIVA *et al.*, 2016). Esse é um dos graves problemas que assola a PSR e a impede de ter seus direitos reconhecidos (BRASIL, 2014).

Entretanto, nas últimas décadas dois processos criaram um novo regime de visibilidade para essa população específica. Um desses processos se insere dentro da política governamental de combate à miséria, e outro se inscreve a partir de múltiplas políticas em função do fenômeno social do crack. Pretende-se neste capítulo analisar de que modo a população em situação de rua passa a ser situada em um novo campo de conflito a partir desses regimes de visibilidade, e de que modo podem-se constituir outros regimes de sensibilidade nestes territórios da rua.

Regimes de visibilidade da população de em situação de rua

Como forma de criar ações de proteção social para a população de rua, pautada pelos direitos humanos, foi elaborada a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), instituída por meio do Decreto nº 7.053 de 2009, visando suprir necessidades e garantir direitos e deveres da PSR (BRASIL, 2009b).

Esse movimento encontra-se dentro da ampla política de erradicação da pobreza extrema e da fome que constitui um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) preconizado pela ONU, que deveria ser atingido até 2015. Segundo dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – (UNITED NATIONS FOR

DEVELOPMENT, 2014), o Brasil retirou 37 milhões de pessoas da pobreza, ultrapassando a meta do milênio, com programas como o Bolsa Família. Parte da população que permanece na linha da extrema pobreza, constituída principalmente pela população em situação de rua, exige outras estratégias que ampliem o acesso a serviços públicos em torno da garantia de direitos. A PNPSR vem, em certa medida, responder a essa necessidade social enquanto ação intersetorial que inclui o campo da saúde e o SUS. Mais adiante analisaremos como a dinâmica da desigualdade social no Brasil, especialmente no período Lula e Dilma, foi fundamental para compreender o papel da mídia na construção do crack como ameaça social para classe média e na mobilização de afetos reacionários.

A Constituição Federal de 1988, a partir do Artigo 196, preconiza que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, e que tal direito deve ser garantido por políticas sociais e econômicas no sentido de reduzir o risco de doença e outros agravos. É garantido ainda o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde.

Para a efetivação do direito constitucional à saúde foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 de 1990, que detalha o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS se estrutura a partir dos princípios básicos de universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social.

A ampliação do consumo do crack, especialmente entre a PSR, colocou em evidência esta população, impulsionando a consolidação de ações em saúde específicas para tal segmento populacional. Apesar disso, somente em 2009 se estabeleceu uma política específica para a PSR de forma a gerar uma nova agenda para o SUS.

A primeira conquista na área da saúde para a PSR foi o Comitê Técnico de Saúde para a população em situação de rua, instituído por meio da Portaria MS/GM nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009, considerando a necessidade de promover a articulação entre as ações do Ministério da Saúde e das demais instâncias do SUS, com vistas à equidade da atenção à saúde da população em situação de rua (BRASIL, 2009a). Tal comitê tem entre suas competências propor ações que visem garantir o acesso à atenção à saúde e colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do Ministério da Saúde voltadas a esse grupo populacional (BRASIL, 2013).

Por meio da Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013 (BRASIL, 2013), foi publicado o Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua, definindo as diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na PSR no âmbito do SUS. O Plano tem como objetivos gerais a garantia de acesso da população em situação de rua às ações e aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida; e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da PSR. (BRASIL, 2013)

A implantação dos Consultórios na Rua (CnaR) demarca um processo institucional entre as políticas de saúde mental e atenção básica. Inicialmente propostos pela Política Nacional de Saúde Mental, os Consultórios de Rua tinham como objetivo principal ampliar o acesso aos serviços de saúde dos usuários de drogas em situação de rua, especialmente os usuários de crack. Ampliavam a ação dos agentes redutores de danos inserindo outros profissionais nessas equipes que atuavam junto aos territórios de uso de drogas.

Posteriormente, a coordenação do Consultório na Rua foi assumida pela Política Nacional de Atenção Básica, por meio das Portarias 122/123, de janeiro de 2011/2012 (BRASIL, 2011, 2012), que estabelecem as diretrizes das equipes de Consultório na Rua (ECRs), que integram o componente atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial e buscam atuar frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, inclusive, na busca ativa e no cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas. Após a publicação dessas portarias, as equipes de consultório de rua foram solicitadas a migrar, por meio de formulários indicados nas duas portarias supracitadas, para uma das modalidades de equipe de Consultório na Rua, tornando-se então uma modalidade de equipe de atenção básica (GIL, 2016).

Segundo Souza e Macerata (2015), em tese não haveria sentido criar um serviço específico para a população em situação de rua, já que o SUS tem como princípio a universalidade, o que garante o acesso à saúde como direito de todos, sem qualquer distinção. Tudo indica que se tornou mais viável ampliar o acesso dessa população ao SUS a partir de um novo equipamento de saúde específico do que alterar os processos de trabalho em saúde nos demais serviços do SUS, especialmente na atenção básica. Tal conclusão aponta para o fato de que esse novo equipamento, por si, não será capaz de responder às necessidades dessa população, o que o colocará diante dos motivos pelos quais ele mesmo foi constituído enquanto uma necessidade: a falta de uma rede acolhedora!

Dessa forma, torna-se evidente a importância da criação de um novo serviço quando se observa que nem a atenção básica, tampouco as equipes de Saúde mental abrangem a população que tem a rua como território de vida. A PSR fica desassistida,

destacando esse buraco na rede de saúde. Diante dessa situação de desassistência, as ECRs surgem como um instrumento de facilitação do acesso dessas pessoas aos serviços de saúde, e como a garantia de um atendimento sem discriminação, devendo ser a porta de entrada para o atendimento na rede de saúde (BERNARDES *et al.*, 2014).

O CnaR surge também como uma importante possibilidade de construção de um novo modelo de atenção primária, favorecendo a ampliação do acesso aos serviços de saúde para essa população, e possibilitando a construção de outra forma de fazer e pensar a clínica e de pensar e agir sobre/no território (MACERATA, 2015). As ECRs consideram a rua como território de vida; território que impõe a quebra da lógica domiciliar da Estratégia de Saúde da Família (ESF) tradicional, e uma nova maneira de considerar e operar no território e na clínica.

As equipes de consultório na rua visam atender a integralidade das questões de saúde da pessoa em situação de rua, incluindo na atenção básica (AB) as ofertas de saúde mental: a Redução de Danos e os atendimentos a transtornos mentais, articulando essas ofertas específicas às ofertas tradicionais das ESF (SOUZA; MACERATA, 2015). Dessa forma, as ECRs constituem um serviço transversal, já que a produção do cuidado por parte das equipes diz respeito tanto à área da saúde mental, quanto aos princípios e práticas da atenção básica (LONDERO; CECCIM; BILIBIO, 2014).

Logo, dado que a universalidade não responde por si às diferentes necessidades da população brasileira, a construção de um serviço como o CnaR vem responder a outro princípio do SUS: a equidade. Tal princípio de justiça baseia-se na premissa de que é preciso tratar diferentemente os desiguais (diferenciação positiva) ou cada um de acordo com a sua necessidade,

corrigindo diferenciações injustas e negativas e evitando iatrogenias devido a uma não observação das diferentes necessidades (BRASIL, 2013).

Os Consultórios de/na Rua, portanto, marcam o encontro entre dois regimes de visibilidade: a garantia de direitos e o controle que a população de rua passa a sofrer em função do fenômeno crack.

O crack e a construção de um novo regime discursivo sobre a população em situação de rua

Após anos de desconstrução, ainda em curso, da maconha como erva do mal, esta estratégia jurídico-moral tem sempre um novo objeto para ser elevado à categoria de “o mal do momento”. Esse tipo de estratégia, embora não tenha nada de novidade, encontra sempre um meio de ser incrementado, responde a novas necessidades biopolíticas.

Basta lembrar um acontecimento emblemático dos anos 70 em que o músico e compositor Gilberto Gil foi indiciado criminalmente pelo uso de maconha, em que a acusação citou que ele estava sob a posse da “erva maldita”. Para evitar a prisão, o artista foi classificado como dependente e internado num hospital psiquiátrico dando fim a uma turnê, que foi uma das principais expressões do movimento contracultural brasileiro³⁹.

O amplo movimento pela descriminalização da maconha e a busca de evidências científicas que apontam para a desconstrução da maconha como uma erva do mal(dita) fizeram com

³⁹ Os doces bárbaros. Filme documentário-1978. Universal Music.

que a erva perdesse o estatuto de diabólica, lugar este que seria ocupado por uma nova substância: o crack. A maconha passaria a ter um novo lugar na hierarquia das entidades do mal: a de porta de entrada e guia para um mundo realmente sem saída. É sob a alegação de que a maconha é a porta de entrada para outras drogas mais pesadas que ela vai aos poucos passando de diabólica a portal do inferno. Formuladores de opinião em massa jogam com estes signos criando uma paisagem subjetiva com tonalidades alarmistas que mobilizam afetos desesperados no conjunto da sociedade.

Nestes últimos anos, o campo da atenção ao usuário de álcool e outras drogas vem se tornando mais complexo a partir da disseminação do uso do crack, principalmente junto à população de usuários de drogas em situação de rua. A complexidade dos problemas sociais com os quais o uso do crack tem se agenciado, tais como a miséria, falta de acesso a serviços públicos, violência urbana etc., vem gerando um grande desafio para as políticas públicas. A gravidade do problema que envolve o contexto de uso do crack não pode ser desconsiderada pelo poder público e pela sociedade brasileira. Frente a essa difícil realidade diferentes campos de força vêm se organizando para criar respostas e mobilizar a opinião do povo brasileiro.

Neste jogo de forças, movimentos com interesses corporativos aliados à mídia nacional “jogam pesado”, transformando a gravidade do problema em tema de mobilização da opinião pública, mobilizando uma onda conservadora poderosa entre a classe média e a nova classe média. O crack se tornou um tema de intenso interesse biopolítico, sendo super explorado em campanhas eleitorais, em matérias jornalísticas com forte teor sensacionalista e por iniciativas das organizações antirreforma

psiquiátrica.⁴⁰ A tônica da abordagem atual do problema por esses setores retoma uma postura de demonização da droga, cultivo do medo e incentivo a medidas autoritárias.

Embora o crack não seja uma novidade para alguns centros urbanos como São Paulo e Salvador, sua disseminação para outros grandes centros urbanos e cidades de médio porte veio acompanhada de uma política midiática que traz sérios retrocessos frente aos poucos avanços que foram conquistados na última década. O papel da mídia associada ao poder médico psiquiátrico brasileiro tem sido um componente central para que a proliferação da política do medo venha acompanhada da inflação do mercado da clínica das drogas.

Este retrocesso é marcado por uma substancialização do problema, em que o crack é posto como uma entidade viva que se espalha rapidamente pelo Brasil. Frases de efeito reforçam essa dimensão do problema, reduzindo-o a uma substância ativa: enfrentar, combater, vencer, temer o CRACK. É uma política cognitiva que ao focalizar a questão na substância confere a ela um estatuto de ameaça à vida, como se ela por si só fosse um risco, um perigo para a espécie humana. Todo o contexto de desigualdade social, miséria e problemas urbanos é reduzido a um mero cenário, um pano de fundo que só existe para aqueles que passaram a usar crack, sendo ao mesmo tempo um destino e um efeito desta substância. O crack passa a ser o grande agente do mal, causa motriz das mazelas urbanas, ameaça à integridade das famílias e desordem social.

⁴⁰ O tema crack foi analisado nas 42 edições da Revista Veja em que o tema aparece, desde a primeira vez em 1991 até 2012, de modo que se observa uma tendência para a intensificação de matérias sobre o crack: ele foi abordado em 15 edições da referida revista em 2012 e em 15 edições em 2011.

Estudos que investigam a relação entre a mídia e o fenômeno do crack apontam para a construção de discursos sensacionalistas que buscam, por meio de frases de efeito, gerar uma espécie de pavor social em torno da temática. Segundo Romanini e Roso (2012), uma das principais estratégias da mídia é a inversão de papéis, de forma que a droga é posta no lugar de sujeito ativo e o sujeito no lugar de objeto passivo. Pesquisando uma série jornalística do principal jornal do Rio Grande do Sul, os autores destacam trechos que exemplificam esta estratégia em que o crack é apontado como diabólico, avassalador e dotado de intenções e movimentos próprios: “a droga que invade os lares para destruir as famílias, que escraviza em segundos, que zomba da esperança de recuperação, que mata mais do que qualquer outra droga e que afunda o dependente na degradação moral e no crime” (ROMANINI; ROSO, 2012, p. 86). Ao mesmo tempo, observamos que os sujeitos usuários são postos numa conjugação passiva: “foram apresentados a droga”, “foi invadido”, “foi arrastado”, “foi levado”.

Na mesma direção de Romanini e Roso (2012), analisamos algumas revistas semanais de grande circulação no Brasil. A partir do ponto analisado pelas autoras, verificamos o mesmo movimento nessas outras revistas. O interessante foi verificar que os próprios usuários e familiares se colocam no lugar de passividade quando relatam a experiência com as drogas. Narrativas como “não consegui fazer faculdade por causa do crack”, “hoje não sou mais escravo do crack”, “depois de tanto usar crack não conseguia mais trabalhar e nem estudar”, surgiam entre os usuários (VEJA, 2012, p. 42). E entre as famílias são usadas expressões como “mães refém do crack”, “o crack foi o predador da minha família” (VEJA, 2011, p. 32). Não queremos com isso negar os problemas que o crack gera e os outros tantos

que a ele se associam, problemas para a vida dos usuários, das famílias e da sociedade, mas analisar a construção em que as narrativas revelam uma posição subjetiva, individual e social que coloca o crack como causador ativo dos problemas e os sujeitos e a sociedade como vítimas e passivos frente à substância.

Quando a droga é elevada à condição de sujeito e ao mesmo tempo o foco é dado à sua faceta fisiológica, ou seja, o poder que a droga exerce sobre o corpo como um agente ativo, some-se de cena o fato de que o problema das drogas é um problema político, antes de ser um problema médico. Os verdadeiros agentes de uma política das drogas desaparecem. Os problemas que hoje vivemos em relação às drogas são frutos de decisões políticas, tomadas e construídas segundo racionalidades definidas pelos homens. A entidade “drogas” encobre a um só tempo os reais sujeitos das políticas de drogas e a dimensão social e política em que vivem os usuários de crack, gerando uma medicalização da pobreza e da miséria e ao mesmo tempo uma mobilização de afetos reativos contra essas classes ameaçadoras.

Essa manobra discursiva se apoia numa outra que definimos como uma *análise factual*. Interessam os fatos, a cena em que o adolescente está roubando objetos na própria casa – e como num beco sem saída só resta à família uma medida autoritária e definitiva. O processo da drogadição é reduzido a uma simples história de vida marcada pela passagem entre um tipo de droga para outra mais pesada, ou seja, um processo em que a droga é o ator principal; se inicia no álcool ou na maconha, depois vem a cocaína e por fim o crack. Pronto! Em uma ou duas linhas se apresenta uma história de vida. Como era a relação deste filho com seus pais antes do uso das drogas? Como foi sua

vida? Por que o uso de drogas produziu tanto sentido para esta vida? Que outros interesses ele tinha ou tem além da droga? Todas estas questões não factuais, mas que poderiam produzir outras narrativas, em que os lugares de vítimas e culpados poderiam não só se inverter como mudar, não são abordadas. Vendem-se falsas promessas, pacote de verdades, reducionismos e simplificações que têm como objetivo manipular informações e vidas.⁴¹

Outra estratégia é a universalização do problema. Como exemplo, podemos citar um trecho de uma reportagem analisada neste mesmo artigo: “o crack, ou seja, foi o mundo da favela que invadiu os bairros e lares das classes média e alta, levando o que há de pior no submundo em que os vileiros e marginais vivem” (ROMANINI; ROSO, 2012, p. 88).

As primeiras reportagens sobre o crack datam de 1990, quando a droga era conhecida como a cocaína dos pobres (VEJA, 1991). Ao longo dos anos 90 e mais intensamente a partir da virada do século, o problema passa a ser tratado como uma questão que atinge as diversas classes sociais. Além de ser um agente ativo, o crack tende a se universalizar. O discurso que reforça a noção de que o crack quebra as barreiras que dividem as classes fortalece a construção do mesmo como um inimigo comum, embora pesquisas mostrem que o uso é mais frequente entre homens de classe baixa e que entre os de classe média a

41 No mar contínuo de matérias que parecem cópias alteradas uma das outras, encontramos uma iguaria, uma peça rara. Na edição da mesma revista a matéria analisa o fracasso da guerra as drogas e as vantagens da descriminalização das drogas. Debate-se a proposta de desarticulação do tráfico de drogas e parte da evidência que os problemas de saúde se tornaram secundário frente aos problemas de violência que articulam drogas a tráfico de armas. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Edição Veja 1377 de fevereiro de 1995.

maior prevalência ocorre entre pessoas com histórico de uso compulsivo de cocaína (DUALIBI; RIBEIRO; LARANJEIRA, 2008; OLIVEIRA; NAPO, 2008).

Antes de o crack ser consumido por pessoas de classe média, esta substância não era uma prioridade pública nacional, só passando a ser considerado um problema social a partir do momento em que começou a ser usado por pessoas com curso superior e moradores de condomínios de classe alta. Na pesquisa que realizamos, o modo como o problema é abordado segue na mesma lógica de significação da apresentada pela referida pesquisa de Romanini e Roso (2012, p. 33): “A fumaça insidiosa do crack se infiltra pelas frestas das casas da classe média. E, uma vez lá dentro, custa a se dissipar”.

Nota-se que a via para a universalização do problema passa pela classe média, com muito mais frequência do que a classe rica. A classe rica não se encontra nas reportagens como classe ameaçada. A proximidade com as mazelas da pobreza é um perigo para a classe média. A um só tempo se cria uma mobilização social que atende a interesses corporativos e constrói-se um mundo ameaçador para a nova classe média brasileira. O crack se constitui como elemento biopolítico para moldar um perfil da população de rua como classe ameaçadora, ao mesmo tempo em que se molda um perfil da classe média conservadora à medida em que agrega novos elementos ameaçadores.

A estas concepções se agregam as de que a vida em sociedade pode ser comparada a um organismo, e que fenômenos desta natureza podem ser comparados a uma espécie de câncer social que pode e deve ser extirpado em nome de todos. A ênfase dada à dimensão fisiológica do problema acaba por desviar o foco da dimensão econômica e social que está atrelada ao fenômeno do crack. Nesse viés, busca-se comparar as intervenções

policiais a intervenções cirúrgicas em que problemas sociais são medicalizados.

Ao mesmo tempo, a estratégia de universalização vem acompanhada por discursos que tendem a definir relações deterministas de causa e efeito, em que o crack comparece como causa única dos problemas, tais como: “basta usar uma vez para se viciar” ou “a violência é movida a crack no Rio Grande do Sul” (ROMANINI; ROSO, 2012, p. 89). As associações entre drogas e crime, e drogas e morte, passam a ser um passo dentro dessas estratégias midiáticas, em que no contexto atual o crack é o principal vilão. Essa estratégia é um desdobramento da construção do crack enquanto uma entidade viva. Não basta ser vivo, o crack é um ser mau, que incita a violência e o crime, em suma, uma entidade maléfica. Diabólico, maléfico e epidêmico, o crack passa a ser rodeado por significantes que evocam medidas autoritárias em que o poder médico se vê respaldado pelo poder midiático como o salvador das vidas arrastadas pelo crack na atualidade.

A elevação econômica das classes E e D para a C constituiu uma nova classe política que precisa de novos modelos de subjetivação. Mobilizar esta parcela política brasileira emergente em torno do medo, da ameaça e das mazelas do universo da pobreza é criar uma zona de aproximação com as condições sociais que essa nova classe recém abandonou. Mesmo podendo andar de avião e comprar um carro novo, esta nova classe não se vê livre das ameaças da pobreza. Não mais uma ameaça econômica, mas uma ameaça subjetiva que pode a qualquer momento, por meio de um membro desgarrado, destruir todas as recém-conquistas.

Ao mesmo tempo, a classe B precisa de novas matrizes explicativas de mobilização de ódio para suas perdas econômicas, conforme analisa Arretche (2015). Segundo a autora, a

dinâmica da desigualdade social no Brasil, especialmente no período petista, é uma importante chave de análise sobre a formação da onda conservadora no Brasil. Os estudos que resultaram no livro *Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, indica que a desigualdade entre os 1% mais ricos e os outros 99% cresceu nesse período de 50 anos. Entretanto, a desigualdade social entre os 99% diminuiu, especialmente no período dos governos do PT. O aumento progressivo do salário mínimo e de programas sociais de inclusão e distribuição de renda geraram uma ascensão das classes muito pobres e pobres, assim como perdas econômicas das classes médias e médias altas que não frequentam o clube dos muito ricos. É, portanto, nessa dinâmica da desigualdade e da cultura do ódio que o crack se constitui como substância midiática mobilizadora do medo como afeto conservador e reativo.

Guerra, território e urbanização: da criminalização da pobreza e medicalização da miséria

A disputa da terra sempre teve uma relação direta com a política de guerra às drogas. Repartição do território mundial, controle das fronteiras, guerra urbana e repressão das periferias e favelas, especulação imobiliária: a guerra às drogas sempre esteve associada a uma guerra por territórios.

O processo histórico que analisamos agenciado à guerra às drogas foi um processo de repartição entre povo e terra, sendo a criminalização um dos modos de garantir o exercício

biopolítico dessa repartição. “Se o confronto com o capitalismo é absolutamente necessário, é porque, à sua maneira, ele é uma formação que se estende sobre toda a superfície da terra, embora suas ambições não sejam territoriais” (LAPOUJADE, 2015, p. 43).

A terra interessa ao capitalismo na medida em que é desterritorializada para controlar fluxos de mercadoria, trabalho e dinheiro. Essa é essencialmente a história da mundialização do mercado das drogas: a de mercadorias, mão de obra e dinheiro extraídos de uma desterritorialização global. Não mais um povo que se distribui pela terra, mas uma terra que é distribuída ao povo. Entretanto esse processo “se exacerba nos dois casos extremos de uma terra sem povo ou de um povo sem terra” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 155).

A desterritorialização vem sendo reterritorializada por meio de uma crescente massa de endividados que habitam um território instável, precário e fugidio, seja dos alugueis ou dos financiamentos geridos pelo capital financeiro (ROLNIK, 2015). Daí as cenas atuais em que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) é acompanhado pelo crescente Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), como também as cenas atuais da guerra nas ditas cracolândias.

Segundo Teles (2012), a região da cracolândia no centro de São Paulo, que sofreu intervenção policial no início de 2012, foi escolhida pela Prefeitura para a realização do Projeto Nova Luz. “Em tal projeto higienista, a Prefeitura pretende vender ao sistema privado o direito sobre a desapropriação no bairro, além de sobre o estabelecimento de prioridades nesse processo, sempre de acordo com interesses particulares, em detrimento do bem público” (TELES, 2012, p. 78).

A especulação imobiliária, em marcha acelerada no Brasil, coloca o espaço urbano sobre uma nova perspectiva do capital financeiro (ROLNIK, 2015). Centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, muito embora isso não seja uma novidade dos dias de hoje, se tornam foco de intervenção policial, que recai sobre as outrora indigentes vítimas da miséria: os craqueiros. Estes passam a ser os causadores da desordem e da pecha social e uma barreira para os projetos das cidades-empresas.

Se o início da criminalização das drogas no Brasil foi marcadamente um processo de criminalização da pobreza (BATISTA, 1998, 2001), a partir do crack, entra em cena um processo de medicalização da miséria como estratégia por disputa dos territórios dos centros urbanos movidos, em parte, pelos grandes eventos da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016 (ROLNIK, 2015).

Até então, a situação de miséria em que vivem moradores de rua era considerada um problema de ordem social. Conjuntura econômica, desemprego e desigualdade social inseriam esta população como emblema dos desafios da sociedade brasileira. Embora sujeitos aos mais diversos tipos de violência, os moradores de rua mobilizavam os discursos oficiais das autoridades políticas em torno do assistencialismo, da solidariedade e do voluntarismo.

A partir do crack, esses discursos sofrem radical inflexão. A miséria agora tem um novo culpado, uma entidade maléfica que arrasta as pessoas para a rua e para a miséria. O crack, agora alvo de uma intensa campanha corporativo-midiática, permite que o problema da miséria se torne um problema de ordem não mais social, mas psiquiátrica. Embora a atual lei de drogas tenha definido penas mais brandas para usuários de drogas

dentro do sistema penal, o sistema assistencial-médico tem criado uma via mais impositiva do que o direito penal propõe. Agora, retirar moradores de rua à força se tornou uma medida justificável e desejável pelo conjunto da sociedade brasileira. O combate ao crack permite que, por meio da medicalização da miséria, o poder psiquiátrico retome o projeto de ampliação do poder e da penetração no Poder Judiciário e urbanístico, em parte freados pela Reforma Psiquiátrica.

Os conflitos que se expressam nos territórios exigem a construção de novos olhares que se fazem na aproximação e acesso às singularidades. Desse modo, destacamos um relato construído a partir do diário de campo junto aos agentes redutores de danos que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas no município de Campinas, em São Paulo.

Cartografias de novos regimes de sensibilidade

As ruas, becos e mocós são territórios existenciais de muitos moradores de rua que têm grande dificuldade para acessar os serviços de saúde quando necessitam. As garrafas, os panos, as caixas de papelões, um espelho quebrado, cachorros e o banco da praça constituem traços intensivos, registros afetivos, expressões que constituem um território.

Nesta pesquisa (SOUZA, 2013) trabalhamos especialmente com os desafios de acesso impostos aos usuários de drogas em situação de rua no município de Campinas - SP⁴².

⁴² Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Protocolo: CEP - 01555812.6.0000.5404

Acompanhamos muitos casos em que a rua é um território existencial, embora alguns tenham casas e eventualmente voltem para elas. Catadores, limpadores de carro, profissionais do sexo, dentre outros, são pessoas que passam grande parte da vida na rua e ali constituem um território existencial. Além deles, existem também os moradores de rua, pessoas sem domicílio que vivem ininterruptamente nas ruas da cidade. Acompanhar os territórios existenciais destas pessoas permitiu analisar que função o uso de drogas cumpre na relação que o usuário cria com estes territórios. Do mesmo modo que seria impreciso afirmar que as pessoas vivem na rua simplesmente porque querem, também seria impreciso desconsiderar os quereres da população de rua, os quais se agenciam aos territórios.

A aproximação com os redutores de danos permitiu olhar a rede de saúde de fora, a partir de territórios marginais de produção de saúde. Ao mesmo tempo, fomos nos deparando com o fato de que a rede de atenção aos usuários de álcool e outras drogas de Campinas comporta muitos territórios existenciais. São muitas vidas com inserções sociais e existenciais distintas que se cruzam, se esbarram e se encontram. A análise sobre os desafios de articulação de uma rede de cuidados passou pelo acompanhamento da relação que se estabelece entre os territórios existenciais dos usuários e os movimentos da rede de saúde, exigindo um exercício de composição de territórios existenciais distintos.

A habitação de um território existencial está mais ligada a uma disposição de composição do que à execução de normas técnicas. Não se visa a uma submissão ou um domínio do campo pesquisado, mas a um fazer com, compondo com os elementos envolvidos. Desde o trabalho de campo até a realização dos relatórios,

a pesquisa cartográfica vai indicando ao aprendiz cartógrafo certo cuidado de composição. Esse aprender **com** acaba por cultivar no aprendiz a necessidade e a disposição do engajamento no campo pesquisado (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 148).

Pesquisar os movimentos que criam um território existencial implica em uma atitude de abertura e imersão nestes territórios (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Entretanto, o território existencial que queríamos habitar não estava construído de antemão. Frente aos problemas que queríamos responder foi estratégico habitar um território que se constituiu entre os serviços de saúde e os espaços da rua. Produziu-se, a partir dos diversos dispositivos de pesquisa, um “território-entre”. Os movimentos constituídos entre a rua e a rede de saúde serviram como analisadores para pensarmos a função territorial da rede de saúde, seu grau de abertura e os pontos de estrangulamento para os movimentos do território.

Relatos de uma travessia entre trilhos e encruzilhadas: o que só se percebe na abertura ao encontro

Encontrei-me com os redutores de danos, Carol e Roque, num ponto de ônibus da Avenida Aquidabam, no centro de Campinas - SP. Ali pegamos um ônibus até o bairro Santa Eudóxia. Ao chegarmos, entramos num bar cujo dono nos contou que os insumos (camisinha e folhetos informativos que viram canudinho para inalar cocaína) já tinham acabado. O bar

era um ponto de apoio da redução de danos. Caminhamos um pouco até atravessar um pequeno matagal onde começamos a caminhar ao lado do trilho do trem. “É aqui que começa o campo!”, explicou-me Carol. No início do trajeto, encontramos um homem pardo, alto e forte, sentado em baixo de uma pequena árvore, fumando crack no seu cachimbo. “Oi, tudo bem aí?”, abordou o redutor de danos. “Tudo tranquilo”. A redutora se apresentou, explicou sobre o trabalho e o homem contou que já conhecia os redutores de danos de um outro campo. Ele disse que estava ali “dando um tempinho pra voltar pro serviço”. A redutora ofereceu alguns insumos como protetor labial e camisinha. Ele agradeceu e não deu muita abertura. Nos despedimos e seguimos caminhando.

Logo em frente, encontramos um grupo de pessoas dentro de um pequeno barraco feito de lonas, papelões e madeira. Os redutores se aproximaram e as pessoas que ali estavam nos disseram: “entrem, fiquem à vontade”. Ao calor de aproximadamente 40 graus, sentamo-nos à porta do barracinho e nos apresentamos às cinco pessoas que estavam ali, conversando e usando crack. Sentados, do lado de dentro, estavam quatro pessoas, duas mulheres e dois homens. Um deles disse ter sessenta anos. Simpático, o senhor falou do calor e que eu podia chegar mais perto. Tentei, mas o espaço era muito pequeno. As quatro pessoas que estavam do lado de dentro eram mais velhas e traziam a mesma serenidade do rapaz que acabáramos de encontrar. Em pé, zanzando, meio dentro e meio fora, havia um rapaz mais novo. Esse sim trazia as expressões e comportamentos esperados por mim. Inquieto, a fissura era visível. Os outros pareciam ignorá-los. Enquanto observava a movimentação e as expressões, os redutores de danos conversavam, ouviam mais uma vez o pedido de uma

das mulheres por documento e distribuíam insumos. Todos agradeceram e nenhuma demanda a mais foi apresentada.

Quando seguimos a caminhada, falei com os redutores de danos que me chamara a atenção a calma da maioria das pessoas, com exceção do jovem rapaz. Os redutores de danos explicaram-me que os mais velhos são, na maioria, usuários antigos e que esse jeito sereno era assim mesmo: “Essa agitação costuma ser mais comum entre os jovens iniciantes”.

Seguindo a caminhada pelo trilho do trem, nos aproximamos de casas demolidas, que configuravam um cenário de guerra. As casas foram interditadas e demolidas pela prefeitura por terem sido construídas muito próximas aos trilhos. Os redutores de danos dizem que as famílias foram realocadas num conjunto habitacional longe dali. Entre os escombros e entulhos, saiu um homem mulato, forte e esguio, de banho tomado. Seguiu com o seu cachimbo na mão para debaixo do viaduto que ficava mais à frente. Atravessamos o trilho e entramos num grande matagal por uma pequena trilha.

Chegamos numa pequena clareira onde estava uma jovem mulher negra, sentada, sozinha, em cima de um tronco de árvore. Quando viu os redutores de danos abriu um grande sorriso e cumprimentou: “que bom que vocês chegaram!”. Pediu, imediatamente, muitas camisinhas e protetores labiais. A quantidade de camisinha nunca era suficiente. Os redutores de danos perguntaram se estava tudo bem com ela, se ela precisava de alguma coisa. Disse: “estou de boa, na batalha, seguindo a vida”. Nos despedimos e entramos ainda mais no meio do matagal. Ouvimos uma movimentação mais agitada vindo de dentro do matagal e vimos, de relance, dois garotos discutindo. Um estava com a boca ferida e outro o acuava bravamente. Estavam muito sujos e com roupas velhas. Quando um deles nos viu, se afastou,

dizendo: “Você deu sorte. Os anjos chegaram. Mas depois acerto contigo”. O outro saiu andando e os redutores recomendaram que saíssemos logo dali.

Na saída, encontramos-nos novamente com a jovem mulher, que aproveitou para pedir mais camisinha. Quando, de repente, aproximaram-se dois garotos, que aparentavam ter uns dezenove ou vinte anos. Agitados, ficaram meio desconcertados ao nos ver ali, no meio do mato. Os dois se vestiam com roupas de grife, óculos escuros na cabeça, cordão de prata. Eu também fiquei surpreso de vê-los ali. Olhares que se desviaram rapidamente, fala acelerada e entrecortada. Carol abordou-os, explicando o trabalho e, antes que pudesse concluir, um deles disse: “Sou total flex. Mando tudo. Pó, crack, maconha. Só não injeto”. Pegaram algumas camisinhas e seguiram acelerados. O clima estava meio tenso e Carol pediu para que saíssemos do matagal e voltássemos para o trilho. De acordo com Carol, ainda havia mais clareiras no meio daquele mato, mas seria prudente retornar. De volta ao trilho, ela disse: “Viu como os jovens são mais agitados?”.

Andamos poucos metros e reencontramos o mulato esguio com mais dois homens. Deitado num colchão velho, nos cumprimentou olhando de lado. Sentados em roda, ao lado dele havia um senhor de barbas e cabelos brancos, olhos claros, e um rapaz negro de olhos amendoados. Olharam-nos serenamente e, entre um trago e outro, o rapaz contou-nos que estava sentindo uma forte dor no peito. Disse que tomou um soco forte e que estava preocupado com a dor. Levantou a camisa e mostrou-nos a região. A redutora disse que ele precisava procurar o Centro de Saúde (CS) para passar por uma avaliação da equipe. Ele agradeceu.

Ao seguirmos adiante, perguntei porque ela não se propôs a acompanhá-lo até o CS. Ela explicou que aquele é um campo recém-aberto e que ainda não possuíam um bom vínculo com os usuários e nem com o CS. Chegar com um usuário sem vínculo com nenhuma das partes não seria indicado. Geraria afastamento da equipe.

Saímos em direção ao CS. Na entrada para o bairro, seguimos por uma viela. Adiante, passamos por um beco onde se encontravam alguns homens de pé. Carol passou direto e explicou que ali funciona a “biqueira”, na linguagem campineira, ou “boca de fumo”, na linguagem carioca. Disse-me que não puxa papo com eles porque a discriminaram certa vez por ela ser travesti. Entramos numa vendinha onde um homem nos recebeu educadamente. Era mais um ponto de apoio onde ela deixou alguns insumos e folhetos informativos. Em meio a estas ruas estreitas e encruzilhadas, Carol contou-me que o dono do bar é o traficante dali e que aquele bar era fachada para lavar dinheiro.

No trajeto pelo bairro até o CS, perguntei porque eles não sentaram para conversar um pouco mais com as pessoas, para que elas pudessem contar um pouco de suas histórias. Ela me disse que não é bem assim. Perguntou-me se senti abertura de alguém para alongar uma conversa. “Eles estão no ambiente deles. Nem sempre eles dão essa abertura. Temos que respeitar isso. Tem momentos em que eles param e querem contar uma situação de briga, de saudade de alguém, e nesses momentos eles dão abertura”. Percebi que ouvir histórias de vida não é uma prescrição a ser seguida.

Disse-lhes que, muitas vezes, quando falamos de territórios de uso de crack, imaginamos as crackolândias em centros urbanos, com grande concentração de pessoas e muita

movimentação. Em Campinas, há uma região central, mas há também muitos “mocós” como este – lugares mais escondidos e de pouca movimentação. São territórios invisíveis e desconhecidos por grande parte da sociedade. Pude, neste encontro, apreender apenas algumas impressões do território que me chamaram atenção. Além dos pontos que fui discutindo com os redutores pelo caminho, chamou-me atenção o corpo esbelto da maioria dos homens. Corpos definidos era o indicativo de que se tratavam de pessoas que trabalhavam em alguma atividade intensa. Os redutores de danos me explicaram que a maioria dos homens adultos trabalha de alguma forma, normalmente, fazendo bicos como assistente de obra ou realizando mudanças e carregamentos: signos de um território existencial que equivoca nossas suposições. Entre entulhos, trilhos e encruzilhadas, fui desconstruindo a imagem de craqueiros esqueléticos e frenéticos.

Cada trecho caminhado foi uma novidade e uma desconstrução. Certamente, privilegiar o uso do crack como problema central é uma violência com as pessoas que ali vivem. Penso em quantos profissionais de saúde, gestores e políticos conhecem essa variabilidade de territórios, modos de uso e contradições. Embora esperasse ver um encontro produtor de desvios, certamente, neste trajeto, quem sofreu desvio fui eu. Construir relação com o território leva tempo e equivoca nossos saberes. Foi isso que aprendi com os redutores neste dia.

In(conclusão)

A população de rua passa, a partir do fenômeno do crack, a ocupar uma nova posição no jogo de forças dos grandes centros urbanos, onde a especulação imobiliária agencia-se ao projeto de uma cidade livre dos anormais do desejo. A ralé (SOUZA, 2016) constitui uma anomalia, uma patologia social que exige esforços no seu combate. O fracasso das medidas violentas e autoritárias gera um efeito de massificação da internação compulsória. Tais medidas constituem um processo mais insidioso e capilar que se consolida e se fortalece junto ao fracasso das internações em massa, isto é, trata-se de uma modalidade de poder que se apoia e se reconstrói no próprio fracasso (AZEVEDO; SOUZA, 2017).

Dessa perspectiva, entende-se melhor o desafio de redutores de danos e das equipes de consultório na rua: o desafio de constituição de redes que conectem os territórios da rua com os serviços de saúde. A rua constitui-se enquanto um território onde e quando a tessitura social se rompe; ela é ao mesmo tempo o efeito de múltiplas rupturas e o espaço de conflito onde múltiplas rupturas incidem. Todo ponto que ali se constitui parece se desfazer no ponto seguinte de modo a fragilizar os fios da vida. É preciso o exercício permanente de tecer no dia seguinte o mesmo ponto que se teceu no dia anterior, na semana passada, no mês passado... A repetição, o retorno e a permanência geram pontos de referência, pontos de diferenciação, novos traços expressivos sustentados pela ética de que não existe dificuldade que justifique o abandono. Isto porque se sabe que não é o usuário que rompe, não é ele que não adere ao tratamento, não é ele que não dá continuidade. Ele

não é um desviante, um irresponsável. Ele expressa as múltiplas rupturas constituintes do território da rua.

Nesse contexto, as equipes do consultório na rua criam uma presença que já produz uma diferença na medida em que se cuida de um território em conflito, de uma margem exposta, de vidas nuas, com tantos pontos e tantos encontros quanto forem necessários. Tudo pode e deve ser refeito desde que no dia, na semana seguinte, no mês seguinte, se reencontre a mesma abertura para o cuidado, como sempre se estivesse iniciando, mais uma vez.

Sobre essa dinâmica micropolítica das equipes no esforço de construção de redes territoriais afetivas que acolham a singularidade da população de rua, sobrepõe-se outra dinâmica micropolítica da cultura do medo e da onda conservadora que espera e deseja que a população de rua desapareça. Ameaçada, a classe média se vê temerosa dos pobres e os pobres temerosos dos miseráveis, criando uma cadeia mobilizada pelas ondas midiáticas para as quais o crack materializa um jogo de interesses políticos. Nesse ponto, a onda conservadora foi surfada por partidos de esquerda de situação e partidos de direita de oposição. Embora resistências tenham sido feitas por parte do movimento da reforma psiquiátrica no período de Lula e Dilma, a presente onda conservadora, mobilizada especialmente por meio da lógica de combate ao crack, alianças com a bancada religiosa e incentivo às Comunidades Terapêuticas pela Casa Civil no período Dilma, cresceu. Pelo visto, o crack não invadiu tanto as casas da classe média quanto invadiu o imaginário da esquerda. Aos poucos, o crack perdeu sua relevância midiática central de mobilização do medo e do ódio. A corrupção se tornou uma nova substância midiática a ser consumida pela classe média.

Referências

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E. *et al.* (org.). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulinas, 2009. p. 131-149.

ARRETCHE, M. **Trajetória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Unesp, 2015.

AZEVEDO, A. O.; SOUZA, T. P. Internação compulsória de pessoas em uso de drogas e a Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 491-510, jul. 2017.

BATISTA, V. M. Drogas e criminalização da juventude pobre. In: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO MARTINHO (org.). **No mundo da rua**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. p. 44-56.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**. Rio de Janeiro: Instituto de Criminologia Carioca/Freitas Bastos, 1998.

BERNARDES, I. A. *et al.* Consultório na Rua: uma Nova Forma de Cuidado em Saúde. **Blucher Medical Proceedings**, v. 1, n. 2, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Coordenação Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Saúde da População em Situação de Rua**: um direito humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 38p.

BRASIL. Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013. Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2013/res0002_27_02_2013.html. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. Portaria nº 123, de 25 de janeiro de 2012. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por Município. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0123_25_01_2012.html. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. Portaria nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009. Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua. 2009a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3305_24_12_2009.html. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: Sumário Executivo**. 2008. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_24.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC102.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/setembro/30/Lei-8080.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. 1. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007. v. 4.

DUAILIB, L. B.; RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. Profile of cocaine and crack users in Brazil. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 4, p. 545-57, 2008.

GIL, E. **Consultório na Rua pintando saúde:** uma proposta de educação permanente em saúde. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2016.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes.** São Paulo: N-1 Edições, 2015.

LONDERO, M.; CECCIM, R.; BILIBIO, L F. Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. **Interface:** Communication, Health, Education, v. 18, p. 251-260, 2014.

MACERATA, I. **Traços de uma clínica de território:** intervenção clínico política na atenção básica com a rua. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Brasília: IPEA, 2016.

OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. **Rev. Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 664-671, 2008.

PAIVA, I. K. S. *et al.* Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, ago. 2016.

ROLNIK, R. **Guerra de Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e crack: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 82-97, 2012.

SOUZA, T. P. **Norma da abstinência e dispositivo drogas: direitos universais em territórios marginais da saúde**. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

SOUZA, J. A doença da humilhação. *In*: SOUZA, J. (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. p. 29-38.

SOUZA, T. P.; MACERATA, I. A clínica nos consultórios na rua: territórios, coletivos e transversalidades. **AYVU - Revista de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 3-23, ago. 2015.

TELES, E. Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. *In*: HARVEY, David (org.). **Ocupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2012. p. 77-82.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 2014: Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience**. 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>. Acesso em: 23 maio 2015.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 2253, 25 jan. 2012.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 2222, 22 jun. 2011.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 1377, fev. 1995.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 1208, 13 nov. 1991.

(DES)TERRITÓRIOS DA CLÍNICA

O ALÇAR DE VIDAS BORBOLETAS

*Laís Suelen Gonzaga Almeida
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos*

*A maior riqueza do [humano]
é a sua incompletude. Nesse
ponto sou abastado.*

*Palavras que me aceitam
como sou - eu não aceito. Não
aguento ser apenas um*

*sujeito que abre portas, que
puxa válvulas, que olha o
relógio, que compra pão*

*às seis horas da tarde, que
vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.*

*Perdoai. Mas eu preciso ser outros.
Eu penso renovar o homem usando*

borboletas.

Manoel de Barros (2002).

O ciclo de vida das borboletas é atravessado por transformações que são denominadas metamorfoses. Até chegar à fase borboleta há um cuidadoso processo: do ovo que nasce a lagarta, que vive lagarta, que muda sendo lagarta, que se transforma em pupa⁴³, que dará vida a uma borboleta, que voará e seguirá transformando a natureza – e a sua natureza – com a sua vida, com os seus movimentos de vida...

O ciclo de vida desta escrita⁴⁴ em movimento foi atravessado por transformações, metamorfoses vividas em meio à da experiência de cuidar de vidas que insistem em viver no limite entre o mortífero e o embrionário (PELBART, 2004). Com a escrita e o cuidado, a tentativa foi e ainda é a de forjar um corpo de sustentação para essa experimentação de encontros que forcem a diferir pela habitação coletiva desse limite, dessa fronteira entre vida e morte que é própria da metamorfose. Como diria Michel Foucault (2010, p. 291), “a experiência é tentar chegar a um certo ponto da vida que seja o mais perto possível no não passível de ser vivido”. E foi a radicalidade dessa afirmação que vivemos na carne ao ousar acompanhar voos de borboletas, ao ousar desejar sentir borboletas no estômago nesses tempos de dopagem cultural (COUTO, 2009),

⁴³ A fase em que os insetos holometabólicos (borboletas, moscas, besouros etc.) se reservam para sofrer metamorfose é chamada pupa. As borboletas têm um nome especial para a fase de pupa: são chamadas de crisálidas. Disponível em: <http://diariodebiologia.com/2010/12/borboletas-crisalidas-e-casulo-e-a-mesma-coisa/> Acesso em: 18 dez. 2016.

⁴⁴ Esta escrita foi inspirada no Trabalho de Conclusão de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva (UFRGS) da primeira autora, intitulado “Vidas Borboletas: A produção do cuidado em saúde entre movimentos e desvios” (ALMEIDA, 2017), sob orientação da Profa. Dra. Júlia Dutra de Carvalho. Já o trabalho de conclusão de curso, em experiências de cuidado-metamorfose vividas e compartilhadas entre as autoras.

de corpos que pedem socorro por não estarem sentindo nada (ANTUNES, 1998). Nessa experiência-limite, o corpo do cuidado precisa habitar o movimento, seguir, acompanhá-lo, provocar deslocamentos, desviar, parar! “Interromper algo que já vinha acontecendo” (JAFJE, 2016), começar, recomeçar, ampliar... Só assim seguirá tendo vida, transformando-se ao colocar-se em relação, ao deslocar-se em ação. Viver é transformar-se! Transformar-se é viver!

Viver... É borboletear-se e “[...] ter autonomia de voo, um voo onde o encontro com o irredutivelmente outro nos desterritorializa” (GUATARRI; ROLNIK, 2011, p. 349). A tentativa aqui é, pois, a de tentar produzir uma narrativa para encontros de cuidado que se deram tendo a rua como cenário, como se quiséssemos fazer durar as intensidades vividas, os afetos que ali pediram passagem e linguagem. Mas para narrar encontros alçados em meio a uma saúde frágil, literária, fabuladora de mundo, ofertadora de devires que uma “gorda saúde dominante tornaria impossíveis” (DELEUZE, 1997, p. 14), foi preciso nos agenciar com uma ética do (des)território das borboletas: uma ética que não deseja demonizar nem salvar vidas, uma ética como um movimento singular e coletivo de afirmação-criação da vida, nem que para isso ouse arriscar a vida por outros territórios existenciais.

É uma ética que emerge de uma sensibilidade ao intolérável do fazer-saber de um corpo alijado de sua potência para caber em formas político-culturais, institucionais e subjetivas-citadinas. Essa ética nos conclama a um silêncio povoado face às naturalizações e universalizações, pois “só o silêncio faz rumor no voo das borboletas” (BARROS, 2001, p. 21). Essa ética conclama a força das narrativas locais e contingenciais como contramemórias a fazer frente ao perigo de se perpetrar

uma história única dos nossos tempos. Desterritorializadas, nós abrimos mão das alturas, do destaque de especialistas, e fomos para o chão, andarilhas a “promover confronto” larvário:

Confronto esse não só com aquilo que eleva o espírito, que o faz voar, mas sobretudo com aquilo que existe de mais baixo e vil [...] Só assim no encontro com aquilo que há de mais leve e pesado é que a afirmação da vida propriamente dita se dá (COSTA, 2008, p. 6).

O cuidado às vidas, o cuidado do qual fomos encarregadas como trabalhadoras da saúde pública, enraizando-se nessa ética, confronta-se com o controle da prescrição de formas de vida e de viver. Assim, tece-se um cuidado de(s)território (AMARAL, 2015), no entrecruzamento entre uma clínica no território e uma clínica (des)território, que testa até o limite suas fronteiras, almejando acompanhar itinerâncias; um cuidado que ousa considerar as errâncias – os erros, os tropeços, as recaídas, as incertezas –, que não está dado a priori, mas aberto ao outramento e a variações de si. Cuidado atento ao processo de passagem de um território a outro, à localização do caos num espaço entre dois, que convergirá para a criação de outros territórios. (Entre)lugar que convoca à invenção de outras práticas de cuidado e de si; a transitar, estar em movimento, a borboletear, pousando no perigo divino e maravilhoso dos encontros com o imprevisível (DIVINO..., 2007). Estando atentas a esse movimento de (des)territorialização, guiadas por essa ética e trabalhando no Projeto de Redução de Danos

(PRD)⁴⁵ da cidade de Aracaju/SE (como redutora de danos⁴⁶, a primeira autora; e como apoiadora institucional do PRD e do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas/ CAPS AD, a segunda autora), nos foi possível transver vidas urbanas errantes, que se relacionam com os limites da cidade, experimentando-a.

⁴⁵ Na cidade de Aracaju, o PRD é um serviço existente desde o final do ano de 2002, ocasião em que era vinculado ao Programa Municipal de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, tornando-se componente da Rede de Atenção Psicossocial em 2009, a partir de um investimento da gestão nesse cuidado, mantendo-se, até a ocasião desta escrita, vinculado à tal rede. O Manual de Redução de Danos define a RD como uma “estratégia que orienta a execução de ações para a prevenção das consequências danosas à saúde que decorrem do uso de drogas, sem necessariamente interferir na oferta ou no consumo”. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001). A RD vem construindo e ganhando espaço na política pública de saúde, no Brasil, desde o final da década de 1980, tornando-se, em 2011, uma das diretrizes para o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs), conforme da Portaria 3.088 do Ministério da Saúde, em seu Art. 2º, § VIII- desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos.

⁴⁶ A equipe do PRD, até o momento desta escrita, tinha a seguinte composição: coordenação, apoiadora institucional e agentes de redução de danos. Essa equipe, mais especificamente os agentes de redução de danos (ARD), realizava abordagens territoriais na cidade de Aracaju com o objetivo de promover educação em saúde, focando-se no cuidado em álcool e outras drogas, utilizando as aproximações *in loco* (na rua, nas praças, nas casas, caso houvesse abertura, nas cenas de uso, e onde mais o ‘povo’ estivesse, como artistas que vão “onde o povo está”, referenciando a canção do Milton Nascimento), fazendo do vínculo a estratégia primeira de intervenção (fazer junto, fazer-saber). O trabalho do agente de redução de danos era prioritariamente realizado em dupla, a qual se responsabilizava por um território adstrito da cidade. Cada dupla de ARD trabalhava em um microterritório de referência, de acordo com a divisão territorial do SUS em Aracaju. Sendo assim, havia oito regiões ou distritos territoriais de saúde e oito duplas de ARD.

Primeiro voo: v(o)amos?

*E ela não passava de uma mulher...
inconstante e borboleta.
(Clarice Lispector)*

*Gosto da noite imensa, triste, preta,
como esta estranha borboleta que
eu sinto sempre a voltejar em mim!...
(Florbela Espanca)*

*Dentro desta noite
Tudo vai girar,
Pode até estar a verdade.
Tudo que eu fizer vai ser para ver aos
olhos dela,
Vai sobrar carinho se faltar estrada ou
carnaval,
Vai dançar até a verdade.
(Marcelo Camelo)*

Segundo voo: voos noturnos

O desafio de um cuidado que pretende ampliar e afirmar vidas é o de encontrá-las bem ali onde elas dizem do “acontecimento e não mais a sua essência” (DELEUZE, 1992, p. 37); o desafio de seguir (re)existências. Como? Pergunta-leme. Nossos corpos se fizeram cuidado, pesquisa e escrita no encontro com

outros corpos. A tentativa foi a de se posicionar na contramão de moldes fenomenológicos que pretendem “desdobrar todo o campo de possibilidades ligadas à experiência cotidiana” (FOUCAULT, 2010, p. 291); de abrir mão da clarividência, do desejo de expor a carne viva (muitas vezes *em carne viva*) e identificá-las, fazendo-as ganhar contornos corporais, conformando-as à sujeição da claridade. Encontros noturnos:

[...] Na noite onde eles habitavam, nada era um, nenhuma diferença se eternizava, nenhuma forma vivia em paz; existiria apenas uma força que nunca ousava dizer seu nome ou sua origem. Delitos, sofrimentos, comportamentos desviantes, sexualidades ilustrariam a cintilância da verdade encarnada nos agora indivíduos ou sujeitos. Do efeito deste fulgor, um eu concentra, confessa, exhibe a potência do seu contorno. [...] a razão médica, psicológica, jurídica faz falar o que antes era um possível silêncio, um provável ainda não, um por vir, um nada, ou o que a luz da razão não suporta quando confrontada pelo seu próprio brilho. [...] histórias são contadas dissipando a impertinência ou o incômodo do inominável. Seria inocente este aniquilamento? (BAPTISTA, 2010, p. 104).

Em vez da obstinação por tanta luz que chega a cegar, aniquilando a força da errância, em vez da procura por identificações, classificações e homogeneizações, buscou-se – e busca-se – a experiência que lança ao descaminho, fazendo brotar vidas do apogeu do chão e da noite. Acontecimentalizar...

O que se deve entender por ‘acontecimentalização’?
Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir

[...] a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma 'singularidade'. Mostrar que não era tão necessário assim (FOUCAULT, 2006, p. 339).

Terceiro voo: “Do ovo que nasce a lagarta...” ou do encontro que nasce o cuidado, narrativas de si

Centro de Aracaju, um dos lugares mais movimentados da cidade. Tanto de dia como à noite, reúne parte do comércio da capital, local onde são mercantilizados os mais variados produtos e corpos. O cenário do dia é diferente do cenário noturno e mesmo os dias e as noites não são iguais; não se repetem.

À época da escrita deste trabalho, a equipe do Projeto de Redução de Danos (PRD) de Aracaju/SE realizava, semanalmente, às quartas feiras no período da noite, trabalho de campo nas ruas do Centro da capital, local de muita circulação de pessoas que lá estão a passar, a passear, a trabalhar, a fazer uso de álcool e outras drogas, a morar e a principalmente a se encontrar. Neste cenário, aconteceu o encontro com Michele⁴⁷

⁴⁷ De acordo com Jeane Felix (2012, p. 63), que desdobra, torce e multiplica os sentidos de ética na pesquisa com seres humanos, “manter o anonimato dos sujeitos que participam de pesquisas acadêmicas tem sido considerado mais do que um princípio ético e um cuidado fundamental; tem-se constituído quase que como um imperativo já naturalizado”. No entanto, em composição com a argumentação de Jeane e em acordo com nossa informante, cuidada e cuidadora, optamos por mencionar seu nome de registro e não

– magra, mulher, usuária do SUS, pele parda, 33 anos, com pontas dos dedos queimadas.

Com um sorriso no rosto, carinhosamente nos recebeu na calçada onde costumava fazer uso de crack, namorar e escrever em seu caderno. Se, por um lado, Michele parecia carregar em seu corpo o estigma da “drogada”, da “crackeira” (nome popularmente atribuídos às pessoas que fazem uso de crack) e moradora de rua, por outro, ela negava-o sem precisar fazê-lo. Ela não cabia no perfil que *normalmente* caracteriza o estigma das pessoas que usam “drogas”, principalmente as que fazem uso de crack, as quais são (pré)conceituadas como violentas e perigosas, quase que por uma associação de causa e efeito. Michele algumas vezes precisava ser violenta, mas, na maior parte das vezes, Michele era muitas outras. O fato de naquele momento ela ser também a Michele usuária de crack possibilitou o nosso encontro: a partir de uma relação de trabalho fiada na indissociabilidade entre produção de saúde e de subjetividade, utilizou-se a Redução de Danos (RD) como estratégia de cuidado.

Domiciano Siqueira, referência no cuidado a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, um dos principais pensadores e implementadores da estratégia de Redução de Danos no Brasil, numa conversa ocorrida em 1998 com Antonio Lancetti, aponta: “Não acredito que se possa fazer

usar nome fictício, pois sempre falseamos e inventamos de nossas vidas o que quisermos. Em um primeiro momento, essa situação desacomoda e inquieta, mas, com ela, queremos pensar: qual pode ser a força política em visibilizar nome de pessoas que vivem uma vida naturalizada como indigna de ser vivida? Estaríamos nós contribuindo para invisibilizar uma vida que ousa convidar a transver e desdizer, afirmando a possibilidade de viver como mulher, usando drogas e na rua? Ser identificada é necessariamente ruim para um sujeito que participa de uma pesquisa? Parece ser necessário nos demorarmos nessas perguntas!

nada por ninguém no mundo que seja mais importante do que ajudar a essa pessoa a parar para pensar” (LANCETTI, 2006, p. 64). Na mesma conversa, Antonio Lancetti convoca a ampliar o conceito e a estratégia clínico-política da RD, pensando-a como “uma injeção de vida na vida das pessoas” (p.63). Pensamos que o encontro com a vida de Michele possibilitado/permitido pela insígnia do cuidado em saúde desdobrou-se e multiplicou-se em encontros que buscavam “ampliação de vida” (LANCETTI, 2006).

Quarto voo: “... Vive a lagarta e muda sendo lagarta...”

Os encontros semanais com Michele aconteciam numa calçada, ou nas ruas próximas dessa calçada onde a encontramos pela primeira vez, abaixo das fachadas de lojas do Centro Comercial que movimentam a cidade de Aracaju/SE. Negociantes, trabalhadores e trabalhadoras da limpeza urbana, vendedores ambulantes, clientes, profissionais do sexo, vigias, agentes de redução de danos, pessoas em situação de rua e outras tantas pessoas circulam e enchem de vida o cenário ‘central’, tanto pelo dia, quanto pela noite, embora se tratem de ‘públicos’ distintos, os que ali circulam de dia e de noite. Dia e noite, na mesma calçada, cenas diferentes... As lojas apenas ficam abertas durante o chamado horário comercial. À noite e com as lojas já fechadas, as ruas e calçadas também são povoadas de gente, um povo que está ali também pelo comércio, apesar de o horário não ser mais considerado comercial.

O comércio noturno é outro, mas ele existe em movimentos, vidas e encontros. Algumas vezes os encontros com

Michele ocorriam rapidamente pela dinamicidade que é o movimento das pessoas naquelas calçadas à noite, local de negócios, lugar de convivência, mas não de permanência, pois a madrugada logo se torna dia e o cenário precisa dar lugar aos que possuem uma vida baseada no horário comercial. O amanhecer traz consigo novos movimentos, algumas outras pessoas e outras formas de ocupar o mesmo espaço.

Algumas vezes, conseguimos construir encontros mais demorados, conversando sobre amores, família e outras temáticas. Ocasionalmente, não a encontrávamos. Outras vezes, quando ela havia feito uso recente de substância, desculpava-se; não gostava de nos encontrar assim. Entretanto, ter realizado ou estar realizando uso de crack ou de qualquer outra substância não constituía impedimento para a conversa. A esse respeito, afirma Lancetti (2006, p. 81): “A concepção de RD tem plena sintonia com a posição ética das equipes de saúde. O trabalhador de saúde não é a favor do traficante nem da polícia. Ele é a favor da vida”. Respeitar o direito das pessoas, ampliar possibilidades de escolha e cuidar com e em liberdade são princípios da RD como diretriz norteadora do cuidado e atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Porém, Michele considerava importante não estar sob efeito do uso durante o encontro conosco; esta pactuação tratava-se de uma singularidade estabelecida por ela.

Os encontros semanais com Michele ocorriam de maneira singular – as cenas se moviam bastante. Em um dos encontros, ela nos mostrou fotos da sua sobrinha e brinquedos que ganhara e guardava para levar para tal criança. Falou-nos desse amor que a fazia brilhar os olhos e aumentar a vontade de ir à casa da sua mãe, onde também mora sua irmã e essa sobrinha. Foi

por meio da Michele tia que pudemos conhecer mais sobre a vida da Michele usuária de crack.

Na calçada onde conhecemos Michele, usuária de crack, conhecemos também Michele que possui uma tatuagem escrita “Amor só de mãe” e, desse modo, conhecemos a sua mãe. Primeiro por meio do que nos contava sobre ela; depois, tivemos a oportunidade de conversar com ela a partir do convite para visita em seu domicílio.

A família de Michele mora em uma região precária no tocante às condições sociais. Em um desses acompanhamentos domiciliares, sua mãe nos falou que se preocupa em ver a filha na rua, destacando, inclusive, que preferia não ver e, por isso, não a procurava. “Mas ela sempre volta” [sic] e nessas voltas para casa e para rua muitos afetos se movimentam, em Michele e em sua família.

Dentre os afetos e desejos que moviam as relações familiares, o mais declarado desejo era o da mãe, que fazia questão de falar da sua vontade de que sua filha parasse de fazer uso crack, e do desejo também de que ela não retornasse para a rua. Michele não nos falava sobre desejo de parar de usar crack; ela dizia que “um dia iria mudar de vida”, esse era o seu desejo. Enquanto isso, ela seguia encontrando mais uma vez a rua, deixando ali a casa, local para onde retornava com alguma frequência – a frequência da sua vontade, da sua necessidade, do seu desejo. E a mesma sacola em que Michele levava presentes para sua sobrinha voltava para a rua com lençóis lavados pela sua mãe, acompanhando-a nas movimentações dos seus desejos. “O processo de produção do desejo é o de uma energética semiótica. Agenciamento dos corpos, movimento de criação de sentido para efetuar essa passagem - tudo isso acontecendo ao mesmo tempo” (ROLNIK, 2006, p. 37).

Michele, usuária do SUS, usuária de crack, magra, pele parda, 33 anos, dedos queimados, carinhosa, sorridente, tia, filha, desejante...

Quinto voo: “Se transforma em pupa”

Com “tudo isso acontecendo ao mesmo tempo”, ela voltava para a calçada, voltava à rua, talvez para fugir, ou seria para se encontrar? Que sinais vinham do agenciamento e da metamorfose Michele-rua? A rua:

[...] mostra um quadro de contrastes exacerbado pela heterogeneidade e desigualdade social e cultural, pela fragmentação e compartimentação de espaços de moradia e vivência, pela violência, pela degradação e perversa distribuição dos equipamentos coletivos. Centro e periferia, favelas e condomínios fechados, mercado de ambulantes e shopping-centers, cortiços e mansões, o carro individualizado e transporte público deficiente, o desperdício e a miséria... a lista de contrastes parece não ter fim. [...] tudo depende de que rua se está falando. Certamente não é a rua unívoca, definida a partir do eixo classificatório unidimensional (vias expressas, coletoras, locais, binárias, etc.), dado pela função de circular. A rua que interessa e é identificada pelo olhar antropológico é recortada desde outros e variados pontos de vista, oferecidos pela multiplicidade de seus usuários, suas tarefas, suas referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação [...] (MAGNANI, 2010).

O que podemos afirmar é que Michele estava experimentando o que lhe estava movendo. Entre os vários lugares que ela poderia estar, além da calçada localizada na rua do primeiro encontro e a casa da mãe que havíamos conhecido, sabíamos concretamente de outro lugar possível, o qual nos foi apresentado por ela algum tempo depois... Mas que sinais vinham do agenciamento e da metamorfose Michele-rua?

É essa rua que nos interessa. A rua que comporta alegrias, dores, dissabores, desafios. Preenchida por signos e diferentes sentidos, a rua é lugar de múltiplos sinais que acabam sendo naturalizados nos encontros com as alteridades. De muitas maneiras os sinais que vêm da rua nos invadem, porque também somos a rua. Cravados de tensões constitutivas entre produção de vida e morte, presentificam-se, no cotidiano do andar a vida de todos nós. Sentimentos como medo, compaixão, horror, desprezo, piedade, generosidade, interesse, curiosidade, todas essas afecções circulam entre nós sem pedir licença. Muitas vezes, é precisamente a partir desses sentimentos que somos levados a pensar formas de aproximação e/ou afastamento desses sinais e, consequentemente, da forma como entramos em conexão ou não com essas vidas. E o que nós trabalhadores da saúde temos a ver com isso? Os trabalhadores da saúde não estão livres dessas afecções, ao contrário, muitas vezes é com base nelas que a produção do cuidado é construída (MERHY *et al.*, 2014, p. 155).

Às margens do Rio Sergipe! Literalmente à margem, próximo aos atracadouros de barcos em frente ao Mercado Municipal: esse era o lugar onde Michele costumava dormir – quando o dia amanhecia no Centro Comercial, quando não estava na casa da sua família, e principalmente quando “o corpo

pede um pouco mais de calma” (PACIÊNCIA, 1999), momento em que é preciso descansar das noites passadas em claro nas calçadas onde encontrava a nós e outras tantas gentes. No momento em que todos esses fatores convergiam, ela dormia em um buraco à margem (do rio), em um local tido como insalubre, com pouca ventilação, um buraco existente para outra finalidade, ou talvez apenas existente ali naquele espaço, no meio de outros buracos entre o rio e a calçada – buracos existentes na construção de alvenaria da passarela que separa o rio Sergipe das ruas de Aracaju, ou melhor, da avenida chamada Beira Mar, apesar de beirar o rio em quase toda sua extensão. O buraco onde dormia Michele não dá para uma pessoa ficar em pé, não cabe mais que uma pessoa, apesar de às vezes se fazer caber. Local ‘insalubre’, mas cuidadosamente protegido por ela e para ela, cheio daquelas outras tantas frágeis, pulsantes saúdes, fabuladoras de mundos outros. Porque todo rio desemboca num mar... Mar-buraco de possibilidades. Porque a imensidão de uma coisa-buraco, nos ensina Manoel de Barros (2003), é dada pela intimidade com que nos agenciamos com as coisas. Buraco “achadouro” de saúde.

E como um segredo nosso, ela nos apresentou seu abrigo, encobrendo-o em seguida com papelão e plástico. Observamos a movimentação de outras pessoas em outros buracos. Michele contou que os abrigos/buracos eram utilizados por muitas pessoas quando vagos e reforçou que costumava utilizar apenas um, o seu abrigo, aquele que nos convidou a entrar, uma pessoa de cada vez, em outra oportunidade, quando estivesse ‘*mais limpinho*’, pois receber-nos num ambiente limpo era seu desejo.

O que o nosso olho conseguia alcançar não enxergava aquele local como seguro, tampouco protegido e muito menos como saudável. O cenário mostrava-se degradante pelas suas

condições e, paradoxalmente, cuidador pelo mesmo motivo. A relação de Michele e das outras pessoas com o cenário é que proporciona tal diferença entre um extremo e outro. Diferença essa que se confunde, se completa e se funde com a vida. Degradante ou cuidador, degradante e cuidador, aquele buraco apresentado a nós por Michele acabava de nos multiplicar sentidos. Foi com um gesto mútuo de confiança que conhecemos o buraco que servia de abrigo para ela. No trabalho em saúde esse gesto de confiança pode ser compreendido como a criação de vínculo, tão importante para a produção do cuidado.

De forma muito frequente, o mundo da rede de cuidados é pautado pela ideia de uma forte centralidade nas suas próprias lógicas de saberes, tomando o outro que chega a este mundo, o usuário, como seu objeto de ação, como alguém desprovido de conhecimentos, experiências. Nesse encontro só há espaço para reafirmar o já sabido, o saber que eu porto em relação ao outro, a maneira que o profissional da saúde considera ser o “correto”, discursando para aquele que nada sabe qual é o modo “mais saudável, a melhor forma de viver”. Esse encontro, assimétrico, e sua assimetria não provêm do fato de não incluir a diferença, mas de transformar as diferenças em desigualdades de saber e de formas de vidas onde há uma propriedade exclusiva de certo saber de alguns em relação aos outros. (MERHY *et al.*, 2014, p. 155).

Michele, 33 anos, usuária de crack, usuária do SUS, magra, pele parda, dedos queimados, carinhosa, sorridente, tia, filha, desejante, saudosa, moradora do buraco à margem do rio...

Sexto voo: “Dará vida à borboleta”

Certa noite, Michele resolveu abrir seu caderno para nós, revelando o que nele guardava, o que havia naquelas linhas escritas com a sua letra: impressão dos seus pensamentos, em especial quando tinha feito uso de crack, momento em que gostava mais de escrever. Seu caderno continha poemas de amor em geral, sobre a sua família, sobre os seus encontros. Seria amor então o que o uso do crack nela despertara?

Não fizemos essa pergunta a ela. Conversamos sobre estratégias de redução de danos e informamos sobre a rede de cuidados em álcool e outras drogas (AD) existente. Michele, que nunca havia estado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)⁴⁸ e que já estivera por escolha própria em uma Comunidade Terapêutica⁴⁹, agradecia sempre as informações e

⁴⁸ CAPS são serviços que surgem na esteira das tentativas de operacionalização dos princípios e diretrizes da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica brasileira. Mediante a municipalização do sistema de saúde brasileiro, possibilitou-se o início de um longo e árduo processo, ainda em curso e respaldado por leis, de substituição do modelo asilar, de fechamento dos hospícios, hospitais e clínicas psiquiátricas e de implantação de um novo modelo assistencial, centrado na implantação de serviços CAPS. Nessa direção, os CAPS são preconizados pelo Ministério da Saúde para garantir um cuidado de base territorial. Com a Reforma Psiquiátrica e a mudança no modelo assistencial, surge a proposta de uma política – Política Nacional de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas – e, junto com a mesma, de um CAPS específico voltado para o cuidado de pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, CAPS AD. A perspectiva é a de cuidar em saúde suplantando a exclusão, a estigmatização e o isolamento, bem como a individualização e a biologização da problemática complexa das drogas (BRASIL, 2003, 2004a, 2004b).

⁴⁹ Serviços de natureza religiosa e/ou filantrópica que ofertam assistência às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, geralmente intervindo na perspectiva da abstinência total das substâncias e utilizando o trabalho como estratégia terapêutica (laborterapia).

dizia que um dia ela poderia querer ir, ou mesmo poderia parar de usar crack. E essa “data” era constantemente anunciada por Michele: o dia que ela quisesse e precisasse!

Seguíamos encontrando-a sem nos preocupar com essa data, se ela iria ou não chegar. Seguíamos, de alguma maneira, fazendo o que pode ser chamado de “acompanhamento terapêutico”, por entre clínica e política que, segundo Analice Palombini (2006, p. 120):

[...] aposta em uma dimensão não transparente da subjetividade, que resiste à captura, que se afirma como resistência [...] abandona a pretensão de transparência, mantendo aberto o campo da conflitualidade próprio a essa subjetividade definida como resistência [...] tomará distância da perspectiva de governo das almas, disciplinarização dos corpos, de que o estado moderno incumbe seus profissionais. Nossa política caminhará na direção nômade que segue os caminhos desviantes da invenção.

Antônio Lancetti (2006, p. 29) também escreve sobre acompanhamento terapêutico: “os objetivos que se buscam, nesses empreendimentos, são a conexão com pessoas, atividades e locais”. E, assim, nos conectando e desviando, seguíamos e seguíamos inventando...

Com “personalidade forte”, como a mesma costuma falar de si, Michele constituía-se como referência para outras pessoas também em situação de rua no Centro, quando lá habitava; movimentava a cena noturna e se movimentava por lá. Era notório o respeito por ela conquistado e a amplitude da sua rede afetiva de cuidado, assim como o fato de ela ser a cuidadora em muitas situações, inclusive para nós, profissionais

da saúde, comunicando, alertando e mesmo acompanhando-nos em algum momento em que o movimento da vida, nesse caso o movimento das pessoas no Centro, levava à transformação rápida da cena noturna podendo nos expor a risco. A noite, mais que o dia, possui esse potencial de modificar-se rapidamente.

As ruas e calçadas em que encontramos Michele são cenas de uso de AD na cidade por aquelas pessoas criminalizadas por tal uso (pobres, sem trabalho e sem poder de endividar-se, perambulantes, em situação de rua, negras em sua maioria...). Cenas e calçadas são cenários onde tem se tornado “lugar comum” mortes relacionadas a drogas. Dessa forma, é preciso atentar para os agenciamentos que movem a vida noturna, saber respeitar os espaços e principalmente, saber entrar e sair de campo.

Michele, magra, mulher, usuária do SUS, personalidade forte, 33 anos, usuária de crack, pele parda, dedos queimados, carinhosa, sorridente, tia, filha, humilde, desejante, saudosa, moradora do buraco à margem do rio, poetisa e cuidadora.

[...] os/as usuários/as, enquanto redes de existências, produzem-se “em-mundos”, “in-mundizam-se” (GOMES e MERHY, org., 2014), constituindo certas formas éticas existenciais e certos modos de conduzir, por si, também a produção de cuidado, disputando o tempo inteiro com as outras diferentes lógicas de existir, em si, e que lhe são impostas pelas instituições. Os/As usuários/as produzem modos de existências que são, muitas vezes, julgados e cerceados pelas equipes de saúde, e estas ficam aprisionadas a um modo de saber tão preponderante, que não possibilita perceber que certas atitudes, comportamentos, expressões são modos de existência [...]. As ruas são, entre tantos territórios existenciais,

um lugar onde as existências atuam e se produzem, como redes vivas (MERHY *et al.*, 2014, p. 155).

Um dia Michele nos falou sobre seus sonhos. Trabalhar para ter dinheiro e conseguir comprar presentes para a sua sobrinha, comprar as roupas, sandálias e acessórios que tanto via nas vitrines das lojas do Centro. Apesar de ganhar muitas coisas dos comerciantes e mais ainda dos trabalhadores dos barcos que atracam próximo ao seu buraco-abrigo, o que ela desejava realmente era trabalhar. Certa vez nos disse do seu desejo de ajudar a família por meio do seu trabalho. Relatou que era por meio do seu trabalho informal que ela conseguia dinheiro para usar crack, ajudando na limpeza dos barcos, vendendo ou trocando peixes que ganhava. Percebemos que Michele cuidava e era muito cuidada na rua. Movimentando uma rede solidária de pessoas, como ela mesma dizia, “*se vira*”, e, entre uma pedra e outra no caminho, ainda encontrava tempo para sonhar, alçar voos noturnos.

Michele sonhadora não sonha em parar de usar crack e também não sonha em trabalhar para usar mais crack. Seus sonhos, os mesmos da Michele usuária de crack, poderiam ser confundidos facilmente com os sonhos de outro alguém, com o sonho de muitas pessoas. Mas eram seus sonhos. Às vezes, estes pareciam borboletas, metamorfoseavam-se e voavam, movimentavam-se, desviavam do seu planejamento. Entre batidas de asas e o alçar de voos noturnos, havia até aqueles que conseguiam desviar mais um pouco chegando a tornar-se realidade na vida da mulher magra, usuária do SUS, de personalidade forte, 33 anos, usuária de crack, pele parda, dedos queimados, carinhosa, sorridente, tia, filha, humilde, desejante, saudosa,

moradora do buraco à margem do rio, poetisa, cuidadora e sonhadora.

Sétimo voo: “Que voará e transformará...”

Com tantos adjetivos, Michele inegavelmente carrega em sua história de vida um vasto currículo, cheio de experiências e habilidades. Será que por meio dele ela conseguiria o sonhado trabalho?

Michele, que a essa altura é tantas, contou a dificuldade para encontrar emprego. Seu “currículo” não costuma ter valor para o mercado de trabalho. A experiência vivida por ela não conta como “experiência”, pois o tal *mundo do trabalho* padronizou um perfil de trabalhador e, assim como ela não se enquadra no padrão *normalmente* referido a pessoas usuárias de crack, também não se enquadra no padrão *normalmente* referido às pessoas trabalhadoras. Essa padronização das pessoas, dos seus corpos, dos seus comportamentos, da cultura, do próprio cuidado em saúde, tem reduzido e mesmo excluído muitos ecossistemas de vida e pensamento, interceptando muitas possibilidades de encontro. Práticas de identificação e classificação corporais, muitas delas sob a insígnia da saúde, têm excluído pessoas do encontro com a diferença, com o diferir-se, inclusive têm reduzido e excluído sonhos e felicidade das vidas das pessoas. Tem reduzido e excluído vida, tem matado pessoas, inclusive em vida.

O olhar para o outro é sempre previsível, é possível prever o que vai ser encontrado. Essa previsibilidade

produz certa invisibilidade da produção da multiplicidade de vidas que vazam dos sinais que vêm da rua, sobretudo no campo da saúde. Ao passar pela porta de um serviço de saúde parece que convidamos esse outro a deixar toda vida que traz da rua do lado de fora (MERHY *et al.*, 2014, p. 155).

Para Michele, algumas vezes, felicidade era poder fumar uma pedra de crack sozinha, outras vezes era estar em casa, ou mesmo conversar conosco. Pequenas felicidades diárias...

A noção de felicidade remete a uma experiência vivida valorada positivamente, experiência esta que independe de um estado de completo bem-estar ou de perfeita normalidade morfofuncional [ou sociofuncional]. É justamente essa referência à relação entre experiência vivida e valor, e entre os valores que orientam positivamente a vida com a concepção de saúde, que parece ser o mais essencialmente novo e potente nas recentes propostas de humanização (AYRES, 2004, p. 21).

Nesse sentido, podemos dizer que as propostas de humanização em saúde contêm a radicalidade de apostar – como diria Simone Paulon (2006), inspirando-se em Nietzsche –, na transvaloração da forma-Homem branco, masculino, adulto, portador de uma identidade fixa, inclusive de uma cédula, com residência fixa, trabalhador, hiperconectado mediante cérebro flexível, saúde perfeita mediante adesão ao ideário da vida ativa e controle calculado de riscos, inserido nos bancos de crédito, empreendedor de si, endividado.

Michele buscava a felicidade e conseguia encontrá-la em muitos lugares, melhor dizendo, em muitos não lugares, pois ela encontrava felicidade onde usualmente não se acredita existir,

ou onde não deveria encontrar para que pudesse se enquadrar no padrão considerado normal. Até a felicidade de Michele não se encontrava nos padrões existentes. Ser usuária de crack e ser feliz é incompatível com os padrões socialmente criados pelo ser *normal* (normativo, normal ativo).

Em movimentos e desvios, Michele continuava fugindo ou encontrando, fugindo e encontrando, continuava, acima de tudo, vivendo. Os encontros com ela continuavam a acontecer, embora Michele tivesse se tornado uma conhecedora das estratégias de redução de danos que, mesmo sem perceber, realizava produção de cuidado e educação em saúde ao compartilhar seu conhecimento adiante. Ela continuava sendo usuária de crack ao mesmo tempo em que era cuidadora em saúde, o que normalmente seria mais uma vez considerado incompatível. Mas *normalmente* não é normal dormir em um buraco e fazer uso de crack, não é normal encontrar alguma felicidade ou prazer ‘nessa vida’, por muitos, considerada indigna se ser vivida...

Nômades na produção de suas vidas e, por isso mesmo, capaz de circular em territórios muitas vezes imperceptíveis para as equipes de saúde, construindo múltiplas conexões na vida. Esta forma de circulação dos usuários, tecendo suas próprias redes de sociabilidades e cuidado, comporta movimentos de desterritorialização, que afetam e convidam às equipes a esta mesma experimentação desterritorializante. Mas, aceitar este convite, e sair de territórios pré-concebidos que estabelecem “repertórios de cuidado” marcadamente definidos, cujos rastros remetem ao já-conhecido (por exemplo: rastros do especialismo de cada profissão e de suas respectivas competências) não é tarefa simples (CERQUEIRA *et al.*, 2014, p. 34-35).

Michele, mulher, usuária do SUS, personalidade forte, 33 anos, usuária de crack, magra, pele parda, dedos queimados, carinhosa, sorridente, tia, filha, humilde, desejante, desviante, saudosa, moradora do buraco à margem do rio, poetisa, cuidadora, sonhadora, redutora de danos, “anormal”.

Oitavo voo: “Transformará a natureza e a sua natureza”

Como Michele conseguia ser tantas? E como, sendo tantas, ela não conseguia ser... Normal? Michele não conseguia ser como outras pessoas são, ela mais podia do que valia.

Depois de muitos encontros e desencontros com Michele, também ganhamos e perdemos alguns ‘adjetivos’; processualmente tornamo-nos outros e outras. Movimentos na cena, movimentos na rede de cuidado, movimentos na relação, movimentos nos planos e sonhos de Michele, e movimentos na vida desencadearam deslocamentos e novos desvios. Eis que a oportunidade do tão sonhado trabalho “bate à sua porta”, a *porta* da rua, local onde Michele passava boa parte da sua rotina.

A partir de um investimento desviante no modo de produção de saúde, ela foi convidada a participar de uma seleção para tornar-se trabalhadora de um serviço componente da Rede de Atenção Psicossocial do município, uma Unidade de Acolhimento Transitório para cuidado a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Sem saber se era “o momento certo”, resolveu arriscar, participou da seleção e foi aprovada. E nesse momento ela ganha novo adjetivo.

Trabalhadora da Rede de Atenção Psicossocial, trabalhadora e usuária do SUS, cuidadora, mulher, magra, personalidade forte, 33 anos, pele parda, carinhosa, sorridente, tia, filha, humilde, desejante, desviante, saudosa, poetisa, sonhadora, redutora de danos, as pontas dos dedos não mais tão queimadas. Ela deixa de ser moradora do buraco, passa a morar em uma casa. Michele perde alguns adjetivos e ganha outros. Às vezes, ela reencontra adjetivos perdidos e outras vezes perde os encontrados. Contudo, ela vive! E o trabalho/sonho foi “uma injeção de vida” (LANCETTI, 2006, p. 63) na sua vida desviante, vida metamorfoseada, borboleta que segue a viagem “com a sua vida, com os seus movimentos de vida”.

As faixas de frequência dessa inusitada viagem ainda não estão bem sintonizadas. Há ruídos, sons inarticulados, e muitas vezes não suportamos esperar que uma composição se faça: na pressa de já ouvi-la, corremos o risco de compor esses sons com velhos clichês. É difícil não cair na pieguice de um final feliz [...] na verdade o que não suportamos é a estridência desses sons inarticulados (GUATTARI; ROLNILK, 2011, p. 349).

Nono voo: devir-borboleta

Certamente, o comentário que mais ouvimos, ao estarmos inseridas nas redes de cuidado em álcool e outras drogas, foi o de que a intervenção em saúde oferecida pela equipe aracajuana de redução de danos provocou mudança na vida de Michele, bem como provoca ou pode provocar na vida de tantas outras pessoas com necessidades decorrentes do uso

de álcool e outras drogas. Trata-se de uma visada-comentário teleológica, *normalmente* carregada de expectativa, como se tal mudança fosse um local onde se pretende chegar, local chamado sucesso, chamado às vezes de terapêutico, ou os dois juntos, podendo ainda ser chamado de cuidado. Com Michele, o que desaprendemos é que esse local de cuidado requer uma espera, uma duração, uma prudência, um sentir as intensidades que uma relação movimentada. Pede pela paciência do desencasular de vidas borboletas. Cuidado vivo, movediço, fronteiro, nômade, movente, convidando-nos, bem ali onde nada parece restar, à errância e ao acompanhar voos, viagens, germinações nos locais mais inóspitos e imprevisíveis.

O cuidado de(s)território (AMARAL, 2015), a clínica (des) território que propomos nesta escrita-experimentação é sobre abrir! Abrir cadernos, abrir portas, abrir possibilidades... É sobre um abrir-se para fora dos casulos ou das pupas; é sobre se abrir ao encontro e voar. É a experimentação-cuidado do abrir asas para alçar voos borboletas. Epahei!

Referências

ALMEIDA, L. S. G. **Vidas Borboletas: A “Produção do cuidado em Saúde” entre Movimentos e Desvios.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência em Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

AMARAL, M. **Por uma clínica de(s)território no contexto do SUS: itinerâncias de uma narrativa cartográfica.** 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

ANTUNES, A. (Compositor). Socorro. Em *Um som* [Arnaldo Antunes, artista]. São Paulo, 1998.

AYRES, R. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 16-29, 2004.

BAPTISTA, L. A. Noturnos Urbanos: Interpelações da literatura para uma ética de pesquisa. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 1, p. 103-117, 1º sem. 2010.

BARROS, M. de. **Memórias inventadas: A infância.** São Paulo: Planeta, 2003.

BARROS, M. de. **Retrato do artista quando coisa.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

BARROS, M. de. **O fazedor de amanhecer.** São Paulo: Editora Salamandra, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental**: 1990-2004. 5. ed. Brasília: MS, 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial. Brasília: MS, 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: MS, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Redução de Danos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série Manuais, 49).

CERQUEIRA, P. *et al.* Uma pesquisa e seus encontros: a fabricação de intercessores e o conhecimento como produção. In: GOMES, Maria Paula; MERHY, É. E. (org.). **Pesquisadores IN-MUNDO**: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. pp. 25-42.

COSTA, L. B. da. **O Ritornelo em Deleuze-Guattari e as três éticas possíveis**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/005e2.pdf>. 2008.

COUTO, E. S. Corpos dopados, medicalização e vida feliz. *In*: RIBEIRO, P. R.; SILVA, M. R.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: Editora da FURG, 2009. p. 43-53.

DELEUZE, G. A literatura e a vida. *In*: DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 11-16.

DELEUZE, G. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992. (Coleção Trans).

DIVINO maravilhoso. Intérprete: Ney Matogrosso. Compositores: Caetano Veloso e Gilberto Gil. *In*: INCLASSIFICÁVEIS. Intérprete: Ney Matogrosso. [S. l.]: EMI, 2007. 1 CD, faixa 16.

FELIX, J. **“Quer teclar?”**: aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. *In*: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos VI**: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 289-347.

FOUCAULT, M. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. *In*: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos & Escritos IV**: estratégia, saber-poder. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 335-351.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

JAFFE, N. **Livro dos Começos**. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PACIÊNCIA. Intérprete: Lenine. Compositores:
Lenine e Dudu Falcão. *In*: NA PRESSÃO. Intérprete:
Lenine. [S. l.]: SONY BGM, 1999. 1 CD, faixa 3.

MAGNANI, J. G. A rua e a evolução da sociabilidade: os Urbanitas.
Revista Digital de Antropologia Urbana, 2010. Disponível em:
http://viverascidades.blogspot.com/2010/08/magnani-rua-e-evolucao-da-sociabilidade_12.html. Acesso em: 18 jul. 2019.

MERHY, E. E. O Ato de cuidar: a alma dos serviços de
saúde. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Ver - SUS Brasil:**
cadernos de textos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
p. 108-137. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

MERHY, E. E. *et al.* Redes Vivas: multiplicidades girando as
existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado
e a produção do conhecimento em saúde. **Revista Divulgação em
Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 153-164, out. 2014.

PALOMBINI, A. de L. Acompanhamento Terapêutico: dispositivo
clínico político. **Psychê**, São Paulo, ano 10, n. 18, p. 115-127, 2006.

PAULON, S. A desinstitucionalização como
transvaloração. Apontamentos para uma terapêutica
ao niilismo. **Athenea**, n. 10, p. 121-136, 2006.

PELBART, P. P. Poder sobre a vida, potência de vida.
Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 17, p. 33-43, 2002.

PELBART, P. P. O corpo, a vida, a morte. *In*:
PASSETTI, E. (org.). **Kafka, Foucault**: sem medos.
São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. p. 139-156.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**- Transformações
Contemporâneas do desejo. São Paulo: Sulina, 2006.

ROTAS DO DESASSOSSEGO

ACOMPANHANDO AÇÕES DO CONSULTÓRIO NA RUA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Anna Carolina Vidal Matos

Maria Helena Moura

Yuri Paes Santos

Kadja Karen da Silva Silveira

Maria Teresa Nobre

Introdução

A articulação e o fortalecimento de atores políticos e sociais como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) foram estratégicos para a defesa da cidadania mediante políticas promotoras de equidade no acesso aos serviços pelas pessoas em situação de rua. No âmbito federal, com o apoio de outros movimentos, pastorais sociais e de atores estatais, como Ministérios e Defensoria Pública da União, o MNPR fortaleceu sua participação nos espaços de definição de políticas públicas. Entre suas conquistas, destaca-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPSR (BRASIL, 2009a) –, instituída pelo Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Tal política foi orientada por princípios como a igualdade, a equidade, o

respeito à dignidade humana, o direito à convivência familiar e comunitária e o atendimento humanizado e universalizado, entre outros.

Outra conquista do MNPR foi a promoção de ações e de serviços voltados às demandas e às características deste grupo populacional. Entre eles, destaca-se o Consultório na Rua (CnaR), que foi proveniente de outros equipamentos de saúde: a Estratégia de Saúde da Família Sem Domicílio e o Consultório de Rua (BRASIL, 2012a). Instituídas pela Portaria 122, de 25 de janeiro de 2011, as equipes de CnaR (eCnaR) tiveram suas atribuições ratificadas pela Portaria 2.488, de 21 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011b), que instituiu a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). De acordo com a PNAB, às eCnaR compete:

realizar suas atividades de forma itinerante, desenvolvendo ações na rua, em instalações específicas, na unidade móvel e também nas instalações das Unidades Básicas de Saúde do território onde está atuando, sempre articuladas e desenvolvendo ações em parceria com as demais equipes de atenção básica do território (UBS e NASF), e dos Centros de Atenção Psicossocial, da Rede de Urgência e dos serviços e instituições componentes do Sistema Único de Assistência Social, entre outras instituições públicas e da sociedade civil (BRASIL, 2012a, p. 62).

Neste documento, o Ministério da Saúde definiu as diretrizes de organização e funcionamento das eCnaR, que poderiam ser organizadas conforme três modalidades: modalidade I, formada por quatro profissionais, sendo dois com nível superior e dois com nível médio; modalidade II, constituída por seis profissionais, sendo três de nível superior, mais três de

nível médio; e modalidade III, com a formação da modalidade II, acrescentada por um profissional da medicina.

As eCnaR são, portanto, multiprofissionais e buscam atender as diferentes demandas de saúde das pessoas em situação de rua, inclusive na promoção de estratégias voltadas para a redução de danos, junto a pessoas que fazem uso e abuso de substâncias psicoativas. Devem ser porta de entrada preferencial na atenção básica, coordenando o cuidado sob perspectiva integral e longitudinal, por meio de parceria com a Unidade Básica de Saúde (UBS) responsável pelo território e da cooperação com outros pontos de atenção da rede de saúde. As eCnaR devem, nesse contexto, oferecer ações de cuidado para as pessoas em situação de rua *in loco*, observada a adequabilidade dos procedimentos (BRASIL, 2012a).

O objetivo do presente capítulo é discutir a trajetória do CnaR na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, e sua articulação com as demandas da população em situação de rua. Para isso, reunimos quatro relatos de experiências de naturezas diferentes: pesquisa de mestrado da primeira autora, cujo trabalho de campo foi realizado no ano de 2015 e; imersões dos demais autores/as por meio de estágios curriculares obrigatórios de 4º e 5º ano do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no acompanhamento de ações do CnaR, que ocorreram no segundo semestre de 2017⁵⁰. Para tanto, faremos inicialmente uma breve apresentação do contexto dos CnaR na cidade do Natal e, em seguida,

⁵⁰ A dissertação de mestrado (MATOS, 2016) foi orientada pela Profa. Isabel Fernandes de Oliveira e os estágios curriculares tiveram a supervisão das professoras Maria Teresa Nobre e Ana Karenina de Melo Arraes Amorim, todas docentes do Departamento de Psicologia da UFRN.

discutiremos sua atuação a partir das experiências de pesquisa e estágio curricular vivenciadas.

Políticas, ações e serviços para a população em situação de rua: as eCnaR na cidade do Natal

Em Natal, no ano de 2011, foi criado o Consultório de Rua (CR), com uma lógica de atuação diferente da adotada atualmente pelo Consultório na Rua (CnaR). As equipes de CR não eram itinerantes, tendo pontos fixos em algumas das principais avenidas da capital. Além disso, seu ponto de apoio não era a Unidade Básica de Saúde (UBS) do território, mas o Centro de Atenção de Psicossocial (CAPS), na modalidade III, cujo funcionamento é de 24 horas. Essa relação logística com o CAPS III se explica pelo fato de que, naquela época, o CR se caracterizava como um equipamento da rede de saúde mental (MATOS, 2016).

Em 2014, ocorre a transição para o CnaR, com a consequente mudança na lógica de articulação de cuidados, dada sua nova vinculação, agora à atenção básica. É importante salientar que a mudança institucional desse dispositivo de um departamento de Saúde Mental para o de Atenção Primária não representa uma mera mudança burocrática, no gerenciamento ou na nomenclatura do serviço, mas sim uma nova concepção acerca da saúde da população em situação de rua e uma nova proposta de atendimento. Se o enfoque do CR (Consultório de Rua) na saúde mental era pautado fortemente na questão do uso e abuso de substâncias psicoativas – inclusive, geralmente,

numa lógica de combate às “drogas”⁵¹ –, agora na Atenção Primária em Saúde percebe-se uma ampliação na concepção de assistência em saúde e se busca mais fortemente uma aproximação com as necessidades em saúde da População em Situação de Rua (MATOS, 2016).

De fato, as necessidades de saúde deste segmento populacional, apresentadas no *Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua* (BRASIL, 2012b), são abrangentes e complexas e extrapolam as questões referentes à saúde mental. Neste documento, os principais agravos de natureza clínica apontados são: dermatites e infestações; tuberculose; doenças crônicas, como diabetes e hipertensão; doenças sexualmente transmissíveis (como HIV/AIDS); gravidez em contexto de total vulnerabilidade e ausência de acompanhamento pré e pós-natal; consumo abusivo de álcool e outras drogas; questões de saúde mental; e problemas de saúde bucal. Há, ainda, outras doenças, morbidades e agravos produzidos por determinantes sociais da saúde e situados em contextos mais amplos, tais como: violências; alimentação incerta e em baixas condições de higiene; água de baixa qualidade e pouco disponível; privação de sono e de afeição; variações climáticas; cobertura limitada pelas equipes de Saúde da Família; falta de tempo para buscar atendimento para o cuidado da saúde, internação e alta em serviços de saúde; dificuldade na adesão ao tratamento e no acompanhamento.

⁵¹ Segundo Fiore (2006), a utilização do termo “drogas”, escrito entre aspas, mostra-nos uma polissemia da palavra, a qual, em diversos contextos, é carregada de estigmas direcionados às substâncias psicoativas ilícitas e, consequentemente, aos seus usuários. Por isso, deixá-la entre aspas nos remete ao cuidado que se deve ter na utilização do termo.

No caso da cidade do Natal, as principais demandas apresentadas por essa população, segundo os profissionais do CnaR consistem na confecção de Cartão SUS e na realização de exames e consultas, especialmente com clínico geral, mas também com infectologista e oftalmologista. Além disso, algumas questões clínicas comuns relacionadas a seu contexto de vida, como o estado avançado de determinadas doenças, doenças gastrointestinais e cardiovasculares, que podem estar articuladas ao tipo de alimentação, destacam-se. Há também os casos de tuberculose, DSTs (especialmente sífilis e AIDS), problemas de saúde bucal e de saúde mental. O contexto de dificuldade de cuidados de higiene pessoal e de acesso a alguns cuidados cotidianos implica também problemas como inflamações e dermatites.

Há ainda demandas que podem ser chamadas de “demandas sociais”, relativas à habitação, à violência contra a mulher e aos abrigos, por exemplo. A vivência nas ruas coloca em questão a dureza do rompimento dos vínculos familiares a todo tempo, entre a sensação de desamparo, frustração e esquecimento. É frequente o esforço em constituir redes de apoio no território. O trabalho informal por meio de postos temporários na construção civil, o trabalho de flanelinha em estacionamentos e semáforos e o de recolhimento de material para reciclagem são exemplos de atividades que possibilitam a geração de renda mínima para a existência. Diante disso, o acesso à alimentação e higiene é difícil, gerando um contexto em que a desidratação e a desnutrição acentuam problemas de saúde. Ademais, a perda da documentação pessoal é uma constante, como é possível ver nas demandas sinalizadas acima (MATOS, 2016).

Em Natal, três eCnaR foram formadas: Mãe Luíza, São João e Ponta Negra, recebendo essa denominação por estarem vinculadas às UBS destes territórios, em distintos bairros da cidade. As duas primeiras desenvolvem suas atividades na Zona Leste da capital, onde há maior concentração de pessoas em situação de rua, bem como quantidade maior de equipamentos destinados a atender essa população, como o Albergue Municipal e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), além de ampla rede comercial, o que favorece as estratégias para conseguir trabalho e alimentação. Já a concentração de pessoas em situação de rua na Zona Sul da cidade assume feições um pouco distintas, por ser uma região turística.

Cada uma dessas equipes tem suas particularidades no modo de funcionamento, demandas específicas do território, e trajetos ou rotas que cumprem diariamente. Independente das singularidades, no entanto, observamos os seguintes traços em comum no município de Natal: a) todas as equipes são itinerantes, tendo como seu instrumento de trabalho um carro da Secretaria Municipal de Saúde para ir ao encontro da população em situação de rua nos pontos onde se concentra ou em outros serviços que precisam ser articulados; b) todas as equipes, além dos profissionais de saúde e assistência, têm em sua composição a presença de um profissional específico, que é o/a motorista; c) todas as equipes dispõem de um resguardo de alguma UBS com a qual podem buscar o suporte institucional ou mesmo o suporte de dependência física para a realização de seu trabalho. Com relação à composição das equipes, vale destacar que todos os profissionais são contratados por meio de processo seletivo temporário, com contrato de duração de um ano e possibilidade de renovação por igual período. Esse dado

aponta para a fragilidade do vínculo empregatício do grupo de profissionais (MATOS, 2016).

O compromisso do serviço deve ser com uma postura profissional que contemple o cuidado integral à saúde, o acolhimento a partir da perspectiva da desinstitucionalização, a redução de danos e o esforço para tensionar a rede de saúde a serviço do que necessita o usuário. Para além das intervenções nas rotas itinerantes, as equipes devem participar de momentos de formação e encontros com equipes outras para articular suas ações de cuidado à Rede de Saúde Intersetorial: UBS, CAPS, NASF, Serviços de Urgência e Emergência.

A rotina de trabalho das eCnaR é bem semelhante. Geralmente, inicia-se com um encontro na UBS à qual a equipe se vincula, às 14 horas. Em seguida, ocorre a saída para fazer uma rota de carro pelo território a ser coberto, até as 20h30. A rota é parcialmente estruturada de maneira que cada dia da semana corresponda a uma área, a fim de que seja possível cobrir todo o território e sustentar um acompanhamento longitudinal dos usuários com um encontro semanal – sendo esse processo susceptível a alterações mediante demandas outras que se mostrem prioritárias.

A prática da rota, no entanto, se não for bem estruturada, pode levar a dificuldades no manejo da assistência em saúde, tal como a chamada “rota vazia”, que nada mais é senão uma rota instituída com percurso fixo, que não implica necessariamente na produção de cuidado, ou seja: a rota perde o seu sentido de ser uma ferramenta de promover o cuidado sistemático e longitudinal para ser um fim em si mesma, independente de proporcionar o encontro com os usuários.

A seguir, descrevemos nossa inserção neste campo a partir de diferentes lugares, como sinalizado acima. Os nomes

das pessoas que acompanhamos são fictícios e remetem, nos três primeiros relatos, a personagens da música popular brasileira, e, no último, a um humorista do qual nosso interlocutor gosta muito.

Por entre ruas e becos: a itinerância das ações do CnaR

As ações do CnaR por nós acompanhadas serão apresentadas em seguida a partir de quatro relatos. O primeiro refere-se à pesquisa de mestrado de uma das autoras sobre a atuação dos CnaR, em que foram acompanhadas as três equipes, com registros em diários de campo. Nessa investigação, os profissionais das equipes foram entrevistados, mas os dados dessas entrevistas não são objeto de discussão deste capítulo. Os três relatos seguintes tratam das experiências de estágio nas quais foram acompanhadas semanalmente as rotas de duas das eCnaR, pelas demais autoras e autor.

Os relatos variam entre encontros singulares com usuários nos campos de pesquisa e estágio e ações mais amplas do CnaR, por meio do trabalho no território. São escritos em primeira pessoa pelos autores, resguardando seu estilo próprio de escrita e suas reflexões, inquietações, desassossegos e algumas reflexões acerca das possibilidades de atuação/articulação na/da rede de saúde para atendimento às pessoas em situação de rua.

Ressaltamos que o acompanhamento das eCnaR como parte das ações do estágio curricular obrigatório do Curso de Psicologia da UFRN está inserido em um projeto mais amplo de

assessoria e acompanhamento das ações do MNPR na capital potiguar. Tal projeto consiste basicamente em organizar: a pauta de lutas por direitos das pessoas em situação de rua em Natal, tendo participação em Conselhos e em Fóruns de setores como a saúde, assistência social e habitação; a militância em outros espaços políticos; as atividades formativas e de organização interna deste movimento social. São ainda atividades dos estágios: realizar acompanhamento terapêutico e psicossocial a pessoas em situação de rua que demandam cuidados especiais e contínuos; e articular as redes formais e informais de cuidado, na perspectiva da intersetorialidade e do trabalho no território.

*O que será, que será, de Valentim?
Construindo redes de cuidados*

Durante a minha inserção em campo, conjuntamente com uma das eCnaR, acompanhei diversos casos que mostravam a atuação das equipes. Alguns revelavam a fragilidade da própria operacionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e os desafios para os profissionais, em casos que lhes demandam mais do que técnicas, exigindo uma compreensão ético-política do que é o fenômeno população em situação de rua.

Nestes percalços, muitas vezes focamos nos casos que “não dão certo”, nas situações que mostram sempre haver furos na postura profissional e/ou no funcionamento das redes de atenção à saúde. Contudo, vale salientar que algumas experiências mostram que, mesmo com enormes dificuldades e entraves,

a lógica do apoio matricial ⁵² e da clínica ampliada ⁵³, quando ativada, evita tais engessamentos e tende a trazer benefícios para usuários e profissionais de saúde.

A experiência que descrevo foi retirada de fragmentos das entrevistas e dos diários de campo que compõem a minha dissertação (MATOS, 2016). O caso é referente à história de Valentim, homem com seus cabelos brancos e corpo cansado pela vida, que trabalha como flanelinha e lavando carros em uma rua movimentada no centro da cidade. Sua vinculação com o CnaR começa no dia – não se sabe ao certo a causa – em que Valentim desmaiou na rua, foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Municipal. Nesse momento, a equipe do hospital, que já tinha vinculação com os profissionais do CnaR, entrou em contato para que acompanhassem o caso de Valentim. Entre conversas e exames, descobriu-se que Valentim tinha tuberculose. Por isso, foi transferido para o hospital estadual de referência para estes casos.

Para cada lugar que Valentim foi, a partir do momento que ele entrou na Rede de Atenção à Saúde (RAS), a eCnaR o

⁵² “O apoio matricial em saúde objetiva assegurar retaguarda especializada a equipes e profissionais encarregados da atenção a problemas de saúde [...] pretende oferecer tanto retaguarda assistencial quanto suporte técnico-pedagógico às equipes de referência. Depende da construção compartilhada de diretrizes clínicas e sanitárias entre os componentes de uma equipe de referência e os especialistas que oferecem apoio matricial” (CAMPOS; DOMITTI, 2007, p. 399-400).

⁵³ O conceito da clínica ampliada é “busca integrar várias abordagens para possibilitar um manejo eficaz da complexidade do trabalho em saúde, que é necessariamente transdisciplinar e, portanto, multiprofissional. Trata-se de colocar em discussão justamente a fragmentação do processo de trabalho e, por isso, é necessário criar um contexto favorável para que se possa falar destes sentimentos em relação aos temas e às atividades não-restritas à doença ou ao núcleo profissional” (BRASIL, 2009b, p. 14).

acompanhou. Iniciou-se o tratamento para tuberculose e, a partir disso, também a vinculação com a equipe do hospital especializado. Valentim mostrou para as equipes – do hospital e do CnaR – que o diálogo tinha que ser frequente e, o singular virou um coletivo, já que, nesse contexto, foi possível perceber que são muitos os casos de recaída relacionados às pessoas em situação de rua, e que estas necessitavam de mais atenção e formas de cuidado, além de uma atuação conjunta. A criação do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e a formação de grupos de estudo de caso, presenciais e virtuais, foram a estratégia para se pensar o cuidado de Valentim.

Foi logo em minhas primeiras idas para campo com o CnaR que fui conhecer Valentim, que já estava há dois meses internado para o tratamento da tuberculose no hospital de referência, e cansado daquele lugar. “Quero ir embora!”, dizia Valentim, sempre questionando sobre quando sairia do hospital e onde estavam seus documentos. Quem mantinha uma vinculação maior com Valentim era o psicólogo da eCnaR, que sempre o atualizava sobre como estavam sendo realizados os processos relacionados à busca dos documentos dele e seu tratamento.

O tratamento de Valentim se dividia da seguinte forma, seguindo o protocolo de atendimento dos casos de tuberculose: uma parte em quarentena, que necessitava que se mantivesse internado no hospital para o tratamento, e outra parte fora do hospital, após a alta, com uma medicação regulada pela manhã e à noite. É nessa segunda parte do tratamento que acontece a maioria das recaídas, pois há necessidade de toda uma estruturação e regramento do cotidiano, em geral sem respaldo na realidade da vida das pessoas em situação de rua. Isto porque para manter as condições mínimas para o tratamento se requer alimentação saudável e habitação adequada, assim como não

se pode estar exposto a condições adversas, como chuva ou sol fortes, sendo também necessária uma rotina de medicação. Além disso, o quadro do paciente pode sofrer dificuldades em decorrência de trabalhos braçais.

Por isso, buscam-se formas de tratamento que estejam de acordo com as diretrizes propostas pelo SUS, sobretudo no que diz respeito à integralidade e à equidade em saúde. Assim, o Tratamento Diretamente Observado (TDO) preconiza algumas estratégias de acompanhamento mais sistêmico junto aos pacientes com tuberculose, integrando alguns sujeitos que fazem parte do cotidiano do paciente, bem como promovendo a responsabilização do Estado no financiamento para a continuação do tratamento (BRASIL, 2011b; SOUZA, 2010; VILLA *et al.*, 2008). Souza (2010) pesquisou pessoas em situação de rua que estavam com tuberculose e foram tratadas com o TDO. Tal pesquisa mostrou que essa estratégia oferece uma possibilidade de êxito para a adesão da população em situação de rua ao tratamento. Todavia, existem ressalvas feitas pelo autor que mostram que essa modalidade de tratamento pode assumir caráter estigmatizante e excludente, ou mesmo de controle dos sujeitos. Essa tensão entre controle e cuidado com respeito à autonomia ficava evidente nos encaminhamentos dados ao longo da trajetória de Valentim.

Nas idas ao hospital, eu escutava as histórias de Valentim, sobre sua vida na rua e as pessoas com as quais ele tinha formado vínculos. A partir dessas histórias, a eCnaR ia buscar apoio nos locais que Valentim relatava, pois como já estava próxima a sua saída do hospital, os profissionais buscavam pessoas que pudessem auxiliar nesse cuidado.

Reuníamos-nos semanalmente com Valentim e o ouvíamos dizer: “Saudades da rua!”. Queria sair daquele lugar, queria

seguir sua vida, como sempre fez. Quando questionado sobre como sobreviveria, já que não poderia ficar no sol, na chuva, carregando baldes de água para lavar os carros, dizia: “quando sair eu me viro!”. Questionávamos-nos sobre o bem-estar de Valentim ao sair dali. Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadoria ou esperar para ver o que ele faria com as “viradas” dele? Essas questões eram pautas nas reuniões entre as equipes dos serviços e eram feitos os encaminhamentos do que seria acompanhado por cada equipe: a equipe do hospital cuidava de Valentim e dos contatos com familiares, o Centro Pop – que havia sido acionado pela eCnaR – cuidava da documentação que faltava, enquanto o CnaR ia contatando as redes informais feitas na vivência da rua.

Durante esse período foram visitadas algumas pessoas, mencionadas por Valentim, do contexto de sua vida na rua. Algumas delas trabalhavam nos comércios ao redor de onde ele lavava os carros. O que iria ser de Valentim ao sair do hospital? A família não tinha mais vinculação com ele, e sua nova família era constituída pelas pessoas que Valentim tinha no seu cotidiano, na rua. Foi a essa família que a eCnaR recorreu. Contudo, algumas pessoas não queriam se comprometer. “É muita responsabilidade!” diziam, pois a medicação tinha que ser tomada em jejum, e logo em seguida, devia alimentar-se bem. O café da manhã deveria ser reforçado e saudável, com frutas, com baixa quantidade de açúcar e sódio. O SUS disponibilizava uma cesta básica todo mês, durante o tratamento, para a pessoa manter a alimentação regulada. Mas como fazer almoço dormindo na rua? A dona de um restaurante perto do local de trabalho/dormida de Valentim se comprometeu a fazer suas refeições e, por isso, ela ficaria com a cesta básica de Valentim. Já outra pessoa, dona de uma casa que alugava

quartos, comprometeu-se a ajudá-lo com o lugar para ele dormir, além de guardar e ministrar a medicação nos horários prescritos.

E foi por meio desses pactos e acordos que se organizaram os cuidados de Valentim. Era um “leva e traz”, e tudo tinha que ser conversado com Valentim, respeitando suas decisões e desejos. Apenas um desejo não foi possível de realizar: a saída do hospital ainda na primeira parte do tratamento. Ele até tentou sair, mas ainda estava muito fragilizado.

Em minha imersão no campo do mestrado, não fiquei até a saída definitiva de Valentim do hospital, contudo sempre buscava entrar em contato com a equipe para obter notícias, e assim soube que logo sairia do hospital e que, devido a seu caso ter aumentado o diálogo entre as equipes, outros casos haviam começado a ser articulados.

A busca por continuidade dessa articulação e as dificuldades de construir um diálogo compartilhado e unificado, que tenha como foco e objetivo final o bem-estar do usuário, podem conduzir a caminhos distintos: autonomia ou tutela. A forma do cuidado varia muito para cada instituição e passa por uma constante reflexão sobre o fazer profissional. Esse tipo de inquietação e reflexão sobre que forma de cuidado está sendo conduzida é colocado em cada passo tomado, estando os profissionais, em sua relação com o usuário, sempre transitando sobre uma linha tênue. Tais dilemas parecem não ser elimináveis das práticas de cuidado em saúde, contudo é possível destacar que as práticas profissionais devem ser direcionadas pelo sujeito. Muitas vezes, silenciado pelo argumento da doença e da fragilidade, esquecemos que ali há uma pessoa que só deseja voltar para seu cotidiano e que este é justamente um sujeito de seus

processos saúde-doença e outras dimensões de sua vida e não um ser passivo à espera de ordens especialistas.

E agora, José? Os (des)caminhos na produção de cuidado

Durante os mais de três meses de convivência com uma das eCnaR, a pedra angular sobre a qual se fundou minha atitude clínica foi a dinâmica dos afetos na produção de saúde – ou de adoecimento. De fato, em não poucas ocasiões, pulsava a questão sobre quem estava a produzir cuidado e qual era a qualidade desse cuidado, isto é, se estava sendo elaborado conforme sua finalidade precípua: produzir saúde, modos saudáveis de vida. Nesse questionamento, havia uma pergunta anterior: o que é produzir saúde? Sempre, a cada passo, a cada gesto ou palavra, eu era confrontada com essa questão, porquanto sentia, nos serviços de saúde, em alguns momentos, uma produção de cuidados que estava, contraditoriamente, a produzir adoecimento.

A eCnaR que acompanhei, além de estar distante dos equipamentos específicos à população em situação de rua, como o Albergue Municipal e o Centro Pop, enfrenta o desafio de que não há, em seu território, UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), hospitais públicos e CAPS. Essa ausência impõe a essa equipe uma dificuldade adicional quando comparada com as duas equipes da Zona Leste: articular a rede exige um deslocamento constante para bairros mais distantes. Em minha experiência, foram várias as ocasiões em que foi necessário ir a um dos hospitais gerais da cidade, situado em outro bairro, para o acompanhamento de um usuário. Contudo, em seu território,

o CnaR pode encontrar parceiros estratégicos na articulação de cuidados.

Parcerias na promoção de cuidado: talvez seja essa a síntese da função do CnaR, sua razão de existir. De fato, desde o início, era perceptível que o trabalho só acontecia – ou só lograva êxito – por ser coletivizado entre as trabalhadoras do CnaR, bem como entre esta equipe e outras da rede de saúde. Qualificar o diálogo tem se mostrado a tecnologia mais fundamental para as ações de cuidado. Em minha trajetória de estágio, isso se tornou uma realidade ainda mais radical pelo “mergulho” no vínculo com um usuário cujo caso se tornou bastante conhecido entre as eCnaR da capital, pela complexidade de articulação necessária, que passo a descrever a seguir. A partir desse caso, pretendo discutir duas questões: a necessidade de uma produção transgressora de cuidados em saúde e a formação de parcerias estratégicas para o êxito das ações promovidas pelo CnaR.

O acompanhamento terapêutico de José, 35 anos, vinculado a uma das eCnaR da região desde dezembro de 2016, mostrou-se um caso emblemático de produção de saúde que precisou reinventar-se a cada passo, sob pena de se atuar no sentido de produzir mais adoecimento. Foge ao escopo deste relato esmiuçar o percurso terapêutico construído entre o usuário e a eCnaR, intensificado pelo estreitamento de vínculo trabalhado em horários alternativos pela estagiária. Importa, neste registro, problematizar as relações institucionais e o confronto recorrente das trabalhadoras dos serviços com uma produção de cuidados que convocava à transgressão, para o enfrentamento do vazio de possibilidades imposto pelas deficiências da rede.

Natural de uma cidade do interior pernambucano, José esteve privado de liberdade por quase 14 anos. Na prisão, começou a sentir os primeiros sintomas de tuberculose. Lá conseguia, por meio de um comércio informal de medicamentos, remédios para controlar o avanço da doença, sob orientação de presos mais experientes no conhecimento da enfermidade, uma vez que era muito difícil o acesso a cuidados médicos no presídio. Libertado, transitou por algumas cidades, até chegar a Natal, onde passou a viver em situação de rua, conseguindo seu sustento mediante atividade como flanelinha. No entanto, a doença se agravou, levando-o a procurar a continuidade de cuidados com a eCnaR.

Alguns dias depois, em janeiro de 2017, foi internado em hospital especializado em doenças infectocontagiosas, onde permaneceu até o fim de agosto, tendo recebido alta malgrado as queixas de dores na região da coluna e do abdome. Em razão do seu estado ainda frágil, foi acolhido no CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas), com a perspectiva de passar trinta dias, até a realização de uma perícia médica em agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da qual poderia vir a obter o direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) no valor de um salário mínimo. Porém, três dias após o ingresso no CAPS AD, precisou ser internado novamente, agora em outro hospital geral. O acompanhamento de leito de José foi a principal atividade da estagiária na experiência dentro desta eCnaR.

Foram dois meses de internação, durante os quais os encontros com José sempre resultavam provocativos: nossos serviços de saúde estão, de fato, a produzi-la? Muitas vezes, a resposta em mim era negativa. As narrativas autobiográficas de José eram extremamente ricas no tocante a “reservas de

alternativas” (SCHWARTZ, 2015) que esse homem construiu ao longo da vida para lutar contra o adoecimento. Sua procura, na prisão, pelo comércio informal – e ilegal – de medicamentos para combater a tuberculose já demonstrava um ser humano inventivo em driblar as dificuldades postas pelas clausuras institucionais. No entanto, lá, no hospital, eu percebia que o cuidado que tentávamos articular com José precisava aprender com a engenhosidade com que ele construía seus modos de vida até então.

De fato, era proeminente o cuidado em torno dele, porém, a palavra carregada de dor era confrontada com os resultados de exames; se divergentes, sobre a queixa de José adensava-se a nuvem da dúvida. Alguns profissionais acreditaram que José estava sobrevalorizando o adoecimento para permanecer no hospital.

Côncio dessa desconfiança, José demonstrava profunda tristeza, misturada à revolta: como poderia gostar de permanecer numa maca, confinado em uma enfermaria? Era preferível estar na rua, com o corpo na busca sempre engenhosa pela sobrevivência, a deixar imobilizar-se numa instituição. Num olhar espinosano (MOREIRA, 2010), a revolta de José era a própria expressão de alguém que lutava contra os afetos tristes que tentavam conformá-lo a um modelo dócil de paciente. Ciente de estar sofrendo, em algumas situações, violência institucional, José não se calava frente ao descaso com que era nestas ocasiões tratado. Chegava a bater em equipamentos para ser ouvido pela equipe hospitalar. Em sua transgressão, ele estava a lutar pela saúde.

Dialogar com José era sempre um movimento de (re) construção, um retrabalho de nossas histórias. Por um lado, tentávamos elaborar seus sentidos referentes às experiências

pregressas: a fragilização dos laços com a família, os anos de privação de liberdade, o período de abuso de “drogas” lícitas e ilícitas, e o agravamento da doença. A cada conversa, novos sentidos eram tecidos, fazendo com que aquele emaranhado de fios que antes era a sua narrativa de vida se tornasse uma peça artesanal (ele mesmo já exercera o ofício de artesão de bolsas), diante da qual ele era convocado a questionar sua implicação no processo. Lentamente, percebi que José se deslocava de uma postura predominantemente queixosa, passando a se interrogar sobre os caminhos que ele poderia conferir à condução do seu projeto terapêutico.

Na verdade, já tinha notado sua habilidade engenhosa em negociar com as circunstâncias. O próprio fato de permanecer no hospital não deixava de ser, para ele, de certa forma, uma estratégia para conseguir mais rapidamente o acesso a exames e à cirurgia que poderia trazer-lhe o alívio às dores de coluna decorrentes da tuberculose óssea que atingira essa região do corpo. No entanto, a fixação nesses procedimentos estava a intensificar o adoecimento, já que a equipe hospitalar passara a recorrentemente falar em alta. Era, pois, imperativo e urgente construir alternativas de cuidado. Assim, nossas conversas se tornaram cada vez mais um debate de caminhos para a produção de saúde: como lutar contra a doença sem depender da cirurgia?

Outros recursos terapêuticos entraram em nossa pauta, como a fisioterapia e práticas integrativas e complementares, como a acupuntura. Discutíamos, também, onde encontrar tais recursos, uma vez que a rede municipal de saúde poderia não ofertá-los suficientemente. Nesse diálogo, exercitamos a cartografia de parceiros potenciais no território de José, a Zona

Sul da capital. Talvez instituições de ensino em saúde pudessem nos abrir a porta para a continuidade dos cuidados.

Essa produção de rotas alternativas diminuía a ansiedade e o desamparo de José frente à doença: reconhecendo a multiplicidade de ações de cuidado, lentamente ele saía da fixação no modelo hospitalocêntrico. Numa perspectiva nietzschiana (MOREIRA, 2010), estávamos a compor outras coreografias vitais, do que resultava uma crescente implicação de José na condução de seu projeto terapêutico, diminuindo o receio que antes dificultava sua adesão à alta hospitalar. No final de outubro, quase dois meses após sua internação, José sai do hospital, voltando a viver em situação de rua. Em contatos posteriores que fiz com ele, relatou estar bem de saúde, permanecendo vinculado à eCnaR, por meio da qual continua a acessar a UBS da região. Voltou a exercer a atividade de flanelinha, com perspectiva de negociar um aluguel compatível com seus ganhos. Muito bem relacionado em seu território, José tem uma rede de amigos com os quais tece o cotidiano de viver em situação de rua, sem deixar de cultivar a alegria e a produção de (re)existência.

Durante a experiência dos dois meses de acompanhamento da hospitalização de José, na minha atividade como estagiária do CnaR confrontava-me com uma disputa ou debate de normas entre equipamentos. Em algumas ocasiões, a equipe hospitalar se eximia de tomar determinadas providências, sob o argumento de que ele era um “paciente do CnaR”, e era este equipamento o responsável pela articulação dos cuidados. Assim, de certa forma havia uma discriminação negativa latente no modo como parte da equipe hospitalar se referia a esse usuário: estava lá, mas não era um paciente como os outros. Nesse contexto, José enfatizava a importância do vínculo estabelecido com as pessoas do CnaR, denominadas por ele de sua “única família”,

ao passo que se queixava do pouco contato que conseguia estabelecer com os trabalhadores do hospital. Em face disso, a qualidade do cuidado parecia fragilizada menos pela ausência de recursos materiais, como acessos a medicamentos, a exames e à cirurgia, do que pelo frágil vínculo construído entre equipe hospitalar e José.

Havia, obviamente, uma infinidade de normas antecedentes a conformar as práticas desses trabalhadores: grande quantidade de pacientes que precisavam ser atendidos; falta de insumos; carga horária exaustiva de trabalho. Todas elas, inclusive, em conflito com outras normas, como uma formação disciplinar voltada para a defesa da dignidade humana e o exercício da profissão sob o imperativo da qualidade. Nesse conflito sempre emergente, quais alianças compor para não sucumbirmos ao desespero de não ter forças para lutar contra as limitações do “sistema” – ou da “rede”? Cada vez mais, constatava que o cuidado, dentro do serviço de saúde, precisava descumprir as regras, transgredir normas, produzi-las conforme a correlação de forças presente em cada situação de trabalho. No entanto, esse pode ser um preço alto a se pagar, quando feito de forma isolada, sem parcerias que possam fortalecer as ações. Nesse sentido, a rebeldia não pode ser uma prática ensimesmada, individualizada, mas tecida no movimento dos afetos que compõem a coletividade dos sujeitos envolvidos.

Antônio Bento e uma aposta no trabalho coletivo

A minha relação com a população de rua já existia desde o final do segundo ano do Curso de Psicologia, de maneira que ao chegar no estágio já tinha uma trajetória de pelo menos dois anos com essas pessoas, em trabalhos com educação popular, oficinas de inclusão digital, Acompanhamento Terapêutico e acompanhamento político-organizativo do MNPR-RN.

Chegava, assim, ao estágio com algumas certezas na cabeça. A primeira delas era que queria trabalhar no território, na relação com a comunidade, acionando os dispositivos e desenvolvendo tecnologias de cuidados mais leves, práticas coletivas de cuidado, educação em saúde etc. A segunda: gostava de trabalhar com a população de rua, com as pessoas que já conhecia, próximo ao MNPR, mas queria dessa vez ver o funcionamento de espaços que ainda não conhecia e quais as singularidades que apareciam na relação com o território. A terceira certeza que tinha era que precisava experimentar o trabalho em âmbito institucional, sentindo na pele os desafios e as potencialidades dessa atuação.

Se por um lado tais certezas contribuíram para direcionar o ponto de partida da prática do estágio, por outro, não foram suficientes para determinar o seu desenvolvimento. Havia definido que o estágio seria nesse modelo, apesar das orientações das supervisoras sobre os limites da via institucional, das falas de colegas sobre as experiências anteriores etc. Portanto, o cenário do estágio proposto destoava do habitual, pelo caráter institucional que trazia: se as atividades realizadas anteriormente ao longo do Curso de Psicologia junto à população em situação de rua tinham, por um lado, um vínculo institucional bem estabelecido com a UFRN, tinham também,

por outro, uma inserção no campo mais flexível. Assim, nesse estágio, propus-me a ir a campo junto com uma das eCnaR que percorria a Zona Sul da cidade, a fim de acompanhar e atuar junto aos profissionais no atendimento à população em situação de rua.

Essa região da cidade é tradicionalmente conhecida pela sua relação com o turismo, em especial o turismo de sol e mar, tendo relação com uma imagem de “o paraíso onde as pessoas vêm passar as férias”, sendo também um cartão postal da cidade. Essa imagem comercializada pelo turismo, no entanto, contrasta com a dos habitantes nativos, os quais ocupam e vivem num espaço cheio de contradição e de resistência. Os moradores se deparam com algumas questões, tais como: a prostituição e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; a especulação imobiliária; os processos de higienização das zonas turísticas; e o crescimento do tráfico de drogas e de mulheres.

As singularidades da região são de extrema importância e devem ser consideradas, pois acreditamos implicar em uma diferenciação quanto ao trabalho do CnaR. Quanto ao público atendido nessa zona da cidade é necessário pontuar ainda que a população se organiza em “pequenos grupos de pessoas aglomeradas”, espaçados numa grande faixa territorial, muitos vindos de movimentos migratórios do centro da cidade, devido a conflitos. Além da diversidade de perfis das pessoas que ocupam essa região – incluindo crianças em situação de rua e profissionais do sexo, em sua maioria mulheres e LGBT, que precisam ser considerados como público-alvo das ações –, ela é tida como sendo uma das áreas mais violentas para a população em situação de rua. Esse último fator elencado, a violência a qual a população em situação de rua se encontra submetida na zona sul de Natal, mostra-se como elemento desafiador para

a eCnaR, tanto por representar uma demanda em saúde que precisa ser atendida, quanto por evidenciar a escassez de condições materiais para atuar junto a tal população (MATOS, 2016). Sendo uma região hoteleira e extremante visada pelo turismo, são acirrados os posicionamentos higienistas da comunidade sobre a população atendida, inclusive pressionando a equipe do serviço para a retirada dessas pessoas do bairro.

Como acontece em todas as equipes, cumpríamos o horário entre 14h00 e 20h30 para rotas de atendimento aos usuários, mas algumas vezes tínhamos dificuldade em encontrá-los nos locais esperados, de maneira que combinávamos de passar na semana seguinte. Entretanto, frequentemente, ao chegar no local e horário combinados, a pessoa não estava. Vários fatores influenciam essa questão, como a característica do nomadismo e a necessidade emergencial da questão econômica – necessidade de comer e fazer um trabalho para ganhar dinheiro –, além dos poucos horários do dia em que podem dormir. Ademais, como já dito, nesta zona os grupos são pequenos e pulverizados, sempre mudando de local para se proteger. Essa ainda é uma questão desafiadora e não foram encontradas alternativas de como superá-la para além da prática semanal de fazer os acordos, perguntar aos outros usuários se viram a pessoa em algum canto e continuar procurando em prováveis locais em nosso quase “mapeamento mental dos itinerários no território”.

Em Natal, atualmente não há agentes sociais na eCnaR. Em experiências anteriores de composição das equipes (sobre tudo quando eram vinculadas à rede de saúde mental, sendo denominadas Consultório de Rua), esses sujeitos tinham as tarefas de facilitar o acolhimento do usuário, contribuir para uma melhor compreensão do território, atuar como agente

reduzidor de danos, e favorecer a participação e a horizontalidade na gestão do cuidado entre os agentes envolvidos diretamente (profissional-usuário). Desse modo, a ausência de tal profissional tem impactos sobre as ações desenvolvidas, pois, como previsto na política de atuação dos CnaR, o agente social deve ter familiaridade com as pessoas em situação de rua e, assim, facilitar o agenciamento entre profissionais e usuários.

Voltando ao tema das ações da equipe, é válido ressaltar um caso específico, no qual acompanhávamos um usuário com quadro de uso abusivo de álcool, que morava numa praça. Ali nos apareceram diversas demandas, dentre as quais, fazer o cartão do SUS. O usuário era provável ator de violência sexual, estava em conflito com a comunidade e precisava fazer tratamento de feridas, além de estar com edema nas pernas e aparentar um abdome inchado com possível comprometimento do fígado. Foi a partir da contribuição dos diversos profissionais e em conversa com o usuário que se mostrou possível a construção de um PTS (Projeto Terapêutico Singular) que atendesse as suas demandas em saúde.

As tarefas foram divididas para dar a atenção necessária ao atendimento: psicóloga e enfermeira fizeram o acolhimento do usuário, ouvindo as suas queixas e buscando compreender a situação a partir da sua narrativa, assim como da narrativa de sua companheira e de outras pessoas em situação de rua; enfermeira e técnica em enfermagem cuidaram das feridas, avaliaram as pernas edemaciadas e o abdômen saltado, e solicitaram o encaminhamento para fazer os exames e o acompanhamento pelo médico da UBS; a assistente social e o estagiário de psicologia ficaram responsáveis por fazer o cartão do SUS, por acolher e orientar a companheira provavelmente

agredida e por fazer uma mediação com moradores do bairro que pediam a retirada das pessoas em situação de rua da praça.

Nesse caso, percebemos um posicionamento da equipe que é tal e qual andar se equilibrando numa linha: é nossa tarefa garantir o direito à saúde do usuário e da companheira, mas com sentimento que às vezes beira a aversão, dada a possibilidade de uma violência contra a mulher, sendo o usuário o agressor. A saída desse dilema, entre cuidado e aversão, aponta no sentido de apostar na educação, tanto a partir da orientação à mulher, quanto às pessoas da vizinhança: um fio de possibilidade de mudança da situação.

O atendimento desse usuário e de outros casos que acompanhei mostra que a articulação com a rede de saúde e com outras redes, no sentido de produzir intersectorialidade, é um traço extremamente necessário para o trabalho com a população de rua, sem o qual suas ações não podem ser, de fato, resolutivas. Para além de ligações quase que diárias aos serviços para acompanhar pessoas em situação de rua que estavam sendo ali atendidas, toda semana tínhamos visitas institucionais aos usuários internados em hospitais ou atendidos pelos CAPS, Centro Pop etc. Havia também, todo mês, reuniões com as equipes, relatórios em conjunto, construção de PTS e assinatura de termos de compromisso.

Assim, o trabalho dos CnaR mostra-se como uma ferramenta na facilitação do acesso e na construção de um cuidado que seja efetivo para a vida dos sujeitos, pois sendo a população de rua extremamente marginalizada, isso se reflete nas práticas institucionais: se chegam aos serviços, geralmente não são atendidos e nem acolhidos. Desse modo, o CnaR enfrenta grandes desafios na sua relação com a rede de saúde: por um lado, de ser responsabilizado pelo Estado quanto aos cuidados

em saúde demandados por pessoas em situação de rua, ao passo que os serviços se desresponsabilizam de prestar assistência e afirmam ser essa tarefa da alçada do CnaR; e, por outro, quando em função do acompanhamento que busca fazer aos usuários atendidos por outros serviços, é visto como um “fiscal” dos outros dispositivos.

Algumas atividades propostas e iniciadas durante o estágio não foram implementadas na prática de maneira efetiva, de modo que se mostrassem como *práxis* instituída no funcionamento do serviço: rodas de conversa, educação em redução de danos, trabalho com grupos etc. Os motivos são diversos: grande quantidade de usuários para atender, rota fechada e excesso de burocracia. Mesmo assim, vejo grande potencialidade no trabalho, a partir do desejo instigado da equipe, em particular no que diz respeito à redução de danos.

No entanto, a realização desse cuidado em saúde focado no horizonte ético-político da redução de danos, normativa da política nacional, ainda não se mostra instituída no trabalho do Consultório na Rua. Assim, o papel do estagiário junto à equipe, sendo aquele que está para aprender, que muitas vezes não sabe, serviu para (des)saber as coisas sabidas, para se questionar sobre algumas certezas e fazer questão junto, ao invés de cobrar na lógica do dever da hierarquia institucional.

Nesse contexto, meu trabalho como estagiário foi atender usuários de álcool e outras drogas a partir de uma lógica de redução de danos, individualmente, mas principalmente acompanhado de outros profissionais; fazer discussão de casos e construção de PTS nessa perspectiva; fazer formação com a equipe nessa temática; e levar elementos à gestão sobre as dificuldades de trabalhar nessa perspectiva e sobre as fragilidades das formações oferecidas aos profissionais. Assim, ainda que

não se tenha implementado o trabalho de redução de danos no CnaR, vejo que uma resistência à temática foi retirada, que o desejo foi alimentado e que questionamentos e elementos para se continuar a construção dessa alternativa foram alicerçados.

O encontro com Naíron: por uma clínica sem muros!

Este relato pretende resgatar memórias, afetações, vivências e aprendizados experienciados no acompanhamento da dinâmica dos CnaR. Destaco o objetivo que me motivou a escolher esse estágio: favorecer o encontro com populações em vulnerabilidade social e sanitária, a partir de uma atuação comprometida com o cuidado e a produção de estratégias de enfrentamento às violações de direitos, no contexto de equipe de trabalho interdisciplinar, para assim problematizar a ação da Psicologia e desenvolver habilidades para o exercício da profissão.

A eCnaR que escolhi acompanhar está vinculada à unidade de saúde mista do bairro no qual atua. A escolha se deu por conta da localização do seu ponto de apoio, em um bairro que eu desejava conhecer mais, circular por ele, mesmo que distante da minha casa e mesmo que fosse só pelas suas avenidas principais. O estigma de violência atribuído àquela comunidade é muito forte. Eu queria caminhar por essas ruas e me ver ali. Eu sabia que as ações do estágio não estariam localizadas no bairro em si, mas só a possibilidade do movimento de entrar e sair dele a cada ida ao campo já me chamou atenção.

Estar fora dos muros de estabelecimentos, promovendo cuidado *in loco* onde a população de rua está, é uma rotina de trabalho incomum. Não há a segurança e conforto de uma sala

de acolhimento ou consultório. O atendimento é realizado onde quer que o outro esteja – seja numa calçada ou numa praça, faça sol, faça chuva. Sendo assim, o manejo das escutas é feito nas ruas (com todas as adversidades de barulho, exposição e insalubridade), em leitos de hospitais compartilhados (sem possibilidade de confidencialidade, pois o que ali se partilha com a equipe também se divide com os pacientes do quarto), nos CAPS e até na maior unidade pública de atendimento psiquiátrico do estado, num espaço semelhante ao pavilhão de uma penitenciária. Assim, participei de atendimentos individuais e coletivos em calçadas, na praia, em semáforos, junto a profissionais do sexo e a flanelinhas, e em outros lugares onde se concentram muitas pessoas em situação de rua para dormir, sendo também ponto de distribuição de sopa por grupos religiosos e outros voluntários.

O CAPS AD Leste era o ponto da rota que se repetia toda segunda-feira. Lá havia maior demanda por insumos, marcação de exames e consultas. De fato, até mesmo os flanelinhas que trabalham nas redondezas vinham até a equipe nesse ponto. Não eram só os usuários do CAPS que eram atendidos.

Escutas institucionais também foram traçadas em diálogos com profissionais dos serviços: no CAPS AD com a psicóloga, no CAPS III com alguns profissionais da equipe, no Hospital Giselda Trigueiro – referência em doenças infectocontagiosas (HGT) – e o Hospital Psiquiátrico João Machado (HJM) com as assistentes sociais e no Centro de Convivência com a psicóloga responsável. Em todos os espaços houve abertura para receber a equipe. Estive junto à equipe também durante algumas atividades de formação e supervisão, cujas temáticas foram: a dependência de substâncias psicoativas no contexto das ruas e a construção de PTS. Presenciei também a articulação

com outros equipamentos sociais, como as reuniões com as equipes pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte (IFRN), situadas em dois *campi* diferentes, interessadas em parcerias com o CnaR.

Acompanhar as rotas foi uma excelente oportunidade de problematizar o tal do lugar da Psicologia que tanto se debate na formação. Na equipe multiprofissional que acompanhei, os papéis são compartilhados, as relações são horizontais e cada área contribui com seu olhar. Seja nas discussões coletivas, seja nas conversas informais durante o trajeto, as pontuações da psicóloga fazem a diferença, principalmente para a desconstrução de discursos naturalizados da própria equipe.

O imbricamento e a indissociabilidade entre clínica e política se materializam na proposta do estágio de tomar como campos inseparáveis o acompanhamento das ações do CnaR e das ações do MNPR. Entre as principais atividades de que participei estão as reuniões semanais do MNPR, com realização e participação em eventos e atividades; as ações itinerantes junto à equipe multiprofissional em saúde do CnaR; e o acompanhamento de usuários que transitam entre os dois campos. Assim, realizei o acompanhamento de Naíron, que descrevo a seguir.

A demanda pelo Acompanhamento Terapêutico (AT) desse jovem de 22 anos aconteceu de forma inesperada, por meio de uma colega de estágio que acompanhava outra eCnaR e que havia construído vínculos com ele por intermédio do MNPR. Por estar vinculado ao recorte espacial da equipe que eu acompanhava, de modo a poder melhor atender as suas necessidades de saúde, passei a acompanhá-lo.

Em processo grave de crises convulsionais, num percurso que contemplava a alternância entre a dormida nas ruas e no

Albergue Municipal, atendimento no serviço de urgência do Hospital Municipal, e passagem pelo HJM e pelo CAPS, ele precisava de auxílio para a efetivação de seus direitos para o cuidado de sua condição de vida e saúde, com respeito, acolhimento e garantia de sua cidadania.

Num contexto de (des)encontros e alocação de uma grande rede de apoio que moveu o MNPR, o CnaR, professoras e extensionistas da UFRN apoiadoras da população em situação de rua, pude estar com Naíron em momentos decisivos, como sua internação arbitrária no hospital psiquiátrico, o que esgotou suas forças e provocou muita angústia, e sua passagem pelo CAPS, em que foram prestados cuidados emergenciais. Porém, nesse cenário não atentaram para a necessidade de acompanhamento médico clínico de Naíron, tampouco realizaram a investigação de suas convulsões com exames específicos. Não souberam manejar suas crises, nem consideraram apoiá-lo a pensar em outras possibilidades para suas demandas subjetivas de pessoa em situação de rua.

O encontro com sua história de vida, assim como com as histórias de três outras pessoas, moradoras de rua do bairro das Rocas, afetaram-me de maneira avassaladora. Trata-se de problemáticas que perpassam o campo e foram experienciadas por mim, como: a discussão sobre a vulnerabilidade social e o contexto da estrutura socioeconômica, omissão do Estado, da sociedade, e a relação com as famílias; o cuidado integral à saúde, a Reforma Psiquiátrica e a transformação do cuidado pela desinstitucionalização; processos e inserção da Psicologia na saúde mental; a constituição da RAPS e a estratégia da redução de danos. No fim, cheguei ao que o estágio propunha: construir vínculos com as pessoas e abrir os olhos para a desconstrução da cultura de produção dos invisíveis urbanos.

Aprendi sobre a atuação em equipe multiprofissional e sobre a importância do companheirismo e da divisão de responsabilidades para que o trabalho flua numa dinâmica horizontal, em que todas opinam e decidem em conjunto. Vi as possibilidades que um grupo tem de fazer a diferença quando unido, pois se vê a articulação e a coesão das ações – possibilidades que se revelam também quando se coloca em questão e análise alguns pontos e problemas. Vi também que o grupo perde sua força quando reduzido e enfraquecido na sua composição de forças e atuação: “uma andorinha só não faz verão”, diz o ditado. Apostarei sempre na energia do trabalho coletivo!

No percurso, deparei-me com as contingências da dinâmica que estrutura os serviços; com amarras e discursos que insistem em aparecer, em que todas e todos já têm conhecimento sobre a sua desconstrução e mesmo assim se perpetuam; com a captura da rotina e naturalização das coisas como estão; com o contato com a impotência quando se chega num hospital psiquiátrico. É difícil resistir, questionar e se munir de recursos para enfrentar situações. Mas se faz necessário pensar em outras formas de agir.

Algumas situações que presenciei parecem ser excelentes oportunidades de ampliação da ação do CnaR, como a possibilidade de: estreitar os laços com o MNPR, o que se faz importante e urgente; promover ações coletivas nas ruas, como rodas de conversa sobre educação e prevenção sexual com as/os profissionais do sexo, no formato da horizontalidade; atentar para oportunidades – e agarrá-las – de levar o CnaR para outros espaços, como o convite de parceria feito pelo IFRN.

Foi uma experiência que me deixou mais forte, sem dúvidas. Tenho dificuldades para questionar, expor opiniões, compartilhar inquietudes... Mas sinto que consegui ter

autonomia para expressar e fazer algo. Articular é muito difícil e em breve estarei exercendo minha profissão dentro de algum serviço, vivenciando dificuldades e limitações semelhantes.

Considerações Finais

A criação dos CnaR representa uma estratégia de cuidados em saúde da população de rua e surge como um potente intermediador entre pessoas que se encontram nessa condição e os equipamentos de saúde, funcionando como uma ponte entre elas e o sistema público de saúde, nas cidades onde foram instituídos. Esse desenho, entretanto, para funcionar satisfatoriamente, depende do bom funcionamento da RAS na sua relação com outras redes, o que seria resultado de uma gestão intersetorial bem planejada, no cuidado de uma população alvo, no que tange não apenas a sua assistência, mas também quanto aos procedimentos burocráticos e administrativos que essas ações requerem (MARTINEZ, 2016).

A constituição multiprofissional das equipes do CnaR, dada a diversidade de funções que estas executam, pode contribuir para a construção de propostas diversificadas quanto ao cuidado, lidando com aspectos distintos dos sujeitos atendidos e promovendo uma atenção integral em saúde. Entretanto, as especificidades do atendimento à população em situação de rua são várias, o que impõe aos profissionais desse serviço de saúde muitos desafios e a necessidade de (re)inventar o trabalho continuamente, em meio a muitas impossibilidades e limitações, sobretudo referentes às ações que exigem intersetorialidade.

Os relatos aqui apresentados mostram que a posição de não destituir a verdade do sujeito nas suas narrativas e demandas foi significativa em diversos momentos para contatar os recursos do usuário e articulá-los ao que pode oferecer a equipe e aos recursos dos serviços. Como afirma Regina Benevides (2005, p. 23), é necessária a transversalidade entre os saberes, pois é “no entre os saberes que a intervenção acontece, é no limite de seus poderes que os saberes têm o que contribuir para um outro mundo possível, para uma outra saúde possível”.

Nos casos acompanhados durante as experiências vivenciadas – das quais aqui apresentamos um recorte –, as possibilidades concretas de continuidade e resolutividade dos problemas e agravos de saúde aconteceram quando houve uma participação coletiva dos sujeitos na construção de uma linha de cuidado, que visasse aos aspectos biopsicossociais do usuário. Isso ocorreu sobretudo quando trouxeram uma diversidade de pontos de vista e, ao mesmo tempo, uma unidade na ação da equipe desde o planejamento, passando pela execução, até a avaliação final das ações e, especialmente, quando houve participação, do próprio usuário e das pessoas que estão no território, nas ações e caminhos propostos. Estes processos de participação, embora aconteçam, foi raramente observado durante o acompanhamento das ações do CnaR que realizamos.

As dificuldades são inúmeras: a dinâmica da população em situação de rua infere diretamente nos agenciamentos, vínculos e continuidade do cuidado; o território é complexo até na cartografia da atuação de cada equipe; a articulação com outros serviços é difícil; muitos dos que trabalham nos serviços da RAS e assistência sequer conhecem o dispositivo CnaR; e as condições de trabalho das equipes são desgastantes. Ademais, a questão de um quadro recorrente de rota vazia, sem

o exercício da busca ativa como prática corriqueira, torna o trabalho engessado com práticas e rotas cristalizadas, que não permitem ir mais além.

Além disso, é possível ver como em distintos momentos e diferentes equipes há formas de acompanhamento que também variam e apresentam dificuldades próprias. Se por um lado mostram a singularidade dos casos, mesmo no acompanhamento de quadros clínicos semelhantes, como nos casos de tuberculose, por outro, mostram que o trabalho dos CnaR é atravessado pela descontinuidade, com mudança de equipes, o que tem implicação na qualificação profissional e nos vínculos estabelecidos, com impactos sobre a atenção à saúde da população em situação de rua. A criação e inventividade muitas vezes não têm espaço, porque há um apego às limitações e à ideia preconcebida do que é o papel daquele serviço. Mas quando há engajamento coletivo com a ação política, as barreiras são transpostas ao se produzir novos agenciamentos, fazendo emergir a vivacidade de práticas sociais que não se conformam aos poderes e discursos instituídos, mas, pelo contrário, produzem saúde pela transgressão e criação de normas de vida irredutíveis a confinamentos institucionais.

Tudo o que foi destacado, as pessoas, encontros e momentos desses relatos não negam as dificuldades de se construir uma rede em que o direito à saúde seja garantido à população em situação de rua. Ao contrário, mostram que o trabalho das eCnaR é acompanhado por tensões e dificuldades, em especial aquelas relacionadas às relações entre saúde e o estar na rua. Contudo, também é possível ver que, quando minimamente superadas tais barreiras, quando a articulação entre trabalhadores em saúde e demais pessoas consegue romper com as práticas engessadas, apoiando-se em elementos

como as redes informais, o apoio matricial, o fortalecimento do vínculo, as iniciativas de co-construção das pactuações e corresponsabilidade no tratamento, levando em conta as especificidades do sujeito, consegue-se construir um suporte e uma rede de cuidados, especialmente no momento após altas hospitalares. É possível construir projetos que considerem o contexto da pessoa e não se reduzam à sua responsabilização e estigmatização.

O compromisso ético-político é uma questão importante a se considerar no trabalho com a população de rua, especialmente quando envolve questões do direito à saúde. Na contemporaneidade, no estágio atual do capitalismo, que tem como corolário o avanço do neoliberalismo e o enxugamento do Estado, que se torna cada vez mais punitivo ao lado do desmonte das políticas públicas, num sistema tão ameaçado como o SUS, a perspectiva clínica deve comprometer-se eticamente com o coletivo e não se descolar da dimensão política que nos atravessa, tornando-se efetivamente clínico-política (BENEVIDES, PASSOS, 2005). Este é um chamado urgente de engajamento para todas/os as/os profissionais da saúde.

Referências

BENEVIDES, R. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, 2005.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em: 2 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011**. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. 2011a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso em: 8 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). 2011b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 2 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose na atenção básica:** protocolo de enfermagem. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 2 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Clínica ampliada e compartilhada.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009b.

CAMPOS, G. W. S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007.

IORE, M. **Uso de “drogas”:** controvérsias médicas e debate público. Campinas: FAPESP, 2006.

MARTINEZ, M. O Consultório na rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso de crack: o caso de São Bernardo do Campo. In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (org.). **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 281-301.

MATOS, A. C. V. **A atuação dos consultórios na rua (CnaR) e a atenção à saúde da população em situação de rua.** 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MOREIRA, A. B. Nietzsche e Espinosa: fundamentos para uma terapêutica dos afetos. **Cadernos Espinosanos**, n. 24, p. 141-165, dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/89423>. Acesso em: 2 dez. 2017.

SCHWARTZ, Y. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 19-43, maio 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634834>. Acesso em: 2 dez. 2017.

SOUZA, E. S. **População em situação de rua e Tratamento Diretamente Observado (TDO) para Tuberculose (TB): a percepção dos usuários**. 2010. 212 f. (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2010.

VILLA, T. C. S. *et al.* Cobertura do tratamento diretamente observado (DOTS) da tuberculose no estado de São Paulo (1998 a 2004). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 1, p. 98-104, 2008.

AO DEUS DARÁ

A NEGAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Aléxa Rodrigues do Vale

Marcelo Dalla Vecchia

Introdução

No Brasil, processos excludentes compõem a nossa história marcada pela dominação de segmentos populacionais diversos, como índios, negros, camponeses, migrantes e pessoas em situação de rua. Parte-se do pressuposto de que os rearranjos econômicos e políticos vêm estabelecendo condições de desigualdade social e de renda que conformam e agravam problemas coletivos. As mudanças sofridas no mundo do trabalho excluem um grande número de pessoas do mercado formal, com pouca ou nenhuma renda, que passam a se tornar dependentes do assistencialismo. Em consequência disso, tais pessoas se utilizam dos espaços públicos como forma de sobrevivência e de moradia, geralmente estigmatizadas como perigosos para a segurança pública (BURSTYN, 2003).

É fundamental destacar que a população em situação de rua (PSR) é um público heterogêneo, e que, no entanto, apresenta três importantes aspectos estruturais constitutivos em comum: a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular (BRASIL, 2009a). Em vista disso, qualquer análise ou intervenção junto desse público que não considere a inter-relação desses fatores não será capaz de identificar a realidade socioeconômica dos indivíduos nessa circunstância, bem como construir estratégias de emancipação e superação da situação de rua (FARIAS *et al.*, 2016).

Para além das análises econômicas e políticas, utiliza-se a dialética exclusão/inclusão para compreender a dimensão subjetiva da exclusão. Essa dialética desvela a exclusão como produto do modo de produção atual e, para além disso, um processo que contém em si o seu oposto: a inclusão. Nesse sentido, a contradição básica dos processos excludentes está na desigualdade social, de forma que todos estão integrados no sistema produtivo, ainda que seja pela privação dos direitos sociais básicos (SAWAIA, 1999).

Contextos de exclusão social conformam situações de recorrentes violações de direitos humanos, caracterizadas por atos discriminatórios, pela impossibilidade de adentrar nas relações formais de trabalho ou ainda pela negação dos direitos sociais (FARIAS *et al.*, 2016). Dentre os diversos direitos negados à PSR, ressaltam-se as barreiras de acesso aos serviços de saúde, concentrando-se em situações graves de adoecimento. Pode-se dizer que o contexto das ruas age tanto como causa de adoecimentos diversos, como agravante do estado de saúde prévio, além de intensificar circunstâncias de uso problemático de álcool e outras drogas (BRASIL, 2009b).

É necessário compreender o direito à saúde como fundamental do ser humano e entender que o estado de saúde influencia diretamente a vida cotidiana e a qualidade de vida. No caso da PSR, percebe-se uma negligência dos programas de saúde, bem como a ausência de fatores determinantes de uma vida saudável, como a salubridade do ambiente e a alimentação (RODRIGUES; CALLERO, 2015).

Em busca de lidar com as barreiras no acesso aos serviços de saúde, diferentes países – por exemplo, Brasil, Portugal e Estados Unidos – apostam em modalidades de atendimento itinerante como as equipes de Consultório na Rua (eCnaR), compostas por diferentes profissionais. A estratégia essencial é a busca ativa e o encaminhamento para outros pontos de atenção à saúde, o que favorece a equidade e a adequação da equipe às demandas da PSR. Além disso, a reorganização das ações de Atenção Primária à Saúde, como se vem buscando consolidar no Brasil, nos últimos anos, favorece o cuidado integral aos problemas de saúde comuns decorrentes da situação de rua, evitando encaminhamentos excessivos (BORYSOW; CONILL; FURTADO, 2017).

A Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR) considera a articulação entre diferentes setores como fundamental para o cuidado da PSR e experiências exitosas das eCnaR demonstram a importância do trabalho em rede para acompanhamento desse público, contribuindo para a garantia de direitos, bem como para a continuidade dos tratamentos de saúde (SOUZA; MACERATA, 2015).

Ainda que as recentes conquistas legislativas modifiquem o cenário de garantia de direitos da PSR e que experiências exitosas promovam ampliação do acesso e da assistência a esse público, as ações previstas na PNPR não são legitimadas em

todos os estados e municípios. No que se refere ao porte das cidades, diferenças significativas no acesso aos direitos sociais básicos estão presentes, sendo que em cidades menores há maior dependência da PSR às organizações sociais e à sociedade civil. Em contrapartida, em cidades maiores há maior suporte a esta população por parte dos órgãos públicos, mas, ainda assim, a atuação de organizações da sociedade civil se faz presente (SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012).

Além disso, cidades menores possuem atuação restrita a apenas um técnico de referência para a PSR ou ainda o trabalho de uma equipe com poucos profissionais, enquanto em cidades maiores há oferta de atendimentos em diferentes serviços, compostos por diversos segmentos profissionais (SEDESE, 2012). Tal realidade se agrava em localidades onde não estão presentes as eCnaR, uma vez que a habilitação deste serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) se restringe a cidades de médio (em situações específicas) e grande porte, comprometendo o acesso ao direito à saúde por essa parcela da população (RODRIGUES; CALLERO, 2015).

Tais diferenças instigaram uma investigação mais detida sobre a execução das políticas sociais nas localidades de pequeno porte, uma vez que estas vivenciam um ritmo diferenciado de mudança nas políticas sociais com relação aos grandes centros, geralmente de forma mais lenta e com maiores dificuldades. Nessas localidades encontra-se menor controle social do uso dos recursos públicos, menor comprometimento dos governantes com a efetivação de políticas sociais e pouca participação dos trabalhadores e usuários na avaliação dos serviços públicos (LUZIO; L'ABBATE, 2009).

Neste trabalho, apresentam-se ao leitor aspectos dos processos de construção de itinerários terapêuticos de pessoas

em situação de rua, desvelados a partir da pesquisa de mestrado da primeira autora, sob orientação do segundo autor, realizada em um município de pequeno porte. Compreende-se que a busca de cuidado à saúde se dá a partir de atitudes singulares, valores e ideologias, como também a partir do problema de saúde em questão, do acesso e da situação econômica. Dessa forma, os itinerários terapêuticos são produtos das ações planejadas e direcionadas para o tratamento de determinado adoecimento motivado por circunstâncias decorrentes de um determinado contexto sociocultural e político-econômico (ALVES; SOUZA, 1999).

Metodologia

A pesquisa ocorreu em um município de pequeno porte da região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais. A rede de serviços públicos de saúde é composta por: 11 Unidades Básicas de Saúde (UBS/ESF), sendo três dessas em distritos pertencentes ao município; um Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS); um Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Outras Drogas (CAPS AD); uma unidade especializada para cuidados materno-infantis; um Centro de Aconselhamento e Testagem (CTA); e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA); além de dois hospitais gerais de gestão filantrópica. A rede de serviços socioassistenciais se constitui de três Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e de um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). O único serviço destinado especificamente para a PSR consiste na abordagem social especializada do CREAS.

A análise de itinerários terapêuticos possibilita a apreensão das escolhas subjetivas e individuais do cuidado à saúde, como também desvela a influência de um determinado contexto e dos determinantes socioculturais e socioeconômicos na trajetória de cuidado do sujeito. Permite que se compreenda a ação individual inserida em determinada realidade material, social e cultural que conforma um campo de possibilidades para o sujeito. Constitui-se um meio para revelar a pluralidade das escolhas individuais, assim como as estratégias desenvolvidas diante do processo de cuidado à saúde (GERHARDT, 2006).

Para a construção dos itinerários terapêuticos foi utilizada a triangulação de duas técnicas de pesquisa qualitativa: a observação participante e a entrevista semiestruturada. A partir da realização de ambos os métodos foi possível ampliar as fontes de construção de dados da pesquisa, além de permitir a apreensão dos significados, crenças e valores dos atores sociais, assim como o modo como se expressam no cotidiano, em suas condutas diárias (FRASER; GONDIM, 2004). As observações participantes ocorreram de setembro de 2016 a abril de 2017, acompanhando as ações da Abordagem Social Especializada do CREAS. Essa forma de inserção no campo ocorre por meio de um processo construído tanto pelo pesquisador quanto pelos atores da pesquisa, de forma que o pesquisador acompanha as singularidades do contexto em questão, tornando-se parte dele (MINAYO, 2010). As visitas ao campo de pesquisa foram registradas em diário de campo, constituindo-se importante material de análise a partir dos relatos das vivências cotidianas da pesquisadora.

A seleção dos entrevistados ocorreu a partir da observação participante, em busca de casos centrais que melhor representassem os objetivos do estudo, mas que também

possibilitassem contemplar as variabilidades presentes no campo (FLICK, 2009). As entrevistas atuam como uma relação intersubjetiva e permitem um contato mais próximo entre pesquisador e ator social, de modo que a partir das trocas verbais e não verbais estabelecidas no encontro foi possível apreender os significados atribuídos à determinada vivência (FRASER; GONDIM, 2004). Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, possibilitando ao participante discorrer sobre o tema sem se prender a uma questão específica, além de garantir que alguns tópicos fundamentais para a pesquisa estivessem presentes (MINAYO, 2010).

As entrevistas ocorreram no espaço das ruas. Para tanto, foi proposto aos participantes que escolhessem um local próximo àquele em que normalmente permanecem, porém com menor fluxo e circulação de pessoas e de veículos, de forma que a confidencialidade e a privacidade das informações fossem resguardadas. As entrevistas buscaram contemplar aspectos dos percursos de cuidado à saúde a partir dos diferentes recursos acionados diante de um adoecimento, ou desses recursos como estratégia para produção de cuidados em saúde.

Foram entrevistadas oito pessoas – sete homens e uma mulher – que utilizavam o entorno da rodoviária da cidade como espaço de moradia e sobrevivência, marcado pela circulação de pessoas e veículos e com presença predominante do comércio, viabilizando formas de geração de renda. A maior parte dos entrevistados passa o dia nesse local e a noite debaixo de uma ponte da cidade, onde se encontram as malocas, com colchões, cobertas e camas. Por ser um local, em tese, mais discreto e distante dos olhares do público, o grupo também faz uso de drogas ilícitas debaixo da ponte. Cabe salientar que, em

vista disso, no decorrer do texto serão utilizados pseudônimos, visando garantir o anonimato dos depoentes.

Os áudios das entrevistas foram gravados mediante consentimento dos participantes da pesquisa e posteriormente transcritos para a análise das informações, recorrendo-se à análise de conteúdo temática. Tal procedimento é uma forma de produzir inferências acerca de determinado tema, em busca de descrever o conteúdo das informações a partir de uma série de técnicas sistemáticas e objetivas (BARDIN, 1977). Também possibilita o encontro do que não está explícito no que é manifesto e uma interpretação mais profunda da mensagem, a partir das inferências sobre os fatores que a determinam (GOMES, 2009). Apresenta-se, aqui, a interpretação realizada a partir dos itinerários terapêuticos relacionados às redes formais de cuidado, articulada aos objetivos e pressupostos da pesquisa. Ainda assim, não se pretende compor generalizações acerca da análise dos itinerários terapêuticos, uma vez que “toda interpretação do fenômeno cultural é essencialmente de caráter conjectural. Logo, não esgota todos os horizontes potenciais de sentido que podem se atualizar a partir das ações dos indivíduos” (ALVES; SOUZA, 1999, p. 132).

Para a realização das observações participantes e das entrevistas semiestruturadas, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São João del Rei, tendo recebido o CAAE nº 65848717.9.0000.5545.

Resultados e Discussão

“A saúde aqui é meio zero, né?”: a fragilidade da atenção básica

Na rota dos itinerários terapêuticos, foi possível identificar o acesso em regime de demanda espontânea às equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), à farmácia popular, às farmácias particulares, aos hospitais gerais da cidade, à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) para identificação de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Em função do desenvolvimento tecnológico e da complexidade da vida urbana, há uma variedade de opções terapêuticas disponíveis contemporaneamente, cuja diversidade tem relação com aspectos sociais, culturais, religiosos, políticos e econômicos (HELMAN, 2003). Entre os atores sociais pesquisados percebe-se que a rede de cuidado profissional é acessada quando não são identificadas formas de lidar com o adoecimento sem auxílio profissional: “quando (pausa) me dá muita dor, uma dor de cabeça um pouco forte, aí eu tenho que ir para o hospital. Tenho que ir, senão você apela. Aí eu tenho que ir para UPA” (Maurício, dois anos em situação de rua).

Por sua vez, Valdo (25 anos em situação de rua) relata os sintomas agravados quando teve tuberculose: “muita dor no corpo. Vomitei sangue. Andei de fraldão, não andava, fiquei sem andar. Aí o Carlos⁵⁴ veio e falou: vamos que eu vou te passar pelo médico”. Ainda que a medicina ocidental exerça poder sobre

⁵⁴ Técnico da assistência social especializada.

os cuidados de saúde, nos países de baixa e média rendas, em geral, trata-se de um recurso escasso. Não há uma distribuição de recursos médicos que atenda equitativamente as populações, de forma que as redes informais e populares se tornam mais utilizadas (HELMAN, 2009).

Os diferentes recursos existentes – biomédicos, religiosos ou da medicina popular – oferecem diversas explicações sobre o sofrimento e são acessados muitas vezes simultaneamente sem que isso seja paradoxal para o sujeito. Essas ofertas podem ser traduzidas em um campo de possibilidades onde se destaca a pluralidade de itinerários, indicando a constante negociação de significados por parte daquele que busca a cura a partir das experiências intersubjetivas (FERREIRA; ESPÍRITO SANTO, 2012).

Destaca-se o desconhecimento por parte dos serviços de saúde sobre os atores sociais que são protagonistas no cuidado à saúde e articulam redes formais e informais nessa busca (MERHY *et al.*, 2014). Itinerários terapêuticos são construídos para além dos serviços e dos trabalhadores de saúde, que deságuam na comunidade conectando diferentes personagens e instituições. De um lado, conexões institucionais formais, do outro, conexões singulares com a cidade. Essa rede produzida não é fixa e nem palpável, logo, não é rígida, é construída na medida em que se atua na produção de cuidado de si, compondo significados para a vida (CARVALHO; FRANCO, 2015).

Percebe-se também certa resistência pelos atores sociais em buscar a rede formal de saúde, de forma que na maioria dos casos a própria rede informal, representada pelos amigos, comerciantes, sociedade civil em geral e parentes, precisa intervir para garantir cuidados mais imediatos à saúde, como descrito por Valdo: “eu vou te falar com você... Só nas últimas

mesmo. Porque toda vez que eu fui me levaram. Porque para eu procurar, eu procuro é Deus” (25 anos em situação de rua). Da mesma forma, Gilberto (cinco anos em situação de rua) relata a intervenção das redes sociais para a busca de cuidado formal: “febre, dor de cabeça. Essas coisas aí. Foi um irmão meu me visitar lá, aí deu uma ferida que foi no osso, ele pegou e me levou no médico. O médico constatou que era por urina de rato”.

Pode-se inferir que a PSR teria facilidade no acesso aos serviços formais devido à conveniência geográfica em cidades de pequeno porte. No entanto, outros determinantes influenciam a busca pelo cuidado formal à saúde. Em geral, sujeitos de baixa renda e menor escolaridade possuem maior dificuldade para acessar os serviços de saúde e mesmo para dar continuidade no tratamento, seja pela condição econômica e/ou por não dominar a linguagem biomédica (FERREIRA; ESPÍRITO SANTO, 2012).

Ainda que grande parte da população brasileira possua dificuldades no acesso e no atendimento em saúde, para a PSR esse quadro se agrava diante das condições físicas e do seu cotidiano de vida (PAIVA *et al.*, 2016). Assim, a compreensão do contexto sociocultural que envolve o acesso e o cuidado à saúde em situação de rua permite que sejam desvelados aspectos que atuam sobre a construção dos itinerários terapêuticos, não simplesmente como uma decisão individual dos atores, mas principalmente diante da oferta assistencial que se apresenta no município.

Entre o público entrevistado percebe-se o sentimento de descrença pelo cuidado oferecido pelos órgãos públicos de saúde. Por um lado, isso decorre da histórica omissão da oferta assistencial a esse público por parte do Estado, mas também, por outro, pelas próprias fragilidades da rede de saúde. Tais

questões impõem barreiras para o tratamento, com destaque para a continuidade do cuidado e para a prevenção de doenças:

Ah.... Às vezes eu vou lá no posto de saúde lá, para eles darem uma olhada, mas não está achando ninguém, não. Só oito pessoas que atendem. Então, assim... Você chega lá três horas da manhã para marcar e já tem 16 [na fila]. Então não tem jeito (Maurício, dois anos em situação de rua).

Eu achei, assim, que é muita gente para pouco, né? Para pouco atendimento. Então aí eu não posso dizer que eu fui mal atendido. Ai já não é problema do profissional, é problema do governo, não tem profissional para atender, né? (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

A falta de recursos materiais e humanos dos serviços torna-se o principal desafio para que a PSR acesse tais espaços, uma vez que o tempo de espera para ser atendido poderia ser revertido na busca de recursos materiais para a manutenção da vida nas ruas: “no posto não tem nada, não tem faixa, último machucado meu eu tive que levar a faixa para enfaixar” (Maurício, dois anos em situação de rua).

Diante da precariedade dos serviços públicos, o acolhimento torna-se uma importante ação dos profissionais ao atender os usuários, além de uma diretriz de trabalho na atenção básica. Dessa forma, torna-se também uma estratégia para garantir o direito à saúde, sendo necessários arranjos institucionais e na gestão do trabalho que fomentem práticas as quais facilitem o acesso dos sujeitos aos serviços. Para isso, é necessária uma mudança na postura ética e política dos profissionais na avaliação das diversas condições e necessidades

apresentadas pelo sujeito na demanda espontânea (TESSER; POLI NETO; CAMPOS, 2010).

Além da precariedade dos serviços públicos, a descrença nesse tipo de cuidado também está atrelada às experiências pregressas de preconceito vivenciadas nesses espaços, que deveriam legitimar o direito à saúde, mas acabam reproduzindo estigmas sociais em relação à PSR: “quem está nessa situação aí, primeiro se você chamar: ‘ô, está machucado!’. Eles: ‘já morreu?’ Eles perguntam é desse jeito” (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

Eu acho assim... Devido ao problema que ele estava, ele deveria estar em um leito de hospital, entendeu? Agora... Só que o descaso.... Eu digo é isso. Ele não deveria estar, é um ser humano. Que ele era morador de rua, mas ele tinha uma doença contagiosa, podia pegar em mim e em outras pessoas, ele deveria estar em um isolamento no hospital (Gilberto, cinco anos em situação de rua, relatando uma situação em que cuidou sozinho de um amigo com tuberculose).

Esses sujeitos produzem formas de cuidado que disputam com aquelas apresentadas pelas instituições, mas muitas vezes “ao passar pela porta de um serviço de saúde parece que convidamos esse outro a deixar toda a vida que traz da rua do lado de fora” (MERHY *et al.*, 2014, p. 4). Estes autores destacam que, nesse campo de tensão, as equipes não percebem que certos comportamentos são expressão de determinados modos de vida, às vezes problemáticos no que tange às vulnerabilidades, mas legítimos enquanto saber produzido nas relações cotidianas.

Salienta-se que o sistema profissional de cuidado à saúde não se encontra isolado da sociedade, de forma que nele

também estão representados os valores e a estrutura social. Nesse sentido, a discriminação que ocorre nos serviços de saúde exemplifica as características culturais da sociedade, como uma miniatura desta (HELMAN, 2009). Cotidianamente, as pessoas em situação de rua estão referenciadas por representações pejorativas, como “vagabundas”, “sujas”, “perigosas”, “loucas”, entre outras. Essas representações compartilhadas pelo coletivo contribuem tanto para a indiferença por parte de toda a sociedade em relação ao segmento, quanto para a ocorrência de ações higienistas e violentas (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Eu com uma cólica do caramba lá e eles ainda fazendo hora com a minha cara porque eu estava muito suja, e desfazendo. Aí eu peguei e falei: “você não vão me atender não? Ou você quer que eu quebro?” (Luzia, cinco anos em situação de rua).

As questões estruturais que influenciam a ida e a permanência nas ruas, especialmente no que diz respeito ao amplo debate sobre os processos sociais excludentes em nossa sociedade e as formas de vida deles decorrentes, nem sempre são compreendidas pelos profissionais de saúde. A partir da reflexão sobre tais questões é possível a compreensão da importância e da necessidade da adaptação dos serviços de saúde a partir das singularidades da PSR, assim como para outros públicos vulneráveis, priorizando a equidade nos atendimentos realizados (CARNEIRO JR.; SILVEIRA, 2003).

As recorrentes violações institucionais sofridas pela PSR e a insuficiência de ações por parte do Poder Público evidenciam não somente sua omissão ou a falta de recursos públicos para atuar com populações vulneráveis, mas trata-se

principalmente de um projeto político que responsabiliza e penaliza o indivíduo pela situação em que se encontra, negando uma vida digna pelo acesso aos serviços de saúde, e pela oferta de espaços para higiene e alimentação, ou para convívio social (VARANDA; ADORNO, 2004).

Ainda assim, nos últimos anos, o avanço das políticas que promovem a equidade em saúde tem buscado assegurar os direitos humanos e a universalização do acesso a bens e serviços pelos grupos vulneráveis. Para que as chamadas “políticas de equidade” tenham sucesso é necessário, entretanto, mudar o olhar da população em relação aos usuários dos serviços. Nesse sentido, qualificar os profissionais para atuar de maneira condizente com as necessidades de pessoas vulnerabilizadas tem se mostrado um desafio institucional para a organização das ações e a garantia do direito à saúde desses grupos (SIQUEIRA; HOLLANDA; MOTTA, 2017).

Uma das consequências da precariedade da oferta pública de cuidados à saúde para esta população é a descontinuidade do cuidado, como se destaca na fala de Luzia sobre a realização do papanicolau: “ah... Não sei, a fila é grande. Para ficar esperando dois, três meses na fila, vai coisar [vencer] os exames tudo. Não tem como, né?”.

A burocratização do acesso à saúde e a continuidade do cuidado transformam-se em barreira para esse público, exatamente pela dificuldade em ter atendidas as suas necessidades de cuidado junto das demais redes formais: “é muita burocracia. Tem que ir ali, tem que ir aqui. Nó.... Tem que marcar, depois tem que ir lá não sei o que carimbar. Tem que voltar... Ah, não... Tenho cabeça para isso, não” (Maurício, dois anos em situação de rua).

Ressalta-se nos relatos a vivência do sofrimento ético-político, ou seja, um padecimento a partir do contexto social de desigualdade, conformando à passividade e à diminuição da potência de liberdade (SAWAIA, 2009). A partir das recorrentes buscas pelo serviço formal sem o devido atendimento, acabam sendo delineados percursos de cuidado centralizados nos recursos informais, o que leva à restrição do direito à saúde, sendo acessado apenas em situações emergenciais: “para o pobre é tudo muito difícil. Infelizmente é isso, por isso que eu não procuro muito” (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

Já estava indo embora. Já tinha acabado de atender já, já estava indo embora já [o médico]. É isso que acontece. Insiste muito não, não vale a pena [...], mas contra a força não há resistência, então não tem como você bater de frente com eles porque a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco (Maurício, dois anos em situação de rua).

Em situações de desigualdade o ser humano não se reduz à sobrevivência biológica, pois nesse caso o sofrimento moral é semelhante ao sofrimento físico, justamente pelo fato de que ambos restringem a liberdade (SAWAIA, 2009). Nesse sentido, cada experiência de busca do cuidado formal constitui uma série de vivências acerca do direito à saúde que reproduzem a exclusão social desse público, que se vê legado ao assistencialismo da sociedade civil:

Normalmente na rua tem muita gente que apoia e tem muita gente que critica. Tem gente que ajuda e que você nem sabe quem é. Tipo assim, lá na ponte lá, chegava um e dava uma cesta básica e você nem sabe quem é

[...]. Outro dava uma coberta, outro dava um colchão [pausa]. Mais assim, ajuda anônima, é desconhecido. Agora, conhecido, são poucos. Órgão público, essas coisas assim, acho que eles nem gostam de situação de rua [risos] (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

Tais atores sociais vivenciam a exclusão em diversas áreas: da família, da cultura, do trabalho e da cidadania. Vivem ainda em extrema vulnerabilidade e marginalidade no acesso aos bens sociais, dentre eles o direito à saúde. Percebe-se que o município não acompanhou o avanço das legislações nacionais para a inclusão da PSR, e que ainda há a necessidade de a atenção básica acolher e adaptar sua rotina de trabalho para atender as demandas do público (BRASIL, 2012).

A desassistência pelas instituições públicas é a realidade vivenciada por esses atores sociais, que utilizam diferentes redes e conexões como meio para assegurar o cuidado à saúde. Tais percursos demonstram que a vivência da desigualdade social não se conforma apenas no sofrimento, no medo e na humilhação, mas também na potência de liberdade e felicidade e no desejo de transformação do homem (SAWAIA, 2009).

No entanto, nas políticas de saúde ainda são hegemônicas ações assistencialistas e medicalizantes nas quais persiste a falta de acesso, o estigma, o preconceito e a desarticulação entre os setores. Entende-se que o desafio está na reorganização das políticas de saúde visando à coerência com as reais demandas desse público em busca da reconstrução da cidadania. É essencial ressaltar que o mero conhecimento da realidade desse público não modifica, por si só, os processos de exclusão social a que ele está submetido, no entanto, trata-se de uma forma de denúncia e um caminho para tornar públicas as necessidades

desses sujeitos em busca de políticas mais equânimes (PAIVA *et al.*, 2016).

Acesso à saúde em situações emergenciais

Diante das dificuldades de acesso e continuidade do cuidado na atenção básica, são delineados itinerários terapêuticos centralizados no acesso às redes formais em situações de urgência e emergência. Grande parte dos atendimentos realizados nos serviços de urgência e emergência poderiam ser acolhidos e tratados na rede de atenção básica. Esta realidade é comumente justificada pela falta de conhecimento dos usuários do papel de cada serviço da rede, no entanto, diz mais da (in) acessibilidade do público aos diferentes serviços (CECILIO, 1997; CECILIO; MERHY, 2003). O que se observa é que as UBS não possuem condições para acolher de modo integral a demanda da população, seja pela organização do serviço que limita o número de atendimentos diários, seja pelo horário de funcionamento comercial que inviabiliza o acesso de trabalhadores que receiam faltar na atividade laboral, ou ainda pelas equipes reduzidas (SAMPAIO *et al.*, 2016).

A partir dessa realidade, esforços foram feitos para promover o cuidado integral à saúde dos públicos vulneráveis. A mudança das equipes de Consultório de Rua para Consultório na Rua, por exemplo, para além da mudança lexical, busca adequar a organização e os processos de trabalho da apara melhor atender à PSR (TRINO; MACHADO; RODRIGUES, 2015). Diante das barreiras para o acesso ao cuidado formal, a busca desse segmento por tratamentos médicos fica restrita a

situações de urgência e emergência que exigem cuidados mais elaborados para a manutenção da saúde, tais como acidentes e adoecimentos crônicos. Estudos têm destacado o fato de que em situação de rua a busca pelo cuidado à saúde ocorre na maioria das vezes em situações extremas (AGUIAR; IRIART, 2012; BARATA *et al.*, 2015; SILVEIRA; RODRIGUES, 2013):

Ah, eu tinha caído de bicicleta... O guidom quebrou e rasgou minha barriga. Na época eu fui com o SAMU [...] Era urgência e emergência, aí eu fui operado ainda. Abriu tudo, minhas tripas saíram para fora [...]. Fiquei dois dias. Dois dias e depois saí. (Maurício, dois anos em situação de rua).

O que se percebe é que, geralmente, nos casos de urgência e emergência, a continuidade do cuidado se restringe ao uso dos medicamentos receitados, ainda que seja por um período curto de tempo: “ah, eu tive que tomar anti-inflamatório, uns medicamentos básicos para recuperar, né? Para não deixar inflamar os pontos” (Murilo, seis meses em situação de rua).

Destaca-se que a Rede de Urgência e Emergência não se reconhece como uma possível porta de entrada no sistema de saúde. Com isso, ações de continuidade do cuidado não são prioridade, responsabilizando-se meramente pela estabilização das condições críticas (CECILIO; MERHY, 2003). Geralmente, os usuários deixam o serviço sem qualquer tipo de encaminhamento para outro ponto de cuidado na rede, salvo situações em que são encaminhados para internação hospitalar. Ainda que não esteja previsto, para o trabalho na Rede de Urgência e Emergência é importante haver a articulação com a atenção básica e a Rede de Atenção Psicossocial, bem como problematizar o papel desses serviços no cuidado compartilhado, já que,

por vezes, acolhem a demanda não atendida pelas Unidades Básicas de Saúde (SAMPAIO *et al.*, 2016).

Valdo foi o único dentre os entrevistados que teve o diagnóstico de tuberculose em situação de rua, adoecimento que implica em um cuidado contínuo. Ele relata como procedeu com seu tratamento: “aí eu fiquei dois meses tomando remédio aqui. No terceiro mês eu fui para [uma cidade próxima] porque tenho uma irmã de criação lá, aí eu estava tomando remédio. Aí eu peguei os comprimidos e no terceiro mês não tomei mais” (25 anos em situação de rua).

Destaca-se que a tuberculose possui prevalência mais elevada entre populações vulneráveis do que na população em geral. No caso da PSR, as condições precárias de higiene e abrigo contribuem para o aumento de casos. Em contrapartida, o tratamento pode trazer efeitos colaterais intensos, e, mais do que isso, é composto por diversas etapas que devem ser seguidas rigorosamente. Em situação de rua um dos desafios é exatamente realizar o tratamento até o final, visto que deve ocorrer o uso de medicamento por seis meses contínuos para evitar a recorrência da doença (ADORNO, 2011).

Em busca de lidar com o desafio da continuidade do tratamento entre grupos vulneráveis, que interrompem a tomada do medicamento antes do término, foi desenvolvido o chamado “tratamento diretamente supervisionado”. Isso implica na internação das pessoas em situação de rua como uma medida de tutela para que sejam garantidas todas as etapas do tratamento, ou ainda para garantir que a ingestão do medicamento ocorra, diariamente, diante de um profissional de saúde (ADORNO, 2011). No entanto, em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, este autor relata que a articulação de redes sociais pelos profissionais de saúde para suporte e acompanhamento

da tomada de medicamentos apresenta resultados positivos e menos onerosos, em especial por meio da participação das pessoas em situação de rua em cooperativas e movimentos sociais.

Após terem sido atendidas por serviços de urgência e emergência, a farmácia popular é a primeira opção para a garantia dos medicamentos quando se tem a receita médica em mãos:

Eu tenho um grande amigo meu ali que comprou. Sempre quis me ajudar. Aí nesses casos assim ele, ele compra para mim. Porque se dependesse do órgão público só... E também esse remédio... Também não tinha no posto. Primeiro eu fui lá [na farmácia popular] para não ter que incomodar os outros. Ai depois que eu vi que estava precisando mesmo, aí não teve jeito (Maurício, dois anos em situação de rua).

O tratamento de desconfortos mais cotidianos e menos intensos relacionados a problemas de saúde bucal, gripe, dor de cabeça, entre outros, ocorre por meio da aquisição de medicamentos em farmácias particulares. Nesse caso, muitos possuem o recurso financeiro em decorrência dos trabalhos informais que exercem, enquanto outros desenvolveram uma rede de relações informais que auxiliam na compra dos medicamentos.

Eu compro, quando eu estou sem a receita eu compro [o remédio para pressão alta e o diazepam]. Eu tenho cartão SUS aí a farmácia, essa da esquina aí, eu tenho cartão do SUS. Mas quando eu bebo eu não tomo diazepam (Valdo, 25 anos em situação de rua, relatando sobre o desconto na farmácia com o Cartão SUS).

Aí eu peço na farmácia. Não tenho dinheiro, estou passando um aperto, você tem como me dar uma ajuda? Tem umas farmácias aí que costuma, para mim, costuma ajudar. E ainda falam assim: “não traz gente não, hein? Senão pode fazer fila, né?” (Júnior, 15 anos em situação de rua).

Quanto às situações de urgência e emergência, as dificuldades em ser atendido se tornam maiores quando se requer uma ambulância para transportar o doente até o hospital geral:

Ele estava na mesma situação do rapaz que eu te falei: tuberculose. Então ele passou mal perto de mim lá embaixo [da ponte]. Aí eu levei ele lá no hospital. Primeiro, nós fomos andando, depois ele não aguentou andar mais. Eu levei ele nas costas, de macaquinho. Isso aí porque eu não consegui uma ambulância, não consegui nada. (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

O SAMU já foi lá debaixo da ponte, mas o que a gente tinha que fazer? Tinha de carregar lá para o lado de fora, carregar para o lado de fora para eles virem buscar. Porque ele falou que debaixo da ponte ele não entrava (Sebastião, sete anos em situação de rua).

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) se encontra na Rede de Atenção Psicossocial como um serviço de atenção à urgência e emergência, como também a UPA, Hospitais Gerais e UBS. Ainda assim, sabe-se que a recusa de atendimento pelo SAMU está entre as violações mais comuns dos direitos da PSR, recorrente em diferentes municípios (FARIAS *et al.*, 2016).

Na maior parte dos casos o atendimento que precisa de acompanhamento contínuo só se efetiva quando há uma mediação institucional, normalmente feita pela equipe de Abordagem Social do CREAS. Diante da heterogeneidade do público, torna-se fundamental integrar as diversas redes para que possam atender às necessidades singulares de cada pessoa em situação de rua, promovendo um cuidado compartilhado (TEIXEIRA *et al.*, 2015).

Porque eles [assistência social] alegaram que a vacina de gripe, eu mesmo pela minha idade eu não tenho direito de graça, tenho que pagar. Mas como eu estava em situação de rua então eles conseguiram para a gente tomar, por causa do frio, né? Estando em situação de rua é fácil pegar uma gripe, né? (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

Me deu problema na visão, né? Aí eu procurei médico só que aqui para conseguir um, como que fala o nome dele? [...]. Oftalmologista aqui é muito difícil, entendeu? Para eu conseguir um oftalmologista foi depois que eu conheci um rapaz da assistência social. Ele conseguiu para mim (Gilberto, cinco anos em situação de rua).

Mais importante do que a disponibilidade quantitativa ou qualitativa de serviços são as ofertas de cuidado e o modo como se comunicam em rede, sendo possível, desta forma, observar fragilidades importantes para o acolhimento à PSR no município. Percebe-se a dificuldade de a atenção básica cuidar e, sobretudo, articular redes de promoção da saúde da PSR. Diante da vulnerabilidade decorrente da vida nas ruas torna-se imperativo para os serviços que trabalham com esse público realizar ações integradas, caso contrário, serão reduzidas a

tarefas pontuais em situações de emergência sem incidir sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença (VARANDA; ADORNO, 2004).

Para tanto, destaca-se que o investimento em ações regionalizadas pode atuar na melhor eficiência administrativa dos serviços, além de cooperar para a autonomia local (SILVA; GOMES, 2013). A responsabilidade pela organização dos serviços locais é do município e, apesar de ser induzida por uma proposição democrática de distribuição de poder e ampliação da participação social, tem gerado funcionamentos autárquicos nas redes de saúde, conseqüentemente, fragmentados, com pouca capacidade de integração e cooperação local (ALMEIDA *et al.*, 2016).

A regionalização do sistema de saúde é bastante complexa, pois implica a construção conjunta de um planejamento que dê conta da integração, coordenação, regulação e do financiamento da rede de serviços de saúde no território. Trata-se de um processo contínuo de negociações de diversas naturezas, com vistas a garantir a integralidade das ações e o acesso aos serviços de saúde (SILVA; GOMES, 2013). Essa articulação regional pode incidir sobre o vazio assistencial vivenciado pela PSR no município, realidade que pode ser compartilhada pelas demais localidades próximas.

Bom eu fiz um exame e eles estão falando que eu estou com AIDS. Entendeu? Eu vou falar a verdade, mas eu tenho fé em Deus que eu não estou com isso, não. É um rapaz que, cabeludo e tal, que me levou lá, ainda queria me levar para internar. Eu estava com um rapaz ainda, aí ele pôs aquele negócio aqui assim ó, no dedão. E fez duas vezes, ainda [...]. Pegou o sangue assim, ó... Falou

que eu estou. Agora eu não sei, né? (Júnior, quinze anos em situação de rua).

O caso de Júnior descreve a situação de desassistência no município: após o diagnóstico de HIV/Aids pelo teste rápido, ele retornou para as ruas sem que fosse sequer proposto o início do tratamento. Ressalta-se que, durante a entrevista, Júnior relatou que não havia compartilhado a notícia com nenhum companheiro de rua e nem com os técnicos da assistência social. Em seu relato, sobretudo, destaca-se a importância do cuidado compartilhado:

Júnior: Mas será que eu estou mesmo? Não sei, aí tem que fazer de novo para ver se eu estou mesmo.

Pesquisadora: E você quer ir lá fazer?

Júnior: Eu faço, se você me ajudar eu faço.

Sabe-se dos desafios que envolvem a construção de uma rede de serviços, exigindo ações compartilhadas, encontros entre diferentes saberes e a ampliação da cobertura dos serviços de saúde. As experiências das eCnaR exemplificam que para esse público a rede é construída caso a caso. No entanto, isso não relativiza a importância da pactuação de parcerias inter-setoriais e regionais que precede uma situação de acolhimento imediato. Dessa forma, é crucial a criação do ordenamento da rede de parceiros por meio de visitas aos serviços, escuta qualificada e acompanhamento contínuo em busca de favorecer um cuidado compartilhado (TEIXEIRA *et al.*, 2015).

O estabelecimento de uma atuação regionalizada implica em uma mudança na cultura política clientelista e patrimonialista, na direção do planejamento na gestão da saúde. Destaca-se, na literatura, que o discurso e as ações de regionalização encontram-se cooptados pelo subfinanciamento, pela fragilidade técnica e pelo baixo comprometimento dos gestores, de modo geral, em fazer avançar novas formas de execução da rede de saúde no cotidiano (MELLO *et al.*, 2017).

Não há previsão para a habilitação de eCnaR em cidades de pequeno porte, ao mesmo tempo em que a atenção básica não consegue atender toda a demanda sob sua responsabilidade, sobretudo no que se refere às pessoas em situação de vulnerabilidade. Como consequência, a articulação do cuidado compartilhado das pessoas em situação de rua não se efetiva por meio da rede de saúde, sendo tal cuidado visto como uma responsabilidade precípua da assistência social, que por sua vez nem sempre possui os recursos necessários para atuar de modo intersetorial.

Nesse íterim, o que se percebe é a necessidade da superação de práticas de disputa entre os municípios limítrofes, comumente relatadas com um impedimento à efetivação dos processos de regionalização em saúde, uma vez que esta demanda uma cultura de integração e cooperação política (MELLO *et al.*, 2017). Percebe-se a relevância de um sistema de integração solidária entre os municípios que compõem a região: trata-se de um território constituído por 20 municípios, sendo que apenas o município investigado apresenta mais de cinquenta mil habitantes, e os demais variam entre três mil habitantes e vinte mil habitantes, conforme informações obtidas no site da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. A regionalização em saúde nesses territórios pode atuar de modo positivo na

ampliação da cobertura dos serviços, promovendo maior acesso à saúde e integração assistencial para a PSR.

Considerações Finais

O presente estudo evidenciou e ratificou questões recorrentes na literatura sobre a saúde da PSR. Destaca-se a precariedade dos serviços públicos, tanto na disponibilidade de insumos de cuidado, quanto na disponibilidade de pessoal técnico e profissional. Da mesma forma, identifica-se a restrição de políticas equitativas no município e a carência de ações em saúde atentas à realidade do público, especialmente na atenção básica, além da concentração do cuidado da PSR pela assistência social, com escassa articulação intersetorial.

O crescente enxugamento no Estado de Bem-Estar Social conforma processos sociais excludentes que restringem o acesso da PSR aos direitos sociais básicos, com destaque para o direito à saúde. Diante dessa realidade, as redes formais de cuidado à saúde tornam-se possibilidades distantes da PSR na construção do autocuidado, de forma que se apresenta como solução a mobilização de redes informais e sociais tanto para a produção de cuidado, quanto para garantia de um mínimo de acesso aos cuidados à saúde.

No entanto, ainda que os atores sociais busquem modos de manter a saúde, o sentimento de abandono é recorrente. Se por um lado o direito à saúde é negado, tanto pela dificuldade de acesso, quanto pela precariedade dos serviços, por outro, a situação de rua conforma vulnerabilidades de diferentes ordens. Observa-se entre os participantes da pesquisa uma confluência

de vulnerabilidades (individual, social e programática) que os mantêm no circuito perverso da dialética da exclusão-inclusão.

Em âmbito individual são pessoas com baixa escolaridade e frequentemente com pouca informação científica sobre o processo saúde-doença, situação que precede a ida às ruas. Tal condição é agravada pela vulnerabilidade social, sendo que não há nenhuma ação de educação popular para a inclusão dessas pessoas nos serviços de saúde, ou ainda para a promoção do autocuidado e do cuidado compartilhado pelas redes sociais constituídas na situação de rua (SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007).

A exclusão social se agrava pela vulnerabilidade programática, visto que esta faz menção às formas de organização da rede de saúde, à qualidade desta, ao vínculo construído entre usuários e os profissionais do serviço, e às ações realizadas a partir das demandas do público (BERTOLOZZI *et al.*, 2009). Esse panorama parece se agravar nos municípios semelhantes ao pesquisado, de pequeno porte, onde a escassa oferta de ações destinadas à PSR atua penalizando esse público pela situação em que se encontra, sem que sejam articulados meios efetivos para a superação desta realidade.

No município em questão, destaca-se o baixo comprometimento dos gestores públicos na direção de compreender os fatores que atuam sobre a ida e permanência das pessoas nas ruas. Também não é vislumbrada, nos diferentes níveis de atenção à saúde municipais, a priorização em atender as particularidades do público, e atuar sobre os constantes processos excludentes presentes nos serviços de saúde. A ausência de propostas que modifiquem a vulnerabilidade programática no município atua cristalizando a fragilidade da rede formal e a negação do direito à saúde da PSR.

Entende-se que a vulnerabilidade programática identificada pode ser superada a partir do planejamento da rede de atenção à saúde local, ampliando o debate acerca da realidade regional e da construção de meios cooperativos entre os municípios para avançar na oferta de serviços em saúde para a PSR, por meio da regionalização. Da mesma forma, entende-se a importância do conceito de vulnerabilidade e suas dimensões constitutivas como forma de incorporar a participação popular no planejamento e na avaliação dos serviços de saúde. Isto a partir de estratégias de empoderamento do público na análise das políticas públicas e na proposição de ações que rompam com os processos sociais excludentes legitimados nos espaços formais.

Os relatos colhidos e as informações observadas decorrem de um recorte sobre a realidade da PSR, multifacetada e com singularidades a partir do território em que se encontra. Ainda assim, os resultados deste estudo, atrelados à vasta literatura sobre a saúde deste público, trazem indicações pertinentes para o avanço da PNPSR. Especialmente, destaca-se a importância de novos estudos que desvelem a realidade da vida nas ruas em municípios de pequeno porte, onde as políticas sociais se desenvolvem de forma lenta e gradual conformando recorrentes violações dos direitos humanos. Do mesmo modo, torna-se essencial compreender as estratégias e os recursos acionados pelas pessoas em situação de rua para o autocuidado, bem como para garantir o acesso ao direito à saúde, construindo cada vez mais informações que privilegiem a aproximação entre os serviços de saúde e a realidade vivenciada por este segmento populacional.

Referências

ADORNO, R. de C. F. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça - Políticas públicas e as populações em situação de rua. **Etnográfica**, Portugal, v. 15, n. 3, p. 543-567, out. 2011.

AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan. 2012.

ALMEIDA, P. F. de *et al.* Integração assistencial em região de saúde: paradoxo entre necessidades regionais e interesses locais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, jun. p. 320-335, 2016.

ALVES, P. C. B.; SOUZA, I. M. A. Escolha e avaliação de tratamento para problemas de saúde: Considerações sobre o itinerário terapêutico. *In*: RABELO, M. C. M.; ALVES, P. C. B.; SOUZA, I. M. A. (org.). **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 125-138.

BARATA, R. B. *et al.* Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl.1, p. 219-232, abr./jun. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERTOLOZZI, M. R. *et al.* Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. especial 2, p. 1326-1330, dez. 2009.

BORYSOW, Igor da Costa; CONILL, Eleonor Minho; FURTADO, Juarez Pereira. Atenção à saúde de pessoas em situação de rua: Estudo comparado de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 879-890, mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: MS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009b.

BURSTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSTYN, M. (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 27-56.

CARNEIRO JR., N.; SILVEIRA, C. Organização das práticas de atenção primária em saúde no contexto dos processos de exclusão/inclusão social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1827-1835, dez. 2003.

CARVALHO, M. de N.; FRANCO, T. B. Cartografia dos caminhos de um usuário de serviços de saúde mental: Produção de si e da cidade para desinstitucionalizar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 863-884, set. 2015.

CECILIO, L. C. de O. Modelos Tecno-assistenciais em Saúde: da pirâmide ao círculo, uma possibilidade a ser explorada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 469-478, mar. 1997.

CECILIO, L. C. de O.; MERHY, E. E. A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de. (org.). **Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro: IMS ABRASCO, 2003. p. 197-210.

FARIAS, S. M. *et al.* **Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos dos Cidadãos em Situação de Rua V. 04**. Belo Horizonte: Marginalia Comunicação, 2016. (Coleção Cadernos de Direitos Humanos).

FERREIRA, J.; ESPIRITO SANTO, W. Os percursos da cura: abordagem antropológica sobre os itinerários terapêuticos dos moradores do complexo de favelas de Manguinhos, Rio de Janeiro. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-198, 2012.

FLICK, U. Desenhos em Pesquisa Qualitativa. In: FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2009. p. 57-73.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, ago. 2004.

GERHARDT, T. E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2449- 2463, 2006.

GOMES, R. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 79-108.

HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde e Doença**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LUZIO, C. A.; L'ABBATE, S. A atenção em saúde mental em municípios de pequeno e médio portes: ressonâncias da reforma psiquiátrica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 105-116, fev. 2009.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004.

MELLO, G. A. *et al.* O processo de regionalização do SUS: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1291-1310, abr. 2017.

MERHY, E. E. *et al.* Redes Vivas: Multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 153-164. out. 2014.

MINAYO, M. C. de S. Técnicas de pesquisa. *In*: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261-297.

PAIVA, I. K. S. de *et al.* Direito à saúde da população em situação de rua: Reflexões sobre a problemática. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, ago. 2016.

RODRIGUES, L. R. S.; CALLERO, J. R. O direito fundamental à saúde para a população em situação de rua de Salvador. **Revista Juris Poiesis**, Salvador, ano 18, n. 18, p. 194-211, jan./dez. 2015.

SAMPAIO, J. *et al.* Acesso e barreira: Na peregrinação entre os pontos da rede de urgência e emergência o cuidado se fragmenta. *In*: MERHY, E. E. (org.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexix, 2016. p. 228-233.

SANCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 319-324, abr. 2007.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 99-119.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL –
SEDESE. **Pesquisa sobre as Condições Socioeconômicas,
Políticas e Culturais da população em situação de
rua de Minas Gerais.** Belo Horizonte: SEDESE, 2012.

Disponível em: http://www.social.mg.gov.br/images/stories/direitos_humanos/relatorio_final%20-%20versao_coletiva%2030_03_11%20sem%20capas.pdf. Acesso em: 14 nov. 219.

SILVA, E. C. da; GOMES, M. H. de A. Impasses no processo de regionalização do SUS: tramas locais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 1106-1116, dez. 2013.

SILVEIRA, G. L.; RODRIGUES, L. B. O consumo de substâncias psicoativas e o autocuidado entre pessoas em situação de rua na cidade de Juazeiro-BA. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 95-122, abr. 2013.

SIQUEIRA, S. A. V. de; HOLLANDA, E.; MOTTA, J. I. J. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1397-1406, maio 2017.

SOUZA, T. de P.; MACERATA, I. A Clínica nos Consultórios na Rua: territórios, coletivos e transversalidades. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 3-23, 2015.

TEIXEIRA, M. *et al.* Promoção da Saúde: relato da experiência da Equipe de Consultório na Rua Teias-Escola Manguinhos-Ensp-Fiocruz. In: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (org.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas.** São Paulo: Hucitec, 2015. p. 69-86.

TESSER, C. D.; POLI NETO, P.; CAMPOS, G. W. de S. Acolhimento e (des) medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 3, p. 3615-3624, nov. 2010.

TRINO, A. T.; MACHADO, M. P. M.; RODRIGUES, R. B. Conceitos norteadores do cuidado junto à população em situação de rua. In: TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (org.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde: Cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas.** São Paulo: Hucitec, 2015. p. 27-45.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: Discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, abr. 2004.

“ACHAM QUE BROTAMOS DAS FONTES DESSA CIDADE?”

UMA ETNOGRAFIA SOBRE O COTIDIANO DE SOBREVIVÊNCIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM NATAL/RN⁵⁵

*Marília Melo de Oliveira
Lisabete Coradini*

Durante o transitar pelas cidades onde morei ou estive de passagem, observava atentamente e com curiosidade as pessoas que estavam percorrendo seus trajetos particulares. Cada qual demonstrando uma maneira de ser, pela forma de se vestir, pelo andar, pelas reações diante um acontecimento, pelas falas e depoimentos, entre outras singularidades de que podemos fazer nota. Foram nesses percursos cotidianos que pude entrar em contato, por meio do olhar, com uma diversidade de pessoas e formas de viver.

Entre as discrepâncias de vida observadas ao sair de casa, chamou-me atenção especialmente as pessoas que se apropriam da rua como local de “moradia” e/ou sobrevivência particular. A curiosidade surgia não apenas pelo fato de dormirem nas ruas,

⁵⁵ Este capítulo é resultado da dissertação de mestrado da primeira autora, apresentada em 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sob orientação da segunda autora.

mas no sentido de saber quem são, quais histórias carregam e, principalmente, como fazem para tecer o cotidiano do “lado de fora”, no “meio da rua” – espaço este que, destinado historicamente para realização da vida pública, torna-se “palco de relações privadas” para os que nela vivem.

Essas inquietações iniciais motivaram a problematizar a situação de rua vivida por pessoas na capital do Rio Grande do Norte, sob o prisma da antropologia, tendo como foco o cotidiano deste segmento social na cidade, visto que se trata de uma população eminentemente urbana. Como se relacionam com o espaço onde vivem? Nessa relação, quais estratégias de sobrevivência são acionadas? Tais questionamentos nortearam a dissertação que intitula este capítulo – e da qual apresento aqui um recorte – com o propósito de evidenciar as especificidades da situação vivida, sobretudo os desdobramentos que a circunstância reverbera ao grupo social em questão.

À medida que foi acontecendo o envolvimento e mergulho neste contexto de pesquisa, ficou perceptível que, independentemente dos diferentes históricos e projetos de vida, as pessoas em situação de rua vivenciam a exposição dos seus corpos ao mesmo tempo em que são invisibilizadas pela sociedade e pelo Estado, quando não são reconhecidas como detentoras de direitos. Desta forma, são tratadas ora com indiferença, ora com preconceito e violência, além de serem culpabilizadas pela condição vivida.

Podemos citar: a prática de “higienização das cidades” – vide “Operação Cidade Linda/SP” (2017) – adotada por empresas e órgãos públicos, especialmente em tempos de eventos turísticos; o preconceito sofrido ao tentar conseguir um emprego e ser recusado por não ter um comprovante de residência; o estigma ao ser menosprezado no atendimento à saúde, por estar

sujo ou sem documentação; as agressões físicas por parte dos guardas municipais, constantemente relatadas, entre outras violações cotidianas ocasionadas pela condição social em que se encontram.

No entanto, também pude perceber – e é importante deixar claro – que essas pessoas constroem suas estratégias para poder enfrentar o desafio que é viver na rua e, além disso, satisfazer os desejos e prazeres pessoais. Essas estratégias são elaboradas por meio do saber apreendido no espaço onde vivem, que perpassa as relações estabelecidas nesse território com os seus semelhantes, com a polícia, com o transeunte, o dono do bar, os “irmãos da caridade”, entre outros.

Em paralelo a um histórico de perdas – perda dos vínculos familiares e/ ou vínculos com o mercado de trabalho, por exemplo – frequentemente narradas, por alguns, como justificativa para tal situação, há também uma “história adaptativa” – das estratégias e artimanhas – que falam do esforço em resistir mediante a situação vivenciada. Esta história é expressa, sobretudo “na capacidade de encontrar soluções de sobrevivência dentro de situações extremas” (SCOREL, 1999, p. 99).

A elaboração das estratégias de sobrevivência passa por uma trama, em que contam fatores como: o cenário local de políticas públicas; a arquitetura urbana da cidade; a rede de amizades e de informações que é tecida; entre outros elementos situacionais que podemos dimensionar no campo de possibilidades para sua realização. Além das estratégias individuais praticadas cotidianamente, existem ações coletivas de pessoas em situação de rua, que passaram a se organizar nacionalmente desde 2005, enquanto movimento social (Movimento Nacional da População de Rua – MNPR) que objetiva a construção e

garantia de direitos por meio de políticas públicas estruturantes e intersetoriais.

Nesse sentido, é importante desconstruir percepções naturalizadas que perpetram a invisibilidade e o estigma, assim como a violência e as violações dos direitos que são cotidianamente negados à população em situação de rua. Para tanto, torna-se importante problematizar não só a situação em que essas pessoas vivem – e como vivem –, mas refletir sobre o modelo de vida que levamos nas nossas cidades.

Portanto, ao tratar sobre os que estão em situação de rua – ou em qualquer outra situação ou grupo que seja comumente percebido por meio do olhar desatento e preconceituoso – considero ser necessário desvendar os mapas sociais aos quais fomos socializados, e assim “recorrer a outro modo de olhar essas pessoas, naquilo que tem de indizível e inalcançável, desalojando-nos, também a nós, das nossas “casas” cognitivas, afetivas, valorativas e morais” (ARRAES AMORIM *et al.*, 2018, p. 390).

Isto posto, neste capítulo é apresentada uma síntese da trajetória etnográfica realizada com pessoas em situação de rua na cidade de Natal. Tal trajetória, de forma intermitente, aconteceu entre os anos de 2011 a 2015, e iniciou-se acompanhando o trabalho do Consultório na Rua (CnaR), serviço da rede de atenção básica do SUS (Sistema Único de Saúde), composto por equipe multiprofissional, tendo como propósito ampliar o acesso da população em situação de rua ao atendimento em saúde. Ao longo do percurso, conheci o Movimento Nacional da População de Rua que estava surgindo em Natal (2012) impulsionado pelo CRDH/RN (ALMEIDA *et al.*, 2015) e, a partir desse momento, comecei a participar das reuniões do MNPR, bem como de audiências públicas, atos e seminários que

se sucederam pela reivindicação de políticas públicas para esse segmento social no município de Natal e no RN.

Esfarrapado, mendigo, morador de rua, virador, habitante da rua, nômade urbano...

Especialmente no período pós Revolução Industrial, a presença de pessoas vivendo no “meio da rua” chamou a atenção de muitos pensadores e romancistas (BURSZTYN, 2000). A exemplo disso, na prosa poética. *Os olhos dos pobres*, de Charles Baudelaire (1821-1867), é retratada uma família em farrapos que surge entre os detritos de um novo cenário nas ruas de Paris, os esplendorosos Bulevares. No Brasil, Jorge Amado escreve o romance *Capitães da Areia* (1937), no qual descreve, de maneira muito sensível, a vida de crianças abandonadas que passaram a viver pelas ruas na cidade de Salvador.

Assim como Baudelaire e Jorge Amado, diversos autores retrataram a figura do “esfarrapado”, do “mendigo”, do “pedinte”, do “sem-teto”, do “morador de rua”, sempre acompanhada de uma descrição sobre a cidade, sobre a rua e, especialmente, sobre o contexto local, das práticas, do movimento urbano, dos transeuntes etc.

Além das denominações que já foram mencionadas acima – que denotam à temática e à imagética da pobreza – outros autores e pesquisadores utilizaram categorias que deram ênfase à condição e às práticas desses sujeitos, uma vez estando em situação de rua: viradores/viração (BURSZTYN, 2000; GREGORI, 2000), habitantes de rua e nômades urbanos (MAGNI, 1995b).

Sobre o uso de termos, conceitos e categorias, Sarah Escorel (1999) coloca que estes revelam “as representações sociais existentes, a abordagem do pesquisador e, sobretudo, as identidades sociais criadas pelo poder simbólico da nomeação, que confere uma existência social, que atribui um modo de ser em sociedade aos indivíduos, grupos ou classes” (TELLES *apud* ESCOREL, 1999, p. 23).

Considerando tais aspectos apresentados por Escorel no trecho acima, é interessante observar as designações predominantes em cada nacionalidade, as quais são elaboradas com base nas representações sociais locais que giram em torno dos que estão em situação de rua. Na França, por exemplo, como indica Claudia Turra Magni (1995b), o termo utilizado é “pessoas sem domicílio (PSD)” ou “sem domicílio fixo (SDF)”. Segundo Magni, trata-se de “termos que partem de uma perspectiva exterior ao grupo, que o identifica a partir da negatividade semântica: a ausência ou carência em relação a algo que se apresenta como um valor social básico – neste caso, o lar, a residência” (MAGNI, 1995b, p. 2).

No Brasil, a designação utilizada atualmente é “pessoas em situação de rua” ou “população em situação de rua” tendo como propósito ressaltar não um estado definitivo, mas uma situação que pode ser transitória, ou se prolongar. Portanto, essa designação é pertinente por compreender a situação de rua como um momento em um processo, motivado por diversas variantes micro e macroestruturais.

No entanto, vale destacar que essa concepção atual é consequência das lutas sociais ocorridas nas últimas décadas no Brasil, o que provocou o Poder Público a pensar na construção de políticas específicas voltadas ao segmento da população em situação de rua. Nesse sentido, em 2008, no documento da

Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, foram apresentados os fatores que propiciam a reprodução do fenômeno população em situação de rua, bem como feita a caracterização desse segmento com base na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada em 2007 pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Isso propiciou a publicação do Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b). No entanto, é importante ressaltar que essas definições mencionadas, embora proponham a superação do estigma em relação aos que estão em situação de rua e oriente na elaboração de ações visando à garantia de direitos alienáveis, “ainda é insuficiente para definir a complexidade desses modos de existência” (ARRAES AMORIM *et al.*, 2018, p. 390).

Itinerâncias em campo

Iniciei dedicando-me a pensar como eu poderia me aproximar das pessoas em situação de rua que frequentam as praças, calçadas, esquinas, espaços desocupados, entre outros lugares da cidade de Natal e suas adjacências. Não queria me aproximar apenas como uma transeunte que passa, olha e vai embora. No entanto, comecei observando-as nas ruas enquanto me deslocava pela cidade, e entre as cidades, dentro de ônibus, carros e, principalmente, a pé, nos mais distintos horários.

Diversas vezes me surpreendi com a necessidade criativa de pessoas em situação de rua que, ao aproveitarem os espaços da cidade para abrigar-se, acabam por ressignificar lugares que são planejados para outras funções. Como exemplo

disso, encontrei na capital potiguar um homem de meia idade que dormia dentro dos arbustos no canteiro central da Av. Engenheiro Roberto Freire. Esta é uma das principais avenidas localizada em área nobre da cidade, pois permite acesso a praias e aos principais pontos turísticos da Zona Sul, além de concentrar vários estabelecimentos comerciais e ser bastante arborizada. Já na Av. Senador Salgado Filho, encontrei um jovem dormindo numa rede armada entre a cobertura e o banco de um ponto de ônibus.

Em Parnamirim – região metropolitana de Natal – pode ser observado diariamente, à noite, um homem dormindo no chão, debaixo da cobertura de uma parada de ônibus na Av. Piloto Pereira Tim. Durante o dia, seus objetos pessoais ficam empilhados debaixo do banco. Ao entardecer, ele fica sentado, de costas para a rua, aguardando o momento para conseguir se acomodar. Também pude observar a presença de um grupo de pessoas em situação de rua se alojando debaixo de uma passarela nessa mesma avenida. No local havia sofá, fogão e outros objetos domiciliares.

Essa observação prévia serviu para perceber modos de inserção desse segmento social no meio urbano da cidade de Natal. Dessa forma, consegui constatar que, assim como em outras capitais e municípios, é na região central da capital potiguar onde pode ser observada uma maior concentração de pessoas em situação de rua. De fato, é na área do “centro” – “local onde se concentram e inter cruzam fluxos de capital” (FRANGELLA, 2009, p. 22) – onde tradicionalmente os que estão à margem se “abrigam” (CORADINI, 1995, p. 12).

A região central é a área mais antiga da cidade de Natal. Ao longo da história, essa área foi se constituindo como *locus* dos variados tipos comerciais, bem como de fixação de prédios

públicos e uma diversidade de equipamentos que, de forma pauperizada, dão sustentação para o cotidiano de sobrevivência dos que estão em situação de rua. Há inúmeras praças com alguns banheiros públicos; restaurantes populares; atualmente, uma Unidade de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua e o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop; terrenos baldios; casas e prédios abandonados; e necessidade de mão de obra para desempenhar serviço braçal no cais do porto, na feira e nos depósitos.

Considerando tais aspectos, a concentração de pessoas em situação de rua nessa área se justifica por esse território propiciar possibilidades mínimas de “tocar” a própria vida, tendo em vista que no centro comercial da cidade estão os trabalhos ocasionais, a circulação de dinheiro, e a facilidade em conseguir comida e poder realizar alguns serviços para manutenção da sobrevivência e satisfação dos próprios desejos, mesmo que de maneira ínfima.

Após essas observações iniciais, realizadas durante o meu transitar cotidiano pelas ruas da cidade – além da leitura prévia que fiz sobre a temática –, optei por realizar uma etnografia privilegiando a região do centro de Natal, entre os bairros da Cidade Alta, Ribeira e Alecrim. Como dito anteriormente, tive a oportunidade de me inserir no campo por meio da equipe do CnaR (Região Leste), e foi dessa forma que comecei a fazer observação participante (WHYTE, 2005).

Com relação aos instrumentos metodológicos utilizados, além do caderno de campo que esteve sempre presente – onde anotei frases, expressões e dinâmicas que me pareceram relevantes – fiz registro audiovisual, o que me auxiliou a rememorar situações de modo mais sistemático por meio das análises e transcrições posteriores. Optei por privilegiar a

escuta e a observação das práticas, por isso preferi não aplicar questionários estruturados, em detrimento de atentar-me ao que a própria dinâmica das relações poderia me revelar.

No início da pesquisa, eu observava o que me parecia evidente, o que era aparente, e que mesmo assim muita gente olha, mas não vê: pessoas que ao dormirem ou pedirem esmolas no “meio da rua” estampam sua condição para quem passa. Eu só consegui identificá-las a partir dessa associação espacial e situacional: coabitar a rua, em determinados horários, realizando atividades que costumeiramente são praticadas em espaços privados. Segundo Frangella (2009, p. 35): “A indicação de sua situação de rua passa a ser geográfica e socialmente associada às maneiras que propiciam sua resistência e permanência nesta”.

Dessa maneira, a concepção que eu tinha em relação aos que vivem em situação de rua estava engessada na imagem da calçada, mas qual era a dinâmica realizada nesse e entre os outros espaços em que circulam? E como eu poderia identificá-los fora dessa imagem estereotipada? À medida em que fui me aproximando, e conhecendo-os, pude desconstruir a noção de senso comum que percebe essas pessoas como seres inertes, apenas a mendigar e a dormir no chão. Isso foi possível por constatar que na rua – diferente da casa – não há possibilidade de fixar-se, por causa do sol/chuva, do frio, da violência, da necessidade de manutenção da própria vida, entre outras variantes que propiciam o caminhar em busca da própria existência.

Embora a prática de “mendigar” ou “manguear” – termo bastante utilizado pela população em situação de rua ao solicitar algo, seja dinheiro, seja um almoço, um banho etc. – represente um dos mecanismos acionados por alguns para sobreviver na

rua (afinal, são situações de extremas dificuldades financeiras), existem aqueles que vivem em situação de rua e preferem não pedir ou tem vergonha. Esse é o caso de Teixeira, 48 anos, dos quais 12 vivendo na rua: “Já fiquei várias vezes sem comer porque tenho vergonha de pedir”.

Além disso, percebi que enquanto alguns dormiam no meio da rua, na calçada, outros dormiam no Albergue Municipal; já alguns possivelmente conseguiam algum trocado ao longo do dia para dormir num hotel mais acessível no centro; outros arranjavam um lugarzinho no canto onde trabalham, geralmente de maneira informal; há também os que conseguem abrigo em instituições religiosas. As condições diferem de uns para outros, assim como a instabilidade de tal situação configura a cada dia, ou mesmo a cada instante, uma disposição diferente em relação à própria vida, e, por conseguinte, ao espaço onde se encontram.

A visão homogeneizadora e estereotipada da situação de rua não permite perceber pessoas com trajetórias distintas e complexas, que, no entanto, experienciam a inconstância, a exposição e as privações ao viverem sob tal condição. Justamente por isso, ao contrário de serem pessoas estagnados nas calçadas, são pessoas que realizam a “viração” – termo “tomado do linguajar coloquial referente à prática de “se virar” para sobreviver” (GREGORI, 2000, p. 18).

Desse modo, a rua figura como elemento principal que compõe o cotidiano da população em situação de rua (PSR). É o espaço em que habitam e sobrevivem por meio das virações que lhes possibilitam “satisfazer” suas necessidades vitais, pois, assim como colocou Ana (36 anos, e 12 vivendo nas ruas): “a rua foi sempre o meu abrigo, não teve outro lugar para mim”. Tal qual consta na pesquisa nacional sobre PSR, Rua: Aprendendo a

Contar (BRASIL, 2009a), o termo rua nesse contexto é considerado em seu sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio, da exposição à violência, e que poderiam servir, desta forma, como abrigo.

No começo, o que me chamava especial atenção era a grande quantidade de pessoas que dormem lado a lado no chão, mesmo em dia de chuva, nas calçadas em frente aos estabelecimentos fechados – lojas, restaurantes, centros empresariais, igrejas etc. Isso só foi possível observar à noite, particularmente de madrugada. Nesse sentido, Tomás Melo (2011, p. 10) coloca que “enquanto uma parte da população que vive na cidade se prepara para dormir em suas casas ou encontrar forças para iniciar uma nova semana, as ruas guardam um fluxo, dinâmica e rotina diferenciada, repleta de especificidades”.

Maria Lúcia, ex-integrante do MNPR⁵⁶, indagou durante o I Seminário Potiguar da População em Situação de Rua em Natal: “Açam que brotamos das fontes dessa cidade?”. É o que muitos podem pensar ao se deparar durante a madrugada com tantas pessoas estiradas na “via pública”, mas a verdade é que a cidade dos invisíveis se destaca no momento em que a maioria dorme em casas de concreto, ao invés de no papelão e asfalto. À noite, quando o comércio fecha e o movimento nas ruas da cidade diminui, a situação de rua é escancarada.

As calçadas, passarelas, paradas de ônibus, depósitos abandonados, entre outros, passam a ser ocupados de forma diferenciada por essas pessoas, com maior intensidade a partir das 18:30, estendendo-se até às 5 horas da manhã, já que nesse período a movimentação de transeuntes entre o espaço

⁵⁶ Maria Lúcia faleceu em 2018 e a ela, juntamente com outras pessoas em situação de rua já falecidas, é dedicado este livro. Ver dedicatória e homenagem na II Parte do livro.

público (rua) e o privado (lojas/estabelecimentos) diminui, ou mesmo cessa. Nessa ocasião, muitos aproveitam para estirar seu papelão – ou até mesmo colchonetes – e “acomodar-se”: para dormir; conversar com os seus semelhantes; aguardar o “sopão”, que é distribuído em determinados pontos por diversas instituições religiosas; entre outras atividades que lhes sejam costumeiras.

Ao amanhecer, as pessoas em situação de rua que dormem nas calçadas precisam se retirar. Logo se dispersam, procuram outro destino, vão em busca de preencher seu tempo e garantir a sobrevivência diária: uns vão pastorear carros e, ou, flanelar; outros vão carregar e descarregar caixas nas feiras e depósitos; muitos são requisitados para distribuir panfletos; alguns vão bater ponto em serviços, como de jardinagem; há também os que perambulam pela cidade sem saber o que fazer.

Desse modo, percebi que ao amanhecer e anoitecer acontece uma produção situacional dos espaços bastante contrastante, que varia também de acordo com os dias da semana, assim como foi apresentado por Alexandro Gomes, 36 anos e, há 20 vivendo na rua:

Chego na calçada para dormir às 18:30/19 horas, quando a loja fecha, não pode dormir a hora que você quiser. Mas hoje (sábado) pronto, ela (a frente do estabelecimento onde se encontra) fecha às 14 horas ... se você quiser dormir o dia todinho depois das 14 horas, dorme ... e amanhã (domingo) você dorme o dia todinho (porque os estabelecimentos não abrem)” (Alexandro, relato registrado em captação audiovisual).

Durante o dia, as calçadas parecem favorecer os proprietários dos estabelecimentos, devido ao grande fluxo

de pedestres que caminham pelas ruas e transitam entre suas fronteiras – casa e rua; público e privado. Além disso, muitas vezes os proprietários acionam estratégias para assumir o poder sobre determinado território, impedindo que pessoas em situação de rua permaneçam em tal local. Essas estratégias são elaboradas para funcionar não somente durante o dia, como também à noite. Há, por exemplo, a contratação de seguranças privados; a colocação de objetos pontiagudos no chão; dispositivos que jorram água em plena madrugada nas calçadas etc.

Por tais questões elencadas, inicialmente privilegiei estabelecer um encontro à noite, momento de maior concentração nas calçadas. Escolhi dois locais nos quais o CnaR atuaria. Foram eles: 1) “calçada do sopão” na esquina paralela à Catedral Metropolitana de Natal, onde várias entidades religiosas distribuem sopas e 2) calçada da loja Miranda Informática, na Av. Prudente de Moraes. Ambos são locais de grande concentração da PSR.

Iniciei acompanhando o primeiro dia de atuação do CnaR na “calçada do sopão”. Ao chegar ainda durante o dia, mais cedo do que o horário combinado com o CnaR, pude observar que, conforme anoitecia, alguns homens que estavam flanelando e pastorando os carros da rua começavam a se direcionar para a “calçada do sopão”. Foram chegando também pessoas que eu ainda não havia percebido nas proximidades. Alguns apenas sentavam no chão, outros estiravam o papelão na calçada e deitavam por cima, fazendo da própria mochila (ou sacola) seu travesseiro. Uns conversavam entre si, outros pareciam cochilar enquanto a sopa não chegava. Essa calçada é coberta pelo alpendre dos estabelecimentos comerciais. A iluminação à noite fica por conta dos postes e dos carros que passam na avenida.

Quando toda equipe do CnaR chegou, nos aproximamos das pessoas que estavam ali aguardando o sopão e a coordenadora pediu permissão para que pudéssemos sentar junto a eles. Em seguida, nos apresentamos e conversamos sobre a proposta do CnaR. A equipe distribuiu camisinhas e falou sobre medidas de redução de danos. A partir desse momento, fomos estabelecendo outros diálogos, e assim eu aproveitei para deixar claro o meu objetivo de pesquisa.

Ao conversar com as pessoas que aguardavam a sopa, tomei conhecimento de que alguns dormiam na “calçada do sopão” – ou no meio da rua nas redondezas, no entanto também havia ali homens e mulheres que disseram morar em comunidades próximas, como a do Passo da Pátria, situada às margens do Rio Potengi, na Zona Leste da cidade de Natal. Grande parte dessa comunidade vive em precárias condições socioeconômicas e, por este motivo, costumam pegar o sopão que é distribuído nesse local.

No momento em que a sopa é servida, a calçada fica cheia. A rotatividade de pessoas – praticamente só homens – era muito grande, o que dificultava conseguir reencontrá-los nos dias seguintes. Um senhor que com maior frequência dormia nessa calçada me relatou que em determinado horário da madrugada é jorrada água do teto, prejudicando a permanência da PSR no local. Devido a esses e outros procedimentos praticados pelos donos dos estabelecimentos localizados naquela calçada, o relacionamento com eles acontecia de forma conflituosa e coercitiva.

Neste local conheci Diego, 28 anos, natural do Rio Grande do Sul: “Depois que minha mãe faleceu eu resolvi sair de casa. Já vivi na rua em São Paulo, Fortaleza e Maranhão antes de chegar aqui. Estou em Natal dormindo na rua faz seis meses”.

Diego carregava uma mochila com alguns pertences e dizia ter os documentos pessoais. Dioclécio, 42 anos, natural da capital potiguar, disse viver nas ruas da cidade há cerca de vinte anos. Apesar de tê-lo encontrado mais de uma vez nessa calçada, foi muito complicado estabelecer um diálogo, pois ele sempre estava sob efeito alcoólico. Dioclécio falou que costumava pegar o sopão nessa calçada à noite e às 7 horas da manhã pegava o “bate-gute” (iogurte) que era servido em frente ao Serviço Social do Comércio (SESC), ao lado do Banco do Brasil.

Posteriormente, conheci Nicodemos, 32 anos, natural de Fortaleza. Contou que está em Natal há 12 anos e que veio por causa de uma promessa de emprego, que acabou não dando certo. Disse que pastora carros durante o dia e assim consegue algum dinheiro. Nicodemos falou sobre as injustiças sociais que vivenciam, e disse que queria organizar uma passeata, com outros que estão em situação de rua, para poder reivindicar seus direitos. Ele estava indignado, pois havia perdido seus documentos, o que dificultava conseguir ser atendido no posto de saúde.

Após frequentar, por quatro noites alternadas, a “calçada do sopão”, decidi migrar para a calçada da loja Miranda, onde encontrei uma diversidade maior de pessoas: além dos homens – sempre em maior quantidade –, havia algumas mulheres, inclusive transgênero, e idosos. Cada um parecia ter sua área delimitada pelo papelão, por uma manta estirada ou mesmo pelos mínimos pertences marcando um pedaço do chão. Observava o espaço sendo disputado. Em certa ocasião, durante o dia, notei dois colchões pendurados entre os galhos de uma árvore em frente à calçada da Miranda, e logo imaginei que seria de alguma pessoa que dormia naquele local. À noite me informaram que os colchões eram do “Rei”, porém não tive

a oportunidade de conversar com ele e entender o motivo do apelido.

Apesar da PSR viver transitando pelas ruas da cidade e entre as cidades, percebi nessa calçada uma frequência maior das mesmas pessoas, de modo que ocupavam quase sempre a mesma parte do chão. A maioria me relatou considerar o local seguro. Por estar localizado numa avenida bastante movimentada, essa calçada é privilegiada na oferta de alimentos e demais doações – nela também distribuem sopas e demais comidas dos restaurantes próximos.

Certo dia, um grupo de uma igreja católica trouxe marmitas, uma mesa e alguns bancos para que as pessoas em situação de rua não comessem no chão. No entanto, todos comeram sentados na calçada – cada um levantava-se apenas para pegar o alimento. Um desses religiosos disse que ali se tratava de um lugar tranquilo: “As pessoas não ficam se drogando o tempo todo, por isso gosto de vir aqui trazer um prato de comida e uma palavra de Deus” – dessa maneira, percebi a existência de critérios para doações.

Observei que as PSR estabelecem certas regras para utilização da “calçada da Miranda”, à exemplo da organização para manter o espaço limpo: jogam os objetos descartados – copos plásticos e papéis – dentro de uma caixa de papelão. Recipientes como vasilhas e garrafas pet são lavados e reutilizados para guardar comida, água ou bebida, respectivamente. Além disso, constantemente varrem a calçada. Dessa forma, conseguem permanecer nessa calçada sem maiores conflitos com os estabelecimentos comerciais e moradores do local – inclusive, alguns moradores e comerciantes diziam que as PSR que ficam por ali ajudam a proteger a área, por isso não se incomodavam com a

presença delas, desde que não houvesse brigas e confusões, que às vezes acontecem por rixas internas.

Houve um dia em que cheguei e só encontrei dois homens, os quais ainda não conhecia. A equipe do CnaR me informou que tinha ocorrido uma briga e por este motivo muita gente havia se dispersado do lugar. Observei que muitos dos que sempre estavam em frente à Miranda estavam ocupando a calçada da loja ao lado. Essas confusões acabam gerando mal-estar e intensificando o uso problemático de substâncias psicoativas, além de reconfigurar tais grupos no espaço por causa das inimizades.

Lena, 34 anos e mulher trans, disse que resolveu sair de casa por causa de desentendimentos familiares – sua família não aceitava sua orientação sexual: “Vivo há dois anos e meio na rua. Acabei de vir a pé de Ponta Negra”. Lena disse que achou difícil viver em Ponta Negra porque lá ficava mais exposta à violência e não conseguia ter tanto acesso à comida como tinha ali no centro da cidade: “Como já tinha ficado aqui na calçada da Miranda, resolvi voltar e trouxe Josival, que também estava em Ponta Negra”. Josival, 35 anos, natural da Paraíba, contou ter chegado em Natal há poucos dias em busca de emprego, mas logo que chegou perdeu seus documentos e, sem recurso financeiro, passou a dormir nas ruas.

Na Miranda também conheci Rosa, 31 anos, uma das pessoas de quem fiquei mais próxima. Rosa disse: “Vivo há mais de dez anos na rua. Já fui internada seis vezes no Hospital Giselda Trigueiro⁵⁷ e duas vezes no Hospital Psiquiátrico João Machado⁵⁸”. Ela sempre me relatava a saudade que sentia dos filhos. Certo dia, pediu-me um caderno para que pudesse

⁵⁷ Referência em doenças infecciosas.

⁵⁸ Maior manicômio do estado ainda em atividade.

escrever sobre sua vida. Pediu-me também revistas e livros de autoajuda. Rosa fez questão de me apresentar ao seu melhor amigo, mais conhecido como “Poeta”.

O “Poeta”, senhor de 60 anos – e metade desse tempo vivendo em situação de rua – conversa recitando, com voz muito baixa, de forma que quase não conseguia escutá-lo. Ele fica na calçada da loja ao lado da Miranda, meio isolado. Ao perguntar porque ele não ficava próximo à Rosa ele me disse: “prefiro ficar aqui, não gosto de me misturar com os outros. Gosto de ficar no meu canto”. Outra pessoa que conheci foi Júlio César, 51 anos, e que vive há 40 anos pelas ruas do mundo. Disse que saiu do Uruguai e foi para o Rio de Janeiro. Lá foi passista de uma escola de samba, casou-se e teve filhos. Ele foi embora e passou por diversos lugares do Brasil até chegar em Natal – “Gostei da vida mais tranquila em Natal”. Júlio César disse que gosta de viver nas ruas e que se vira para conseguir um trocado, catando latinhas, fazendo malabarismo nos sinais e pastorando carros.

Outras duas pessoas que conheci foram Antônio e Isaac. Antônio, de 26 anos e há uma semana em Natal, veio de São Paulo, por meio de carona. Falou sobre o desejo em sair do país. Perguntei se ele morava naquela calçada, mas logo percebi que havia feito a pergunta errada, pois ele me respondeu: “não moro, vivo em situação de rua”. Conversamos muito, pois Antônio demonstrava muito interesse em saber sobre mim, meu gosto musical, meus estudos etc. Ele me contou que morava num bairro de periferia em São Paulo: “me meti com coisa ruim lá, queria comprar roupa legal, sapato bacana, queria impressionar”. Além de ter realizado pequenos furtos, Antônio disse que já teve problemas com o uso de substâncias psicoativas enquanto ainda era menor de idade e, por isso, foi preso na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Quando

foi solto não teve coragem de procurar seus familiares, por isso foi embora da cidade e passou a viver nas ruas.

Já Isaac, 40 anos, é natural de Baraúnas. Contou que vive nas ruas há vinte anos e que já ficou preso um bom tempo por ter praticado um homicídio. Disse que de vez em quando dorme na Igreja Batista da Rua Regulo Tinoco, num bairro da região central da cidade, pois lá consegue uns “bicos” como eletricitista.

Houve um dia em que cheguei nessa calçada e todos estavam alcoolizados. Percebi que havia algo estranho e fui perguntar à Rosa o que estava acontecendo. Ela me disse que o carro do lixo havia passado e levado os poucos pertences do grupo, inclusive o caderninho que eu havia lhe dado para que ela escrevesse sobre sua vida. Por causa dessa evidente violação de direitos ocorrida, todos estavam muito tristes. Rosa e Lena brigaram – depois desse dia Lena apareceu menos no local.

Em um segundo momento da trajetória de pesquisa, conheci José Vanilson Torres da Silva⁵⁹, que na época (2013) vivia em situação de rua e iniciava sua liderança no MNPR/RN. Encontramo-nos, por acaso, no prédio da Superintendência de Comunicação (COMUNICA) da UFRN, quando ele foi conceder uma entrevista no programa Xequê Mate para falar sobre a realidade da PSR em Natal. Desde então, Vanilson se tornou o principal interlocutor dessa pesquisa, sendo quem me informou sobre o surgimento do MNPR no RN e sobre o trabalho que o CRDH/UFRN realizava junto à PSR no estado. Atualmente, Vanilson não vive mais em situação de rua – viveu por 27 anos –, mas continua como coordenador do MNPR/RN e é uma das

⁵⁹ Sobre a história de Vanilson ver o capítulo “Das marquises para a luta” na II Parte deste livro – Fala Pop Rua!

principais lideranças do movimento no Brasil, inclusive representando a PSR no Conselho Nacional de Saúde.

Foi a partir desse encontro que retomei minhas investigações empíricas percorrendo outros caminhos, contudo ainda na região central de Natal, especialmente no bairro da Ribeira. De modo mais sistemático, a observação participante ocorreu: 1) na Praça Augusto Severo e, simultaneamente; 2) no Espaço Ruy Pereira, local articulado por meio do CRDH para o MNPR/RN realizar suas reuniões. Próximo a esses dois espaços localizava-se a Unidade de Acolhimento Municipal para PSR – mais conhecida como albergue – que posteriormente foi transferida para outro endereço, localizado no bairro da Cidade Alta.

Diferente do período de pesquisa anterior, em que realizei observação participante durante a noite, neste novo momento a observação participante aconteceu, principalmente, durante o dia. Essa mudança aconteceu em decorrência das novas dinâmicas que se apresentavam, entre elas as reuniões do MNPR que aconteciam semanalmente à tarde; além dos fóruns, eventos, seminários e audiência pública, que ocorreram também durante o dia.

A Praça Augusto Severo é bastante conhecida entre os residentes da cidade de Natal, pois ao seu redor situam-se o Teatro Alberto Maranhão (TAM), o Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão, o Colégio Salesiano, a Igreja Universal, a antiga rodoviária (hoje um terminal de ônibus), além de um número significativo de prédios públicos (Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU; Departamento Estadual de Imprensa – DEI, etc.) e de estabelecimentos comerciais de pequeno porte (como bares, lanchonetes, restaurantes populares, oficinas etc.). Por tais particularidades, esta praça é assiduamente

frequentada por uma gama variada de transeuntes, como estudantes e trabalhadores do comércio local e também por PSR.

Nota-se nesse espaço que a presença dos homens em situação de rua é predominante em relação à presença das mulheres. Seu José, 48 anos, e há três anos vivendo nas ruas de Natal, por exemplo, é um deles: “Durante o dia fico a maior parte do tempo nessa praça e na calçada do Albergue Municipal”. Edson, 30 anos, disse: “Levo uma vida tranquila e acho que as pessoas que passam e me veem aqui na praça descansando tem inveja disso”. A fala de Edson adquire sentido quando pensamos no valor conferido ao trabalho na sociedade capitalista, que consome praticamente todo o tempo das pessoas durante o cotidiano, não sobrando espaço para vivenciar momentos de ócio.

Essa praça é muitas vezes utilizada para realização de eventos – shows, exposições etc. – tanto por iniciativa do Governo do Estado e Prefeitura, como por instituições privadas. Nas ocasiões em que ocorrem tais eventos, muitos da PSR que frequentam a praça, e os seus arredores, conseguem fazer “bicos” trabalhando temporariamente e informalmente, carregando e montando a estrutura necessária para tais eventos. Além disso, quando ocorria algum espetáculo ou solenidade no teatro (TAM – Teatro Alberto Maranhão) a PSR ali presente aproveitava para “pastorar” os carros estacionados nas mediações e, assim, angariar algum trocado.

Durante os finais de semana, a vida cultural noturna nessa região é mais intensa, o que propicia tanto a possibilidade de “bicos” também à noite, como uma oportunidade de ouvir uma música, “manguear” um gole de bebida alcoólica e outras substâncias psicoativas que geralmente são consumidas nessa área. Algumas pessoas em situação de rua aproveitam

essas ocasiões com vistas a satisfazer seus prazeres. Encontrei inúmeras vezes conhecidos em situação de rua dançando em frente a casas de shows e bares da região; por vezes, pegando latinha de cerveja jogada no chão e ingerindo os últimos resquícios da bebida – enquanto outros apenas catavam para reciclagem. Já presenciei também alguns recebendo cigarro ou “baseado” como pagamento por ter vigiado um carro, por exemplo.

Em 19 de agosto de 2013, aconteceu nessa praça o I Ato da População em Situação de Rua, que contou com a presença da coordenadora do MNPR/BA, Maria Lúcia Santos Pereira da Silva. Várias representações foram convidadas, como: Comissões de Direitos Humanos da OAB/RN, Conselho Regional de Psicologia (CRP), vereadores, deputados, entre outros. Este ato teve como objetivo levantar e encaminhar algumas reivindicações do MNPR para autoridades públicas e órgãos institucionais, além de conferir visibilidade às PSR que ali estavam presentes, oportunizando se expressarem e serem ouvidas. O evento fez alusão ao conhecido massacre da Praça de Sé em São Paulo, no qual sete pessoas em situação de rua foram executadas pela polícia, ficando esta data instituída pelo MNPR como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua

Esse foi um dia muito especial, pois tive a oportunidade de conhecer a força do MNPR/RN que estava surgindo e incluindo na agenda pública local o debate sobre os direitos da PSR, expondo o contexto de violações aos quais são submetidos. Aproveitei para conversar com algumas lideranças do MNPR e com a PSR que estava no local.

Foi marcante para mim o momento em que uma pessoa em situação de rua alcoolizada e com uma bengala na mão, por conta da deficiência física na perna, pegou o microfone e disse:

“eu não sou uma pessoa que tem algo a oferecer a vocês, mas a minha experiência, quiser escutar, você escute, véi! Aos seus ouvidos... eu tenho uma latinha, tem para mim e para vocês... eu tenho um cachimbo...”. Nessa parte da sua fala desligaram o som do microfone, mas ele continuou falando sobre a latinha e o cachimbo, objetos que fazem menção ao uso do crack – substância de uso muito recorrente entre a PSR atualmente. Muitos ficaram incomodados com a situação, desviando a atenção que inicialmente tinham dado a ele. Enquanto todos estavam constrangidos, talvez por medo daquela situação deslegitimar ou atrapalhar o ato que estava acontecendo, Maria Lúcia pediu para o deixarem falar, para que ele pudesse expressar sua realidade.

Narrativas e experiências cotidianas

Saí de casa com 20 anos, hoje eu tô com 36. Sou da Paraíba, João Pessoa. Eu vivo aqui (numa calçada da Av. Alexandrino de Alencar) e Ponta Negra, né?! Aqui e lá, lá e cá. Fico um tempinho aqui, aí quando eu vejo que tá muita covardia, aí eu pego e vou para o lado de lá, depois volto para o lado de cá, tá entendendo?! É assim. (Alexandro, relato registrado por meio de captação audiovisual).

Alexandro expõe uma prática que permeia todo o cotidiano de sobrevivência das pessoas em situação de rua: o caminhar. O ato de deslocar-se incessantemente “aqui e lá, lá e cá” desempenha e atribui um caráter muito particular ao modo

de vida desses sujeitos, quando os relacionamos à sociedade sedentária (MAGNI, 1995b) e as representações desse universo, portador da lógica de domesticação do meio urbano, no que se refere à regulação do tempo, dos espaços e das práticas subjacentes.

O movimento itinerante acontece tanto pela busca incessante de recursos para sustentar a própria vida – comida, abrigo e segurança, oportunidade de realizar um “bico”, locais apropriados para satisfazer as necessidades fisiológicas e de higiene, como tomar um banho e lavar a própria roupa etc. –, como também pelas expulsões constantes dos lugares onde repousam. Dessa forma, ao vivenciar a situação de rua é necessário apreender as estratégias de sobrevivência possíveis diante do espaço em que vivem – a rua. Alexandro, por exemplo, falou sobre as estratégias para tomar banho:

[...] pronto... Amanhã (domingo), é mais fácil tomar um banho, nas torneiras que tem numa clínica, numa loja... Tá entendendo?! E pra tomar banho, meio da semana, tem que acordar às 5 horas da manhã, né?! Porque daqui a pouco passa gente no meio da rua, tá entendendo?! Mas geralmente só tem que tomar banho de bermuda, de todo jeito né?! Porque não é fechado né?! É tudo aberto (a rua) ... (Alexandro, relato registrado através de captação audiovisual).

Além de tais questões, a circulação errante é consequência da necessidade de ocupar o tempo, pois muitos relatam que, pela falta de atividade produtiva, em vários momentos não sabem o que fazer e por isso seguem “sem destino”. Antônio, por exemplo, relatou que a pior dificuldade para quem se encontra em situação de rua é a “falta do que fazer” e acrescentou dizendo

que “se tivesse vaga na Universidade ou curso profissionalizante as coisas melhorariam”.

Em certa ocasião, enquanto estava sentada na Praça Augusto Severo, conversando com Daniel e Artur, perguntei o que eles tinham a me dizer sobre a vida que levam na rua. Eles ficaram pensativos, e então Daniel disse: “A rua é uma aventura [...] às vezes a pessoa tem um plano do que vai fazer, que vai numa direção, e quando vê já tá em outro canto, fazendo outra coisa”. Artur, em seguida, falou: “pra você ver, teve um dia que eu fiquei rodando aqui na praça, sem saber o que fazer e acabei voltando para o mesmo canto”. Sobre tais questões, Sarah Escorel (1999) coloca que o caminhar cotidiano geralmente atende a objetivos precisos, em que o ponto de chegada por vezes é vital, entretanto, há também um “caminhar ritual”, o qual decorre de ser importante manter-se em movimento, como uma forma de ocupar-se no tempo e vê-lo passar.

Seu Inácio, que também conheci e com quem conversei na Praça Augusto Severo, em outro momento, disse-me viver na rua por mais ou menos dois anos. Ele falou:

Sou de Recife. Vim do Recife para Campina Grande, João Pessoa... João Pessoa tamo por aí, né?!... Até... Um dia Deus abençoar e botar eu no canto... Porque eu, eu deixei as drogas, né?! Deixei, já faz um ano e quatro meses, graças a Deus... Eu vim de João Pessoa... Passei seis dias. Eu saí na quarta-feira e cheguei segunda, agora... Vim sem destino... Eu chego nas cidades sem destino.... Assim, como eu quero ir para qualquer lugar.... Eu vou, chego nos cantos” (Inácio, relato registrado no diário de campo).

Seu João, outra pessoa em situação de rua que estava ao meu lado enquanto eu conversava com seu Inácio, interrompeu a conversa e disse: “Já fui para Santa Catarina e São Paulo, vim a pé e carona... Tô aqui graças a Deus...”. Em certa ocasião, ao conversar com Vanilson, coordenador do MNPR/RN, ele disse: “quem tá na rua, não tem essa história de distância, quem tá na rua anda mesmo, e conhece a cidade como ninguém”.

Assim como seu Inácio, seu João e Vanilson evidenciam em suas narrativas, as PSR caminham muito, circulam praticamente por toda a cidade de Natal e suas adjacências, por vezes estendendo esse deslocamento até outros municípios, como é o caso do seu Geraldo, que vive nessa situação pelas ruas na Zona Sul da capital, mas que eventualmente transita em estradas fora da cidade. As caminhadas tomam quase todo o dia e a energia dessas pessoas, geram muito cansaço e dores no corpo, por isso é bastante comum problemas de saúde relacionados a essa prática, como varizes, inchaço nos pés e dores musculares nas pernas.

Ainda durante a conversa que tive com seu João, ele disse: “Às vezes, quando eu vou para Parnamirim, eu chego aqui com as pernas tudo assim ó [mostra as pernas tremendo]”. Nesse dia seu João tinha caminhado bastante até chegar ao centro da cidade – local onde estávamos. Ele contou-me que estava muito cansado e pretendia dormir no Albergue Municipal. No entanto, o Albergue encontrava-se temporariamente fechado por falta de água. Seu João ainda tinha esperança de que a situação fosse resolvida logo, para ele poder repousar e recuperar a energia que tinha perdido durante o longo trajeto de caminhada. Seu João falou: “Se tiver água nós vamos dormir lá. Em nome de Jesus, eu estou pedindo a Deus para descansar... Porque o corpo da gente se sente pesado”.

Desse modo, ao constituírem suas experiências cotidianas caminhando pelas ruas na cidade e entre as cidades, essas pessoas estabelecem uma relação com o espaço urbano de maneira bem particular. Esses deslocamentos são realizados em sua maioria a pé, primeiro pelo motivo mais evidente, que é o desprovimento de recursos para utilizar qualquer outro meio de locomoção que não seja o próprio corpo, segundo porque também vivenciam rotineiramente situações de estigma ao fazerem uso de transporte público, quando possível.

Diante de tais questões, ao utilizar o próprio corpo como meio principal de locomoção, essas pessoas acabam conhecendo cada ângulo da cidade melhor do que qualquer outro habitante local e é dessa forma que constroem “a partir de baixo” signos identitários marcados por “uma história afetiva e pessoal” na rua. A antropóloga Claudia Turra, que realizou pesquisa com os “habitantes da rua” coloca que:

Excluída de um mercado de trabalho rentável, frequentemente sem vínculo ou apoio familiar, induzida a optar por morar em aglomerados subabitacionais ou a viver na rua, esta população acaba por fazer da *mobilidade*, não apenas um período transitório, como ocorre com a migração, mas *uma forma de vida*, mantida ao longo dos anos” (MAGNI, 1997, p. 1, grifo do autor).

Por esta razão, em lugares como Barcelona e Londres existem pessoas em situação de rua sendo contratadas como guias turísticos, a partir de projetos de reinserção no mercado de trabalho. Os circuitos turísticos realizados por essas pessoas privilegiam mostrar o mapa afetivo destes com a cidade,

passando por esquinas e lugares escondidos que geralmente são desconhecidos⁶⁰

A intensidade da circulação da PSR varia conforme as condições diversificadas de ajuste desse segmento social ao espaço urbano (FRANGELLA, 2009), como, por exemplo, as condições climáticas; a realização de eventos e possibilidade de rendimento por meio da coleta de lixo; o aumento da visibilidade do local; os dias da semana e respectivos horários – do abrir e fechar das lojas, da distribuição de comida e doações nas instituições diversas etc.

Segundo Claudia Turra Magni (1995a), por se constituir apenas como espaço de pernoite, e não de moradia, as unidades de Albergues municipais tornam-se mais um estímulo à mobilidade – apesar de configurarem uma alternativa emergencial de abrigo. Isso acontece também por causa das exigências que não atendem à realidade vivenciada pela PSR – entre elas, a proibição da entrada de pessoas drogadas ou alcoolizadas.

A relação íntima entre a vida na rua e o uso de substâncias, como o álcool, o crack, ou qualquer outro elemento que tenha efeitos psicoativos, é um tema bastante recorrente durante as conversas que estabeleci com a PSR. Alexandro Gomes, por exemplo, falou:

Olha, você não está se drogando, que nem eu não tô agora, mas noventa por cento dos moradores de rua que eu conheço, a maioria usa cachaça e droga, cachaça e droga... Quando chega numa praça, ouve: “Alex, bora tomar uma”, vê já o cara morrendo né?!... Mas não

⁶⁰ Disponível em: <http://thegreenestpost.com/agencia-emprega-moradores-em-situacao-de-rua-para-atuar-como-guias-de-turismo/> e <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/09/europa-oferece-tours-com-moradores-de-rua-e-experiencia-mendigo.html>.

oferece um prato de comida. (Alexandro, relato registrado através de captação audiovisual).

Já Diego, 28 anos, relatou que faz uso de crack, mas que prefere a maconha, no entanto esta última seria mais cara e mais difícil de conseguir. Diego disse que consome essas substâncias em alguns momentos, como uma forma de “preencher o tempo”. Segundo Diego, quando ele ou os demais usam o crack, geralmente não aparecem para pegar o “sopão” que é distribuído ao lado da Catedral. Ele disse que fica “mais ligado” e que não sente tanto apetite. Este fato é reiterado também por Edson Silva, 30 anos: “Já cheguei a ficar 4 dias sem comer fumando crack. Não dá fome”.

Esse estado de maior atenção, descrito por Diego, ao usar o crack, pode ser interpretado também como uma maneira de autoproteção, em certa medida, pois, de acordo com Diego, quando eles dormem estão expostos à violência, que pode ser praticada por outra pessoa em situação de rua – quando existe alguma rixa, ou disputa – ou ser realizada por outras pessoas que os enxergam com “maus olhos”. Atentos, conseguem proteger seus bens mais importantes, que são os documentos pessoais, segundo as palavras de Diego. No entanto, disse que, se tivesse oportunidade, preferiria não fazer uso do crack, mas, segundo ele “na rua é difícil, sempre tem uma alma sebosa que chega oferecendo, acabamos sentindo necessidade”.

Segundo dados da pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), dentre as 223 pessoas em situação de rua estimadas na cidade de Natal – no período de 2007 a 2008 – pelo menos cinquenta e cinco por cento já fez uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2009a). Percebi que as pessoas acima de 40 anos de idade consomem mais o álcool, enquanto os

mais novos preferem o crack, além do uso de outras substâncias concomitantemente (fumo de rolo, cigarro, maconha, medicamentos etc.). Rosa, com certa frequência, bebia combustível alcoólico do posto de gasolina que fica próximo à calçada da Miranda, local que costumava frequentar e no qual dormia.

Entre o grande número de pessoas que são usuárias dessas substâncias – sendo recorrente se autodenominarem como dependentes – alguns me relataram ter sido esse uso que motivou a situação em que vivem ou que, quando o uso já era existente, este passou a intensificar-se na rua. Outros disseram que se habituaram a consumir essas substâncias durante o cotidiano de sobrevivência nas ruas. Dessa maneira, o posicionamento dessas pessoas sobre o uso de tais substâncias frente à situação vivenciada aparece em posições distintas: “por vezes como um dispositivo que dá início ao processo de vida na rua, em outros momentos, como uma tentativa de atenuar determinadas perdas que levam à rua ou as dificuldades para nela permanecer” (MELO, 2011, p. 43).

Não pretendo aqui apontar se o consumo ou não dessas substâncias é causador da situação de rua. A problemática consiste em compreender qual o papel que esse uso assume, uma vez estando em situação de rua e, quais as consequências que esse consumo acarreta, tendo em vista o estigma já sofrido, e a inexistência de políticas públicas que possam oferecer assistência compreendendo a realidade dessas pessoas, ao invés de criminalizando-as. Quanto a isso, é muito pertinente a fala de Maria Lúcia – liderança do MNPR/BA – durante a sua participação no I Ato do MNPR/RN que ocorreu em alusão ao dia 19 de agosto (Massacre da Praça da Sé/SP), na Praça Augusto Severo em Natal:

Ah Lúcia, mas a galera toma um 'goró desgramado! Ah, eu também tomei. Eu bebi durante muito tempo. Mas, gente, às vezes a bebida termina sendo nosso escudo. Termina às vezes, sendo a nossa defesa, para a gente não ver a situação desgraçada que está vivendo. A bebida, muitas vezes tira de nós o medo, a vergonha.... Tira de nós o frio, a fome...porque quando a gente começa a tomar goró simplesmente, daqui a pouco, para de sentir fome. E diga de verdade: não é muito mais fácil a gente culpar o outro do que culpar a nossa sociedade, ou os nossos governantes?! [...] nós somos, sim, pessoas que as vezes fazem uso de substâncias psicoativas. Somos anjos? Não! Somos profanos? Não! Somos seres humanos! Simplesmente seres humanos! Ou você vai me dizer que dentro da elite da sociedade não existem pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas? Ou gente que não toma umas duas... Só que a diferença é que quem tá na rua toma caninha e quem tá lá em cima toma uísque, mas o teor de álcool é a mesma coisa!” (Maria Lúcia, relato registrado por meio de captação audiovisual).

Essa colocação de Maria Lúcia, associada à fala de Diego e Edson, sobre o uso das substâncias psicoativas ser uma forma de “preencher o tempo”, de ficar mais “ligado”, e de inibir à fome demonstra como essa prática encontra-se associada às especificidades do cotidiano vivenciado na situação de rua. De acordo com essa perspectiva, Walter Varanda (2012) aborda a representação das substâncias lícitas e ilícitas na vida de muitos que estão em situação de rua:

Os rituais de uso estão associados à sociabilidade, às relações de parceria, proteção e segurança. A vida nas ruas é recheada de códigos, “de jeitos” que tornam o crack para uns e a bebida para a maioria uma opção

interessante, sem falar na disseminação da maconha, que permeia o uso de outras drogas [...] O uso abusivo, na situação de rua, é mais intenso que em outras situações em que o sujeito convivesse com algum controle social [...] também a taxa de usuários se deve à intervenção neuroquímica das substâncias que alivia, conforta, estimula, anestesia, diminui a autocensura, relaxa o autojulgamento e permite certa maleabilidade da autoimagem, principalmente aquela que o sujeito não gosta [...] Outro fator que pode ajudar a entender esse fenômeno é a questão do histórico da população de rua na cidade, já que mais da metade dos moradores foi internado em alguma instituição, predominando casas de detenção, clínicas de recuperação de álcool e outras drogas e Febem (VARANDA, 2012, p. 21).

Viver em situação de rua acaba favorecendo o aparecimento de doenças, além de piorar as previamente existentes (BRASIL, 2009a). Esse fato deve-se às circunstâncias degradantes e de extrema escassez que essas pessoas vivenciam durante o cotidiano no meio da rua. Relaciona-se às condições insalubres de trabalho, geralmente informais; à alimentação insuficiente, inclusive em termos nutricionais; às práticas que consomem o corpo – as andanças, o uso de substâncias que alteram os sentidos, as noites “em claro”; à ausência de um abrigo que ofereça proteção contra o frio, contra o medo e a violência, enfim, são muitos os aspectos que podem ser elencados.

Diante desse contexto, entre os problemas de saúde acarretados e ou agravados pela vida nas ruas, encontram-se: as disfunções respiratórias – pneumonias e tuberculoses; as complicações dermatológicas; lesões externas por atropelamentos, brigas e outras formas de violência; a presença do HIV/Aids; as perturbações psíquicas; além da hipertensão arterial, diabetes e outras doenças mais comuns entre a população

brasileira (BRASIL, 2009a). De fato, problemas relacionados à saúde foram bastante relatados entre a população em situação de rua que circula pela cidade de Natal.

Tendo em mente o conceito ampliado de saúde (que inclui habitação, alimentação, educação, emprego e renda, lazer, acesso a serviços de saúde etc.), cuja garantia está para além da atenção médica, Sarah Escorel (1999) aponta que as pessoas em situação de rua sofrem a experiência da exclusão social em diferentes dimensões. Entre essas dimensões penso que a garantia à saúde, bem como o acesso aos equipamentos e serviços de saúde, é uma das experiências de exclusão que foi evidenciada em diversos relatos dos meus interlocutores de pesquisa. A esse respeito, Maria Lúcia apontou, na sua fala, como no dia a dia acontece essa exclusão:

Dentro da Constituição diz que todo ser humano tem o direito à saúde como um todo, correto? Mas o morador em situação de rua não consegue acessar um posto de saúde, porque está sujo, porque não tem documento... e assim sim, a pessoa está suja... então me mostra onde é que ele pode tomar um banho?! Ele está sem documento. Tá. E onde é que ele vai guardar esse documento? E quando não, a polícia muitas vezes de madrugada toma esse documento, rasga esse documento... (Maria Lúcia, relato registrado através de captação audiovisual).

Diego, por exemplo, relatou que em certa ocasião estava com uma dor na perna muito forte, já fazia algum tempo, e que por isso foi à procura de atendimento. Ao chegar no posto de saúde, ele precisou preencher uma ficha, colocar o endereço, assim como outros dados pessoais que não tinha como responder. Ele contou que muitas vezes tentava ser atendido

no posto, mas “davam uma desculpa” dizendo que não tinha médico para atendê-lo, ou então, diziam que ele precisava de um agendamento para ser atendido. Mas, mesmo pegando a ficha de atendimento que lhe davam, quando chegava o dia marcado, mandavam-no voltar em outro momento.

São muitos os relatos dessas pessoas quanto à dificuldade que enfrentam ao tentar serem atendidas nos postos de saúde. Primeiro porque a situação da saúde no Estado do Rio Grande do Norte é muito precária; segundo porque comumente é exigida apresentação de documentos que muitas vezes elas não possuem; terceiro por causa do preconceito e da dificuldade de locomoção para chegar no posto quando já estão extremamente debilitados fisicamente e emocionalmente comprometidos. Quando conseguem ser atendidos, outra dificuldade que se apresenta é conseguir os medicamentos que são prescritos, além da dificuldade de administrar o uso de tais medicamento no “meio da rua”, sem a mínima condição estrutural necessária.

É o caso de Tadeu, que vive em situação de rua há cinco anos e relatou precisar tomar medicamento prescrito pelo CAPS para tratamento de dependência química, mas observou que esse medicamento lhe causa muita sonolência. Por isso, ele não toma, pois não tem condições de ficar dopado na rua, além do fato de que precisa trabalhar e realizar a “viração” cotidiana de sobrevivência.

Considerações finais

Na rua, não existe espaço nem para a fixação nem para a acumulação, pois o que se carrega é apenas o necessário e imprescindível: geralmente, uma mochila com os documentos

pessoais – quando a pessoa ainda os possui –, alguma muda de roupa e um cobertor. O único bem físico que possuem é o próprio corpo, e nele não conseguem carregar tantas coisas durante as perambulações que se fazem constantes nessa situação.

A prática errante das pessoas em situação de rua reflete as inúmeras perdas de vínculos sociais, comumente relatadas como motivadoras da situação, que é intensificada à medida que o tempo na rua se prolonga. O vínculo com o trabalho formal, por exemplo, torna-se cada vez mais complicado, tendo em vista o preconceito do empregador em admitir pessoas em situação de rua, pela inexistência de endereço fixo, pela aparência etc.

Dessa forma, as pessoas em situação de rua vivenciam um dia a dia marcado por uma lógica bem específica ao modo de vida que levam nas ruas: o cotidiano não é rigidamente controlado pelo relógio que marca um tempo domesticado pela produção humana (MAGNI, 1995b, p. 37). A temporalidade experienciada na condição de rua relaciona-se a outros marcadores, como os horários em que o comércio abre e fecha; as diferenças na dinâmica socioespacial que ocorre durante os dias da semana – especialmente as diferenças entre a semana e os fins de semana; o horário de funcionamento do Albergue Municipal; os horários dos locais alternativos que possibilitam a sobrevivência – o horário do sopão, do bate-gute, entre outros; o trânsito de carros. Cada momento torna-se profícuo para determinada prática: dormir, alimentar-se, conseguir um bico, lavar a roupa etc. Essas práticas, ao mesmo tempo em que se apresentam como adequações, simbolizam uma forma de resistência.

Pelo fato de sobreviverem da rua e na rua, resignificando espaços, materiais e a própria forma de se apresentarem diante do modelo de vida socialmente imposto, essas pessoas

subvertem a ordem legitimada e, por isso, são percebidos como uma ofensa moral, corporal e higiênica ao exercerem publicamente as suas privacidades e confrontarem o padrão classificatório dos cidadãos sedentários, ao viverem de seus restos e rejeitos (MAGNI, 1995b, p. 37).

Em vista disso, o modo de vida itinerante dos que habitam as ruas promove uma visão de mundo própria, bem como uma maneira diferente dessas pessoas experienciarem a cidade. Localizam-se inteiramente do lado de fora, no meio da rua, no espaço aberto, que é provisório. Nesse espaço vivem a exposição paralelamente à invisibilidade. São visíveis no momento em que são expulsos, violentados e enxergados pelo olhar do desprezo, quando não da caridade e piedade. São invisibilizados quando requerem oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal, quando reivindicam um espaço, um abrigo, um alimento, ou seja, quando exigem a garantia de todos os direitos postos na Constituição que lhe são negados.

Referências

AMADO, J. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Record, 2002 (1937).

ARRAES AMORIM, A. K. M. *et al.* Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: a experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 4, out./dez. 2017. No prelo.

ALMEIDA, H. T. *et al.* O Centro de Referência em Direitos Humanos e a população em situação de rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: PAIVA, I. L. (org.). **Direitos humanos e práxis: experiências do CRDH-RN**. Natal: EDUFRRN, 2015.

BAUDELAIRE, C. **Os Olhos dos pobres**. De Le Spleen de Paris (Les Petits Poèmes en prose), 1869. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2004/noviembre/cul_004.htm. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, 2009a.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 16 out. 2019.

BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CORADINI, L. **Praça XV**: Espaço e sociabilidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léo**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

GREGORI, M. F. **Viração**: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGNI, C. T. O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. 1995a.

MAGNI, C. T. Povo da Rua: um estudo sobre nomadismo urbano. **Cadernos da Cidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 1-41, 1995b.

MAGNI, C. T. Habitantes de rua: um caso de nomadismo urbano. **Travessia**: Revista do Migrante. São Paulo, n. 27: Nomadismos, Gráfica e ed. Peres, Ltda: 1997. No Prelo.

MELO, T. H. de A. G. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: Olha, Ouvir e Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, 1996.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390p.

VARANDA, W. Moradores de uma terra sem dono. **Sociologia** – Ciência & Vida, ano 3, n. 32, dez. 2012.

ENTRE NARRATIVAS, FOTOGRAFIAS E INVENÇÕES

TRAJETOS DA RUA

Anna Camila Lima de Carvalho

Tainá Carla Freitas de Macêdo

Thaiza Salgado de Medeiros

Nicole Silva Moreno

Historiografando o advento da população em situação de rua

Embora considerada como um acontecimento multifatorial, fruto da síntese de múltiplas variáveis históricas, a população em situação de rua deve ser analisada como importante reflexo de uma problemática que incide sobre as sociedades capitalistas (SILVA, 2006). Apesar de não encontrarmos documentos historiográficos formais e específicos acerca do surgimento dessa população, alguns apontamentos históricos podem ser realizados com o intuito de ampliar a compreensão das circunstâncias – econômicas, sociais, políticas – que influenciaram o processo de sua composição.

A sua origem em terras brasileiras pode ser considerada a partir do final da era pré-industrial, tendo a abolição do regime escravocrata/de servidão e o início dos modos de

produção capitalista baseado no trabalho assalariado como principal plano de fundo. A partir dessas mudanças na estrutura econômica do país, foram lançados às ruas milhares de ex-escravos, estando estes sem emprego, moradia ou condições para sua sobrevivência, vagueando pelas cidades, praticando a mendicância, cometendo pequenos furtos ou submetendo-se a condições deploráveis de trabalho. Eles ofereciam, a partir de então, sua força de trabalho, agora livre, concorrendo, no entanto, em desigualdade de condições com os brancos pobres e os imigrantes que chegavam ao país (MARICATO, 1997). Para Silva (2009), considerar a origem do pauperismo é determinante quando se discute a respeito do surgimento do fenômeno da população em situação de rua, de modo que afirma: “é no seio do pauperismo que (essa população) se generalizou por toda a Europa Ocidental, [...] compondo as condições necessárias à produção capitalista” (SILVA, 2009, p. 96), sendo essa afirmação também válida quando analisamos com precisão as variáveis acerca desse fenômeno em terras nacionais.

Nesse sentido, no Brasil e no mundo, é importante compreender o conjunto de ações referentes a um movimento higienista ocorrido ainda no início do regime capitalista industrial. Este contribuiu expressivamente para a exclusão de uma classe que, tanto não era detentora dos meios de produção, quanto não foi absorvida pelo mercado de trabalho formal. A aglomeração dessas pessoas, desempregadas e pobres, morando em precárias habitações coletivas – cortiços, estalagens etc. – dos recém-criados centros urbanos, compunha uma massa populacional que crescia exponencialmente. Eram inseridas em um contexto insalubre, de péssimas condições de higiene e propagação de muitas doenças, levando o incômodo às elites brancas as quais prezam pela ‘imagem limpa’ dos centros

urbanos. Temos, então, o estopim para um movimento de higienização das cidades sob o argumento de preservação da saúde, no qual o foco de combate era exatamente o contingente populacional citado.

De acordo com Maricato (1997), a política de saneamento tinha como principal objetivo, além das medidas propriamente higienistas, afastar das áreas centrais os pobres, mendigos e negros, bem como seus modos de vida. As elites brancas, em sua moralidade cristã, disseminavam sem medo que era nesses locais onde precisamente era germinado todo o mal que colocava em risco a saúde do resto da população (VALLADARES, 1991). Para essa mesma autora, a sequência de revoltas populares que se desencadearam a partir desse momento – a destacar a Revolta da Vacina – foi consolidando a noção de que as camadas populares eram mesmo as “classes perigosas” a serem combatidas.

O passar do tempo e o desenvolvimento do sistema capitalista deram à pobreza um lugar estratégico na engrenagem desse modo de produção, sendo isso possível graças ao que compreendemos como o desenvolvimento de uma noção de disciplina. Essa disciplina, descrita por Marx (2013), imposta por meio da força de açoites, ferros em brasa e torturas, impôs à população rural, após terem suas terras expropriadas, a submissão às leis trabalhistas que mantinham uma “disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (MARX, 2013, p. 808).

Considerando a histórica influência dos processos de produção e reprodução capitalistas no fenômeno da população em situação de rua como determinante em sua composição, ressaltamos a influência das progressivas mudanças no mundo do trabalho formal/informal. A chegada do toyotismo, em vista

do esgotamento do modelo taylorista/fordista, embora tenha trazido alguns aspectos positivos para o mercado com relação à linha de produção, a partir do momento em que concentrou no trabalhador uma responsabilidade maior pela qualidade de sua produção – não havendo, no entanto, quaisquer investimentos em quaisquer garantias ou seguridades sociais –, desencadeou uma série de precarizações nas condições de trabalho. Criaram-se condições econômicas e sociais para o aumento da produtividade industrial e diminuição de seus custos produtivos, sendo esta mudança via flexibilização das relações trabalhistas e empregatícias, e tendo no modelo japonês o padrão para adoção de uma nova estratégia, a qual visava ao aumento da produção de excedentes com menor custo produtivo possível (TOLEDO, 1997). Devido ao grande contingente de reserva de mão de obra, dados os menores custos de produção, tem-se, então, um trabalhador descartável, que, diante da disponibilidade de tantos outros trabalhadores, pouco vale dentro da lógica de produção.

Esses acontecimentos funcionam como um plano de fundo para entendermos o processo de favorecimento de algumas classes em detrimento de outras. Segundo Wanderley (1999), os processos de exclusão partem dos mais diversos âmbitos, uma vez que são caracterizados pela desvinculação dos indivíduos aos seus principais eixos de integração: o mundo do trabalho formal e os vínculos sociais. O fenômeno da exclusão torna-se naturalizado e o papel do estigma é reforçado, produzindo estereótipos de “perigosos”, “preguiçosos”, “coitados”, “sujos” para os indivíduos que habitam as ruas, tipificados por essas que seriam suas principais características (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Percebemos, então, que se trata de uma classe que é fruto direto da lógica do capital, mas que é também, em certa medida, incômodo à manutenção dessa ordem, já que denuncia por si só as incoerências desse modelo econômico. Por esse motivo, o funcionamento da sociedade acontece de maneira a invisibilizá-la e reforçar esses estigmas, de forma a mantê-la longe o suficiente dos dispositivos controladores do Estado.

Porém, alguns acontecimentos transbordam e se lançam ao olhar na vida social, como foi o caso do extermínio de um grupo em situação de rua pela polícia na Praça da Sé, em 2004, o que mobilizou todo o país e reacendeu as discussões em torno da problemática da violação de direitos sofrida por essa população. Em resposta a esse ocorrido, a própria população em situação de rua criou o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), no qual essas pessoas, partindo de um lugar de fala que é inerentemente seu, puderam trazer aos holofotes discussões acerca do seu cotidiano e da violência frequentemente exercida contra seus direitos, passando a pressionar o Estado de modo sistemático em prol da garantia desses direitos.

Como fruto desse processo de luta e resistência, em 2009, tem-se a criação do Decreto n. 7.053/2009, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). Esta tem como proposição inicial responder à complexidade da problemática da situação de rua, tanto na necessidade de articulação entre municípios, estados e instituições públicas e privadas, quanto na implantação de ações e políticas de acesso à cidadania (acesso à saúde, educação, moradia etc.) (BRASIL, 2009). Ademais, o decreto abre a possibilidade para aprofundar a discussão acerca do conceito de população em situação de rua,

trazendo para discussão no âmbito da *práxis* as problemáticas e especificidades dessa população.

O Decreto-Lei que cria a Política Nacional para a População em Situação de Rua define essa população como um “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (BRASIL, 2009, p. 16). A partir disso, consideramos o termo “em situação de rua” enquanto categoria composta por pessoas que fazem da rua seu principal espaço de existência, ou seja, onde habitam e desempenham funções básicas para sua sobrevivência – comer, dormir, banhar-se.

Tendo em vista a dificuldade para caracterizar essa população em sua multiplicidade de abordagens, compreendemos que considerá-la apenas enquanto fruto de uma questão social atrelada às contradições de um sistema econômico não trataria de sua inerente complexidade. Nesse sentido, a discussão acerca da macropolítica desse fenômeno, cuja influência nos parece ser determinante quando tratamos dessa problemática, é considerada aqui como contextualização para uma análise que dá uma atenção especial aos aspectos subjetivos responsáveis pela migração das pessoas para as ruas, ao tomarmos como objeto narrativas de suas vidas.

O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDH/UFRN), dispositivo criado para enfrentamento da violência e para afirmação dos direitos humanos, recebeu, em seus primeiros anos de funcionamento, uma quantidade alarmante de denúncias, o que revela a precariedade de políticas públicas que prestam assistência a populações vulneráveis, inclusive à população em situação de rua (ALMEIDA *et al.*, 2015). Diante desse quadro,

nasceu a pesquisa Direitos Humanos e População em Situação de Rua: Investigando Limites e Possibilidades de Vida, que visou à construção de um perfil psicossocial dessa população a partir das ações de extensão, atendimentos, oficinas e fóruns realizados em parceria com Movimento da População de Rua de Natal (MNPR-RN). A obtenção de resultados muito mais abrangentes do que o esperado culminou no desdobramento da pesquisa para uma segunda fase, direcionada às histórias de vida dos entrevistados (ARRAES-AMORIM, 2015).

Tal percurso de pesquisa e extensão foi determinante ao passo que o enfoque na “análise de fatores políticos, sociais e econômicos” (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014, p. 1), apontou a necessidade de pesquisar temas mais singulares, por meio de uma segunda pesquisa, também vinculada ao CRDH, intitulada: A Invenção da Vida Itinerante na Rua: Entre Narrativas e Imagens (NOBRE PEREIRA, 2015), que aqui apresentamos parcialmente. Esse outro direcionamento, apesar de ser transversal às temáticas de cunho macropolítico – como o MNPR, as circunstâncias econômicas vigentes juntamente com as problemáticas em torno da violação de direitos e a utilização dos dispositivos de assistência e saúde – carrega um olhar micropolítico, com ênfase nas vidas em questão e nas relações cotidianas. Neste capítulo, trataremos de suas “pessoalidades”, as especificidades vindas de cada história de vida, do percurso de cada um. Tentaremos olhar mais de perto as questões de ruptura familiar, de gênero, uso/abuso de substâncias ou até mesmo o desejo genuíno de não se fixar uma moradia.

Partimos, desse modo, para uma investigação que busca nas vidas simples formas de compreender como o desejo se agencia gerando modos de fazer cotidianos muito peculiares, seja na maneira de dispor uma cama para passar a noite, seja

na (re)utilização de objetos de maneira inventiva a cada dia, de modo a suprir as necessidades básicas.

Encontramos em Michael de Certeau arcabouço teórico para essa reflexão, analisando majoritariamente sua obra magna: *A Invenção do Cotidiano*. Nessa obra, Certeau introduz a ideia de estratégias enquanto ações subordinadas às táticas – não o contrário, como era descrito anteriormente. Para ele, a estratégia

é o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. Postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (CERTEAU, 1998, p. 99).

Já as táticas partem da ausência de um *próprio*, de um lugar de pertença. É o movimento dentro do campo de visão do outro, no espaço por ele controlado (CERTAU, 1998, p. 100). São maneiras de aproveitar as “ocasiões” e delas depender, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 1998, p. 100). Essas táticas nos falam das astúcias e enfrentamentos mais pontuais diante de observações do atual ambiente, num constante estado de reavaliação e correção, (re)inventando “artes de fazer”. Esse autor discute e teoriza acerca das possibilidades da vida ordinária, da vida cotidiana, construindo uma espécie de “teoria das práticas” (DURAN, 2007).

A noção que Certeau traz nos ampara em nosso ponto de partida, de modo a dar sustento ao objetivo primeiro desta pesquisa: conhecer mais sobre essas tais maneiras de fazer o

cotidiano, em sua ordinariedade e, sobretudo, conhecer dessas táticas, “daquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente” (CERTEAU, 1998, p. 99).

Concluimos que, objetivamente, nossa pesquisa se direciona a essa aproximação acerca dos modos de vida dessas pessoas, os “nômades das ruas”, principalmente no que tange ao teor de inventividade presente em suas táticas cotidianas. Estas ocorrem a fim de enfrentar as adversidades da vida nas ruas, circunscrevendo outros espaços dentro dos já delimitados espaços públicos, envolvendo modos nômades, andarilhos da existência, os quais confrontam toda a dureza e estabilidade do cinzento ar urbano. A partir dessa premissa, tivemos também como um de nossos objetivos produzir um inventário de narrativas e fotografias de pessoas em situação de rua e identificar que tipos de práticas se operam em seu cotidiano e quais redes de solidariedade neste são tecidas.

Modos de vida da rua e modos de fazer pesquisa (na rua)

“A melhor forma de conhecer uma cidade é perder-se nela”

(WALTER BENJAMIN *apud* PALOMBINI, 2009)

A pesquisa realizada foi de natureza essencialmente qualitativa. Acredita-se que seus campos de investigação são

“um universo atravessado por crenças, aspirações, valores e atitudes” (MINAYO, 2011, p. 22). A partir da noção de pesquisa-intervenção, adentramos neste campo, indo de encontro às metodologias tradicionais e trazendo enquanto possibilidade de ação transformadora da realidade as intervenções a nível de microfazer, inspirados na perspectiva microfísica do poder foucaultiano. Nesse processo, a metodologia da pesquisa-intervenção afirma seu caráter desarticulador de práticas e discursos instituídos, tendo como condição a interferência da relação sujeito/objeto pesquisado e a participação dos grupos sociais, no que diz respeito à resistência de opressões e transformação de realidade. Assim, firma-se num processo não de pessoas pesquisadas, mas que constroem o fazer-pesquisa, já que é nas produções cotidianas que tudo pulsa (ROCHA; AGUIAR, 2003).

A escolha metodológica também é de inspiração etnográfica. Acreditamos que essa metodologia produz inquietudes latentes no sujeito que pesquisa sobre o que e como o ele vivencia o seu campo, de modo a gerar frequentes questionamentos a respeito desse lugar ocupado – seja acerca da impossibilidade de ser um pesquisador neutro, seja sobre como a distância (temporal, afetiva, linguística etc.) entre o que se percebe, aquilo que se vê, e o que é escrito/relatado (aquilo que é construído atentamente) extravasa os arcabouços teóricos anteriormente consultados.

Buscamos olhar com olhos atentos e despretensiosos, num processo dialético ao qual nos submetemos, permitindo, portanto, que o campo nos capture e guie nossas mãos e nossos olhos: seja na escrita, na fotografia, mas, principalmente, na condução no espaço em que estamos adentrando (SILVA, 2009).

É num processo de observar e descrever que a pesquisa se faz, por meio do relato/diário de campo, como diz Silva (2009,

p. 9), num “livro de andar e ver. [...] registros de andanças e de coisas vistas”. Quer dizer:

Andar, ver e escrever, três fluxos que se encontram dinamicamente interrelacionados, a exercerem e sofrerem influências recíprocas. [...] O observador encontra-se em ação. Seu trabalho não é contemplativo, é interacional. Encontra-se em ação, está situado e se desloca. Interage, na ação e como interlocutor. Quais são enfim as influências e as relações entre os três fluxos. Como fluem, como influem e mudam os cursos uns dos outros. [...] Ora, influir é fazer fluir para dentro. Estar atento a essa economia de trocas. [...] Influir é inspirar e sugerir. Influir é fazer penetrar no ânimo. Influir é exercer influência em ou sobre. Estar aberto para as contribuições das próprias atividades (SILVA, 2009, p. 6).

A partir dos relatos de campo, construíram-se narrativas, sendo a escolha dessa ferramenta norteadas pelo desejo de apreender a respeito daquilo que se encontra na interface entre a vida individual e a social; o que chamamos de potência das narrativas de vida refere-se à possibilidade de dar ênfase a um conteúdo de cunho etnográfico que muito revela sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais de quem as conta/descreve. Compreendemos que, por meio dessas narrativas, é possível ressaltar a cadência e poética que se desvela nas complexas e curiosas histórias de vida que habitam as ruas (in)visíveis.

É importante ressaltar que, apesar de não serem maioria nas ruas – 18%, como aponta o Censo sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) –, a maioria de nossas entrevistadas aconteceu junto a mulheres, o que nos leva a refletir sobre nossos interesses, enquanto pesquisadoras – também

mulheres – em conhecermos um pouco mais sobre as vivências e experiências do ser mulher nas ruas. Além disso, é válido conduzir a uma reflexão acerca da tensão existente entre as pesquisadoras e os indivíduos homens em situação de rua. Compreendemos que esse atravessamento de gênero foi e é um fator muito importante quando analisamos a forma e o conteúdo das histórias e registros que chegam até nós, no entanto, não iremos nos deter a essa discussão, tendo em vista que as minúcias que essa temática requer não caberiam no escopo deste capítulo.

Os registros da pesquisa não se detiveram, no entanto, somente à palavra falada. Propusemo-nos também à captura de registros imagéticos, acreditando que o uso da fotografia rompe com o tradicional aparato metodológico do fazer ciência e cede lugar a formas mais heterodoxas de investigar e conhecer. Desse modo, tendo em vista que a cultura se revela por meio de símbolos (AUMONT, 2002), sendo estes expressos visualmente no cotidiano das pessoas (podendo ser observados nos gestos, indumentárias, rituais e artefatos), temos que a metodologia visual permite, como descrito por Campos (2011), não ofuscar o “semblante visível” desses mundos, ao passo em que não busca convertê-lo em meros dados operacionais.

Tendo em vista os principais objetivos desta pesquisa, para a análise tanto das fotografias quanto das narrativas, foram colocadas duas categorias principais: a vida ordinária e a vida extraordinária das pessoas em situação de rua. Detivemo-nos à importância do direcionamento do olhar para a linguagem do homem ordinário (CERTEAU, 1998), da pessoa comum, subdividindo a primeira categoria, respectivamente, em pequenos atos cotidianos, a saber: dormir, comer, usar drogas, socializar, produzir arte e trabalho. Já a respeito da

categoria que engloba a vida extraordinária, esta foi subdividida de acordo com os eventos extraordinários que mais apareceram em nossos dados: os encontros do Movimento da População em Situação de Rua (MNPR), os espaços de formação política, os encontros do coletivo de economia solidária (EcoSol), e espaços outros de organização política e eventos do Centro de Referência em Direitos Humanos. Este capítulo, contudo, terá como foco discutir apenas a vida ordinária das pessoas em situação de rua.

Foi, portanto, trabalhando a partir de nossas narrativas e registros imagéticos, que conseguimos nos aproximar da compreensão de como os sujeitos, além de ocuparem o mundo, transitam pelos espaços da rua (simbólicos e concretos), significam as experiências relatadas e os percursos traçados ao longo de suas vidas, bem como traduzem, em suas palavras faladas ou em seus outros modos de dizer, seus afetos, amores e resistências enquanto população vulnerável. Pensamos aqui que dar espaço para esse tipo de “expressão fenomenológica” é uma das formas mais interessantes de fazer ecoar vozes já tão pouco ouvidas na sociedade em que vivemos. É, como aponta Lima (2014, p. 9): “a narrativa [que] convida para a interpretação de um passado que nos escapa [...] e convoca-nos para a luta contra o esquecimento e a produção de significados”.

Debruçamo-nos sobre estes registros, ávidas para conhecer como os modos de vida da rua evidenciam a inventividade de quem, a partir de outra perspectiva, habita e ocupa a cidade. Sobre este termo, “modos de vida”, ressaltamos que, para além do que o senso comum indica, compreendemos essa noção como exposta por Fuganti (2001), fazendo referência a uma experiência de vida, a qual atravessa e é atravessada pela dimensão da *aisthesis*: a faculdade do sentir. Em contraponto,

numa dualidade que não se opõe, a proposição é de que o olhar seja para a experiência coletiva, isto é, para compreensão de que os modos de vida só existem e se produzem em meio ao funcionamento social e seus ditames. Além disso, entende-se que esse olhar expressa, simultaneamente, tanto o aprisionamento – que contrai, constrange – como a sabedoria, o pensamento, sendo sua “pedra de toque da liberdade”, o que atravessa o corpo e faz “do corpo e da alma uma expressão estética, uma obra de arte. Ou um trapo” (FUGANTI, 2001, p. 2).

Entrevistamos nove pessoas (cinco mulheres e quatro homens) que estão em situação de rua, seja habitando nela, seja sobrevivendo dela. As entrevistas foram abertas, a partir da questão: “como é viver na rua?”. A maioria dessas entrevistas aconteceu na própria rua, como nos bancos da Praça Vermelha, em frente ao Albergue Municipal de Natal, na orla da praia de Ponta Negra⁶¹ e em outras localidades, como quando entrevistamos uma das pessoas em sua própria casa.

Quanto a isto, deve-se lembrar que entrevistamos também pessoas que são atualmente domiciliadas, mas que já tiveram trajetória de rua. Essas pessoas vivem do manguieiro⁶² e do trabalho informal ou até mesmo do trabalho formal. Os

⁶¹ A Praça Vermelha localiza-se no Centro de Cidade; é um lugar bastante frequentado por pessoas em situação de rua, mas também pela população residente nas imediações. É um lugar com forte presença policial. O Albergue Municipal fica também no Centro, na Rua Princesa Isabel. Já a praia de Ponta Negra, na Zona Sul da Cidade, é muito conhecida por ser a praia do Morro do Careca, a duna cartão postal da cidade.

⁶² Trata-se da arte do convencimento: consiste na apresentação de uma necessidade ao público, podendo ser ela verdadeira ou não, de forma a buscar despertar a sensibilidade do ouvinte. O público, uma vez convencido dessa necessidade, pode aceitar fazer uma “colaboração”, oferecendo alguma doação – podendo ser ela em dinheiro ou não.

encontros se deram em interação com o espaço cotidiano dessas pessoas, transitando pelos locais que comumente elas frequentam/frequentaram, tentando capturar esses instantes, tanto com imagens quanto com palavras. Também fomos a campo exclusivamente para registrar as fotografias, caminhando pela cidade e transitando pelos espaços mais comumente utilizados por eles. Percebemos que, a cada turno que íamos, cenas diferentes se mostravam para nós, de modo que capturamos as nuances e sazonalidades desses espaços.

Vale salientar que preferimos nos aproximar do campo e convidar pessoas segundo nossas relações já existentes, principalmente por ser uma pesquisa que acaba adentrando em questões delicadas, fazendo o vínculo ser uma das ferramentas principais na geração de confiança entre entrevistador e entrevistado. Não nos detemos, no entanto, somente aos vínculos pré-estabelecidos; buscamos também conhecer e adentrar outros territórios que não eram conhecidos por nós.

Assim, foram realizados um ou dois encontros com cada pessoa, que duraram de uma hora até tardes inteiras – a depender de como o campo nos conduzia. Aos participantes foram feitos os esclarecimentos referentes à dinâmica da pesquisa e o caráter voluntário desta. Posteriormente, foi realizada a releitura conjunta das narrativas e solicitado o consentimento por escrito das pessoas entrevistadas para fins desta publicação, tendo os participantes declarado o desejo de que fossem utilizados seus verdadeiros nomes ou apelidos.

No desenrolar da pesquisa, foi através de registros – tanto fotográficos, quanto escritos, estes dispostos em diários de campo no formato de observações livres e, posteriormente, narrativas estruturadas – que nos aproximamos e investigamos a dinâmica de como a vida cotidiana pulsa na rua. Buscou-se

acompanhar os processos e hábitos relacionados ao cotidiano dessas pessoas, revelando novas e outras formas de fazer a vida, a existência e a ocupação da cidade: como é estar, trabalhar, dormir, amar e resistir nesses espaços, e como esses modos de existir singulares acabam (re)criando outras formas de sobreviver.

No que se refere às fotografias, foi possível coletar um inventário consideravelmente grande de registros, considerando que também foram utilizadas as fotografias capturadas nos seminários e eventos pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

De histórias, imagens, achados e discussões

Tivemos, ao final, para esta publicação, enquanto produto de nossos registros, cinco histórias-narrativas. Seguem as transcrições das narrativas, descritas pelas entrevistadoras em primeira pessoa.

Narrativa I: Matou leão à facada, com as mãos e com os dentes: mas carrega arte no corpo-andarilho

Nunca sabemos aonde os nossos passos podem nos levar. Os pés andam, mas não fazemos ideia do que eles podem ver. O cotidiano nos surpreende o tempo todo, ainda mais numa tarde de domingo. De *dreads* à pesquisa: momento de presença, de escuta, de troca. Encontro Ana no calçadão de Ponta Negra em Natal, de passagem, como sempre, com tecidos cobrindo o

chão, trabalhos expostos e alguns parceiros de estrada – uns tocando tambores e flauta, numa dança pré-pulsante, outros dividindo comida numa vasilha.

Ana é mineira, branca, mas bronzada do sol de todo dia. Andarilha de coração, diz ela. Artesã, artista, mulher. É maconheira e ganha grana fazendo música, arte e sexo. Tem 26 anos e há mais ou menos sete está rodando o Brasil, às vezes esbarrando com “uma galera massa que dá pra confiar desconfiando”, mas no fundo vivendo só. Quer descer pela Amazônia até o Peru, Chile, Bolívia, mas sente saudades de casa.

Cada dia que passa é um “leão” que mata, mas está aprendendo a amansá-lo. Desses leões que já matou, teve “homem sebo e escroto que tentou me estuprar”, conta, com os olhos cheios de repulsa. “Ser mulher dói mais. Dói porque o desrespeito e a violência batem na nossa cara todos os dias”. Já matou leão à facada, com as mãos e com dentes. Já viu e viveu coisas horríveis, mas é assim que quer levar a vida, “porque viver nessa lógica consumista que ninguém olha pra ninguém e só quer ferrar o outro dói mais”.

Ana leva consigo uma mochila: pente, canivete, escova de dente, cordões, pedras, material para artesanato, papéis, fotos, absorventes e algumas roupas. Mas carrega consigo, no corpo, na alma e no peito, muita arte. Muita vida, diz ela. Muita vontade de conhecer esse mundão afora.

Narrativa II: Don Juan

Vindo de uma família na qual o pai bebia e batia nos filhos e na esposa, Pippo's Paradise preferia ficar longe de casa, de forma que aos sete anos encontrava-se muitas vezes em situação

de rua. Quando questionado sobre como conseguia comida, diz que na rua ela não falta, “ainda mais quando é criança. É só botar os olhos do Gato-de-Botas e pronto”. Explica, ainda, que as pessoas na rua vivem se ajudando, num verdadeiro socialismo, e que apenas uma minoria nas ruas é pedinte; a maior parte prefere trabalhar e utilizar-se do manguio.

Pippo's Paradise é jovem e negro. Foi missionário, morador de rua, drogado, bandido, um verdadeiro Don Juan. Hoje, é militante do MNPR/RN. Esquerdista assumido, lê de Carlos Prestes a Karl Marx. Sonha com um país mais igualitário, despreza o trabalho formal, que escraviza, mas trabalha todos os dias no sinal, limpando vidros de carros para conseguir o dinheiro que precisa para viver. Tem família em Natal, mas vive nas e das ruas. Às vezes, dorme no Albergue, no viaduto do Baldo ou se abriga pelas ruas, como pode.

Nos tempos livres, fuma um *beck*, lê, toca, desenha e escreve, entregando-se ao mar de ideias que surgem na cabeça. Diz que quer terminar seus dias, velhinho, na universidade. “Quero ser que nem Paulo Freire”, afirma. Quer disseminar o conhecimento que possui e fazer a diferença para o pessoal da periferia.

Narrativa III: Voz que resiste o tempo todo: a rua tem som?

Quais os sons da rua? A rua é música. Em Luanda, mulher em situação de rua, a música pulsa e ela faz a música pulsar. O corpo é negro, com várias tatuagens e cabelos em *dreads*. A arte também pulsa em Luanda. Tem como instrumento a voz – instrumento de sobrevivência, canto, amor, sexo. A voz que fala de arte, música e poesia é a mesma que resiste. E também é a voz

que fala das dores, medos, receios e das dificuldades que passou. “Quem vive com arte na rua, é mais fácil, tá ligado?”, diz ela.

Luanda não é deste mundo, afirma. Desobedecer às regras dessa sociedade é seu *hobbie*: fugindo da mesmice de casa, desde seus 11 anos, andarilhando pelas ruas da Bahia, vivenciando a lógica das comunidades *hippies*. Produtora musical, cantora, técnica em enfermagem, artista... Luanda bebe até a última gota da vida: já fez muita coisa, já andou por muito canto, mas hoje vai se acalmando em Natal. Passou três meses morando nas ruas e ainda vive dela, mas hoje mora numa Pousada na Praia de Areia Preta. Guarda consigo numa caixa quase que a materialização do que já passou nas ruas: vários absorventes para dar às outras mulheres nessa situação. É feminista e milita, num gingado regueiro, sobre as mordanças que a vida coloca.

Narrativa IV: Dente-de-Leão

Filho de uma família rica e de outra muito pobre, Beto Francisco foi abandonado pelas duas. Assim, aos nove anos, encontrava-se já nas ruas, onde passava o tempo brincando e conquistando, com sua simpatia, as tias que vendiam comida na rua, para conseguir um rango.

Abrigado por uma antiga instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, fez-se artesão. Uma das lideranças de um movimento estudantil contra a ditadura, precisou refugiar-se no Chile. O artesanato e o carisma foram seus instrumentos de sobrevivência; misturava italiano com castellaño e era um sucesso. Dizia: “señor, por favor [...] tengo que manjare, tengo hambre!”.

Já dormiu em floresta, ouvindo barulho de onça, já foi militante dos sem-teto na Caxemira; esteve nos Estados Unidos, na Espanha, em Natal. Andou por muitos lugares e, com propriedade, afirma: “Em tudo quanto é lugar o povo é bom. O mundo é repleto de pessoas boas”. Além disso, ancora-se ao aqui e ao agora, jamais fazendo planos, e foge do capitalismo, desse mundo onde se é obrigado a comprar e a viver limpo.

Em sua última vinda para Natal, Beto pagava diárias em hotéis, onde guardava seus poucos pertences, deslocando-se inclusive para Pirangi, onde fez amigos que dividiam abrigo com ele. Atualmente, após ter saído e retornado à capital nortério-grandense, vive numa casinha alugada na Praia do Meio, onde guarda seus poucos pertences e seu material de trabalho. Por onde passa, vai deixando sua marca e conquistando a todos com seu bom humor. Assim, nunca se contentando com um lugar fixo, sua alma leve não consegue conter-se e volta a flutuar, levando-o para novos lugares, onde constituirá novos vínculos e novas histórias.

Narrativa V: mulher-mãe: dos filhos de útero e mãe da rua

Encontrar com Marcela é se deparar, em cada palavra, olhar, gesto e sorriso, com a força de uma mulher em todos os sentidos: ela resistiu e resiste todos os dias. Negra, 31 anos, viveu mais de oito na rua. Já saiu e voltou para ela algumas vezes. No último retorno, deixou os filhos morando na casa de parentes. Morou um tempo com o companheiro embaixo do viaduto do Baldo na Ocupação Maria Lucia dos Santos Pereira, “meu Baldo, minha vida”. Ambos trabalhavam “pastorando” e

lavando carros no centro da cidade. Hoje vive e está feliz com um novo amor nas ruas da cidade: Renata!

Sentamo-nos para e entrevista no banco da praça e seus dois filhos ficaram no chão: uma mãe contando a eles o que viveu, afirmando que os amava e os abandonou durante um tempo porque não aguentava a responsabilidade por tanta dor vivida. Era como se eu não existisse ali. Eram eles três num fluxo umbilical de parto, de vida. Além dos filhos de útero, Marcela também é a mãe da rua, conhecida como “Mamuska”, pelo cuidado que tem com os outros e pela liderança que exerce. Sobrevive e se protege ajudando, cuidando e acolhendo.

Levou-me a seu cotidiano, onde transitou por um tempo: “nos lugares que eu usava (crack), é canto escuro, lugar escondido que ninguém pudesse me achar. Mas eu hoje tô mais liberta das drogas, tá ligada?”. Entramos nas ruelas da Cidade Alta, nas casas abandonadas até a Pedra do Rosário. Era outro mundo, onde eu nunca havia entrado.

O chamado “mangueio” aparece em uma das narrativas, sendo realidade de muitas pessoas nas ruas. Consideramos o ato de “manguear” e também as ações referentes aos trabalhos informais como maneiras de subverter a imposição prescrita pelo universo do trabalho e da produção na lógica capitalista. É por meio dos pequenos serviços – o malabarismo no sinal, a venda de balas na feira, o ato de guardar (“pastorar”) carros – que as pessoas conseguem sobreviver, numa espécie de mercado paralelo dos fazeres simples, longe dos grandes empreendimentos, distantes do frenesi mercantilista. Essas ações são, dessa forma, maneiras de resistir ao desemprego, que tanto tem assolado a população brasileira.

Sob o enfoque foucaultiano, poderíamos ver o desemprego como uma estratégia do biopoder do Estado, ou seja, uma forma de “deixar morrer”, em que as vidas se sustentam em precariedade. Foucault chama essa estratégia de “função assassina do Estado”. Essa afirmação se refere não exatamente ao assassinio direto, mas ao “assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Poder-se-ia dizer, assim, que o Estado mata, indiretamente, a população “inferior”, marginalizada. Ou melhor, não apenas o Estado, mas também a própria sociedade é responsável por isso, pois na biopolítica, o poder nunca é centralizado, mas entranhado em todas as camadas em suas formações subjetivas diversas. Com menos recursos sendo gastos com a população marginalizada, é possível direcionar de forma mais organizada a melhoria da qualidade de vida de parte dos cidadãos, de maneira seletiva e, além disso, tornar a população brasileira mais “limpa” e “pura”, num grande processo de higienização e na lógica biopolítica do “deixar morrer” de muitos e do “fazer viver” de alguns (FOUCAULT, 2005). É nesse contexto de morte lenta que as pessoas se veem em situação de extrema vulnerabilidade, indo parar nas ruas. Contudo, onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1985, p. 91), e é aí que o manguieio e o trabalho informal têm seu destaque, como já dito.

Mesmo que o trabalho informal seja essencial para resistir ao assassinio indireto descrito por Foucault, é preciso considerar, contudo, que fazer a associação direta desemprego-situação de rua é algo precipitado. A falta de um vínculo empregatício não é o suficiente para que alguém fique em situação de rua: numa ocasião de desemprego, além do seguro

desemprego e de algum benefício recebido por parte das instâncias governamentais, a família e os amigos surgem como alicerce, mantendo as pessoas sem fonte de renda longe das ruas.

É tendo em vista essas considerações que enfatizamos os vínculos afetivos e, principalmente, a quebra desses vínculos, como fatores importantes quando tratamos da população em situação de rua. A ruptura dos vínculos que leva à situação de rua é, não raro, motivada ao mesmo tempo por várias questões, tais como: o uso/abuso de substâncias psicoativas; os conflitos familiares relativos às questões de gênero e/ou orientação sexual; além de problemas familiares diversos que levam a desentendimentos importantes no âmbito familiar (MDS, 2008; ARRAES AMORIM, 2015). Há ainda pessoas que, não podendo trabalhar, dependem exclusivamente dos vínculos familiares, como é o caso das crianças e de pessoas com alguns tipos de deficiência física.

Dessa maneira, assim como o desemprego não é o único motivo para as pessoas estarem na rua, o trabalho também não é o único fator que fará com que elas saiam dessa situação. Aliás, muitas vezes sair das ruas não faz parte dos objetivos dessas pessoas, seja por elas “preferirem” estar nas ruas com os modos de vida que construíram para si, seja por elas não terem condições de realizar esse objetivo, na imensa maioria dos casos. As narrativas apresentadas mostram essas diferentes situações. Escutamos de Ana e de Luanda o caminho que trilharam para sair das ruas e como sustentam essa condição de “ter um teto” com muitas dificuldades, ao passo que Beto, Pippo’s Paradise e Marcela querem uma casa para morar e viver em segurança, mas o estar na rua e o desejo de perambular pelo mundo representam o exercício de suas liberdades.

É importante deixar claro que o “preferir” não se trata de uma opção livre; não é algo que pode ser decidido facilmente. Pelo contrário, são inúmeras questões que acabam fazendo com que as pessoas “prefiram” ir para as ruas, mesmo tendo, teoricamente, um lugar para morar ou se abrigar. Assim, também há situações em que algumas pessoas que estão domiciliadas preservam o caráter nômade das ruas, mudando-se constantemente de casa, seja pelo próprio hábito andarilho, seja por eventuais rixas que surgem na vizinhança, ou que as acompanham de suas vidas na rua. Isso pode ocorrer também pela dificuldade de manter, como já descrito, o pagamento ou a concessão do espaço do qual tiram seu sustento diário (como por exemplo, no caso dos flanelinhas que “alugam” partes da rua para assim trabalharem naquele “ponto”). Os motivos específicos que fazem essas pessoas voltarem às ruas, contudo, ainda precisam ser melhor estudados.

Continuando a discussão, embora retratem histórias distintas, as narrativas aqui apresentadas partilham similaridades entre si. Falam de arte, trabalho, liberdade, solidariedade, nomadismo, invisibilidade e preconceito. Falam também, dessa forma, de violência. Por um lado, a violência física sofrida por pessoas em situação de rua é, algumas vezes, praticada por criminosos. Pessoas em situação de rua, que possuem apenas uma mochila como único bem material, são, de fato, assaltadas; elas estão altamente vulneráveis à agressão física por desconhecidos ou por pessoas conhecidas com as quais se vinculam, mas que as agredem, como é o caso, principalmente, das mulheres. Por outro lado, a violência ou agressão física também pode ser impetrada por policiais ou agentes da segurança pública da cidade. Escutamos relatos de pessoas que foram espancadas por policiais por estarem se “comportando mal”, sob efeito de

álcool, ou ainda, por algum motivo, por estarem incomodando comerciantes e pessoas moradoras da região por onde circulam, entre outros fatores. Em outras vezes essa agressão é praticada por cidadãos “comuns” – pessoas que são denominadas, de forma genérica, “pessoas de bem”, mas que agridem pessoas em situação de rua – e até mesmo por outras pessoas em situação de rua, por motivos de desentendimentos, rixas etc.

Já dentre as formas não físicas de violência, temos as várias formas de violência psicológica – como a agressão verbal, a intimidação etc. –, mas destacamos aqui a violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Este conceito trata de uma violência mascarada, uma forma de impor uma ideia ou vontade ao outro, de forma sutil, sem que ele, as pessoas ao redor e nem mesmo o agressor percebam que ela está ocorrendo. Pode descrever, ainda, o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. A violência simbólica pode ser exercida, por exemplo, pela igreja, pela escola e pela mídia. Pode-se dizer que é ela o berço de outras formas de violência, que surgirão como consequência.

Dentre os casos de violência aqui apresentados, há também a violência sexual e de gênero – podendo ser de caráter físico ou não. A maior parte dos relatos que ouvimos sobre tal tipo de agressão veio de mulheres e de pessoas LGBT. Por fim, citamos, em algumas situações, o descaso do Estado. Entendemos esse descaso como forma de violência, uma vez que atinge de maneira absurda os direitos das pessoas, por meio da negação de direitos básicos, como alimentação, moradia e saúde. Além disso, essa negligência não permite que a situação precária dessas pessoas seja revertida, pois não há o melhoramento nem a implementação de políticas públicas eficazes. No entanto, cabe destacar também que as políticas públicas

revelam as contradições relativas ao próprio funcionamento do Estado, ao passo em que assistem as pessoas em situação de rua em seu cotidiano, sendo para muitos a única possibilidade de acesso a serviços socioassistenciais, de saúde, educação etc., ainda que de modo precário e insuficiente.

Para além das violações, contudo, destacamos os enfrentamentos que se produzem frente a essas realidades: as formas de “levar” o cotidiano, as quais, de modo astucioso, atuam sobre os detalhes, reapropriando-se dos espaços e das oportunidades. Como já descrito anteriormente, detemo-nos à importância de distinguir teoricamente os conceitos de táticas e estratégias, tendo em vista que, para Certeau, as ações ou práticas são categorizadas em modalidades. Baseando-se em Certeau, pode-se dizer que táticas são a capacidade de se utilizar de (in)certas oportunidades para superar dificuldades pontuais, de maneira momentânea. A tática, assim,

aproveita “as ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1998, p. 99-100).

Essas táticas encaixam-se no que Certeau (1998) denomina de antidisciplina – numa resposta ao poder disciplinar na analítica operada por Foucault (1999) –, afirmando não sermos consumidores passivos. Nessa lógica, a ideia de Foucault (1985,

p. 91) de que “onde há poder há resistência”, defende que somos todos sutilmente subversivos, e que, constituindo “microrresistências”, lesamos o sistema, bem abaixo do nariz do Estado. Isso nos remete à primeira lei do livro *As 48 Leis do Poder* (GREENE; ELFFERS, 2000), que diz: “Não ofusque o Brilho do Mestre”; o subversivo, sabendo ser menor – apesar de ser maioria –, frente ao sistema esmagador, age com cautela, e mesmo cinicamente, para sobrepujar-se às leis impostas.

Portanto, assim como a biopolítica (FOUCAULT, 1979) é dotada de sutileza, também o é a resistência. E essa sutileza capilariza as revoluções em microrrevoluções e as utopias coletivas em heterotopias cotidianas. O poder condensado é, na verdade, poder pulverizado, como dito por Foucault (*apud* DINIZ; OLIVEIRA, 2013/2014, p. 9) sobre a microfísica: “a soberania não é mais do ‘edifício único’, mas dos súditos em suas relações recíprocas e das várias formas de sujeição que funcionam no íntimo de todo o ‘tecido social’”. E é aqui em que se fazem rupturas vivenciais e não apenas teóricas: os ditos súditos, orgânica e minuciosamente, subvertem o edifício.

Pontuaremos nos parágrafos seguintes os diversos elementos que constituem essa rede de antidisciplina (CERTEAU, 1998). O uso diverso dos espaços, como a reunião em praças à espera da sopa – permanecendo e desenvolvendo atividades em locais que são, usualmente, de passagem –, é um deles. A ocupação de espaços “abandonados”, como as praças, é consequência da marginalização, mas é também momento de socialização, momento de não se encolher num canto, mas de ocupar, publicamente e de forma conjunta, um espaço. As noites passadas em locais escondidos e, muitas vezes, passadas em claro, são também táticas, pois, apesar de serem momentos

extremamente desagradáveis e estressantes, são também uma maneira de se manter em segurança, de evitar a morte nas ruas.

Em nossas fotografias analisamos mais precisamente a respeito desses locais escolhidos para se fixarem ao longo do dia. Percebeu-se a existência de dois padrões nessa escolha, sendo um dos padrões referentes ao grupo que se estabelece ao longo do dia e da noite em um mesmo local e o outro padrão referente ao grupo que se fixa em locais noturnos que diferem dos seus locais diurnos.

Os que se fixam no mesmo local, de dia e de noite, foram observados próximos a alguns tipos de “móbia” (como é o caso das pessoas que se encontram abaixo de um viaduto no centro da cidade) e não perambulavam com lençóis ou colchões. Ao longo dos dias em que esse mesmo local foi visitado, percebeu-se a disposição dos objetos de forma mais ou menos similar, indicando um padrão de pessoas e objetos que se manteve. Nesse sentido, apesar de compreender que o nomadismo representa uma das principais artimanhas da população em situação de rua para subverter a violência que incide sobre seus corpos, analisou-se que esse grupo pôde tornar-se menos nômade que os outros grupos. Compreende-se que o ato de se fixar nessa área fala da facilidade de acesso aos serviços da rede de assistência social específicos para a população de rua (Albergue e Centro Pop), dada a pequena distância para estes locais a partir de onde as pessoas estão acomodadas. Mas não só isso. Infere-se que a noção de um referencial doméstico é um importante fator para esses grupos, tendo em vista a construção de espaços que remontam à disposição de uma casa nos moldes “clássicos”, diferentemente do padrão dos que são mais andarilhos. Observou-se nesses espaços a reutilização de objetos de porte grande, como sofás e colchões, além da permanência de um

grupo muito maior do que o comumente observado, numa espécie de pequena comunidade.

Quanto ao outro padrão, esses são os que, ao que parece, carregam menos objetos consigo, os que caminham com suas mochilas, os andarilhos. Diferentemente dos grupos que ficam embaixo de viadutos em locais de grande circulação na cidade, estas pessoas mudam com mais frequência de localidade e, geralmente, preferem as marquises das lojas para permanecerem durante a noite. Nesse grupo também podemos inserir os que passam a noite no Albergue e caminham durante todo o dia com seus pertences, às vezes também escolhendo locais como praças e semáforos para dormir (nesse sentido, já atrelado à possibilidade de “manguear” algum dinheiro, lavar os carros, fazer algum tipo de demonstração artística etc.). Dentro desse grupo, observou-se os que andavam em grupos maiores, como os grupos avistados numa grande avenida que corta a Zona Leste da cidade, os quais pernoitam várias noites por semana na marquise de uma mesma loja, e os que caminhavam majoritariamente sozinhos. Observou-se que era mais difícil tornar a encontrar um destes nas ruas, sendo seus percursos aparentemente ainda menos sistematizados. Considera-se que este fato possa se dar devido à dificuldade da manutenção da vida nas ruas de forma solitária, sendo necessário, muitas das vezes, não se manter às vistas para manter-se seguro.

Também foi possível observar que as pessoas não se detêm apenas aos espaços “protegidos” quando se trata de escolherem um local para se fixar: é possível encontrar grupos em locais mais expostos, como grandes avenidas, fora da cobertura de marquises, com ou sem a construção de uma pequena “cobertura” que os delimite algum tipo de proteção. Nesse último caso, percebemos que a escolha se dá pela existência de algum

ponto de suporte próximo, como grupos conhecidos que já se estabeleceram próximos ou a oferta dos “sopões”, por exemplo, tomando a segurança alimentar como prioridade.

Ressalta-se que os momentos de refeição que foram capturados dificilmente ocorriam à vista. Isso foi constatado porque, apesar de haver nos espaços dos grupos que observamos algumas marmitas ou frutas espalhadas, estas não pareciam indicar que era ali onde as principais refeições eram realizadas. Nesse sentido, os relatos colhidos nos indicam que nas partes mais comerciais da cidade é comum encontrar restaurantes que disponibilizam sobras das refeições para as pessoas que vão até lá. Além disso, há também os diversos pontos de distribuição de sopa que estão espalhados pela parte central da cidade, além dos restaurantes populares com refeições a custo de “banana”.

No que se refere aos espaços que sistematicamente oferecem esses alimentos, como instituições filantrópicas ou mesmo públicas, como o Centro Pop, não foi possível realizar registros fotográficos dentro desses locais. No entanto, a partir dos registros orais e conversas informais, foi possível ter ciência desses trajetos. Compreende-se, a partir dessas informações, que as principais táticas desenvolvidas no que tange ao momento das refeições estão diretamente relacionadas à disposição dos locais de distribuição de alimento e suas respectivas logísticas (se disponibilizam talheres ou não, se apenas distribuem os alimentos *in loco* ou se é possível se alimentar no local onde é disponibilizado, os dias e os horários etc.).

Já quanto ao uso de drogas, embora não tenhamos conseguido fotografar com facilidade imagens de substâncias ilícitas – devido a uma série de fatores e dificuldade no próprio trabalho de campo –, em nossas andanças e conversas visualizamos facilmente o uso de drogas lícitas. Isso porque

as garrafas de cachaça encontravam-se frequentemente em cima de toras de madeira, cujo formato remetia a algum tipo de mesa. Ao redor destas, as pessoas estavam frequentemente sentadas. Sabe-se, por meio dos relatos colhidos, que o uso do álcool é muito comum e funciona, segundo o observado, como um agente socializador – as pessoas se encontram ao redor das toras de madeira, ou do próprio assoalho, chão, mato ou terra, para conversarem, passarem o tempo e beberem juntas. O fumo também ocupa esse papel socializador, estando sempre presente nas rodas formadas em volta da fogueira.

De fato, as substâncias psicoativas são fonte de grande sofrimento psíquico, isolamento social e danos significativos ao organismo, se utilizadas de forma abusiva. Por outro lado, contudo, o uso de drogas, principalmente da cachaça – e mesmo que feito de forma abusiva –, é instrumento eficaz na diminuição da fome, do frio, e, a curto prazo (porém, nem sempre) da tristeza e da solidão, como descrito anteriormente. Tudo isso por um preço muito mais acessível que o de um prato de comida: é preciso lembrar que muitas pessoas em situação de rua não costumam ficar perto de algum restaurante popular e de pontos de sopão, por exemplo, de forma que, se quiserem acessar esses locais, precisam pagar passagem de ônibus, algo que é realmente caro para alguém em situação de rua. Além disso, o Centro Pop conta com poucas vagas, e todas elas já são reservadas às pessoas que têm seu nome na lista de atendimento, de forma a precarizar ainda mais o acesso à alimentação.

O uso de substâncias psicoativas, dessa forma, pode ser, além de uma simples prática, uma tática. Ademais, como fica evidente nos relatos, o uso dessas faz parte do universo da rua, constituindo os modos de vida “*hippies*”, por exemplo, como destacam Luanda e Ana. Há também a participação das drogas

compondo o cotidiano como forma de subsistência, ou seja, quando a venda de drogas aparece como fonte de renda.

Por fim, destacamos, não excluindo, contudo, a existência de outras táticas, a solidariedade entre as pessoas na rua como uma das mais importantes formas de enfrentamento à exclusão. Isso fica muito claro na narrativa “Dente-de-Leão”, pois Beto, por depender, quando criança, da solidariedade das “tias” que vendiam comida na rua, afirma haver muitas pessoas boas no mundo, tendo, inclusive, compartilhado um abrigo com seus amigos na Praia de Pirangi. Ainda na narrativa “Matou leão à facada, com as mãos e com os dentes: mas carrega arte no corpo-andarilho”, temos Ana e sua “galera massa que dá pra confiar desconfiando”. Por fim, na narrativa “Don Juan”, há o relato de que “as pessoas na rua vivem se ajudando, num verdadeiro socialismo”. Assim, frente a um sistema que exclui em massa, a solidariedade, a amizade, a ajuda mútua é, notadamente, poderosa arma de resistência.

Se, por um lado, fala-se da invisibilidade que essas pessoas sofrem, por outro, o fato de elas estarem por toda parte nas cidades, em cada sinal, em cada esquina, faz com que sua presença seja cotidianamente notada. Essa presença, contudo, ao mesmo tempo em que é notada, é rechaçada. Junto a essa invisibilidade, vem também o sentimento de culpa pela própria pobreza e também a sensação de inutilidade. Esta sensação, por sua vez, é prospectora da desesperança. Mas será que as pessoas situação de rua realmente nada esperam da vida? Segundo Carreteiro (2001), tanto na perspectiva freudiana quanto na sartreana, o projeto é inerente à vida, ou seja, é algo presente na vida de qualquer pessoa e é também elemento necessário para a manutenção dela. É com esse posicionamento que devemos

nos lembrar de que a população em situação de rua não apenas sobrevive, como também sonha, sente e deseja.

Podemos citar como exemplo disso o projeto de vida atual de Pippo's Paradise, que inclui fazer uma graduação e passar o conhecimento que adquiriu aos mais novos. Outro exemplo disso é a situação de Beto que, embora alegue seu “apego ao aqui e ao agora”, faz parte do movimento de militância, que se insere no plano das estratégias (CERTEAU, 1998). Isso porque a militância visa um objetivo maior – a mudança definitiva ou ao menos duradoura de uma situação vigente – e também porque tem um amparo concreto, uma organização mais bem definida, circunscrita pela presença de uma instituição. Essa instituição seria o MNPR, por exemplo. Ora, ter um projeto, muitas vezes, é fator determinante para continuar lutando pela vida. É notável, assim, o caráter estratégico da militância: os laços formados com os participantes e a força compartilhada entre eles pode ser estímulo para o enfrentamento de dificuldades cotidianas, como o preconceito, a injustiça – a agressão praticada por um policial, por exemplo – e mesmo a falta de alimento. Além disso, a militância aparece como incentivo para os participantes estudarem e lerem mais, de forma a levá-los a conhecer seus direitos e proporcionar, portanto, o reforço do sentimento e do exercício de cidadania. A militância tem, desse modo, apesar do caráter muitas vezes exaustivo e do lento caminhar de conquistas, potência para levantar a autoestima de seus participantes e empoderá-los.

Finalmente, outra estratégia importante a ser pontuada é a busca pelos dispositivos da rede de saúde e assistência (Consultório na Rua, por exemplo) e a aproximação aos coletivos sociais. Isso porque, ainda que se reconheça a estratégia biopolítica do Estado em negligenciar essa população ou ofertar

precariamente políticas públicas, encontramos em alguns dispositivos potências solidárias, de resistências e de cuidado junto a essa população, como é o caso de algumas práticas do Consultório na Rua quando, mesmo em condições precárias de trabalho, articula diferentes formas de acesso e cuidado à saúde. Além disso, a aproximação dessa população com outros coletivos sociais, como por exemplo, um grupo de capoeira com iniciativas no centro da cidade, compõe essas redes solidárias, visto que compartilham praticamente dos mesmos benefícios citados quanto ao MNPR e, portanto, quanto à militância.

Entre limites e possibilidades, um finalmente.

As histórias de vida retratadas neste trabalho nos contam de reinvenções do cotidiano, as quais são vividas em itinerâncias. Numa extrapolação dos mapas da cidade, como aponta Frangella (2004, p. 142), ao domesticar a cidade em busca de fontes de alimentação, materiais recicláveis, serviços e lugares para ficar, esses nômades urbanos concebem novos percursos, “[...] teias itinerantes que se estendem para além do mapeamento que a rede de atendimento faz quando localiza os agrupamentos ou organiza em um único material os serviços de atendimento”.

As resistências produzidas pelas inventividades nos modos de vida das pessoas em situação de rua nos convocam a perceber as sutilezas e sensibilidades das táticas e estratégias. Tais inventividades falam das reinvenções das formas de estar no mundo, as quais produzem lesões no sistema e desvios nas padronizações e normatizações já tão entranhadas nos nossos

corpos. Esses desvios, contudo, não vêm sem certa resistência, como já era de se esperar; o preconceito acaba sendo matéria-prima para a objetificação de pessoas e para a produção de sofrimento social. É preciso, por isso, abrir os poros para outros devires, para outras experimentações. É preciso abrir os ouvidos e o coração para tantas e tantas histórias de pessoas que já são silenciadas todos os dias.

Observamos que esses trajetos se produzem na “ordem dos ensaios, das experiências, dos inventos, tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, inventarão seus próprios destinos” (SOUZA FILHO, 2007, p. 2). Tratou-se, pois, de uma cartografia-etnografia do que emana dos corpos da rua, tanto da música, quanto do artesanato, da poesia, das formas de trabalho: corpo-andarilho, corpo-que-carrega-a-casa-nas-costas, corpo-mulher, corpo-música, corpo-prostituto, corpo-artesão, corpo-feminista, corpo-flanelinha, corpo-drogado, corpo-negro, corpo-maconheiro, corpo-militante.

Por fim, acreditamos ter sido testemunhas do que chamamos de uma produção de desvios-devires; o ir e vir à cidade e perder-se nela, movimento que nos proporcionou inúmeras perdas – lugares, saberes, vivências, certezas. Na rua a vida pulsa, assim como a ressonância do nosso coração com tantos outros, atirando e retirando dos nossos próprios corpos as coagulações e as fronteiras entre fora e dentro, diferenciar-criando a própria maquinação de si, de nós.

Referências

ALMEIDA, H. T. *et al.* O centro de referência em direitos humanos e a população em situação de rua de Natal RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: PAIVA, I. L. *et al.* (org.). **Direitos Humanos e práxis: experiências do CRDH-RN**. Natal: EDUFRN, 2015.

ARRAES AMORIM, A. K. **Direitos Humanos e População em Situação de Rua: investigando limites e possibilidades**. Relatório de Pesquisa (Pró-reitoria de Pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Documento não publicado.

AUMONT, J. **A imagem**. São Paulo: Editora Papirus, 2002.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Sumário Executivo. Brasília, DF: MDS/Meta. 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

CARRETEIRO, T. C. “A Doença como projeto” - uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001. p. 88-90.

CAMPOS, R. Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios. **Análise Social**, Lisboa, v. 46, n. 199, p. 237-259, 2011.

CERQUEIRA, A. S. T. **Evolução do processo social População em Situação de Rua**: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DANTAS, N. **População em situação de rua e a política social no Brasil**. 2013. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DINIZ, F. R. A.; OLIVEIRA, A. A. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. **Scientia**, v. 2, n. 3, p. 1-217, nov. 2013/jun. 2014.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, 2007.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FERRO, M. C. T. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, n. 8, p. 35-39, jan. 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/3703348/Revista_Direitos_Humanos_SDH_-_janeiro_2012. Acesso em: 19 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUGANTI, L **A ética como potência e a moral como servidão**. São Paulo, 2001.

GREENE, R.; ELFFERS, J. **As 48 Leis do Poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V.

Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Revista de Psicologia**, Vitória, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

LIMA, A. F. História Oral e Narrativas de Histórias de Vida: a vida dos Outros como material de pesquisa. In: LIMA, A. F.; JUNIOR, N. L. (org.). **Perspectivas Metodológicas em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3ªed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013 (Livro I).

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

NOBRE PEREIRA, M. T. L. **A vida itinerante na rua**: entre narrativas e imagens. Projeto de de Pesquisa (Pró-reitoria de Pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Documento não publicado.

PAIVA, I. *et al.* **Direitos humanos e práxis**: experiências do CRDH. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

PALOMBINI, A. L. Utópicas cidades de nossas andanças: flânerie e amizade no acompanhamento terapêutico. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 295-317, ago. 2009.

PEREIRA, L. C. Mudanças no processo de trabalho: repercussões e significados das reestruturações produtivas. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010.

PERRONE, C. M.; SANTOS, A. S.; SOBROSA, G. M. R. Saúde e psicologia em tempos biopolíticos: novas questões. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2013.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: ciência e profissão* V. 23, n.1, p. 64-73, 2003.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? *In: SAWAIA, B. (org.). As Artimanhas da Exclusão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUSA FILHO, A. **Foucault**: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. *In*: ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica; 2008.

TOLEDO, C. N. **Iseb**: fábrica de ideologias. Campinas: editora da Unicamp, 1997.

VALLADARES, L.. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. *In*: BOSCHI; Renato R. (org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991, p. 81-112.

WANDERLEY M. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 19-23.

TRANSNARRATIVAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO NATAL

Lis Paiva de Medeiros

Nicole Silva Moreno

Vinicius Azevedo e Silva

Yuri Paes Santos

In Memoriam de Ketylly Rius

Como chegamos aqui

A rua nos oferece surpresas quando ingenuamente idealizamos conhecê-la. Este texto trata da experiência da surpresa, do espanto e do encantamento despertados em um grupo de estudantes envolvidos em atividades acadêmicas com a população em situação de rua. Tratou-se de um encontro com as resistências, os improvisos que as constroem e, em suma, com a vida que insiste em brotar na rua. Surpresa e resistência também são palavras que ecoam quando lembramos de Ketylly, que conhecemos durante essa experiência, e a quem é dedicado este capítulo.

Ketylly se apresentou a nós inicialmente com um nome masculino. À época, estávamos inseridos no TEC-Rua⁶³, um projeto de extensão no qual a informática e os computadores, mais do que ferramentas para a inclusão digital, eram utilizados como instrumentos nos processos de subjetivação na rua (NOBRE PEREIRA, 2015). Percebíamos que o perfil das pessoas que utilizavam aquele espaço era muito heterogêneo: a oficina acolhia diversas faixas etárias, do infanto-juvenil, jovens adultos, até adultos mais experientes; do empregado ao profissional informal e também aposentados ou desempregados. Ketylly, no entanto, veio nos despertar para uma heterogeneidade que ainda não nos havia afetado.

Ela chegava naquele espaço com desconfiança, cabelos curtos e um corpo masculino aos olhos alheios. Aos poucos, foi se sentindo mais à vontade perto de nós, principalmente quando estava junto a seus amigos, com quem sempre compartilhava risadas. Sua alegria e sua resistência foram também aos poucos se revelando. Após um tempo, pediu para que a chamássemos de Ketylly. Pediu também que criássemos um perfil no Facebook

⁶³ O projeto teve como objetivo instrumentalizar pessoas em situação de rua ao acesso e uso de tecnologias informacionais, buscando também fortalecer as ações e as articulações do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/Natal). As atividades do projeto tiveram como foco as relações entre as novas tecnologias de informação e a produção de subjetividades, considerando que a conexão entre as experiências do cotidiano nas ruas e os espaços virtuais podem produzir novas formas de comunicação e socialidades. O projeto teve a parceria do CRDH e do IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte).

Equipe do projeto: Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira (Coordenadora), Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (Vice-Coordenadora). Discentes: André Felipe Jales Coutinho, Emanuely Cristina de Souza, Yuri Paes Santos, Lis Paiva de Medeiros, Nicole Silva Moreno, Anna Carolina Vidal Matos, Paula Laís Araujo de Medeiros, Gustavo Henrique Araújo de França, Erick Cauann Marques Alencar e Marcus Demetrius Garcia Fonseca.

com seu nome, de fato: Ketylly Rius. Contou-nos, então, das violências marcadas em seu corpo para além das cicatrizes e das feridas visíveis: disse que tinha antes um cabelo enorme, que havia sido cortado, “torado” num ato violento, como que a proibissem de viver seu corpo em sua feminilidade. Também era impedida nas suas roupas, já que as doações que chegavam eram de peças masculinas. Mas aí também resistia, inventando: dobrava de um lado, apertava em outro, buscando fazer aqueles tecidos mais congruentes com o corpo que os vestia.

Ketylly nos despertou, assim, o olhar. Foi dela grande parte da inspiração para a construção da experiência que aqui apresentamos. A partir das conversas informais com ela e com seus amigos, foi surgindo em nós uma inquietação, uma vontade de nos aproximarmos de suas vidas, de seus percursos. Passamos a observar, então, que sem pretensão anterior, algumas pessoas LGBT vinham até nós compartilhar situações do seu dia a dia após as oficinas de informática.

Foi crescendo, dessa forma, a necessidade de nos inscrever em seu mundo e em seu grupo, buscando atentar às vidas que ali se produziam e aos cuidados que poderíamos ofertar na posição que ocupávamos como estudantes, pesquisadores/as ou extensionistas do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDH/UFRN). Ali, havíamos entrado em contato com a população em situação de rua e seguimos acompanhando o percurso de vida das pessoas e dos grupos, apoiando as ações organizadas do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RN) e realizando, sumariamente, várias atividades do interesse dessa população, tais como: promoção de oficinas, rodas de conversa, acompanhamentos coletivos e individuais. Atividades que concomitantemente cumpriam os objetivos

propostos pelo programa da nossa pesquisa e extensão, que é, entre outros, compreender intervindo acerca dos caminhos de cuidado que a população em situação de rua da nossa cidade utiliza em seu dia a dia, e enfrentamentos cotidianos em seus diversos territórios existenciais.

Esses territórios, então, alcançaram nossa sala de aula, num segundo momento durante a disciplina Métodos de Pesquisa e Análise de Dados, da graduação do Curso de Psicologia. Assim, optamos por levar até esse espaço algumas questões que se revelavam no nosso campo enquanto extensionistas, as quais tentamos situar nesse breve texto. Trata-se, enfim – antes de descrever uma pesquisa nos moldes tradicionais – de um relato sobre uma experiência na rua, com ela, suas personagens e suas histórias que nos marcaram.

A Pop Rua LGBT

Os complexos fenômenos dos contextos de vulnerabilidade social presentes na rua são frutos de um processo sócio-histórico de exclusão, que vão desde os períodos da administração colonial até a consolidação do Estado contemporâneo. Tais participações das instituições e ações de caráter público e privado frente ao acolhimento e cuidado a estes sujeitos, muitas vezes, têm se mostrado perversamente omissa ou mesmo violentadora, aliado a uma malha social (civil, psicológica, jurídica, midiática, médica etc.) que criminaliza e pune estes grupos sociais, ou cede algum tipo de assistência “caritativa”, derivado de todo um percurso histórico das instituições que assistiram as comunidades subalternas em nosso país, muitas vezes isento

de políticas públicas voltadas para o complexo mosaico étnico da população brasileira (BRASIL, 2008a). Em resumo, de toda forma, uma lógica de subjugação e subalternidade dos sujeitos era permanentemente reinante.

Em oposição a estas violências, a história de luta da população em situação de rua começou a ser formalmente traçada na última década, por meio de todo um processo de luta por direitos protagonizado pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Destaca-se nele, como conquista legal, a implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, por meio do Decreto-Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), cujo objetivo passa pelo rompimento com esse percurso histórico de invisibilidade para um lugar de cidadania e garantia de direitos. Hoje, essa diretriz política é bastante significativa por definir claramente de quem falamos ao retratar o grupo de pessoas englobado pelo termo população em situação de rua.

Concomitantemente, podemos falar sobre a população LGBT do nosso país, que também tem construído uma história de luta formal notadamente a partir da década de 1970, mas ainda hoje, cotidianamente, questões de identidade de gênero e de diversidade sexual são motivadores de atos de violência física, simbólica e sexual no Brasil (BRITO; LINS, 2014). No atual contexto político, observamos que, na mesma medida em que emergem políticas públicas voltadas para a garantia de direitos destes cidadãos, permanecem ainda em ciclo uma difusão de ondas de ideias conservadoras que insistem em (re)invisibilizar estes sujeitos, coagi-los e violentá-los. Concordamos com Machado (2015) quando afirma a complexidade de se debater sobre pessoas LGBT em situação de rua, já que o fenômeno envolve condicionantes em relação à situação de rua, como

também a respeito das identidades de gênero e orientações sexuais. Portanto, as discussões sobre as relações de violência sofridas por parte desta população permanecem, ainda, absolutamente urgentes.

Presenciamos, assim, graves violações de direitos, a essas pessoas, as quais, muitas vezes, eram naturalizadas ou negligenciadas em meio à dureza das ruas. O que se pretende, então, com este breve relato, é dar um primeiro passo no sentido de enxergar, de fato, estas pessoas a partir de suas histórias, experiências, vivências e pontos de vista – suas vidas.

Para tanto, caracterizamos como participantes do trabalho pessoas que, além de estarem em situação de rua, compõem o grupo LGBT, o qual, apesar de ter em sua sigla a referência apenas das categorias das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, se propõe a abarcar os diversos sujeitos sociais, os quais vivem a experiência de ser desviante às normas sociais no que referem à orientação sexual, bem como à identidade de gênero.

Procuramos nos agenciar aos seus devires, como também investigar quais proximidades e distanciamentos entre aquilo que encontraríamos na vida das pessoas e o que encontramos na literatura e, principalmente, ampliar nossa visão enquanto estudantes de psicologia. Assim, nos orientamos pela seguinte questão: como são as experiências da população LGBT que se encontra em situação de rua na cidade de Natal? Para além dos marcos legais e institucionais, como a população LGBT em situação de rua ocupa um lugar como grupo minoritário? Como se relaciona – seus desvios, fugas, rupturas ou conciliações – com padrões de cis-heteronormatividade no espaço e na vida na rua?

Tomamos como objetivo geral da pesquisa conhecer as experiências e vivências da população LGBT em contextos de

rua na cidade. Em consonância a ele, os objetivos específicos são conhecer os processos de violência e opressão vivenciados por este grupo; mas também, “em resposta” às violências seus modos de resistência e os processos de cuidado de si (FOUCAULT, 1985), assim como por onde caminham seus desejos.

Compreendemos essa população especialmente em suas singularidades, em sua diversidade que rompe com categorizações normativas, as quais, concretamente, tendem a objetivar a imagem de um sujeito o qual é homem, adulto, branco, cisgênero, heterossexual, rico, pai de família, cristão, trabalhador, fixo em todos os sentidos, inclusive (e ponto-chave para as perguntas feitas aqui) em sua moradia, propriedade vitalmente privada: que reproduz em si, em seu corpo, todos os ideais e valores objetificados na cultura da sociedade neoliberal capitalista, as quais sejam postas como os lugares desejáveis de se estar, lugares de virtude (ALMEIDA, 2006).

Nesse sentido, como nos lembra Foucault, a era moderna tem como marca um poder que não mais se concentra num soberano, mas se espalha entre os indivíduos, e fazem parte do seu processo de subjetivação (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007). Esse processo, então, é marcado por práticas históricas e sociais: à norma, então, são somados mecanismos de disciplina e controle que atuam sobre os corpos dos indivíduos. Nesse contexto, a sexualidade é um dos primeiros alvos de repressão, como as práticas de castidade, a monogamia. Porém, como também é trazido pelo filósofo francês, onde há Poder, há também Resistência:

Os saberes e os poderes de todos os tempos procuram domar os processos de subjetivação, mas estes lhes escapam perfazendo uma história da resistência

relativa à vida, pois ‘o ponto mais intenso das vidas, onde se concentra sua energia, fica exatamente ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças e escapar de suas armadilhas’ (FOUCAULT, 1977 *apud* DELEUZE, 1986, p. 101).

Assim, tratamos das resistências, daquilo que, nos corpos, na sexualidade – por resistir – desvia.

Nesse sentido, trazemos também a noção de desejo como uma força motriz da produção do real, como aquilo que excede em uma constante ameaça de transbordar. Dessa forma, somos máquinas desejantes que criam fluxos, promovem novas (des) organizações e que constroem novos agenciamentos com o mundo, sendo capazes de o atualizar, de garantir novos arranjos existenciais possíveis. Nesse pensamento, entendemos que todo desejo é revolucionário, visto que estes se deslocam a todo instante no real e, assim, o desestrutura e rearranja. Desejo é, portanto, movimento: “constrói máquinas que, inserindo-se no campo social, são capazes de fazer saltar algo, de deslocar o tecido social” (DELEUZE, 2008, p. 296).

É isto, então, que nos movimenta frente a essa fixidez enrijecedora. Assim, nos perguntamos: o quanto a existência pode se deslocar da experiência do sujeito “ideal”? Buscamos aqui outras narrativas, outras maneiras de ocupar o complexo tecido social, compreender que existem vozes silenciadas que narram o mundo, a cidade, de uma maneira diversa, e age de forma subversiva muitas vezes, operando verdadeiras linhas de fugas e máquinas de guerra frente ao cotidiano instituído da “normalidade”. Nesse caso, modo de ser *sine qua non* para gozar do estatuto de “bom cidadão” – uma pessoa com direitos civis, que consegue formalmente acessar as instituições sociais e nelas se inscreverem, receber em troca os serviços por elas

prestados. Focamos, portanto, no desviante, buscamos o simulacro, falamos aqui desses sujeitos que não se adequam a essa moral, a esse modo de ser, falamos desses corpos abjetos que não são inteligíveis e nem têm uma existência legítima (BAPTISTA, 2010).

Percurso metodológico

Este é um relato de uma experiência no campo, a partir da inspiração da metodologia da pesquisa qualitativa, especialmente a etnografia. Compreendemos, desse modo, uma vez que se tratou de uma experiência inicial de estudantes durante o percurso de uma disciplina que envolvia a prática da pesquisa. No entanto, nosso foco principal era abrir olhos e ouvidos para o que as pessoas teriam a nos contar e mostrar, a partir de suas vivências. Por isso, optamos por assumir uma postura epistemológica em que, de modo algum, o empreendimento científico poderia resumir completamente o fenômeno a uma relação unicausal e estática, preferimos compreender o fenômeno como uma maneira fluida e complexa de “estar” ou “aparecer”, ocupar o mundo.

E para nos aproximarmos, então, da compreensão de como esses sujeitos ocupam o mundo, assim como os diversos espaços que compõem suas histórias de vida, também os seus afetos, desejos, existência e resistências, nos debruçamos sobre o relato oral dos/as participantes, pois acreditamos que esse seria o formato mais apropriado para que os agenciamentos de suas vozes fossem ouvidas e contempladas por nós nesta pesquisa. Optamos pela narrativa, pois compartilhamos com

Meccia (2015, p. 15) a ideia de que “as narrativas não são a crônica dos feitos; são construções que possibilitam apreciar, em um determinado momento do devir biográfico, como as pessoas narram a si mesmas, seus semelhantes e seus entornos sociais”.

Nesse sentido, utilizamos esses devires biográficos como uma investigação sobre vários indivíduos, com histórias não lineares, nem individuais, mas que se inter-relacionam, se cruzam e se afastam, a partir das experiências narradas. Buscamos as intersecções, os nós, os entrelaçamentos, as rupturas que essas histórias constroem, bem como em relação a seu contexto mais amplo, tentando garantir à voz da subalternidade o empoderamento, o qual as instituições sociais opressoras tendem a invisibilizar.

Tomamos, então, um ponto em meio ao processo caótico de produção de si, partindo de uma situação: ser LGBT em situação de rua. Assim, buscamos ficar o mais flexíveis possível às experiências que essas pessoas externam, bem como compreender o que se mostra nessa produção incessante de subjetividade, a qual se dá a partir dos encontros com aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver. A partir disso, é possível experimentar e inventar maneiras diferentes de perceber o mundo e de nele agir (MANSANO, 2011).

Nos encontros, essa subjetividade se (trans)forma. Nos encontros, nós (sujeitos) somos formados e, nos acontecimentos, somos concebidos. Nos diferentes encontros vividos com o outro, somos, modificamos e exercitamos nossa potência para nos diferenciarmos de nós mesmos e daqueles que nos cercam. Assim, experimentamos: alguns encontros são prazerosos, outros amenos, alguns até violentos. E, dessa forma, somos construídos em meio à sociedade.

Narramos, assim, o que chamamos de percurso metodológico, já que ele se construiu contendo mudanças de trajetória, rupturas com o planejado e transformações a partir do que o campo nos exigiu: o imprevisto e a invenção para que pudéssemos ouvir.

Nosso planejamento inicial era realizar entrevistas de caráter aberto com quatro participantes, de forma individual, todos em situação de rua, três dos quais entendíamos que se consideravam homem cisgênero homossexual e uma a qual entendíamos que se considerava mulher transexual⁶⁴, noções que foram intuídas a partir de conversas informais anteriores que havíamos tido com cada uma dessas pessoas. Frente a esses sujeitos, nossa pergunta disparadora seria: “Como é ser gay/trans na rua?”. Os/as participantes foram selecionados mediante o vínculo já existente dos/as pesquisadores/as com a população em situação de rua, devido à realização de projetos de pesquisa e extensão há mais de um ano com esse grupo.

No entanto, tendo em vista as surpresas que o campo sempre nos reserva, chegamos, num domingo, perto do meio-dia, à praça onde tínhamos combinado de nos encontrar com um dos participantes, nosso anfitrião. Ele nos levou até a descida da rua em frente à praça, na Cidade Alta, bairro na zona leste de Natal e um dos primeiros a se formar na cidade, no qual há uma elevada concentração de pessoas em situação de rua e onde também acontecia o TEC-Rua, por meio do qual

⁶⁴ A terminologia Trans aqui empregada diz respeito às populações as quais compõem categorias que não são abarcadas pelo modelo cisnormativo, de maneira que não se atrela o gênero ao sexo, ou às pessoas que escapam do modelo binarista de gênero, não se reconhecendo exclusivamente como mulher, nem exclusivamente como homem. Entram, portanto, travestis, transexuais, transgêneros, transformistas, crossdressers etc.

conhecemos várias pessoas que habitavam ou circulavam pela região. Ao chegarmos lá, numa praça entre ruas movimentadas (naquele momento calmas, já que era meio-dia de um domingo) encontramos com nosso anfitrião, que também participaria da pesquisa. Observamos o cenário: havia uma larga sombra de uma árvore, aproveitada como ponto de descanso para várias pessoas em situação de rua. Ao chegarmos lá, algumas pessoas nos reconheceram das outras atividades e estranharam nossa presença ali, fora do espaço instituído. Nosso anfitrião, então, ia ele mesmo explicando que estávamos ali para “conversar” com algumas pessoas. Após afastar os “curiosos”, nos levou até quem ele mesmo convidou para participar da pesquisa: amigos, também LGBT que compartilhavam da vivência na/da rua.

Todos compartilharam conosco seus papéis, num gesto de acolhimento no seu espaço. Sentamos junto a eles e rapidamente formou-se uma roda entre nós todos. Chegamos ali dotados de uma expectativa de realizar as entrevistas individualmente, pressupondo haver questões a serem tocadas da ordem do privado, mas qual não foi nossa surpresa quando toda a roda, quase em uníssono, insistiu para realizar a entrevista ali mesmo, em grupo. Uma roda em meio a várias outras pessoas em suas atividades e passatempos de domingo.

Nosso método se transformou naquele instante: nosso campo se organizou de acordo com sua dinâmica; e nós, na posição de pesquisadores/as, tivemos que seguir seu ritmo. Embora momentaneamente desterritorializados/as, conseguimos nos abrir à insurgência: formou-se uma roda de conversa. Sentamo-nos no chão com eles. Nossa fala se resumiu a explanar nosso objetivo ali, e a pedir para que cada um/a oferecesse autorização formal para então, disparar a pergunta que havíamos estabelecido inicialmente. A partir dela, veio à

tona uma riqueza de ideias, vivências, práticas que serão exploradas mais à frente. Pouco depois do início da conversa, outro homem, o qual não conhecíamos anteriormente, ia passando pela calçada ao nosso lado. Entendemos, pelos cumprimentos, que ele é próximo ao grupo que formava nossa roda e, assim, sendo, foi imediatamente convidado pelos/as outros/as participantes a se juntar a nós, já que eles julgaram que o assunto era pertinente a ele. Afinal, nosso plano prévio seria fazer entrevistas individuais abertas com quatro pessoas, a partir da pergunta disparadora “Como é ser gay/trans na rua?”. Ao final, de acordo com as necessidades do campo, formou-se uma roda de conversa a partir da mesma pergunta, a qual se estruturou como uma conversa, com diálogo aberto entre os/as participantes a partir das suas experiências, opiniões e reflexões. Todos, enfim, concordaram que o diálogo fosse gravado para posterior consulta.

Optamos por organizar os dados emergentes em três descrições narrativas intituladas a partir de falas marcantes que emergiram durante a roda de conversa. Elas são marcadas por temáticas distintas, mas que se entrelaçam e se transversalizam umas com as outras, de modo a formar uma rede, a qual entendemos que nos dá um pouco de vislumbre da experiência dos/as nossos/as participantes.

Nossa escolha pelas narrativas se baseou na concepção de que elas trazem os sentidos e significados emergentes, dados pelos/as participantes, mas, sem deixar de lado como aquilo ressoa no grupo (LIMA, 2014). Num sentido mais amplo ainda, como aquilo se entrelaça com o domínio da cultura e com o contexto social mais próximo – nesse caso, a rua –, de forma a expressar noções de identidade, representações que remetem

a uma estrutura social (CASTELLANOS, 2014) e um percurso existencial.

Um amor feliz: narrativas e afetos da Pop Rua LGBT

Um amor feliz

*Um amor feliz. Isso é normal,
isso é sério, isso é útil?
O que o mundo ganha com dois seres
que não veem o mundo?*

*Enaltecidos um para o outro sem nenhum mérito,
os primeiros quaisquer de milhões, mas convencidos
que assim devia ser – como prêmio de quê? De nada;
a luz cai de lugar nenhum -
por que justo nesses e não noutros?
Isso ofende a justiça? Sim.
Isso infringe os princípios cuidadosamente acumulados?
Derruba do cume a moral? Infringe e derruba, sim.*

*Observem estes felizardos:
se ao menos disfarçassem um pouco,
fingissem depressão, confortando assim os amigos!
Escutem como riem – é um insulto.
Em que língua falam – só entendi na aparência.
E esses seus rituais, cerimônias,
elaborados deveres recíprocos –
parece um complô contra a humanidade!*

*É difícil até imaginar onde se iria parar,
se seu exemplo fosse imitado.
Com que poderiam contar a religião, a poesia,
o que seria lembrado, o que, abandonado,
quem queria ficar dentro do círculo?*

*Um amor feliz. Isso é necessário?
o tato e a razão nos mandam silenciar sobre ele
como sobre um escândalo das altas esferas da Vida.
Crianças perfeitas nascem sem sua ajuda.
Nunca conseguiria povoar a terra,
pois raramente acontece.*

*Os que não conhecem o amor feliz que afirmem
não existir em lugar nenhum um amor feliz.*

Com essa crença lhes será mais leve viver e morrer.

Wislawa Szymborska, 2016.

“É tudo viado”

Após um contato telefônico com um dos participantes da pesquisa que tinha se responsabilizado por convocar os/as outros/as, nos encontramos numa praça para irmos onde a população em situação de rua estava. Debaixo de várias árvores que faziam uma sombra espaçosa na calçada, cerca de trinta pessoas espalham seus lençóis, papelões, se deitam sozinhos, em casais, em grupos para descansar. Há pessoas dormindo, fumando, dividindo um café ou um litro de cachaça... A rua é ocupada – mesmo que precariamente – enquanto espaço recreativo, de compartilhamento: a vida acontece ali.

Aproximamo-nos e vamos cumprimentando cada um/a da/os que ali estão e já possuem vínculos conosco. É muito interessante perceber como as interações são diferentes no espaço “livre” da rua, em relação a outros espaços institucionalizados nos quais temos contato com a população em situação de rua. Mais ao longe, nosso guia nos leva até o grupo e rapidamente nos introduz “Vocês não tão lembrados que eu falei com vocês que eles vinham fazer a entrevista com as *bicha*, não? Fiquem à vontade na nossa casa (risos)! Aqui é tudo viado. Tudo bicha, quebra-louça, no máximo você acha uma sapatão por aí”.

Ao longo da conversa, fica claro que qualquer delimitação, qualquer rótulo que se quisesse impor sobre suas sexualidades será completamente ignorado. A única identidade que as/os une é a de viado⁶⁵, apesar da existência do/a transgênero, apesar da grande fluidez de práticas sexuais. Um aspecto interessante, nesse sentido, é a divisão entre o “nome, nome mesmo” (masculino) e o “nome de guerra” (feminino).

Tudo isso, então, explicita a absoluta diversidade e fluidez de identidades, ao mesmo tempo que também mostra a relação de singularidade estabelecida por cada um/a com esses rótulos, transitando entre eles. A categoria identitária de viados, porém, a/os une enquanto afirmação de uma diferença, de um desvio dos padrões cis-heteronormativos como um todo.

“A última coisa que eu me apaixono é o pênis” ou “Relacionamento é projeto”

⁶⁵ Observamos aqui que o termo “viado” não diz respeito necessariamente a uma orientação sexual (termo popular e, muitas vezes, pejorativo para se referir a homossexual) como categoria fechada em si. Na rua, esse termo confere uma identidade para além das categorizações formais.

A questão sobre relacionamentos movimenta os ânimos. Como é se apaixonar, se envolver, fazer sexo, amar, desejar na rua? Em que se diferencia do que se vê como o ideal socialmente imposto de amor romântico? Vê-se que a monogamia é um desejo compartilhado por algumas/alguns, em contraposição a outro/as, que se satisfazem com a casualidade dos encontros.

A conversa aqui se torna bastante rica. Se antes havia uma concordância geral sobre a maioria dos temas, isso, então, é quebrado. Cada um/a traz à tona seus ideais, mas um fator é unânime: a rua – enquanto espaço de práticas afetivo-sexuais – traz muitas (im)possibilidades. Uma delas chama muita atenção: o desejo de um relacionamento sério a longo prazo, que é dificultado em sua concretização pelo intenso nomadismo das ruas. Uma das pessoas que compõe a roda expõe sua vivência: “às vezes eu até tento ter um caso com alguém, mas ficam os dois trabalhando o tempo todo, mal se vê, quase não se encontra, como que eu vou tirar um relacionamento daí? Relacionamento é projeto, e na rua não tem como você ter projeto porque tudo é muito imediato”.

O sexo, assim elas/eles relatam, acaba sendo usado como um contorno, uma fuga, um consolo para essa impossibilidade; mas também é exatamente o que se quer em muitos momentos, sendo suficiente para abarcar os desejos. A junção, porém, do sexo com o afeto é o ideal mais forte que trazem. Narrativas de paixões e casos antigos são aqui postas na roda, e relatam a delícia que é se apaixonar, sentir desejo por cada pedaço do corpo de outra pessoa. A mesma pessoa que iniciou anteriormente continua: “Que coisa maravilhosa é sentir tesão por toda uma pessoa, sentir tesão pela orelha de um cara, se apaixonar por todo o corpo dele. A última coisa que eu me apaixono é o

pênis”. Nesse sentido, o sexo ganha um brilho e ultrapassa a penetração.

Ainda nesse contexto, um elemento que chama muita atenção é “o hétero”. Essa espécie de categoria delineada naquele momento abarcaria o estereótipo do macho, com direito a corpo escultural, barba e uma fila de mulheres que carrega como acessório, mas que, “depois de três ou quatro doses”, tenta se relacionar com algum homem gay – mas ele exige “apenas sexo”, no sentido mais restrito possível, de penetração: não se pode tocá-lo, beijá-lo ou senti-lo. Ele, então, se torna um objeto de desejo, já que esse padrão estético ainda é bastante valorizado, “todo mundo quer ficar com ele”, mas, ao mesmo tempo, ele é aquilo que precisamente também frustra esse desejo, na medida em que trava, delimita até onde vai o contato. As reações a isso são as mais variadas: desde o conformar-se até a raiva, o que permanece é a indignação com a hipocrisia de, à vista dos outros, ser macho e homofóbico, quando, na verdade, o desejo aponta para outros caminhos.

“O preconceito mais doloroso é o da família” ou “Eu viro um camaleão”

A estigmatização vivida perante a sociedade por quem está na rua é indiscutivelmente grave. Para os viados, as bichas, mais ainda, o preconceito vem de todos os lados: de quem vê de fora, mas também da própria população em situação de rua. Isso ficou nítido quando nos instalamos no local, ao formamos uma pequena roda, que acabou por se localizar um pouco afastada do resto das pessoas que ali estavam. Somado a isso, várias vezes nossa conversa era interrompida por comentários externos em tom jocoso, ou de crítica: “Isso aí é a pesquisa com as *mariconas*”,

“esse povo devia era tomar vergonha na cara”, “por que vocês quiseram fazer pesquisa com *esse* povo?”.

Com um tempo, porém, cresce uma couraça, e todos/as dizem que o preconceito não atinge mais, porque quem gosta dela/es, o faz exatamente da maneira que são; o que elas/eles não sustentam é ver preconceito de onde deveria vir afeto: a família. A expulsão de casa pelo fato de ser gay é uma realidade no grupo, que acabou por levar ao contexto de rua. “Eu não ligo pra o que o povo aqui fala não, entra por um ouvido e sai por outro, mas na minha família sim: o preconceito vindo de lá é muito duro, porque é quem deveria me amar que tá me julgando, *né?*”. As relações com a família também são as mais diversas: há histórias de aceitação desde a adolescência, de rejeição total, de omissão. Mas é unânime que é preciso aprender a resistir.

Resistir aí está diretamente ligado a sobreviver. Para isso, não basta permanecer de pé apesar de todo o depósito de ódio jorrado, é preciso ter táticas. É preciso ser “um camaleão”, como dito por um dos participantes. É necessário se adaptar a cada um dos contextos em que se encontra e bancar suas escolhas: “se você quer se vestir de mulher o tempo todo, você tem que saber que vai ter preconceito e você tem que estar preparada/o pra isso”. As táticas (CERTEAU, 1999) ainda passam por estar bem e feliz com todos – independentemente do preconceito – a alegria se torna sua arma; pelo enfrentamento aberto, inclusive físico, aos discursos de ódio; por preferir calar-se diante deles ou ainda ignorar todos os xingamentos por reconhecer que nada daquilo abala sua dignidade. É preciso, enfim, se transformar para se cuidar.

Considerações finais

Ao finalizarmos essa experiência com o campo, ecoa em nós a impressão de que qualquer rótulo que se queira impor sobre as sexualidades com que nos deparamos será posto em questão. Entendemos que, de fato, é necessário que essa reflexão ecoe sem cessar. Assim, afirma-se a diferença, a fluidez, a transitoriedade e sua potência. Os padrões cis-heteronormativos são desfeitos. Mas o desvio ainda é mais intenso: todas as caixas-categóricas foram despedaçadas. Todos os rótulos que academicamente construímos, evaporam. O fluir das identidades, das relações é o que faz movimentar a não categorização da sexualidade, o transitar de cada um/a na rua, no sexo, no amor.

A desterritorialização de qualquer expectativa nossa de pesquisador/a adentrando no campo é assustadora e ao mesmo tempo encantadora. O caminhar do estudante-extensionista-pesquisante foi marcado por uma sensação constante: a de surpresa, de espanto. Fomos desalojados/as e deterritorializados/as da nossa proposta metodológica inicial e em todas as expectativas de respostas que possuíamos. Achávamos, em primeiro lugar, que o contexto da rua iria se sobressair enquanto tema primordial da conversa, assim como as violências e opressões próprias do espaço, mas ainda tendo em vista o tabu da afirmação da sexualidade desviante. No entanto, ficou muito claro que tudo isso, apesar de ainda aparecer nos discursos, é ofuscado pelas potências, por aquilo que move, isto é: o desejo, enquanto produção contínua de um corpo que não cessa de se reinventar e transformar (-se) em táticas, sejam elas de sobrevivência, de sedução, de resistência.

Mas ao mesmo tempo em que todas as potências de vida vibram e fazem gozar, tirando a rua do foco principal das falas, percebemos o quanto estar ali modifica as relações: os líquidos fluem nas ruas, desde as águas da chuva, os esgotos a céu aberto, as salivas trocadas, até qualquer gozo de amor. A rua é, sim, um espaço de desvio que produz ainda mais diferenças, seja na desconstrução do amor romântico, na monogamia, afirmando outra temporalidade das relações, seja nas formas de resistência aos preconceitos, de como se proteger e se cuidar. A rua também acolhe: acolhe a expulsão de casa, acolhe as práticas sexuais, acolhe o tempo que para num momento de apaixonar-se. Acolhe corpos já tão oprimidos e maltratados e dá espaço para que esses corpos se encontrem e se entrelacem e para que as orelhas possam ouvir sussurros.

É justamente nessas narrativas que a chance que as pessoas têm de contarem a sua história aparece, e que buscamos compreender o que nos chega depois de uma dúvida curta: “como é ser...?”; mas cuja resposta dada traz um pouco daquilo que é maravilhoso na vida: a possibilidade de viver, e de se reinventar nas pequenas coisas, o compartilhamento da “dor” e da “delícia” experimentado pelos corpos, a vida que pulsa, e os entraves que insistem em reaparecer.

Adentrar no campo fez com essa experiência inicial queira ser levada adiante. Tanto pelo encantamento que tivemos nos encontros, nos espaços, nas narrativas e, sobretudo, nas vidas pulsantes e desejantes, como também no interesse que as/os participantes demonstraram em continuar a pesquisa, seja pelas muitas histórias e experiências que ainda querem tirar do peito, do corpo, da alma, como também na nossa imensa vontade de mergulhar ainda mais nesses encontros.

Referências

ALMEIDA, M. V. de. A situação legal e social da população LGBT. In: ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DO FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS. **Um outro Mundo é possível, mas não será fácil**. Lisboa: Edições Colibri, 2006. p. 143-148.

ARÁN, M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 129-147, 2007.

BAPTISTA, L. A. S. Cenas de um corpo sem dono. **Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 74, dez. 2010.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília: MDS/META, 2008b.

BRITO, C. P.; LINS, M. da S. **Cidadania Colorida: organização da comunidade LGBT em Itabuna – 1978 a 2005**. 2014. 53 f. Monografia (Pós-graduação lato sensu em História do Brasil) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, 2014.

CASTELLANOS, M. E. P. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1065-1076, 2004.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DELEUZE, G. **A Ilha Deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

DELEUZE, G. Instintos e instituições. *In*: DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 17-20.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G. **Foucault**. Paris: Minuit. 1986.

FERRO, M. C. T. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. **Revista Direitos Humanos**, n. 8. jan. 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/3703348/Revista_Direitos_Humanos_SDH_-_janeiro_2012. Acesso em: 22 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FUGANTI, L. Biopolítica e produção de saúde. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 1, p. 667-679, 2009.

LIMA, A. F. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, A. F.; LARA JUNIOR, Nadir. (org.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 1, p. 13-34.

MACHADO, R. W. G. População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão. **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**, v. 1, n. 3, p. 57-67, 2015.

MANSANO, S. R. V. Clínica e potência: algumas considerações sobre a experiência dos encontros em Gilles Deleuze. **Mnemosine**, v. 7, n. 2, 2011.

MECCIA, E. Cambio y narración. Las transformaciones de la homosexualidad em Buenos Aires según los relatos de homosexuales mayores. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 11-43, abr. 2015.

NOBRE PEREIRA, M. T. L. **TEC-Rua**: o encontro entre os espaços das ruas e o espaço virtual: o que pode essa conexão?. Projeto de Extensão. (Pró-Reitoria de Extensão). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Documento não publicado.

SIQUEIRA, D.; NOBRE, M. T. O terceiro sexo? Uma análise sobre o processo de construção do feminino-travesti. **Revista da FAPese**, n. especial, Aracaju, 2009.

SZYMBORSKA, W. **Um amor feliz:** poemas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DIREITO À CIDADE E O TEATRO DOCUMENTÁRIO COMO INTERCESSOR NA PRODUÇÃO DE VIDA E SAÚDE

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Laís Barreto Barbosa

Breno Lincoln Pereira de Souza Diniz

Caio César Ferreira Guimarães

Gabriela Trindade de Azevedo

Vinícius Azevedo e Silva

Introdução

Às vésperas do trigésimo aniversário da criação do Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS), é indubitável que houve imensos avanços em relação ao modelo anterior de saúde pública existente no Brasil durante essas três décadas e na afirmação da saúde como direito de todos (BRASIL, 1990). Contudo, também é indiscutível que há um enorme abismo entre o que propõe a Constituição Brasileira, a implantação dos seus princípios e diretrizes e a prática cotidiana dos serviços e equipamentos de saúde e do SUS como um todo. Os ganhos conquistados produziram, de acordo com Campos (2007), uma “síntese sanitária

paradoxal”, na qual resultados positivos e negativos se sobre-
põem. Há mudanças positivas em importantes indicadores do
estado de saúde, tais como: a elevação média da expectativa de
vida ao nascer, queda na mortalidade infantil e por doenças
infecciosas, aumento da cobertura vacinal e do controle da
Aids, por exemplo. No entanto, ainda persistem doenças
infectoparasitárias e doenças crônico-degenerativas; índices
elevados de mortalidade decorrentes do mau atendimento, de
acidentes de trabalho, das violências, dos acidentes no trânsito;
endemias relacionadas às desigualdades sociais, às disparidades
regionais, à destruição da natureza e à exploração dos traba-
lhadores (CAMPOS, 2007; ROLLO, 2007), além do surgimento de
novos e graves problemas, tais como os índices desafiadores do
consumo abusivo de álcool e outras drogas, sobretudo, do crack
e as violências de gênero.

Tal quadro, analisado pelos autores, citados há dez anos,
persiste atualmente, como também sinaliza Campos (2016) ao
afirmar que, na XV Conferência Nacional de Saúde, a maioria
dos delegados rejeitaram a tendência à mercantilização e à
privatização da gestão e dos serviços, que ferem a essência dos
direitos à saúde e impossibilitam, na prática, a universalidade,
a equidade e a integralidade da atenção. Criticaram os baixos
investimentos, as políticas de pessoal, a fragmentação do
cuidado, a desassistência aos usuários e a pouca valorização
dos trabalhadores.

Essas questões ganham proporções ainda maiores e
mais graves quando consideramos as populações em situação
de vulnerabilidade, ou seja, populações ou pessoas expostas
a riscos evitáveis ou controláveis, mas sobre os quais não se
tem controle, não podendo, portanto, deles escapar sem que
isso lhes traga perdas imensuráveis (SERRA; VOLPINI, 2016). Os

autores destacam que só faz sentido falar de vulnerabilidade quando comparamos um grupo social a outro que pode ou não eludir certos danos, tornando-se ou não suscetível a eles em determinados contextos. Assim, a população em situação de rua é considerada vulnerável à violência e a diversos problemas de saúde quando comparada à população que possui moradia e/ou não vive na/da rua. De modo semelhante, as pessoas com transtornos mentais graves e crônicos constituem grupo vulnerável quando comparadas às pessoas sem diagnósticos ou história psiquiátrica no que se refere às contratualidades sociais e acesso aos bens e serviços na cidade cujas barreiras do preconceito são inegáveis.

Um aspecto importante a ser considerado quando falamos em populações vulneráveis como estas, diz respeito ao princípio da equidade em saúde. Sabemos que o conceito de equidade no campo da saúde foi formulado por Margaret Whitehead (1992) ao incorporar o parâmetro de justiça à distribuição igualitária de bens e serviços de saúde em função das necessidades de saúde. Para a autora, as iniquidades em saúde referem-se a diferenças desnecessárias e que são evitáveis e ao mesmo tempo consideradas injustas e indesejáveis. Dessa forma, a equidade tem uma dimensão ética e social (WHITEHEAD, 1992).

Quando consideramos a relação com a ideia de igualdade, que é um princípio constitucional do SUS, é preciso ter claro que embora a igualdade seja um valor importante, há situações de extrema desigualdade, como no acesso aos serviços de saúde por pessoas em situação de rua e no acesso a serviços não psiquiátricos de saúde por pessoas com transtornos mentais graves, devido à condição de vulnerabilidade desta população. Nessas situações, atender igualmente a todos resulta na manutenção das desigualdades. Assim, a questão posta vai no sentido

de demonstrar que a igualdade pode não ser justa quando consideramos a distribuição de recursos. Portanto, a noção de equidade admite a possibilidade de atender diferenciadamente os desiguais, priorizando aqueles que mais necessitam de modo que progressivamente a igualdade tenha lugar.

Quando falamos da equidade dentro das redes de atenção à saúde, é preciso atentar para o fato de que há populações que são excluídas ou enfrentam importantes barreiras de acesso em praticamente todas as redes de saúde, como é o caso da população em situação de rua. Além disso, há grupos sociais que sofrem exclusão ou enfrentam fortes barreiras de acesso a redes de saúde específicas, como é o caso das pessoas com transtornos mentais graves e crônicos em que o diagnóstico psiquiátrico coloca-se à frente de outros problemas de saúde, fazendo com que essas pessoas encontrem acesso apenas à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ficando fora das demais redes e serviços. Em ambos os casos, está na base da produção e barreiras de acesso, os preconceitos dirigidos a estes dois públicos e também a falta de qualificação profissional que seja capaz de atender às necessidades específicas dessas pessoas nos diferentes serviços.

Nesse sentido, é preciso que o SUS, em sua gestão e planejamento, considere as populações vulneráveis. Segundo Paim e Silva (2010), o SUS tem sido defendido como política universal, mas que pode contemplar progressivamente a equidade, tendo em vista a sua utilização por parte das classes médias dotadas de maior poder de interferência no campo político. Dessa forma, conceber e implementar serviços de saúde universais pode ser uma estratégia de assegurar às classes populares acesso a serviços de melhor qualidade. Já Barros e Sousa (2016) destacam a necessidade de pensar a equidade em saúde como um processo em permanente transformação e que vai mudando seu escopo

e abrangência à medida que certos resultados são alcançados e que novos desafios aparecem.

Quando consideramos especificamente a população em situação de rua como desafio à equidade nas políticas públicas em geral e às políticas do SUS em particular, é preciso ter claro que o direito à saúde está intimamente ligado ao direito à cidade, entendido como expressão do direito à vida, segundo Lefebvre (2001), e à produção da cidadania em sentido amplo.

Com o avanço do capitalismo neoliberal, são acentuados os processos de desemprego e a produção de desigualdades econômicas e sociais e, como resultado disso, as cidades abrigam um número cada vez maior de pessoas excluídas de seus direitos sociais básicos e dos direitos humanos. Nesse cenário, encontramos a população de rua cuja existência aponta a enorme contradição de uma sociedade que tem a seguridade social como direito constitucional e a saúde como direito de todos e dever do Estado (PAIVA *et al.*, 2016).

A ocupação das cidades por contingentes humanos excluídos não possui uma motivação única. No entanto, muitos estudos atestam que a maior parte das pessoas em situação de rua está nas ruas por falta de opção dentro do mercado de trabalho formal e dos contextos socioinstitucionais (família, comunidade etc.) onde sofrem violências e exclusão social. Nesse sentido, a “invenção” de espaços de sobrevivência na cidade por parte dessas pessoas se dá não como a possibilidade de participar da produção de um espaço urbano comum, mas como uma condição inexorável sob condições de desigualdade no acesso aos equipamentos urbanos diversos (cultura, lazer, alimentação, saúde etc.). Esses equipamentos, que são cada dia mais privatizados e fragmentados, sendo dominados por certos grupos sociais privilegiados, geram desigualdades também

no que diz respeito ao direito à cidade como espaço comum a todos. Nessas condições, os ideais de cidadania e pertencimento à cidade como espaço público e democrático por excelência tornam-se difíceis de sustentar (HARVEY, 2012).

Para lidar com esses desafios, Harvey (2012) defende que o direito à cidade com consequente respeito aos demais direitos sociais e humanos está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos. Diz respeito, antes, ao “exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização como expressão da liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos [...] um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (HARVEY, 2012, p. 76). O autor defende ainda que a democratização do direito à cidade passa pela construção de um amplo movimento social em que os despossuídos tomem para si o controle e a participação dos espaços urbanos instituindo novos modos de urbanização.

Assim, parece possível pressupor que a produção de uma sociedade mais justa, equânime e democrática passa pela construção progressiva dos direitos à cidade e dos direitos sociais e humanos a partir da produção de novos modos de urbanização aliados a novos modos de subjetivação. Por isso, apostamos na reinvenção da política que necessariamente envolve aspectos e movimentos macro e micropolíticos, considerando mudanças amplas e estruturais, mas também as miudezas das práticas cotidianas, protagonizadas por atores sociais diversos e invisibilizados. Essa articulação macro e micropolítica ao mesmo tempo impulsiona movimentos dos atores dessas experiências para dentro e para fora do campo da saúde, abrindo possibilidades que, muitas vezes, passam ao largo do Estado, ancorando-se nas relações comunitárias.

Partindo desse pressuposto, este artigo relata experiências realizadas junto à população em situação de rua e a usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Natal, capital do Rio Grande do Norte, abrangendo ações que tiveram na arte e na cultura um espaço privilegiado: oficinas de teatro e de comunicação, que se realizaram no âmbito de um projeto de extensão universitária que foi concretizado como campo de estágios curriculares da graduação em Psicologia da UFRN, no trabalho com esse público. Com essas ações, buscou-se a ressignificação de modos de existência produtores de saúde na “vida ordinária” e na ocupação de espaços da cidade, por meio dos quais as pessoas constroem seu dia a dia, com suas astúcias e artimanhas de sobrevivência como táticas de resistência (CERTAU, 1999).

Fundamentos da Experiência

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a abertura política do Brasil, o Movimento da Reforma Sanitária e, em seguida, com a Reforma Psiquiátrica, a saúde passa a ser entendida como direito e as relações entre arte e saúde instauram campo de práticas inovadoras, fortalecendo ações interprofissionais e intersetoriais, e envolvendo a vida cotidiana das comunidades (LIMA; PÉLBART, 2007).

No início dos anos 2000, foi no campo das políticas públicas culturais que houve a inclusão em sua pauta da diversidade e a participação ativa na vida cultural como direito, favorecendo a criação de novos debates e o desenvolvimento de ações em parceria com o campo social e da saúde. O papel

do Estado foi, então, recolocado como potencializador da força criativa presente nas comunidades, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade (LIMA; PÉLBART, 2007).

Neste sentido, Amarante e Lima (2008) observam que a cultura tem sido recolocada nos tempos atuais como estratégia para a transformação social e construção de um novo imaginário social em relação à loucura e aos sujeitos com transtornos mentais, que não seja de exclusão ou tolerância, mas de reciprocidade e solidariedade (CALDEIRA, 2009). Trata-se, portanto, de uma dimensão que envolve a sociedade na discussão das reformas sanitária e psiquiátrica, provocando a reflexão sobre os temas da loucura, da exclusão social e da criminalização da pobreza. Assim, identificar estratégias de aproximação e promoção das expressões culturais que envolvam pessoas em vulnerabilidade no âmbito da cultura em sua pluralidade é fundamental na produção de saúde (AMARANTE, 2008).

Com base nesses fundamentos, a experiência relatada foi construída a partir de outras experiências de pesquisa e de extensão universitária no campo da Saúde Coletiva, em que constatamos que as redes socioassistenciais (Sistema Único da Assistência Social – SUAS) e de atenção psicossocial (RAPS) têm atualmente como um dos grandes desafios a concretização de políticas e iniciativas voltadas para a inserção social e construção de espaços concretos que viabilizem a circulação na vida social e os projetos de vida dos usuários.

A inexistência de iniciativas que garantam o exercício da cidadania na vida social em sentido amplo indica a precariedade do cenário de desinstitucionalização em saúde mental na região. A maioria dos usuários de serviços de saúde mental da cidade tem seu itinerário restrito à sua residência e aos serviços de saúde ou, no caso das pessoas em situação de rua, à

rua e aos serviços de saúde e instituições de albergamento do SUAS. Cumpre destacar que na RAPS as iniciativas existentes voltadas para arte e cultura são pouco coerentes com os interesses e projetos de vida dos usuários. Assim, as questões que nos inquietaram e motivaram nossas ações foram: como criar e ocupar outros espaços da cidade, gerando movimento e vida na e para além da RAPS e das redes socioassistenciais junto a pessoas em vulnerabilidade como aquelas com transtornos mentais e em situação de rua? Como fomentar iniciativas em que elas possam circular pela cidade, apropriando-se dela, em efetivos processos de construção de cidadania e de vida?

Com essas questões em mente, realizamos o referido projeto de extensão universitária, durante o ano de 2016, com o objetivo de fomentar, incentivar e orientar a construção de novas estratégias de reinserção social na região. Para tanto, em parceria com uma associação de usuários e familiares da saúde mental e de um movimento social da população em situação de rua (MNPR), ofertamos oficinas de teatro. Essas oficinas foram propostas a partir do anseio dos próprios usuários, participantes ou não dos movimentos sociais envolvidos. A partir de encontros entre a associação e o movimento social e serviços da RAPS do município, foram escutadas as principais demandas e anseios dos usuários e familiares e, assim, coletivamente, foram propostas as oficinas.

No campo da Saúde Mental, o teatro surge como uma das possibilidades de conexão entre a loucura, a sociedade e a produção de outras formas de existência. Segundo Caldeira (2009), a partir das artes cênicas, os participantes experimentam outras possibilidades de vida e de existência por meio dos diferentes papéis desempenhados como atores e como membros de um coletivo. Assim, são criadas estratégias

coletivas de enfrentamento ao modelo manicomial sendo um espaço de convivência e de exercício da autonomia, preconizados na atenção psicossocial

O teatro, incluindo-se atores e espectadores como compositores deste, é um espaço de criação e reprodução de modos de ser e de existir. Possibilita novas formas de existir e outras formas de se encontrar e produzir linguagens (MILHOMENS; LIMA, 2014).

Nessa direção, Pélbart defende que o teatro carrega consigo vidas que experimentam limites, sacudidas por tremores causados por rupturas devastadoras e intensidades que transbordam toda forma ou representação, pedem novas formas de linguagem (PÉLBART, 1990). Assim, a criação de linguagens questiona a linguagem hegemônica, gerando acontecimentos que reinventam o ver e o ouvir e, por isso, um grande número de produções na interface arte-loucura ganhou reconhecimento nas políticas públicas de saúde e de cultura.

Entre as diferentes alternativas de trabalho com oficinas de teatro está, segundo Soler (2010), o Teatro Documentário que é uma estética das Artes Cênicas que chega ao Brasil na década de 1960, configurando-se como um tipo de teatro político que buscava denunciar o cenário sociopolítico ditatorial daquela época. No Teatro Documentário, o processo de pesquisa e criação é feito a partir de dados extraídos da realidade, apresentados assumidamente desta maneira. As pesquisas documentais e biográficas proporcionam uma experiência autoral para cada integrante colocando-os na composição dramatúrgica, na perspectiva de intervenção e postura ativa em sua aprendizagem e troca/encontro com os demais. Geralmente, explora a dimensão confessional via produção de depoimentos em seu processo,

visando transformar o espectador em testemunha (SOLER, 2010).

A partir da exploração da biografia das pessoas que estão em cena, o ator, ou *performer*, torna-se figura central nos discursos desse tipo de teatro. A partir da percepção do público, a história dita em cena é real, realmente vivida por aquele que a relata, implicando na necessidade de uma presença física e imediata do sujeito dos acontecimentos. Muito diferente de outros tipos de encenação e linguagem artística em que o ator representa algo que fora escrito por um autor dramaturgo. É essa presença que possui a propriedade de conferir uma denotação de realidade ao evento teatral, e por meio disso, reivindica que expresse também algo verdadeiro, uma verdade não só interna, mas também objetiva (LEITE, 2014).

O sutil limite entre arte e vida é desafiado e desconstruído, assim como o limite de quem cuida e de quem é cuidado. Todos têm o mesmo lugar em suas histórias, pois são histórias comuns. Nas cenas, busca-se não explorar depoimentos que tragam o conteúdo das vivências sobre a loucura, mas sim memórias que os aproximem de suas histórias como pessoas que vivem, encontram, amam, perdem, enfim, o foco são as experiências e suas narrativas de vida, que os insiram em sua própria história – aquela que, muitas vezes, é esquecida por serem lembrados somente como “usuários de serviços de saúde mental” (loucos) ou “pessoa em situação de rua” (morador de rua, mendigo, andarilho).

O uso dos relatos autobiográficos presentes na criação dramatúrgica deste tipo de pesquisa cênica, por meio dos depoimentos, cria não somente uma forma de expressão artística, mas também a produção de uma nova tecnologia de cuidado no campo da saúde. Leite (2014) nos coloca que o Teatro

Documentário usa biografias ou autobiografias como material de base, tanto para a geração de conteúdos e dramaturgia quanto para as encenações. Ressalta que é preciso esclarecer que, muito mais do que um desejo e projeto de autorrepresentação, no Teatro Documentário, as biografias são realizadas por meio de um projeto temático do encenador figurando como “casos”, “narrativas” que contribuem para a construção do sentido total de uma construção cênica. O autobiográfico é associado ao campo da performance por meio de uma situação real (LEITE, 2014).

Como se deu a experiência?

Com base no Teatro Documentário, realizamos as oficinas no intuito de fomentar processos de criação coletiva embasadas em depoimentos e autobiografias, utilizando-as como ferramentas na produção de outras formas de cuidado, produção de saúde, subjetividade e inserção sociocultural.

As oficinas aconteceram semanalmente com a duração de quatro horas, na Pinacoteca do Estado, localizada no centro histórico. Serviços da RAPS do distrito sanitário próximo ao centro da cidade foram envolvidos e também o hospital psiquiátrico público ainda existente na cidade. As oficinas foram compostas por usuários da RAPS, integrantes da associação e do movimento social, envolvidos e também pessoas em situação de rua que se encontravam próximas à Pinacoteca. Os estagiários tinham a incumbência de levar os usuários desses serviços até a Pinacoteca saindo de um dos serviços (ponto de encontro) todas as quartas-feiras à tarde, durante 10 meses. Lá, reiteravam os

convites e levavam os usuários às oficinas. A cada semana, novas pessoas apareciam para participar e outras voltavam, de modo que o grupo “ambulante” sempre era diferente. Os estagiários atuaram como acompanhantes terapêuticos e também como atores, propositores e experimentadores das práticas, participando do planejamento, execução e avaliação das oficinas. A equipe de trabalho envolveu quatro estagiários, uma psicóloga e atriz facilitadora das oficinas e um ator oficinairo e contava com a participação pontual de alguns técnicos do hospital psiquiátrico (que acompanhavam “os internos”) e também de familiares.

Usualmente, os encontros eram iniciados com atividades corporais e vocais para aquecer e preparar o grupo para o trabalho de pesquisa de repertório biográfico, preparação escrita em grupo e apresentação cênica. Havia a proposição de tarefas para que os integrantes levassem às oficinas seus materiais e documentos relativos às temáticas de interesse. A cada encontro, trabalhamos cênica e poeticamente textos, sensações, imagens, memórias, objetos pessoais, fotos, vídeos caseiros, conversas de redes sociais, trechos de materiais de jornais, revistas, entre outros. Em seguida, fazíamos alguns exercícios e jogos para a transformação dos materiais em cenas, inseridos num contexto. O grupo trabalhou com temas, tais como: “Memórias de infâncias felizes” e “O que eu fiz quando descobri que eu era eu”, desenvolvidos a partir dos documentos levantados.

No exercício cênico sobre os temas havia abertura para entrega de corpos, para possibilidade de outras vibrações corporais, para além da medicação, da cristalização das memórias, das vidas. As histórias podiam ser inicialmente compreendidas, seja pelo delírio, seja pela fantasia, mas escutadas atentamente,

com o som da cidade, com as vozes das outras pessoas. Uma das participantes relatava com naturalidade suas experiências amorosas; outros escancaravam sua solidão; histórias repetidas de abandono familiar; separação entre pais e filhos; marcas de memórias lembrando momentos marcantes, dos encontros entre amigos. Também apareciam as marcas das trajetórias de vida institucionalizada nos manicômios e da precariedade e abandono vivido nas ruas. E assim, fomos construindo os espaços de modo a produzir a permeabilidade entre aquele espaço público de cultura, as subjetividades em suas histórias marcadas pelas diferentes vulnerabilidades, potências e a cidade.

Os muros físicos dos serviços de saúde frequentados pelos usuários da RAPS e os muros simbólicos da exclusão das pessoas em situação de rua (falta de um lugar para morar e dormir, ausência de espaços públicos para higiene, de locais para guardar seus pertences e descansar, por exemplo) tornaram-se assim fendidos numa relação porosa entre o dentro e o fora que permeou as experiências. Territórios materiais e existenciais assim se entrecruzavam, ampliando as experiências e novas experimentações de si e da cidade.

Ao final de cada encontro, realizávamos uma roda de conversa para ouvir as experiências do dia e avaliá-las conjuntamente. Combinávamos também, ao final das rodas, a pesquisa e o material que serviria de base para o próximo encontro. Todas as oficinas foram gravadas em vídeos e acompanhadas por registros em diário de campo. Ao longo do processo, foi se configurando um coletivo de trabalho. Assim, um dos desdobramentos do projeto foi a criação de um coletivo cenopoético.

O que podemos dizer e pensar com a experiência?

*A deambulação como princípio desinstitucionalizante
da cidade e das subjetividades*

Nos trajetos entre o serviço e a Pinacoteca (cerca de três quilômetros), muitas foram as experiências e tensões produzidas nos encontros com as instituições e a cidade. Uma primeira tensão se deu em torno da decisão de “quem iria com os estagiários para a oficina”. A decisão por parte das equipes, atravessadas pelo “medo” do que poderia acontecer no caminho, girava em torno das condições físicas e psicológicas dos usuários para participarem. Alguns usuários deixaram de ir por estarem frequentemente “dopados” no horário (após o almoço) em que os estagiários passavam no serviço. Outros porque a equipe não tinha segurança sobre sua condição para participar da experiência. Outros só foram porque estavam acompanhados por um familiar, mas aos poucos foram deixando de estar “sob tutela” e passaram a ir sozinhos no trajeto com os estagiários e a facilitadora do grupo. Outros iniciaram a participação no grupo quando em internação no serviço e continuaram a ir mesmo depois de saírem dessa condição. Outros ainda eram “achados pelo caminho” como é o caso das pessoas em situação de rua que encontrávamos nas praças e, fomos assim construindo a possibilidade de participarem das oficinas, mesmo com as dificuldades em relação à busca por recursos para se alimentar, dormir etc., que, não raro, as impediam de participar.

Inspirados na proposição de Lancetti (2005) em torno da clínica peripatética, apostamos nesses trajetos como momentos de encontro com as pessoas e suas histórias, encontros com a

cidade e as experiências que ela poderia produzir nas pessoas, como matéria-prima fundamental do cuidado. A atuação no “entre muros” institucionais funcionou como espaço de “respiro”, descobertas e muitas histórias. Nas conversas que se produziam no trajeto, acompanhamentos terapêuticos foram sendo esboçados, ideias para as oficinas surgiram e também questões dos próprios encontros, críticas às oficinas e conflitos entre as pessoas foram sendo escutados e trabalhados no caminho. Também aí se exercitou um novo (re) conhecimento da cidade. Muitos usuários não conheciam o percurso, o bairro, apesar de serem atendidos num serviço que fica na mesma região da cidade. Muitos revelaram ter sua vida restrita ao circuito casa-serviços de saúde e nas caminhadas descobriram uma cidade a ocupar e explorar em seus projetos de vida e também as solidariedades entre eles, apesar da nossa insegurança nas aprendizagens relativas ao cuidado.

Nesses momentos, foram se construindo algumas redes de cuidado, enquanto outras foram sendo tecidas no processo. Apostando nessas redes, a experiência também se produziu por uma decisão deliberada: não estar “dentro” da RAPS, mas podendo experimentar com os usuários outros espaços da cidade e com eles construir outras práticas de cuidado. A ideia era de que pudéssemos exercitar a desconstrução de algumas relações de poder e tutela que observávamos nas relações entre usuários e as equipes de saúde.

Percorrer alguns pequenos trajetos na cidade poderia significar o exercício do próprio direito à cidade. Foi a nossa aposta. Buscávamos perceber como as diferentes pessoas envolvidas no processo percebiam e praticavam a sua cidadania e como a cidade é enxergada através dos nossos olhos e dos olhos das pessoas com quem trabalhamos – os “loucos” e os

“excluídos-mendigos de rua” –, buscando mapear um pouco mais a percepção de nossos territórios existenciais, o modo como construímos e habitamos, enfim, a nossa cidade subjetiva (GUATTARI, 1992) e o quão plural significa ser um cidadão ou “habitar uma cidade”.

Essa pluralidade e riqueza das redes solidárias ficaram ainda mais evidentes no encontro entre os usuários da RAPS e as pessoas em situação de rua (nem todas usuárias da RAPS). O encontro pouco usual que foi produzido pelo projeto também mostrou sua potência, ali onde as precariedades e vulnerabilidades vividas puderam se encontrar e, assim, produzir força e apoio mútuo entre as pessoas e também entre os coletivos envolvidos.

O direito à cidade, de acordo com Henri Lefebvre (2001), não configura um simples retorno às cidades tradicionais, mas sim a criação de obras, de espaços que subvertam a lógica comercial da sociedade urbana e que proponham trocas não comerciais, encontros que encham os vazios mercadológicos. Assim, fomos exercitando nossa produção no alargamento da cidade. Quando ao voltarmos da primeira oficina de teatro, junto com os agora “atores-usuários”, pudemos arrancar olhares curiosos e entusiasmados, alguns sorrisos desconfiados de pessoas nas ruas ao nos ouvirem, por exemplo, cantarolar: “Tire seu sorriso do caminho que quero passar com a minha dor [...]” (música de Cavaquinho: “A flor e o espinho”).

A desconstrução de preconceitos e estereótipos em torno da loucura e do “morador de rua” também ocorreu em nós e nos próprios profissionais das equipes que foram percebendo mudanças nos “modos de estar” dos usuários. O exercício de ir desfazendo os nossos “manicômios mentais” (PÉLBART, 1990) foi uma constante ao longo da experiência. A cada encontro

vislumbramos um limite, mas também as potencialidades que estavam ali ao nosso alcance. Percebemos as capturas manicomiais presentes na RAPS e em nós, e fomos a cada oficina trabalhando sobre eles, desfazendo seus nós. Aos poucos, a proposta ganhou adesão de alguns trabalhadores pela possibilidade de romper com lógicas instituídas que se reproduzem revestidas da intenção de cuidado, quando tensionadas e postas em questão, ao lado de uma proposta concreta de mudança.

O Teatro Documentário e suas possibilidades intercessoras com a saúde

O método do Teatro Documentário permitiu agenciar a vida, junto às memórias existentes naquele corpo, ou seja, sua composição de histórias vividas. Dessa forma, provocar aproximação do Teatro Documentário com o campo da Saúde Mental, é entender esse agenciamento como importante na estratégia do cuidado no território, porque tem a possibilidade de criar novas formas de encontro como ferramenta potente que possibilita rever caminhos, alianças e encarar o espaço coletivo de cuidado que acolhe sua história, suas dores.

A criação de um coletivo cenopoético foi resultado da experiência das oficinas e materializa a construção de um desejo coletivo. Buscando intercessões com o campo da cultura, o coletivo defende o direito à desrazão e nos coloca em contato com a capacidade de criação e produção de vidas. Depois de um ano de (des)encontros, foi possível afirmar um empoderamento cultural e tentar produzir e gestar um pouco a cidade que desejamos, mais alargada, potente e cuidadora.

Outro ponto importante é que foi possível na construção de cada oficina afirmar a liberdade enquanto exercício de cuidado e análise das instituições que nos atravessavam. Assim, Machado e Lavrador (2009) afirmam que quando nos aproximamos da ética, necessariamente, nos colocamos em análise, para que escapemos das intolerâncias, da rigidez, dos julgamentos e possamos nos despedir das culpas e ressentimentos, de tal modo que a ética implica um “cuidado de si”, que se faz sobre si e sobre as relações por meio da ativação dos afetos de intensidades que nos percorrem. Assim, segundo as autoras, podemos operar no plano de imanência do mundo e da vida, analisando a cada momento as composições de afetos que aumentam ou restringem a potência de agir/sentir.

Desde essa perspectiva ética do cuidado, entendemos que os percursos teóricos e metodológicos precisam “pensar, agir e olhar no cotidiano como o faria um estrangeiro: estranhar e se encantar com cada nova revelação” (LIMA 2004, p. 46). O olhar que podemos lançar enquanto “oficineiros, pesquisadores das biografias, estagiários” não se dá pelo distanciamento do sujeito “participante”, mas “atravessam clínica e política, pesquisa e ação” (PASSOS; BARROS, 2000).

Nas oficinas, pudemos trabalhar com o corpo que transcorre pela cidade, no comércio, nos serviços públicos, nos parques, na Pinacoteca, nas praças, no hospital psiquiátrico, na universidade, nas ruas, no teatro e nos ônibus. Durante o trabalho com o teatro, também se criava espaço para que as vozes daqueles que as frequentavam fossem ouvidas, por meio da expressão do corpo, da sutileza de um olhar, da potência do grito. Assim, como sugere Merhy (2004), pudemos olhar as cenas como lugares habitados por “territórios-sujeitos” em movimento, na sua relação com o mundo a sua volta, com o que

lhes acontece e afeta, nas suas lutas, dificuldades e comensalidades. “Sujeitos territorializados e em desterritorialização”, o que nos convoca a um outro olhar a partir de novas categorias capazes de produzir novos acontecimentos nessa “micropolítica dos encontros”.

O encontro da loucura com a arte e a cidade manifesta a pluralidade da vida. Evidencia o falecimento das práticas de cuidados esquecidas no burocrático, sustentadas na tutela, na “rotina que suga”. O privado pede espaço. O sofrimento pede solidão, por um lado, e companhia e partilha, deixando-se acompanhar, por outro. As vidas que ali se cruzam, chegam com a delicadeza do pedido de sua afirmação. Convidamos-lhes para uma relação inventiva, estética, política, afetiva, ética. Uma relação que se constitua de conexões, pois a saúde é entendida como a capacidade de se gerar mais vida, como a capacidade de indivíduos e coletivos gerarem redes que conectam vidas e assim as produzem, de tal maneira que a autonomia se afirma como multiplicação de redes de dependências (MERHY, 2004).

A pedagogia da surpresa afirmada por Lancetti (2005) se fazia presente. Cada quarta-feira era da ordem do inesperado. Tivemos alguns ponteiros a ajustar com as equipes dos serviços, às vezes como enfrentamento, mas sempre na tentativa da construção de uma parceria, que tivesse continuidade mesmo depois do término da experiência. Assim, foram problematizados alguns pontos: será que a medicação precisa ser administrada antes de irmos para as oficinas, fazendo com que muitos participantes já cheguem na oficina “dopados” e não consigam participar? Como podemos melhorar a comunicação com a equipe e o que podemos fazer para trabalhar mais juntos? Como produzir autonomia nos usuários, superando a tutela no

cuidado, de modo que não façamos *por* ou *para* eles, mas *com* eles, numa gestão compartilhada da vida?

As relações com a rede socioassistencial, junto aos serviços do SUAS, foi mais tensa e menos produtiva, de modo que a realização da intersectorialidade necessária à condução de um trabalho que atende diferentes públicos e envolva diferentes demandas de pessoas em vulnerabilidade e extrema pobreza como a população em situação de rua não se produziu. Entretanto, para além dos entraves institucionais, a participação dessas pessoas nas oficinas de teatro junto aos usuários da RAPS e membros da associação, fez borrar os limites das fronteiras entre corpo e cidade, saúde e assistência, confinamento e liberdade, loucos e andarilhos. Além disso, trouxe à tona a vida na rua como produção de resistência: a luta pela sobrevivência de cada dia, os esforços, muitas vezes, hercúleos contra a recaída no uso problemático da droga, os lugares de mulher e homem, mãe e pai, o direito à orientação sexual desviada da heteronormatividade, os cuidados com o corpo e com a higiene, a invenção de trajetos, percursos e lugares, tempos e espaços outros.

O que une esses coletivos é o desejo de conquistar o direito à cidade, que passa pela construção de espaço público enquanto acessibilidade aos dispositivos que a cidade nos oferece como exercício de direitos. Uma cidade onde andar pelas ruas e praças seja possível, rever pessoas queridas, conhecer outras, jogar, ir até o teatro assistir de graça a uma encenação e, depois, ter um lugar próprio para voltar e habitar, descansar, se sentindo seguro, inteiro, pertencente. Uma cidade onde os movimentos sociais, as populações em situações de vulnerabilidade sejam prioridade para os governantes; uma cidade onde a equidade seja balizadora de práticas e leis.

O ano de 2016, marcado por um golpe de estado no Brasil, com o início do desmonte de inúmeras conquistas e direitos sociais, nos convocou a uma finalização politizada do projeto, afirmando nossa indignação e denunciando a situação de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais desencadeada pela nova conjuntura política e econômica. Para discutir esses temas e ao mesmo tempo dar visibilidade às pautas políticas dos movimentos e aos trabalhos cênicos construídos ao longo do projeto, realizamos a primeira mostra dos trabalhos que foram apresentados tendo como protagonistas os participantes das oficinas. Nos debates ao final de cada apresentação, as vozes circularam e tiveram espaço e tempo para expressão e debate.

Considerações finais

A questão do direito à cidade tem sido um tema que atravessa muitas reflexões; desde pensar sobre a cidade na qual vivemos até a construção dos espaços públicos na sua abertura à diferença. A experiência que realizamos mostra as pessoas como praticantes da cidade (CERTAU, 1999), subvertendo a lógica dos seus usos, ocupando viadutos, praças, becos e casas abandonadas, embora não sem o preço do preconceito a pagar. São também praticantes da cidade no sentido certeuniano, ao andarilhar pela cidade, lendo-a e metamorfoseando-a por meio de uma retórica própria que reinventa trajetos e percursos, produzindo desvios e inflexões no projeto urbano que caracteriza as cidades modernas e cavando brechas para o protagonismo dessas pessoas e grupos dentro de um sistema econômico que tem sua lógica definida na desigualdade social.

É possível concluir que a constituição de espaços coletivos de expressão cultural e política transversalizada por pessoas em situação de rua, usuários da RAPS ou membros de associações e movimentos da sociedade civil, familiares, trabalhadores da rede de saúde e acadêmicos, permitiu a análise dos determinantes da relação de sujeição sofrida por essas pessoas na sua relação com a cidade, das potenciais transformações da realidade vivenciada e dos destinos da atenção psicossocial e do próprio SUS de modo amplo, que deve cada vez mais romper os muros dos serviços e ocupar novos espaços na cidade, na produção de novos territórios materiais e existenciais.

Aqui, aludimos a noção de território “em sua complexidade, como espaço, processo e composição, de forma a potencializar a relação entre serviço, cultura, produção do cuidado e produção de subjetividade” (LIMA; YASUI, 2014). Além disso, por meio da comunicação, expressão e participação social, reafirmamos a arte – sobretudo, o Teatro Documentário, no caso desta experiência –, enquanto importante intercessora na produção da saúde, de vida e cidadania.

Referências

- A FLOR e o espinho. Intérprete: Nelson Cavaquinho. Compositor: Nelson Cavaquinho, Guilherme de Brito e Alcides Caminha. In: NELSON Cavaquinho. Intérprete: Nelson Cavaquinho. [S. l.]: Odeon, 1973. 1 disco de vinil, lado B, faixa 2.
- AMARANTE, P.; LIMA, R. **Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura**. Relatório final. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/LAPS, 2008.
- AMARANTE, P. Cultura da formação: reflexões para a inovação no campo da saúde mental. In: AMARANTE, P.; CRUZ, L. B. **Saúde Mental, formação e crítica**. Rio de Janeiro: LAPS, 2008. p. 37-50.
- BARROS, F. P. C.; SOUSA, M. F. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde & Soc.**, v. 25, n. 1, p. 9-18, 2016.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.
- CALDEIRA, S. P. **O lamento da Imperatriz: a linguagem em trânsito e o espaço urbano em Pina Bausch**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

CAMPOS, G. W. S. Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 301-306, 2007.

CAMPOS, G. W. S. 15ª CNS: o que comemorar e o que criticar? **Jornal da ABRASCO**, 2016. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/15a-cns-o-que-comemorar-e-o-que-criticar-artigo-de-gastao-wagner/16127/> Acesso em: 1 jun. 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUATTARI, F. A restauração da cidade subjetiva. In: GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 169-178.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2005.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, J. F. **Autoescrituras performativas: do diário à cena**. As teorias do autobiográfico como suporte para a reflexão sobre a cena contemporânea. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIMA, E. M. F. A. **A análise de atividade e a construção do olhar do terapeuta ocupacional**. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 42-48, mai./ago., 2004.

LIMA, E. M. F.; YASUI, S. Territórios e sentidos: Espaço, Cultura, Subjetividade e Cuidado na Atenção Psicossocial. **Saúde Debate**, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014.

LIMA, E. M. F. A.; PELBART, P. P. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. **Hist. ciênc. Saúde – Mangueiras**, v. 14, n. 3, p. 709-735, 2007.

MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. Por uma clínica da expansão da vida. **Interface**, Botucatu, v. 13, p. 515-521, 2009. Supl. 1.

MERHY, E. E. **Cuidado com o cuidado em saúde**. Saiba explorar seus paradoxos para defender a vida. Campinas: [s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-09.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2015.

MILHOMENS, A. E.; LIMA, E. M. F. A. Recepção estética de apresentações teatrais com atores com história de sofrimento psíquico. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 377-388, 2014.

PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. Universalidade, integralidade, equidade e SUS. **BIS, Bol. Inst. Saúde**, v. 12, n. 2, p. 109-111, 2010.

PAIVA, I. K. S. *et al.* Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2595-2606, 2016.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.

PELBART, P. Manicômio mental: a outra face da clausura. *In*: LANCETTI, A. (org.). **Saúde Loucura** 2. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 131-138.

ROLLO, A. É possível prazer no trabalho em mundo globalizado? *In*: BARROS, M. E. B.; SANTOS, S. F. (org.). **Trabalhador da Saúde: Muito Prazer! Protagonismo dos Trabalhadores na Gestão do Trabalho em Saúde**. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.

SERRA, O.; VOLPINI, L. Considerações sobre a violência fria. **Caderno CRH**, v. 29, n. 76, 2016.

SOLER, M. **Teatro Documentário: a pedagogia da não ficção**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity in health. **Int J Health Serv.**, v. 22, n. 3, p. 429-445, 1992.

O TEATRO DO OPRIMIDO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Larissa Ferreira Nunes

Bruna Ribeiro Pontes

Introdução

Este capítulo apresenta as reflexões oriundas de um relato de experiência da intervenção grupal realizada por integrantes do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Processos Psicossociais e Pessoas em Situação de Rua (GEPE-RUA), vinculado ao curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFANOR, junto a pessoas em situação de rua no município de Fortaleza/CE. Usamos o modelo do Grupo Vivencial Comunitário como estratégia de intervenção psicossocial (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015). O objetivo deste relato é discutir o uso do Teatro do Oprimido junto às pessoas em situação de rua, como recurso de fortalecimento dos participantes para o enfrentamento das condições de opressão.

As atividades iniciaram após a construção do projeto de pesquisa “Histórias de vida de pessoas em situação de rua a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação”, aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE), cujo cenário seria a Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, ligada a Pastoral do Povo de Rua de Fortaleza⁶⁶. Em contrapartida ao uso do espaço para a coleta de dados, os integrantes foram convidados a contribuir com uma atividade semanal na Casa com as pessoas que participam de sua dinâmica. Assim nasce o GEPE-RUA, que realiza encontros e pesquisas junto à população em situação de rua, frequentadora ou não da Casa do Povo de Rua, assim como facilita o Grupo Vivencial Comunitário na Casa do Povo de Rua nas segundas-feiras com periodicidade quinzenal. Tomamos também como referencial teórico-metodológico categorias da Psicologia Social, tais como: identidade, reconhecimento, afetividade e sofrimento ético-político. A experiência relatada ocorreu de março a novembro de 2015.

No que se refere à população em situação de rua, buscamos problematizar, nas nossas pesquisas e ações, as diferentes formas usadas para definir essa população, tanto na literatura como nas políticas públicas, de modo a refletir a heterogeneidade e complexidade dessa problemática. São várias as expressões usadas para falar dessas pessoas, tais como povo de rua, população de rua, pessoas em situação de rua, sofredor de rua, trecheiro, mendigo, albergado, pardais, andarilhos, além

⁶⁶ Instituição vinculada à Igreja Católica que trabalha no acolhimento, na luta por melhorias nas políticas públicas e na defesa dos direitos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis. Em Fortaleza, o trabalho da Pastoral iniciou em 2002, e a Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes foi inaugurada em 2008.

de expressões de cunho depreciativo, tais como maloqueiro e bêbado (COSTA, 2005). Cada termo apresenta uma faceta ou uma realidade diferente no que se refere a essa questão, revelando diferentes modos de existir na rua. Mattos (2006) classifica as pessoas que moram na rua como: os mendigos, que podem ou não morar permanentemente nas ruas com o objetivo de pedir esmolas; os moradores de ruas, que vivem de forma relativamente permanente nas ruas e desenvolvem estratégias de sobrevivência; os catadores de materiais recicláveis, que estão incluídos ainda na categoria trabalhadores de rua; os nômades, também conhecidos como trecheiros, que saem de suas cidades em busca de emprego; os andarilhos, que viajam por diferentes locais sem rumo e sem projeto de futuro; os albergados, que passam o dia nas ruas e dormem em albergues ou espaços de acolhimento; e o louco de rua, categoria estigmatizada nas ruas das cidades (inclusive as de pequeno porte), portadores de transtornos mentais considerados graves. Não podemos deixar de destacar, no entanto, que essa classificação não é estável, estando em constante transformação e sujeita a novas compreensões.

As diferentes expressões e termos utilizados remetem, portanto, a diferentes condições. Nesse sentido, Escorel (1999) faz a distinção entre morador de rua e pessoa em situação de rua, tendo em vista que o primeiro se refere a uma realidade fixa, e o segundo caracteriza uma condição temporária. No entanto, podemos pensar no termo situação de rua para nos referirmos à diversidade de formas de usar a rua: como local de moradia permanente, local de trabalho, uso da rua em temporadas, moradias em albergues etc. Adotamos, neste texto, a expressão situação de rua por incluir tanto os que moram propriamente na rua, como também os que fazem outros tipos

de uso, como os catadores de lixo, vendedores ambulantes, flanelinhas, lavadores e guardadores de carro, entre outros.

Dessa forma, elegemos a expressão situação de rua não como uma categoria única e estável, e sim como um conjunto borroso, tendo em vista as constantes mudanças de *status* das pessoas que moram ou fazem uso das ruas. Existem os que passam meses ou anos morando nas ruas até que chegam num estado que os obriga a buscar um refúgio para descansar, num abrigo ou em casa de familiares (ESMERALDO FILHO, 2010). Depois de um tempo, podem ou não retornar a morar permanentemente nas ruas. Há, também, os que tem suas casas e famílias, mas por morarem distante do local de trabalho, acabam dormindo nas ruas durante a semana.

A consideração da complexidade e da borrosidade da problemática da situação de rua exige que sejam levadas em conta as múltiplas dimensões do fenômeno, considerando desde o processo que determina a ida para a rua, as adversidades vivenciadas, como também as práticas e relações que são construídas nesse espaço. É assim que colocam Schuch e Gehlen (2012), que consideram a necessidade de se analisar tanto os processos sociais e históricos de determinantes da rualização e vida nas ruas, como também a prática dos sujeitos e agentes que, na rua, constroem relações e modos de existência.

Olhamos, portanto, para a vivência da situação de rua sem deixar de lado a lógica injusta da sociedade capitalista, ou seja, os processos de produção e de acumulação que produzem riqueza e, ao mesmo tempo, geram pobreza. Significa entender a riqueza e a pobreza de maneira dialética, pois no modo de produção capitalista um não existe sem o outro (SIQUEIRA, 2011).

As pessoas em situação de rua, em sua maioria, apresentam vínculos familiares e comunitários de origem rompidos ou fragilizados, possuem baixo poder aquisitivo, tendo em comum empregos informais, como: flanelinhas, catadores de materiais recicláveis, guardadores de carro etc. (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014). Segundo Rosa, Secco e Brêtas (2006, p. 332), o termo “pessoas em situação de rua” visa “[...] caracterizar o princípio da transitoriedade deste processo de absoluta exclusão social, mesmo que no fundo, muitos saibam que sair da rua não é tão simples”.

Em dezembro de 2009, foi sancionado pela Presidenta da República o Decreto-Lei 7.053, instaurando a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2009). Essa conquista alcançada pelo Movimento Nacional do Povo de Rua (MNPR) e os demais movimentos sociais, que lutam por direitos dessas pessoas, revela a articulação política que eles vêm alcançando. Esse decreto define pessoas em situação de rua como uma população heterogênea, advindas de realidades diferentes, com vínculos familiares cortados ou fragilizados, em condição de pobreza extrema e que ocupam o espaço da rua, pousadas sociais e/ou albergues, como moradia, forma de retirar sustento ou uso temporário.

Schuch e Gehlen (2012) consideram essa definição parcial, comparando com a conceitualização defendida pelo Movimento Nacional da População de Rua em 2005. Para esses autores, a real definição enfatiza a solidariedade dessa população, a resistência, a luta por direitos, dignidade e transformação social; ao contrário da terminologia do decreto-lei que enfatiza a situação de pobreza, a fragilidade dos vínculos familiares e a falta de moradia regular (BRASIL, 2009). A rua, nesse sentido, se apresenta como um espaço de carência social e afetiva, dando

ênfase à representação de um espaço incapaz de promover potenciais e criatividade.

Pessoas em situação de rua: a realidade do município de Fortaleza/CE

A heterogeneidade e a complexidade das pessoas em situação de rua também estão presentes no município de Fortaleza/CE, conforme revela o resultado do censo da População de Rua de Fortaleza realizado em 2015, tendo como sujeitos participantes pessoas adultas de diferentes localidades de Fortaleza, a partir da qual foram identificados 73 pontos de concentração na cidade. O censo foi realizado pela Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), em parceria com representantes da sociedade civil, a partir da qual foram contabilizadas 1.718 pessoas. A quantidade de pessoas em situação de rua contabilizada revela a insuficiência de serviços para atender à demanda existente.

Os resultados mostraram que a maior área de incidência dessas pessoas se encontra nos bairros que abrangem o centro da cidade e adjacências, com 632 adultos em situação de rua, representando 36,8%. Desses, 49,2% está na faixa etária entre 25-39 anos de idade; em sua grande parte são homens heterossexuais, solteiros e que se autodeclararam pardos; cerca de 42,9% possuem vínculos familiares rompidos; o motivo apontado para o início da situação de rua abrange, principalmente, problemas familiares (48,1%) e problemas com drogas (26,2%); 71,4% exerce alguma atividade remunerada, em maior parte em atividades na rua – desde flanelinha a catadores de materiais recicláveis

e ajudantes. Ainda segundo a pesquisa, cerca de 79,8% fazem uso de algum tipo de droga (45,4% fazem uso de álcool, 36,1% fazem uso de crack, 16,4% usam maconha, 9,3%, cigarro, 6% cocaína, 3,8% outras drogas e 6% responderam usar todas as drogas); 54,4% dessa população informou já ter sofrido algum tipo de violência, sendo a policial mencionada em 34,9% dos casos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2015).

A concentração no centro da cidade, mais especificamente na parte comercial, ocorre devido à maior possibilidade de sobrevivência e usufruto de redes de apoio, oriundas tanto dos equipamentos, das políticas públicas governamentais, como também dos projetos não governamentais, alguns dos quais limitam-se à doação de alimentos na rua, enquanto outros oferecem cursos e oficinas diversas.

No que se refere aos programas e serviços governamentais voltados para o público em questão, em Fortaleza, foi instituído no ano de 2008 o primeiro serviço municipal específico para a população em situação de rua: o Centro de Atendimento da População em Situação de Rua. Posteriormente, esse equipamento foi extinto e substituído pelo Centro Pop (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua) serviço tipificado pela Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), com proposta oferecer serviço especializado para a população em situação de rua.

Atualmente, o município de Fortaleza possui, vinculados à Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), os seguintes serviços: dois Centros Pop, uma pousada social (que também funciona como Centro de Convivência Social), três abrigos, sendo um voltado ao acolhimento de famílias, e os outros dois, voltados ao público masculino. Também existem algumas políticas voltadas ao

atendimento de pessoas em situação de rua que fazem uso de substâncias psicoativas. Destaca-se a ação Corre pra Vida, vinculada à Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas do governo estadual.

Além dos serviços oferecidos pelo Poder Público, há algumas entidades da sociedade civil que prestam algum tipo de atendimento e política voltados às pessoas em situação de rua. Pelo seu protagonismo, destacam-se principalmente a Pastoral do Povo de Rua, a Casa da Sopa, o Pequeno Nazareno e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza. Também apontamos o crescimento de uma postura higienista, tanto na proposta de algumas entidades religiosas, que têm encaminhado pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas para Comunidades Terapêuticas, inclusive levando para outras cidades, com tempo de permanência de nove meses. Além dessas ações, a atual gestão pública do município lançou a Portaria 086/2017, em julho de 2017, a qual proíbe a permanência de ambulantes, mendigos e “vadios” em terminais de ônibus urbanos da cidade (FORTALEZA, 2017).

Atualmente, um grupo de pessoas em situação de rua está organizado no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que passa por um processo gradual de amadurecimento, participando de algumas ações, destacadas a seguir: participação no Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (para controle e monitoramento); participação no Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua; atividades de formação, educação e mobilização de pessoas em situação de rua; participação no Fórum de Rua de Fortaleza; grupo criado em 2009, contendo representantes do Poder Público, de entidades não governamentais, de pesquisadores e de pessoas em situação de

rua, que se reúne uma vez por mês para discutir questões que afetam a população em situação de rua.

Além disso, destaca-se a campanha pela moradia e o protagonismo na busca por garantir os direitos das pessoas em situação de rua. Apesar disso, o MNPR em Fortaleza ainda precisa se fortalecer, tendo em vista que tem tido pouca adesão das próprias pessoas em situação de rua.

Importante comentarmos que o MNPR nasce depois de uma chacina em São Paulo, em que 15 pessoas no entorno da Praça da Sé foram atacadas com golpes na cabeça. Depois dessa tragédia, o então recente Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), entidades religiosas e não governamentais junto às pessoas em situação de rua fundam o Movimento Nacional do Povo de Rua. Um movimento social que propõe dar voz e empoderamento a essa população enquanto sujeitos de direito (CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA, 2014).

Numa abordagem mais politizada e tendo como principal bandeira a efetivação da Lei de Atenção à População de Rua, busca-se substituir a imagem de sofrendores pela de cidadãos, não marginalizados ou excluídos, mas inseridos numa sociedade caracterizada pela extrema desigualdade (CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA, 2014, p. 10).

O MNPR vem construindo sua identidade e lutando por maior participação e representação política, por melhorias e contra a negligência dos serviços de assistência e saúde, bem como a violação de direitos e violência sofridas nas ações de limpeza urbana (higienização social).

Um dos projetos em andamento busca formar a população em situação de rua no âmbito da economia solidária, mediante parceria entre o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, a Pastoral do Povo de Rua e o Movimento Nacional da População de Rua. No ano de 2017, os grupos estavam se organizando para iniciar a produção e venda de roupas e artesanato.

A população em situação de rua produz seus códigos e regras de convivência, alguns dos quais apresentados por Andrade, Costa e Marquetti (2014): não dormir no local do outro, não invadir território e renda de outras pessoas e compartilhar bebida, comida, água, cigarro e fogo. Essas questões também foram identificadas pelos participantes do Grupo Vivencial, os quais informaram ter dificuldades de relacionamento com outras pessoas em situação de rua, que relatam também a dificuldade de ter um sono tranquilo devido à insegurança. Ainda conforme relato desses participantes, as pessoas em situação de rua do centro de Fortaleza possuem uma realidade muito conturbada, pois além de não saberem quando e onde irão fazer as próximas refeições, não têm um lugar certo para descansar e dormir ou fazer suas necessidades básicas de higiene pessoal, tendo que usar os lugares públicos e improvisando seu local de dormida e de necessidades fisiológicas. Essa situação tem gerado em alguns um desconforto, mal-estar psicológico, inquietações e pensamentos negativos, que os impendem de lutar por uma vida melhor e de construir outro projeto de vida. Mesmo em situação de vulnerabilidade, algumas pessoas possuem um respeito por sua categoria e se reconhecem de forma diferente dos rótulos estereotipados culturalmente: vagabundo, ladrão, drogado, perigosos, entre outros.

No centro de Fortaleza, próximo aos locais de concentração de muitas pessoas em situação de rua, localiza-se o cenário de atuação do GEPE-RUA, a Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, que funciona nas segundas, quartas e sextas-feiras no período da tarde, acolhendo cerca de 30 pessoas em situação de rua nesses dias, devidamente cadastradas, oferecendo serviços de banho, oficinas, cursos e reuniões diversas. O espaço conta com alguns projetos e ações, dentre os quais podemos destacar: promoção de encontro de moradores e catadores; encaminhamentos de aluguéis sociais e albergues; diálogos a partir de sua realidade; postura de escuta e acolhida; atividades relacionadas à espiritualidade, criação de vínculos e amizade e oficinas e grupos facilitados por diferentes parceiros, que incluem voluntários e estudantes universitários. Nesse espaço, ocorre o Grupo Vivencial Comunitário, facilitado por alunos e professores do GEPE-RUA da UNIFANOR.

O Grupo Vivencial Comunitário e o Teatro do Oprimido junto aos participantes da Casa do Povo de Rua

A proposta do Grupo Vivencial Comunitário (FONSECA, 1998; ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015) parte de uma articulação dos modelos de grupo da Psicologia Humanista, especialmente da Abordagem Centrada na Pessoa e Gestalt Terapia (FONSECA, 1998), com os referenciais da Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005; ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015). Do primeiro, trazemos a proposta de Fonseca (1998), que

considera o grupo vivencial como espaço de vivência dialógica e atualização existencial, em que os participantes podem se inserir num coletivo grupal, expandindo a sua experiência e sua ação nesse contexto. Já da Psicologia Comunitária, trazemos as questões ético-políticas da atuação no grupo, considerando as condições atuais e potenciais dos participantes (GÓIS, 2005), a fim de promover o fortalecimento pessoal e coletivo. A Psicologia Comunitária que nos fundamenta parte de uma epistemologia e de uma *práxis* libertadora, ou seja, tem como horizonte a libertação, não se contentando somente em conhecer a realidade presente, mas refletindo sobre um outro mundo possível a ser conhecido e buscado.

Partimos de Dussel (1977), Freire (1979) e Martin-Baró (1998) para compreender a libertação como rompimento das relações de dominação e opressão, entendendo que a opressão é resultado tanto das relações de dependência entre os países, bem como das relações entre classes e grupos sociais. A libertação seria um processo de luta a partir dos grupos em situação de opressão, com o objetivo de enfrentar as condições sociais, econômicas, políticas e simbólicas que constituem e mantêm a opressão.

O Grupo Vivencial Comunitário facilitado pelo GEPE-RUA tem como objetivos: promover momentos de escuta qualificada junto às pessoas em situação de rua; fortalecer os vínculos junto às pessoas em situação de rua; e, criar condições para a potencialização da vivência criativa e da expressividade verbal e corporal dos participantes. Esse modelo permite o encontro dialógico e vivencial, sendo adequado ao surgimento da dimensão coletiva, combatendo o sentimento de isolamento e solidão (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015). Além da constituição de vínculos interpessoais, compreendemos que o grupo

permite o fortalecimento do sentimento de pertencimento a uma coletividade.

No grupo, o estilo de facilitação segue uma proposta não diretiva, ou seja, não levamos nada *a priori*, de modo a potencializar o encontro, dando voz aos participantes e buscando facilitar o diálogo. Nesse contexto, fazemos uso do que Fonseca (1998), ao discutir sobre a proposta experimental da Gestalt Terapia, chama de grande experimento e pequeno experimento.

O grande experimento trata-se de criar um clima de experimentação, de abertura ao diálogo e à expressividade dos participantes, de forma a efetivar a consciência e a ação criativa, a atualização de possibilidades e a afirmação da vida (FONSECA, 2005). No grande experimento, portanto, não usamos nenhuma técnica, dinâmica ou recurso expressivo, mas buscamos criar vínculos de confiança com os participantes e permitir um espaço dialógico, com acolhimento e empatia. Muitos encontros do Grupo Vivencial Comunitário, na Casa do Povo da Rua seguiram essa proposta, com abertura ao diálogo, que fluía a partir da intervenção dos próprios participantes. Em alguns momentos, devido fluidez do diálogo, não foi tão necessária a intervenção dos facilitadores.

Já o pequeno experimento diz respeito a possíveis recursos técnicos que podem ser usados para potencializar a expressividade dos participantes, o encontro, o diálogo e a atualização existencial. Segundo Fonseca (2005), o pequeno experimento não deve ser confundido com uma técnica. Não é uma dinâmica de grupo, nem uma técnica artificialmente aplicada. Não se trata de uma técnica planejada *a priori* pelos facilitadores, sendo na verdade um recurso que nasce da

vivência dos participantes do grupo. Trata-se de uma experimentação que busca facilitar o desdobramento da vivência, da expressividade e do diálogo.

Partindo da proposta da Psicologia Comunitária, temos um diálogo problematizador, de modo a desnaturalizar concepções de mundo e provocar reflexões. No Grupo Vivencial Comunitário na Casa do Povo de Rua, além do Teatro do Oprimido, fizemos uso de diferentes recursos a fim de potencializar o diálogo, o encontro, a expressividade e a criatividade, dentre os quais, se destacam: contação de histórias, dramatizações e elaboração de um documentário.

Combinamos esses dois referenciais teórico-metodológicos com a perspectiva do Teatro do Oprimido (BOAL, 2009). São três perspectivas que convergem, por um lado para uma proposta que busca promover a transformação, por outro lado, por buscar um método que respeita e fortalece a autonomia dos participantes. O Teatro do Oprimido propõe uma participação ativa do espectador (BOAL, 2009), numa práxis que se aproxima da proposta da Psicologia Comunitária, de forma a problematizar as condições de opressão e buscar transformá-las. Dessa forma, por meio do Teatro do Oprimido, Boal busca promover tanto o conhecimento da realidade como a sua transformação, que deve partir do oprimido.

Esse relato discute, especificamente, o uso do Teatro do Oprimido junto aos participantes em situação de rua, trazendo reflexões e ações sobre novas formas de existência. A ideia do Teatro do Oprimido surgiu a partir das próprias demandas trazidas pelos participantes. As questões trazidas estavam relacionadas, principalmente, ao desrespeito e ao preconceito sofrido pelas pessoas em situação de rua. Nas falas, percebíamos a revolta em decorrência de humilhações sofridas, inclusive

por parte de trabalhadores dos serviços da prefeitura. Essa questão está presente de forma geral na vida dessas pessoas, sendo comum o estigma do sujo, ladrão, usuário de drogas.

Para Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014), essa concepção pode justificar práticas estigmatizadoras e agressivas a esse público. Essa marca pode causar sentimento de vergonha e humilhação, fazendo com que a subjetividade da pessoa em situação de rua seja construída de forma a naturalizar sua condição. Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2014) também falam da capacidade de agir bloqueada pelo sentimento de vergonha. “O indivíduo sente sua estima devastada a partir de uma avaliação pessoal negativa. É uma experiência dolorida e global de sentir-se inferior, menor e sem poder” (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2014, p. 23). As narrativas dos frequentadores dos grupos confirmam esse cenário, pois agressões verbais, físicas, exploração de trabalho são constantes. E também percebíamos o silenciamento causado pela vergonha provocada pela humilhação.

O Grupo Vivencial Comunitário busca fortalecer a capacidade de ação dessa população, dando a ela a oportunidade de expressar-se livremente e ser vista e ouvida empaticamente. Para isso, o grupo proporcionou aos participantes a possibilidade de apropriação desses espaços de fala e, dessa forma, conseguimos identificar ondas de potência surgindo. A possibilidade de ser ouvido facilitava a ressignificação da sua autoimagem, facilitando a manifestação das potencialidades, pois, como diz Miura e Sawaia (2013, p. 337): “o encontro com o outro potencializa ou despotencializa o homem”. Sempre tínhamos o propósito de fazer cada encontro o mais potencializador possível e as técnicas empregadas tinham o objetivo de desencadear esse movimento.

As técnicas de Teatro do Oprimido nos ajudaram nesse processo. Esse tipo de intervenção social, como diz Teixeira (2007) foi criado por Augusto Boal durante seu exílio do Brasil, no período de 1971 a 1986, e consiste na elaboração de uma série de exercícios, jogos teatrais e diferentes fórmulas de criar e apresentar cenas, com a proposta de que qualquer grupo pode utilizar o teatro para falar de assuntos do seu interesse. Sobre o caráter político do seu teatro, ele exprime: “todo teatro é político, ainda que não trate de temas especificamente políticos. Dizer ‘teatro político’ é um pleonismo, como seria dizer ‘homem humano’. Todo teatro é político, entre todos os homens humanos, ainda que alguns se esqueçam disso” (BOAL, 1982, p. 15).

São várias as técnicas desenvolvidas por Boal e que compõem o Teatro do Oprimido, destacando-se o teatro-imagem, teatro-jornal, teatro-fórum, o teatro legislativo, teatro invisível, teatro-mito e quebra de repressão (BOAL, 2009). No Grupo Vivencial Comunitário, usamos a quebra de repressão, que consiste numa técnica que permite encenar uma situação particular de opressão sofrida por um indivíduo, como uma forma de ensaiar possibilidades de resistência diante de futuras situações opressivas. É uma técnica que se mostrou rica para o trabalho com pessoas em situação de rua, devido ao seu histórico de estigmatização e discriminação.

Nessa técnica, num primeiro momento, pedimos que cada participante do grupo conte uma história particular de opressão sofrida. Isso pode ser feito por meio de divisão do grupo em pequenos subgrupos ou, em caso de grupos com até dez participantes, sem a divisão em subgrupos. Essa etapa permite o exercício da escuta e empatia dos participantes do grupo, tendo em vista que, muitas vezes, se tratam de relatos

carregados de emoção. Após o grupo ouvir cada história, passamos à escolha coletiva de uma história que será encenada. O autor da história dirige a cena, escolhendo quem serão os atores que representarão os personagens envolvidos. A história escolhida, então, é encenada, com a participação do próprio autor da história representando ele mesmo. Após essa primeira encenação, o facilitador do grupo propõe que o algum outro participante repita a encenação fazendo o papel do autor da história, mas dessa vez lutando contra o opressor. Por fim, numa nova repetição da cena, o autor da história é convidado a fazer novamente a representação, mas dessa vez lutando contra o opressor, ensaiando outras possibilidades de resistência contra situações parecidas.

Um dos relatos bem marcantes foi de um homem que passou mal na rua, pediu ajuda e ninguém ajudou, pessoas passavam, olhavam e não faziam nada. Em sua fala percebeu-se esse pesar. Um outro participante em situação de rua ao falar ao seu aparelho celular em um órgão público, foi indagado se o aparelho era seu, situação que reforça o estigma citado anteriormente, do morador de rua sujo, indigno e sem condições de possuir bens. As práticas discriminatórias são diversas, gerando impacto significativo na construção da identidade do indivíduo.

Na prática do Grupo Vivencial Comunitário, as técnicas do Teatro do Oprimido contribuíram para desnaturalizar a conjuntura de miséria e preconceito em que vive a população em situação de rua, incentivando a expressividade verbal e corporal, e a se reconhecerem como grupo, por meio das histórias e experiências comuns. Começamos, portanto, a utilizar esse recurso após perceber no grupo o discurso recorrente dos participantes acerca das situações de desrespeito vivenciadas por eles.

Dall’Orto (2008) nos conta que o Teatro do Oprimido, como o nome já denuncia, serve para dar conta de uma situação específica, levando em consideração a relação de poder que uma classe possui sobre a outra, ou seja, uma relação de oprimido e de opressor. Ele surge para dar conta dessa relação dicotômica, dando ao espectador, passivo, o protagonismo da ação dramática.

O Teatro do Oprimido é um conjunto de exercícios, jogos e técnicas teatrais que objetivam a desmecanização física e intelectual de seus praticantes e a democratização do teatro. Criando condições práticas para que o oprimido se aproprie dos meios de produzir teatro e amplie suas possibilidades de expressão, além de estabelecer uma comunicação direta e ativa entre espectadores e atores (DALL’ORTO, 2008, p. 2).

Assim, o Teatro do Oprimido funciona como mediador entre o indivíduo e o mundo, uma forma de descobrir seu desejo e concretizá-lo, transformando-se diante de uma realidade que não é mais natural. Os exercícios de Teatro do Oprimido permitiram que as pessoas em situação de rua encenassem essas situações de opressão, caracterizando-se como um ensaio da ação para a vida concreta. Partimos da premissa de que no Teatro do Oprimido não há espectadores, pois todos são observadores ativos, chamados também por Augusto Boal de *spect-atores*. O Teatro do Oprimido busca construir uma sociedade sem opressão, de modo que a escolha por usar exercícios do Teatro do Oprimido implica numa escolha ético-política, ou seja, um compromisso a favor dos oprimidos (BOAL, 1982).

Trazendo para a realidade do Grupo Vivencial na Casa do Povo de Rua, um dos casos encenados parte do relato de um

participante em situação de rua que afirma ter tido sua força de trabalho explorada, ao participar de um processo seletivo num restaurante em que foi obrigado a lavar pratos até de madrugada e, ao final do processo, foi informado de que não seria contratado. Ele conta que a justificativa dada foi que ele estava sendo observado pelo chefe de cozinha, e o argumento apresentado foi que ele era muito lento para o serviço. Diante do grupo, esse participante contou que se sentiu humilhado e com raiva e, naquela ocasião, ao contar a situação opressiva que vivenciou, pôde expressar suas emoções e, em seguida, encenar o diálogo que teve com o chefe de cozinha e a gerente do restaurante. A possibilidade de incluir outros participantes na cena tornou possível a visualização de outros olhares, aumentando a gama de comportamentos possíveis de superar aquela situação. Nessa situação, a vivência foi atualizada mediante a montagem da cena pelo protagonista e a posterior dramatização. Em seguida, convidamos outra pessoa a fazer o papel do protagonista e reagir à situação de opressão à sua maneira. A nova encenação pelo protagonista permite a potencialização da expressividade e da ação diante de situações de opressão e desrespeito.

Em vista disso, essa intervenção serve para fornecer novas respostas às problemáticas de pessoas, grupos ou comunidades. De acordo com Teixeira (2007), há espaço da solidariedade associada a esse modelo de intervenção, pois é permitido problematizar conceitos como: exclusão, identidade, igualdade. Dall’Orto (2008, p. 3) completa esse raciocínio quando fala que o Teatro do Oprimido “possibilita ao espectador completar seu sentido de recepção e as suas questões em relação à opressão, para vivenciar segundo as suas peculiaridades, sua própria condição existencial”. Percebemos isso no caso do Grupo na Casa do Povo de Rua, no qual a técnica do Teatro do Oprimido deu a

chance de tanto o “dono da história” expressar-se livremente como as outras pessoas presentes tiveram a oportunidade de manifestar suas posições, proporcionando novos olhares diante da situação colocada.

Essa questão é de grande relevância numa época em que muitos justificam e até perdoam a ação de opressores. Observamos um estreitamento de vínculos, tanto entre os acadêmicos e as pessoas em situação de rua participantes do grupo, como entre as pessoas em situação de rua. Além de promover uma ressignificação da experiência vivenciada, inclusive com efeitos terapêuticos, percebemos o engajamento dos observadores ativos na encenação das situações. Todos são convidados a encenar a situação, de maneira a experimentar possibilidades de enfrentamento nas situações de opressão trazidas. Destacamos, nesse sentido, a construção da solidariedade entre os integrantes. Segundo Boal (1982), é necessário conhecer não apenas as suas próprias opressões, mas também as dos outros. Além disso, considerando o trabalho coletivo proporcionado pelo grupo, não podemos deixar de perceber a constituição da ideia de comum (SAWAIA, 2014), na medida em que as situações de desrespeito não configuram apenas sofrimentos de indivíduos, mas sofrimentos decorrentes da situação de rua e da pobreza característica do contexto social e histórico. Segundo Sawaia (2014), somente a partir da potência do comum, com a superação do individualismo característico da lógica contemporânea, se torna possível a ação transformadora.

Sobre o sentimento de poder pessoal permitido pelas técnicas do Teatro do Oprimido, Boal diz numa entrevista: “O teatro deve modificar o espectador, dando-lhe consciência do mundo em que vive e do movimento desse mundo. O teatro dá ao espectador a consciência da realidade; é ao espectador

que cabe modificá-la” (BOAL, 1982, p. 22). Observamos, a partir das falas dos participantes do Grupo Vivencial Comunitário, o surgimento do sentimento em que o indivíduo saiba que pode agir, “ele quer também satisfazer seu desejo de expansão” (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 337). Essa ideia refere-se à possibilidade de desenvolvimento de potenciais humanos, no sentido de expandir a criatividade, as ideias e as perspectivas de vida, de modo que a pessoa em situação de rua, apesar de, no geral, viver numa condição de pobreza, não se limita a meramente lutar pela sua sobrevivência diária, buscando também reconhecimento e realização.

Vale lembrar a importância da inserção e da formação de vínculos para realizar essa intervenção com um grupo, especialmente um grupo de pessoas em situação de rua, onde a forma de vinculação pode ser diferente, considerando a história de vida com relações fragilizadas, inclusive na rua.

Considerações finais

Não há como negar que a rua apresenta muitas dificuldades, marcada por insegurança, violência e violações, afinal se trata de um processo complexo que envolve muito além de fatores afetivos e individuais, mas também econômicos e históricos. A experiência aqui relatada destacou as vivências de desrespeito, violações de direitos básicos, violências e, insegurança trazidas pelas pessoas em situação de rua, participantes do Grupo Vivencial Comunitário. Para isso, nos propomos a criar um espaço para que a rua também pudesse ser vista como um espaço de resistência e diversidade, que foi fortalecido mediante

a vivência grupal, tanto na possibilidade de diálogo e escuta, como também mediante técnicas do Teatro do Oprimido. Nesse contexto, os participantes reconheceram sua força e capacidade de agir e de se transformar enquanto indivíduos que lidam com situações particulares de opressão, como também enquanto grupo que sofre cotidianamente claras violações dos direitos humanos.

Consideramos que a proposta do Grupo Vivencial Comunitário é adequada à realidade das pessoas em situação de rua tanto devido à não diretividade, que dá espaço e abertura para que os participantes se expressem e aprendam a ouvir empaticamente o outro, como também pela possibilidade de recursos expressivos e ativos, como ocorreu com o Teatro do Oprimido. Percebemos, também, o amadurecimento do grupo no que se refere à compreensão que eles desenvolveram acerca da proposta do Grupo Vivencial Comunitário, como um espaço de escuta e diálogo, em que eles figuram como atores centrais. Observamos esse amadurecimento do diálogo, tendo em vista que nos primeiros encontros era muito comum a interrupção da fala de um participante, ou conversas paralelas para criticar o interlocutor. Com o uso do Teatro do Oprimido, a atratividade da técnica, incluindo a contação de histórias vivenciadas pelos participantes e a posterior encenação, permitiu maior concentração e respeito aos interlocutores, nos momentos de diálogo, e aos espectadores, quando ocorriam as encenações.

No caso dos estudantes que participam/conduzem o projeto, a facilitação do grupo os ajudou no desenvolvimento, por um lado, das atitudes necessárias ao trabalho com populações em situação de vulnerabilidade e pobreza e, por outro lado, das habilidades de trabalhar com grupos e de treinar uma escuta qualificada. As atividades de extensão permitiram

o desenvolvimento da reflexão e do compromisso ético-político do psicólogo, motivando os estudantes a articularem teoria, prática e realidade social e a produzirem novos sentidos sobre sua formação acadêmica e a práxis enquanto acadêmicos de Psicologia.

O uso do recurso do Teatro do Oprimido fez com que os integrantes se percebessem como atores na problematização das questões que afetam a sua realidade, enquanto coletividade. Por fim, dois pontos merecem ser destacados: por um lado, o fortalecimento da expressividade, da criatividade e do poder pessoal possibilita a essa população aprender a lidar, de maneira autônoma e coletiva, com as adversidades; por outro lado, a experiência complementa a formação do psicólogo, que problematiza as possibilidades de atuação em políticas públicas voltadas a essa população.

Referências

ALCANTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 4-17, 2015.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L. da; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

BOAL. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOAL, A. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA. **Estudo de caso da ouvidoria comunitária da população em situação de rua**. 2014. Disponível em: <https://luizgama.files.wordpress.com/2014/02/case-final-revisado-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, ano 4, n. 4, dez. 2005.

ROSA, A. da S.; SECCO, M. G.; BRÊTAS, A. C. P. O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença. **Rev bras enferm**, v. 59, n. 3, p. 331-336, 2006.

DALL'ORTO, F. C. O Teatro do Oprimido na formação da cidadania. **Fênix - Revista de História e Estudos Sociais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 1-16, jun. 2008.

DUSSEL, E. **Filosofia de la Liberacion**. México: Editorial Edicol, 1977.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias da exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESMERALDO FILHO, C. E. **Necessidades de saúde dos moradores de rua: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FONSECA, A. H. L. **Gestalt Terapia Fenomenológico Existencial**. Maceió: Pedang, 2005.

FONSECA, A. H. L. **Grupo, ritmo, fugacidade e forma:** processo de grupo e facilitação na psicologia humanista. São Paulo: Ágora, 1998.

FORTALEZA. **Diário Oficial do Município.** Portaria 086, de 8 de junho de 2017. Disponível em: <https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/download-diario.php?objectId=workspace://SpacesStore/aef3e493-0510-4715-9c41-831ee4221fdf;1.0&numero=16060>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária:** Atividade e Consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2005.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la Liberación.** Madrid: Editora Trotta, 1998.

MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade:** a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. 2006. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se Catador: Sofrimento Ético-político e Potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 331-341, dez. 2013.

MOURA JUNIOR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 18-28, 15 abr. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA.
Revista Fortaleza 2040, v. 2, n. 1, 2015.

SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. especial 2, p. 4-17, 2014.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A 'situação de rua' para além de determinismos: Explorações conceituais. In: DORNELLES, A. *et al.* **A rua em movimento**. Belo Horizonte: Didática, 2012. p. 11-25.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social diferentes concepções e compromissos políticos**. 2011. 374f.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TEIXEIRA, T. M. B. **Dimensões Sócio-Educativas do Teatro do Oprimido**: Paulo Freire e Augusto Boal. 2007. 335 f. Tese (Doutorado em Pedagogia) – Departamento de Pedagogia Sistemática e Social, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2007.

II Parte

Fala Pop rua!

HOMENAGEM

“A diferença entre o possível e o impossível está na atitude da pessoa”

Maria Lúcia Santos Pereira da Silva
Coordenadora Nacional do
MNPR (2010 – 2018)

MARIA LÚCIA, A GUERREIRA DAS RUAS

“A diferença entre o possível e o impossível tá na determinação da pessoa”

Maria Lúcia Santos Pereira da Silva

I

Estou começando esses versos com
muita emoção, pois vou falar de uma
guerreira que mudou nossa vida,
nossa visão.

II

Seu nome?
Maria Lúcia Santos Pereira,
Mulher da rua, negra, baiana, brasileira.

III

A conheci em 2012
Na Terra do Sol, na cidade de Natal,
Sua fala me encantou, uma mulher sensacional.

IV

Lembro-me como se fosse hoje,
Eu ainda sem destino
E ela chega pra mim, diz:
– “Você consegue! Vamos lutar, esse menino!”

V

A partir daquele momento
Me despertei para lutar
E Lúcia sempre dizendo:
– “Não desista! É difícil, mas precisamos continuar!”

VI

Com todo aquele carinho e confiança
Que ela depositou em mim,
Percebi que era preciso
Continuar na luta, sim!

VII

O que eu aprendi
Devo tudo a essa negra mulher
Foi ela que me ensinou
Que lutar por direitos
O quanto importante é!

VIII

Mas Deus, em um certo dia percebeu
Que seu exército estava desfalcado
E resolveu convocá-la
Pra guerrear ao seu lado.

IX

Pra nós pobres mortais
Sem muito compreender
E sem querer aceitar,
Nem ao menos entender a possibilidade de um dia te
perder.

X

Mas após refletirmos
Pelo olhar do Criador percebemos que felizmente Não a
perdemos
Simplesmente você voou.

XI

Voou para um voo mais longo e mais alto.
Um voo necessário e realmente essencial
Que é lutar no grande exército,
Exército celestial!

XII

Não se preocupe, Maria Lúcia,
Pois aqui na terra estaremos
Lutando lado a lado
Com você, para você e sempre por você!
Mas sabemos que sua missão

Agora é em outras frentes combater.

XIII

Pra você, Maria Lúcia, nós aqui na luta e na resistência
Tiramos nosso chapéu
E ficamos muito felizes
Por termos uma grande guerreira Pop Rua
Nos exércitos do céu!

Fim.

MARIA LÚCIA, PRESENTE!

Homenagem do Movimento da População de Rua
Salvador, 12 de setembro de 2018.

MNPR SEMPRE EM MOVIMENTO!

SAUDADES ETERNAS DOS MEMBROS E APOIADORES DO
MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

DAS MARQUISES PARA A LUTA

José Vanilson Torres da Silva

Nasci no dia 5 de maio de 1972, a 1 h, em Natal/RN. Sempre tivemos dificuldades em sobreviver, pois meu pai era alcoólatra e me lembro muito bem das vezes em que ele chegava em casa sob efeito do álcool e por nenhum motivo – se é que exista motivos para isso –, queria espancar nossa mãe, que se defendia da maneira que podia: às vezes pegando cadeiras, outras vezes, da maneira que conseguisse se defender. Comigo somos em oito irmãs, seis homens e duas mulheres.

O tempo foi passando e comecei a estudar numa escola do Conjunto Amarante por nome Escola Municipal de 1º e 2º grau Vicente de França Monte. Minha mãe, sempre batalhadora, conseguia a todo custo cadernos, lápis etc. para nós, pois meu pai só tinha dinheiro para a sua bebida e, com isso, a fome era companheira constante em nossa casa.

As brigas continuaram e minha mãe infelizmente também se envolveu com o álcool. Decidi então me esforçar para continuar meus estudos e jamais ficar em recuperação ou mesmo ser reprovado na escola e, com isso, buscar um futuro melhor para nossa família.

O tempo passa e chegamos ao ano de 1985. Eu com 13 anos, cursava a 6ª série do ensino fundamental. Foi quando no mês de outubro nossa família sofreu o maior golpe da vida: minha guerreira mãe sofre um ataque cardíaco e se interna em um hospital em Natal. Foram meses de sofrimento muito difíceis para nós, que ficamos sendo cuidados por uma amiga

dela, por nome de dona Raimunda. E muito criança ainda sem entender bem o porquê de tudo aquilo, ficava contando nos dedos o dia em que nossa mãezinha voltaria para casa. Porém, no fatídico dia 27 de novembro de 1985, numa quinta-feira pela manhã, dona Raimunda nos dá a notícia que jamais queríamos ouvir: nossa mãe falecera no hospital. Ficamos desesperados sem saber o que fazer e o que pensar. Eu particularmente pensava em muitas coisas ao mesmo tempo. Meus pensamentos se confundiam e passava naquele momento um filme de tudo que eu já havia vivido.

Naquele mesmo ano fui reprovado na escola. Mas o pior ainda estava por vir, pois enterramos nossa mãezinha e com apenas 3 meses de sua morte meu pai conhece uma mulher também viúva, que morava em São Gonçalo do Amarante e ela passa a morar em nossa casa. Daí começou nossa família a se desestruturar, pois essa mulher por nome Tâmara começou a fazer intrigas entre nosso pai e nós. Primeiro, acusando nosso irmão por nome João Batista de tentar violentá-la, mas sabíamos que era tudo uma armação dela para abrir caminho para o plano que rondava sua cabeça, pois com 5 meses após sua chegada ela convenceu meu pai a vender nosso único bem, que era nossa casa ao genro dela, por nome “Pequeno” por um valor que hoje seria equivalente a R\$ 2.000. E assim foi feito.

Meus dois irmãos mais velhos, por nomes de João Batista da Silva Neto e Francisco de Assis Torres da Silva assinam a venda da casa e com isso recebem cada um R\$ 500 no valor de hoje, pois a Tâmara não queria eles morassem na casa dela em São Gonçalo do Amarante.

Em fevereiro de 1986, 15 dias depois, fomos morar em São Gonçalo do Amarante, eu e meus três irmãxs: Márcia Silvana com 11 anos, Márcio Torres com 10 anos e Márcio Luís com

apenas 7 anos. Vale dizer que nossa irmã caçula por nome de Mara Rose tinha sido doada a uma tia nossa, por nome de Maria do Céu, logo após a nossa mãe ser sepultada.

Então, começou mais um desafio em nossas vidas, pois ela tinha também 4 filhos e nós que chegávamos lá passamos por várias situações, entre elas: só podíamos comer por último após todos comerem, não podíamos assistir TV e nem sentarmos no sofá. Meu pai nesse período viajava todas as segundas-feiras para o litoral potiguar para comprar peixe e revender em São Gonçalo do Amarante, e eu ainda desequilibrado mentalmente por ter perdido minha mãe, passei a ser alvo das ameaças da madrasta que não tinha a menor compaixão de nossa situação.

Ela começou a fazer intrigas entre meu pai e eu, dizendo para ele que eu fazia coisas sem eu ter feito e, com isso meu pai me espancava de cinto, palmatória e fio elétrico. Às vezes eu fugia para a praça daquela cidade, tentando escapar das agressões e ela própria, como se fosse uma boa madrasta, vinha me chamar na praça dizendo que meu pai não iria me bater. Eu, mesmo sabendo que iria ser espancado mais uma vez voltava, pois não tinha para onde ir.

Passei um ano sofrendo com essa situação, até que num domingo decidi que iria embora daquela casa, mesmo sem ter para onde ir. E assim fiz. Vim, em 1987, para as ruas de Natal, mais precisamente, morar em uma das portas da nova catedral que ainda estava em construção. Eu pensei assim: é melhor eu ir morar nas ruas do que viver nessa vida de sofrimentos e espancamentos. Vim para as ruas em busca da felicidade.

Minha vida nas ruas de Natal

Já nas ruas de Natal passei a sobreviver como podia. Ainda “novo” nas ruas não sabia como proceder, mas tive que aprender, pois aquela era minha nova realidade, minha nova casa. Passei por muitas situações difíceis: apanhei da polícia, mendigava, juntava recicláveis e assim o tempo foi passando.

Até que em 1997, já com 25 anos, resolvi voltar para São Gonçalo do Amarante, pois após minha saída de lá, após 7 anos, meu pai recebeu uma indenização de uma firma que ele havia trabalhado, no valor de R\$ 5.000, considerando que em 1994 o Plano Real foi implantado no Brasil. Mas a sua mulher começou a “sugar” esse dinheiro, ora dizendo que queria comprar algo para ela, ora falando que queria trocar o piso da casa e, finalmente, tirou dele os R\$ 5.000. Após isso acontecer, ela o presenteou com um par de sapatos: “um no pé e outro na bunda” e mandou ele junto com meus três irmãs irem embora de sua casa.

Aí meu pai percebeu quem era ela, porém continuou a amá-la, mesmo ela já estando em um outro relacionamento. Quando voltei em 1997, o encontrei em um terreno onde ele plantava legumes. Estava muito doente e falei para que ele sempre acreditava nela e não acreditava no que eu falava. Ele começou a chorar.

Fiquei morando com meus irmãs e ele em uma vila por nome Padre Cícero, no centro de São Gonçalo do Amarante. Eu o ajudava vendendo frutas e verduras, que ele plantava e colhia no terreno, mas mesmo a Tâmara sua ex-mulher tendo feito o que fez com ele, continuava a gostar dela e queria que eu fosse deixar frutas e verduras para ela, coisa que eu me recusava a fazer.

Passaram-se dois meses e, em fevereiro de 1997, meu pai chega para mim e me diz assim: “– José você já é de maior e não dá para você ficar aqui não!” Naquele momento, senti como se outra vez tivesse sido espancado pelo meu pai. Mas algo me dizia que eu acharia uma solução. Foi quando no outro dia um conhecido meu me disse que a ex-patroa dele, por nome Aurilete, o chamou para trabalhar novamente numa serraria e que precisaria de outra pessoa. Eu nunca havia trabalhado em serraria, mas via nessa serraria a oportunidade de me reerguer. Lembro-me como hoje, no dia 07 de fevereiro de 1997, saímos a pé de São Gonçalo do Amarante para o conjunto Amarante, onde ficava a serraria e comecei naquele mesmo dia a trabalhar. Passou-se dois meses e fui morar com o chefe da nossa equipe por nome Ivanilson, “Boy Nil” e com três meses depois conheci uma pessoa por nome de Flaviana, que na ocasião morava com um de seus irmãos. Começamos a namorar e fomos morar juntos em uma casa que eu havia alugado.

Em 2001, desse relacionamento, nasce meu filho, Jonathan Gabriel, mas também nasceu algo em mim que seria um grande tormento: eu conheci o vício do crack.

Em 2003, nasceu minha filha Larissa Gabrielly. Foram momentos difíceis com o uso dessa substância, e a consequência veio rápido. Fiquei doente com tuberculose e derrame pleural (água na pleura), tecido que envolve os pulmões. Nesse ínterim, me separei da minha companheira. Ela, muito doente devido a uma doença por nome erisipela, no dia 04 de maio de 2005 falece no Hospital Onofre Lopes. Vale salientar que dia 04 de maio também é o dia em que nossa mãezinha nasceu.

No mês de julho de 2005, fui internado no Hospital Giselda Trigueiro, onde coloquei dreno, um no pulmão direito de onde era retirado sangue talhado e outro no esquerdo, de

onde saía secreções. O dreno do pulmão direito ficou alojado em mim durante 25 dias e o do esquerdo durante 3 meses, mesmo período que permaneci internado naquele hospital.

Ao receber alta, me vi novamente em situação de rua, sem emprego e novamente sem família e esperança. Então, novamente nas ruas continuei a usar o crack, não mais somente como vício, mas também como uma busca incessante pela morte, já que não podia mais conviver com meus filhos.

Em uma certa noite em Igapó, bairro da Zona Norte de Natal, minha busca quase chega ao fim. Na busca de conseguir dinheiro para o vício e também como uma força que me levava a acabar com minha vida, eu vi dois caras embriagados e com uma bicicleta. Eu começo a segui-los na madrugada e perto de um galpão vi um deles fazendo xixi na parede e fiz de minha carteira uma arma. Quando me aproximei dele, sua bicicleta estava deitada no chão e eu disse: “– Não se mexe, cara”. Foi quando o vi sacar uma arma, acho que era um revólver 38 e falar assim: “– Tu vai morrer agora, cabra de peia” e naqueles poucos mais de 3 segundos vi passar um filme em minha mente: meus amigos, filhos e tudo que eu já havia passado. Foi então que uma voz veio a mim dizendo: “– Corra em zigue-zague!” E assim o fiz. Começo a correr e ouço o tiro sair do revólver e passar zunindo em meu ouvido. Porém, quando passo correndo ainda em zigue-zague, vejo o segundo homem que o acompanhava no início, escorado em uma casa de esquina, sem fazer nenhuma reação! O mais incrível é que como eu ainda estava debilitado por causa da doença, não consegui correr muito e me escondi em um pequeno matagal. Com certeza aquele homem escorado naquela esquina tinha visto eu me esconder, mas por incrível que pareça, não vieram atrás de mim.

No dia seguinte, vim para as ruas do bairro Cidade Alta, em Natal, mais precisamente na Praça Vermelha. Continuei a viver nas ruas e, em 2011, a Prefeitura de Natal inaugura dois serviços para a Pop Rua, que são: o Centro Pop e o Albergue Municipal.

Fui conhecer o serviço do albergue, que era comandado pela ATIVA (Associação de Atividades e Valorização Social), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), porém demorei pouco tempo, pois lá nós passávamos por situações vexatórias como, por exemplo, revistas com violência por parte da Guarda Municipal. Então, decidi ir para as ruas mais uma vez. Dessa vez, fui morar na calçada da loja Miranda Computação, local este que fica na Avenida Prudente de Moraes. Lá, em um certo dia do mês de março de 2012, chega um grupo de pessoas que distribuem alimentos nas ruas de Natal e eu sem saber o motivo, me afastei da calçada da Miranda e fui para lateral da antiga UnP (Universidade Potiguar) que fica ao lado da Miranda. Foi quando veio até mim uma senhora, por nome Juliana Carla e ela me pergunta meu nome e ainda pergunta por que eu não frequento o Albergue Municipal. Então relato o que ocorria no local e, por isso, minha decisão de sair do albergue. Ela me convida a retornar ao serviço, afirmando que essas coisas não aconteciam mais lá. Eu, desconfiado, mesmo assim digo a ela que na segunda-feira iria lá. Esse dia da nossa conversa era um sábado.

Chegando lá, na segunda-feira, a encontro e ela na verdade era a coordenadora, já que outra empresa terceirizada pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Município (SEMTAS), por nome NDS (Núcleo de Desenvolvimento Social) agora gerenciava o albergue. Daí confesso que minha vida começou a mudar, pois assim que comecei a frequentar o

serviço, comecei a fazer um curso de garçom no Hotel Barreira Roxa, na via costeira. É certo que ainda acontecia algumas situações de violações, mas nada comparado com o que ocorria anteriormente.

Mudanças

Já estamos no mês de março de 2012 e Natal passava por uma espécie de “tsunami social” com greves, a cidade sem serviços essenciais e teríamos eleições presidenciais no Brasil e municipais. Assim, a equipe técnica do Albergue Municipal nos lançou uma proposta até então inusitada: eles nos perguntaram se alguém gostaria de fazer parte de uma espécie de eleição para prefeito do Albergue Municipal no intuito de mostrar para a sociedade que a Pop Rua tem direitos, saberia votar, que somos cidadãos, como qualquer outra pessoa. Eu, que durante minha vida inteira sempre fui muito crítico com as questões políticas de nosso país e pela minha situação, enquanto pessoa em situação de rua, me lancei candidato junto com outros 4 candidatos. Levei a sério essa eleição, mesmo sabendo que se tratava de uma “brincadeira”.

Dos 5 candidatos 3 desistiram, então ficamos eu e Marcos Maciel (Cabelo), como candidatos. Cabelo escolheu o número 12 para ele e eu escolhi o número 21. Além do número também criei um nome para o partido que é o PAF (Partido Albergue Feliz). Fiz um slogan: “Natal tem jeito, Vanilson prefeito!” e fiz em 10 minutos dentro do Centro Pop uma paródia de Lairton dos Teclados, baseada na música “Morango do Nordeste”, que em minha versão ficou “Vote e Acerte”.

Estava indeciso quando
Ele apareceu
Vanilson prefeito
O povo o escolheu.

O povo de Natal
Já sofreu demais
Essa é a hora de correr atrás,
Essa é a hora de correr atrás,
Essa é a hora de correr atrás.

Você só sofreu porque
Você votou na pessoa errada
No mal gestor.

Muita gente fala: “eu não voto mais”
Vote consciente, você é capaz,
Vote consciente, você é capaz,
Vote consciente, você é capaz.

Eu digo o que o voto
Significa pra mim,
Ele pode mudar
O Brasil e o Nordeste.

Exerça seu voto
Vote em quem merece.
Apesar de existir 7 bilhões de pessoas na terra
Sem o seu voto, o Brasil emperra.

Aí vou votar

Aí aí aí iii

Vou votar 21, pra pra mudar

Aí vou votar.

Ai aí aí vou votar 21 pra mudar.

E fomos para a campanha dentro do Albergue Municipal.

Houve debates, “santinhos”, campanha eleitoral e até assessores e filmagens no debate. Eu também fiz algumas propostas de campanha no intuito de entregar de alguma forma ao prefeito que ganhasse a Prefeitura de Natal. Entre as propostas estavam: valorização dxs trabalhadorxs, concurso público e limpeza da cidade.

Chegou o dia da eleição dentro do Albergue Municipal e houve 50 votos e 1 abstenção, sendo 49 votos válidos. Eu tive 33 votos e Cabelo obteve 16 votos.

Para nós era como se fosse uma brincadeira, mas eu não sabia que aquela eleição era o início da nossa militância por direitos sociais.

O Centro de Referência em Direitos Humanos na nossa história

Passaram-se uns dias e o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN –CRDH/UFRN recebeu um usuário do Albergue Municipal em sua sede, no bairro de Capim Macio e este alegava que pela madrugada alguns dos funcionários do albergue entravam no dormitório e com uma seringa retiravam seu sangue, sem sua permissão. A então estagiária de Psicologia, Fernanda Cavalcanti de Medeiros e a assistente social Hellen

Tattyanne de Almeida, resolveram averiguar essa situação e chegando no Albergue Municipal não observaram tal conduta da seringa, porém receberam diversas reclamações de violações de direitos da Pop Rua e, após alguns dias dessa visita, buscaram uma forma de se aproximar dessa população.

Elas viram um vídeo de Maria Lúcia Santos Pereira que foi “moradora de rua” e que era uma das lideranças do MNPR (Movimento Nacional População de Rua) e a convidaram para vir a Natal para a Semana de Direitos Humanos da UFRN. Elas também pensaram num evento na Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, denominado: “Vivências de rua, população de rua. Somos (in)visíveis pra vocês?” E na manhã do dia 23 de outubro de 2012, Fernanda Cavalcanti, Hellen Tathyane e Maria Lúcia Santos Pereira chegaram ao Centro Pop, que na época funcionava na Praia do Meio, se apresentaram e nos convidaram para o evento na Praça Augusto Severo. Confesso que naquela manhã, eu ainda não havia ouvido falar do MNPR e nem sabia que a Pop Rua tinha direitos.

Na tarde do dia 23 de outubro de 2012, eu chego no Albergue Municipal onde estava a cópia da paródia “Vote e acerte”. Fui pedir para eu pegar a cópia no intuito de cantar no “Vivências de Rua”. Chegando na praça, vi que havia várias tendas montadas com diversos serviços presentes, e que também havia cerca de 70 Pop Rua. Começou o evento e quando abriu para a Pop Rua falar, eu pedi para cantar a paródia e foi então que quiseram saber como foi feita e explicando como se deu, comecei a cantar. Mas não posso deixar de mencionar um fato hilário que aconteceu, pois eu estava com minha prótese (dentadura) folgada e com uma bermuda por baixo da calça, também folgada. Quando eu segurava a minha calça, a prótese

caia e quando eu segurava a prótese, a calça caía. Mesmo assim não deixei de cantar, pois na vida tudo é questão de atitude.

Eu não sabia que a Lúcia estava no Rio Grande do Norte em busca de identificar uma liderança para instituir o MNPR aqui, e quando terminei de cantar a paródia “Vote e acerte”, a Lúcia pediu para a Pop Rua ali presente escolher um representante do Rio Grande do Norte para participar de uma formação de lideranças da Pop Rua em Brasília, promovida pelo Ministério da Saúde. Depois disso, a Pop Rua presente começou a gritar: “– Prefeito, prefeito!!!”, já que após a eleição no Albergue Municipal, era assim que me chamavam.

E, assim, no dia 10 de dezembro de 2012, lá ia eu para Brasília, em uma terça-feira, junto com alguns políticos locais. Foi aí que caiu a ficha de que tudo que havia ocorrido estava escrito, pois eu nunca tinha tido nem uma bicicleta, estava há pouco tempo num papelão e de repente me via dentro de um avião. Desse modo, percebi a grande responsabilidade que eu estava assumindo e me sentia útil novamente.

Saída das ruas

Em 2014, conheci uma guerreira potiguara maravilhosa, o nome dela é Fátima Matias. A conheci em Pium, que é um município do Rio Grande do Norte. Na ocasião, eu estava como voluntário trabalhando como cozinheiro na Casa de Apoio “Renascer”, uma casa espírita que acolhia pessoas em situação de rua e que tinham envolvimento com álcool e drogas e Fátima Matias foi nos visitar e começamos a conversar e daí, dessas conversas, começamos a nos relacionar. Depois de 2 meses,

fomos morar juntos na casa da mãe dela no bairro de Areia Preta, em Natal.

Fátima é uma mulher muito especial. Hoje, moramos de aluguel na Rua do Motor, na Praia do Meio, próximo da pousada onde Fátima trabalha e onde eu também faço uns “bicos”. E, assim, saí das ruas e até trouxe meu filho Gabriel para morar conosco.

No início do MNPR/RN foi muito difícil, pois não conhecia quase nada de direitos e até hoje ainda busco o conhecimento. Durante esses cinco anos do MNPR/RN, conquistamos alguns espaços de controle social: Conselhos Estaduais de Saúde, Assistência Social, o de Políticas sobre Drogas e iremos ocupar, em breve, o Conselho Gestor da Habitação de Interesse Social do RN. No município de Natal, ocupamos os Conselhos de Assistência Social e o de Políticas sobre Drogas-COMUD e, em âmbito nacional, ocupamos o Conselho Nacional de Saúde pelo MNPR.

Hoje, fazemos palestras para formandos dos cursos de Serviço Social, Gestão de Políticas Públicas e Psicologia da UFRN, UnP (Universidade Potiguar), FACEX (Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão), pois entendemos que assim fazendo teremos profissionais mais comprometidos com as questões políticas e sociais. Temos vários militantes no MNPR/RN, mas não irei citar nomes, pois corremos o risco de esquecer de alguém. Mas nada disso seria possível se pessoas como a Fernanda Cavalcanti e Hellen Tathiane não tivessem tomado a atitude de lutar e acreditar que sonho que sonhamos só será sempre um sonho, mas quando sonhamos num coletivo, torna-se realidade.

Agradecemos a todxs que fazem de seus sonhos, suas lutas.

Natal, 13 de agosto de 2017.

DIA DE LUTA

I

No dia 19 de agosto de 2004
Um triste fato em São Paulo ocorreu
Sete pessoas em situação de rua
Na Praça da Sé morreu

II

Brutal e covardemente
Sem dar nenhuma defesa
Mataram 7 brasileirxs
Que viviam na incerteza

III

Na incerteza de um dia
Que ainda ia raiar
Mas chegaram uns meliantes
Pra suas vidas ceifar

IV

Após aquela macabra noite
Algo começou a finalmente a mudar
Surgiu um Movimento de Rua
Por seus direitos lutar

V

Começou em 2 estados
São Paulo e Minas Gerais
Hoje estamos em 16
Na luta por direitos humanos e sociais

VI

Mas não pensem que é fácil!!!
O massacre infelizmente continua

Quando é negado direitos
A população em situação de rua

VII

Alguns estados conquistaram
Direito ao acesso à saúde, trabalho e habitação
Porém, em outros lugares, inclusive em Natal
É negado até dormir no chão

VIII

Por isso, sigamos em luta
Pois nesse país nada se conquista de graça
Se não temos onde morar
Vamos ocupando as marquises, viadutos e praças

IX

Dia 19 de agosto é o dia
De luta e luto do povo da rua
Nós não iremos desistir jamais!
Sabe por quê??
Porque nossa luta continua...

José Vanilson Torres da Silva



Crédito da fotografia: Carolina Vidal

In memoriam de Josenilson Alves da Silva

MOVIMENTOS

Os relatos e as reflexões que serão expostos a seguir foram construídos por membros do Movimento da População de Rua, em Natal/RN em uma oficina para formação de lideranças realizada em março de 2018. Os participantes caminharam pela Praia da Redinha Velha, na zona norte da cidade, observando o movimento do ambiente e das pessoas que ali circulavam, sendo posteriormente convidados a refletir coletivamente sobre em que medidas estes movimentos se relacionavam com a organização política da população em situação de rua. “O que é movimento?” foi a pergunta disparadora.

Estavam presentes 9 pessoas em situação de rua. Todas falaram no grupo sobre sua experiência e impressões, porém nem todas registraram por escrito a vivência, razão pela qual apenas seis depoimentos são transcritos aqui. A dinâmica foi conduzida por Anna Carolina Vidal Matos e Esequiel Pagnussat, apoiadores do MNPR/RN ⁶⁷.

O movimento da população de rua abrangendo a natureza em seu cotidiano. O que não se movimenta é o que a natureza deixou para trás. O movimento da água da praia e dos mangues é como o das políticas em seus mandatos, o que está na Constituinte [Constituição Brasileira] e o movimento da população de rua deve

⁶⁷ Também estavam presentes: Beto Franzisco, Marcela Gomes e Edson, conhecido como “Natal”. Fragmentos das histórias dos dois primeiros podem ser lidos no Capítulo 12 deste livro: Entre narrativas, fotografias e invenções: trajetos da rua.

fazer valer os direitos sociais, lutar por políticas públicas para o povo da rua.

Josenilson Alves da Silva

Para falar do movimento, a princípio vejo o movimento da minha mente para ver, ouvir e sentir todos os outros movimentos. Vejo o movimento urbano, o trânsito da Ponte Newton Navarro, percebo a movimentação das pessoas, dos turistas, percebo como se movimentam os comerciantes. Vejo o Forte dos Reis Magos e imagino que grande movimento político foi feito em defesa da população que aqui já habitava naquela época [da colonização]. O movimento dos pescadores, que por sua vez é cheio de persistência para pescar algo. Percebo o movimento das naus sobre as águas, e as águas com o movimento natural... e é o que faz tudo girar, a natureza. Onde eu vou chegar com esse movimento?

Liberdade (Pseudônimo)

Pra falar sobre o Movimento de População de Rua é entender que somos um movimento dentro de outro movimento, que é o da sociedade, do Brasil. Pra onde caminhamos politicamente como país? E pra onde o movimento de pop rua vai se movimentar dentro dessa conjuntura?

Eduardo Santos da Costa

Percepção do espaço em movimento: O trabalho braçal ou informal em sua maior porcentagem é constituído por pessoas de pele negra. Depredação do patrimônio público e natural, falta de consciência social e ambiental. Álcool e drogas utilizados e comercializados por adolescentes, na sua maioria homens. Mesmo com o movimento constante do progresso na comunidade, ainda existe a valorização da passividade, isso é

notado na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, uma construção que ainda sobrevive em meio a um presente onde todo o movimento é tecnológico. Movimentos e direções têm a ver com qualidades e metas que devem ser traçadas pelo MNPR. A vida não acaba quando acaba nosso movimentar, ela continua através de outros seres. Todo movimento tem um resultado, onde vou chegar com o MNPR? É necessário união do movimento para alcançar harmonia e visibilidade.

Halisson Silva da Costa

Olhar para o mar faz as pessoas esquecerem dos problemas, se sentirem com mais vontade de lutar para ser feliz, ter uma vida diferente, sem drogas e sem maldades. Se eu pudesse eu morava na praia, numa casa perto do mar, pois o mar faz bem em todos os sentidos... O som do mar batendo nas pedras, sentindo o vento, é muito bom.

Marina (Pseudônimo)

O MNPR surgiu a partir de um movimento de mulheres: Maria Lúcia, Fernanda, Hellen.

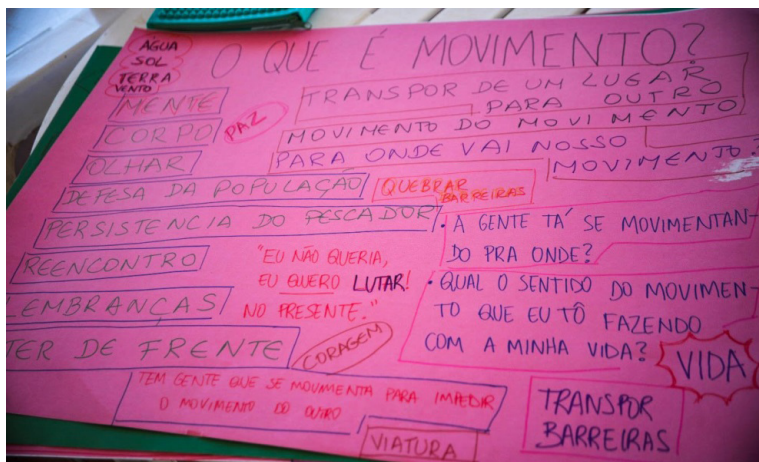
O vento: ele é invisível, mas sabemos que luta para transpor barreiras, sejam arquitetônicas ou naturais. Sem o vento não há vida!

Água e ondas do mar: estão sempre em movimento, na busca constante para chegar ao seu objetivo, que é desembocar na praia.

Terra: com o movimento da terra, ou seja, o afastamento das placas tectônicas há milhares de anos, foi possível surgir novos continentes.

Sol e fogo: o sol também é movimento, sem o seu calor não crescem as plantas, os seres humanos. Sem o sol não há vida!

José Vanilson Torres da Silva



Crédito da fotografia: Carolina Vidal

MULHER DA RUA

Luanda Luz

Verônicas, Flavianas, Marcelas e Cristinas
Mães, tias e filhas
Olhares cansados e distantes,
Por não ter casa, carro, casacor, modas e festinhas de luxo.

Que vivem do lixo, seu luxo, que não precisam de casa,
carro, casacor, modas e festinhas de luxo.
Meninas da vida, mulheres da rotina
Rotina da rua, sim!
Lava, passa, cozinha
Igual à tia, à vizinha.
Se sonhavam?
Sim. E como sonhavam!
Mas o tempo engoliu seus sonhos com tanta sede!
Que quantas vezes se perderam.
Choraram, gritaram, se esconderam e espernearam
Só queriam colo, carinho, afeto...

Bom...Mulheres da rua, sim!
Amadas pela vida, pelos homens.
Igual a carniça cobiçada por ser nova
Velha por ser vivida, ser deficiente.
Loira, morena, ruiva, inteligente
Olho negro, azul ou verde
Cobiçada por ser mulher, por ser gente

Sou diferente não, mulher!
O que você pensa, hein?
Só porque você não vai no salão do Antonio de Biaggi
frequenta as colunas das Cosmopolitas da vida,
tem seu Hyundai do ano, faz clareamento
tem escritório assinado por Débora Aguiar e usa Chanel?



Crédito da fotografia e texto: Hallison Silva da Costa

MARCEU

A solidão de um homem,
dialogando em um absurdo silêncio,
entre caminhos e sentimentos,
pensamentos de uma vida,
uma hora triste,
outra agradecida.
Como um navio gigante,
flutuando no infinito mar azul céu.



Crédito da fotografia e texto: Hallison Silva da Costa

PASSOS

Olhos negros a contemplar mais um novo nascer do sol. Antes de qualquer ato ou pensamento, se faz o sinal da cruz, pedindo paz e proteção para seguir em frente, com seus pequenos e cansados passos fortes até o seu destino predefinido, ao longo de tantas jornadas já não existe o medo do fracasso em seu coração.

Seus olhos negros agora brilham. Sonhando acordado com novos horizontes. Sua única bagagem não cabe em suas mãos, mas é tão espaçosa que ocupa parte de seus pensamentos e ainda pesa em seu coração. O seu passado, construído anos afins, entre dores e amores, alegrias e tristezas incalculáveis, e por onde quer que siga, bom ou ruim, o seu passado sempre se fará presente.

Mesmo que tenha que aliviar a sua dor ou exaltar a sua alegria, entre um copo e outro de aguardente, não para esquecer, mas para enganar temporariamente a sua ótima

memória. É inevitável, tudo está exposto em seu rosto para aqueles que enxergam além da aparência.

No reflexo do espelho, se vê tudo que a vida não deixou de lhe esconder: o ser negro, queimado pelo sol, abatido pela chuva. E sem reclamar, sem deixar as suas lágrimas tocarem o chão. Mas mesmo assim se orgulha de ser um homem feito, bate no peito. Embora não seja perfeito, sempre lutou por seus direitos, do seu modo, do seu jeito, sem êxito, mesmo diante das dificuldades encontradas no caminho. Não deixar transparecer qualquer sinal de fraqueza, sabendo que não pode caminhar para acertar o que ficou para trás.

Sempre caminha para frente, com sabedoria e experiência, e jamais se esquecendo, quem ou o qual sonho deixou para trás. Nada que o impede de sorrir novamente, em seus novos passos. Passos certos, mas cuidadosos. Para não ter que se arrastar outra vez, no vale das suas próprias lágrimas, nem que se perca no deserto da solidão.

Entre rumores dos seus rumos tomados, especuladores, contestam a sua capacidade de superação. Enganam-se porque até o dilúvio teve fim. Um dia qualquer, ele acordará com um sorriso estampado, mesmo não tendo a certeza, se seus passos o levaram para a glória no futuro. Ele sempre continuará a caminhar, sem desvio ou atalhos no caminho, focado em sua própria vitória sem troféu ou medalha. Ele não quer chegar ao fim de sua vida com reconhecimento mundial, só que sua dignidade que o alimenta nesta caminhada.

Embora não encontre o seu modelo de felicidade, ele não irá parar de buscá-la. Continuará viajando pelos caminhos enigmáticos de sua vida, porém... mesmo contra sua vontade, vai lutar até seu último suspiro de vida, onde encontrará, o seu eterno descanso, nos braços da morte.



Crédito da fotografia e texto: Hallison Silva da Costa

EU SÓ TENHO A AGRADECER!

Agora é uma mistura de alívio com uma preocupação futura, vou estar preparado para não ser, tão destruidoras as novas experiências aguçadoras do perigo da morte que caminha à noite?

De não saber o que pensar ou fazer? Para onde ir? Como resolver um problema que te dá as respostas? E você que tem que fazer as perguntas. Por quê? Como assim? Eu fiz o quê? Devo mudar quem eu sou? O que eu faço?

Aliviado sim, satisfeito não!

Agora está ativado e aguçado o décimo segundo sentindo, o perigo.

Agora 24 horas prestando atenção, sem arma na mão e o coração preparado, para seguir adiante nessa REALIDADE.

Porém, o medo de ser envolvido em armadilhas do destino a se cruzar, por ser PRETO, POBRE, POPULAÇÃO é constante.

Não quero saber o que perdi. Quero agradecer o LIVRAMENTO e uma nova oportunidade de ver o sol brilhar.

Só agradece, MINHA MÃE, MINHA RAINHA, SEREIA DO MAR, NÃO DEIXAR O MEU BARCO AFUNDAR.

Eventos
Dias de Luta
Seminários
Projetos

VIVÊNCIAS DE RUA: SOU (IN) VISÍVEL PRA VOCÊ?

I Evento da Pop Rua em Natal

Data: 23 de outubro de 2012



Praça do Teatro Alberto Maranhão, 2012.
Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN

DIAS DE LUTA DA POP RUA



Dia de Luta da Pop Rua, 2014.

Praça 7 de setembro, 2014.

Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN



Dia da Luta Antimanicomial
MNPR/RN e Associação Potiguar Plural
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), 2015
Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN



Dia de Luta da Pop Rua, 2017.
Pátio da Pinacoteca Potiguar. Roda de Conversa com o
Consultório na Rua.
Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN

ARRUAÇÃO



Praça Vermelha (André de Albuquerque), 2016.

EcoSol/Arruação. Oficina de Mosaico.

Crédito da fotografia: Cleiber Souza da Silva



Praça Vermelha (André de Albuquerque), 2016.

Arruação/ EcoSol, 2016.

Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Praça Vermelha (André de Albuquerque), 2016.

Arruação/ Barracas da EcoSol, 2016.

Crédito da fotografia: Cleiber Souza da Silva



José Vanilson Torres da Silva
Praça Vermelha (André de Albuquerque).

Arruação, 2016.
Crédito da fotografia: Carolina Vidal

FORMAÇÃO POLÍTICA



Oficina sobre Diversidade, 2015.
IV Seminário de Direitos Humanos da UFRN
Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Encontro de Formação Política
Praia da Redinha, 2018
Crédito da fotografia: Arquivo do MNPR/RN



José Ivan Emiliano da Costa, 2019.
Participação em Reunião Semanal do MNPR
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal
- SINSENAT

Crédito da fotografia: Maria Teresa Nobre

TEC RUA – O encontro entre os espaços da rua e os espaços virtuais: o que pode essa conexão? (2014-2015)



Oficina do Projeto TEC Rua.

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), 2015.

Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Oficina do Projeto TEC Rua.
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), 2015.
Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN



Cleiber Souza da Silva, 2015
Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN

Ações do Projeto de Extensão “Loucos e (in)visíveis pela cidade” (2016)



Oficina de comunicação, 2016.
Crédito da fotografia: Mattheus Rocha



Oficina de Comunicação, 2016.
Crédito da fotografia: Mattheus Rocha

I SEMINÁRIO POTIGUAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2013)



Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN

II SEMINÁRIO POTIGUAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2014)

II SEMINÁRIO POTIGUAR DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA “FORÇA QUE DENUNCIA AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS E ANUNCIA A VIDA NAS RUAS”

DATA:

1, 2 e 3 de Dez. 2014

LOCAL:

IFRN - CAMPUS CIDADE ALTA

P R O G R A M A Ç Ã O

01/12 - Segunda-feira

- Minicurso: Pesquisa-Intervenção em Contextos de Vulnerabilidade

02/12 e 03/12 - Terça e Quarta-feira

- Conferências
- Cine-Rua
- Mesas Redondas
- Grupos de Trabalho
- Oficinas
- Atividades Culturais

* Inscrições no minicurso via SIGAA (seção Extensão) com vagas limitadas:
<http://bit.ly/1vHpdhX> (Acesso à Área de Inscrições em Cursos e Eventos)

* Demais inscrições no dia e local do evento.

Realização/Parcerias



Fórum Potiguar
de População em
Situação de Rua



Arte: CRDH/UFRN

III SEMINÁRIO POTIGUAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2015)



Arte: Sarah Fernandes

IV SEMINÁRIO POTIGUAR DA POPULAÇÃO DE RUA (2017)



Arte: Cleiber Souza da Silva (Pippo's Paradise)



Oficina de artesanato
Centro de Convivência, Rocas.
Crédito da fotografia: Arquivo do CRDH/UFRN

I ENCONTRO LGBT E DE MULHERES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2016)



Arte: CRDH/UFRN

MULHERES NA RUA, MULHERES DE LUTA



Roberta, 2015.
Crédito da fotografia: Danielle Galvão



Cristina, 2016.
Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Marcela, 2018.

Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Verônica e Valentina, 2017.
Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Valentina e Fernanda, 2018.
Crédito da fotografia: Carolina Vidal



Luanda Luz, 2019

Crédito da fotografia: Diogo Ferreira (Odara Produtora RN)

POSFÁCIO

*Luis Antonio dos Santos Baptista*⁶⁸

Cenário onde o Sujeito ostenta sua verdade, lugar da libertação, ou correção, da natureza humana, palco das interações sociais, assim é a função da cidade predominante na grande parte da produção teórica da Psicologia. A urbe como mero suporte para o desenvolvimento das qualidades, potencialidades e correção das mazelas dos homens. A rua teria a mesma função, isto é, lugar de passagem, da mobilidade necessária para corpos e mentes, ou então, morada ou depósito de vidas condenadas ao fracasso.

Este livro vai na contramão da naturalizada fratura entre o humano e a cidade. Urbe e rua são denotadas como construções históricas inseparáveis da produção de modos singulares de subjetividades; são apresentadas como lugares de enfrentamentos incansáveis entre sentidos díspares, ou antagônicos, do que seja o humano, o corpo, a vida ou a morte em vida. A relevância desta obra está na recusa da não problematização vigente na produção científica psi que dicotomiza Sujeito e arquitetura, homem e cidade, carne e pedra. Neste livro, elaborado por fundamentações teóricas heterogêneas, assim como por diferentes metodologias de pesquisa, esta fratura inexistente.

⁶⁸ Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado na Faculdade de Sociologia da Universidade de Roma, La Sapienza.

Obra coletiva escrita por pesquisadores, por alunos da graduação e da pós-graduação, na qual o leitor conhecerá experiências densas, questões urgentes enunciadas da polifonia de vozes e imagens de vidas de moradores das ruas; polifonia que apresenta não só agruras e lutas cotidianas, mas interpelações a conceitos e teorias apartados do inacabamento do mundo, onde a história é o seu motor. Livro oportuno para o atual momento político brasileiro, no qual a desatenção a combates minúsculos incansáveis do dia a dia, estranhos ao nosso habitar gera impotência, indiferença, ou a reprodução de um burocrático pensar acadêmico. Nas ruas, políticas são inventadas, apostas de uma ética particular são tramadas, diz a experiência dos pesquisadores desta obra coletiva.

A inovação deste trabalho está na oposição radical à fragilização do outro contida na categoria de exclusão social. Nos escritos singulares dos autores, a violência do Estado ao morador da rua é enfrentada nas diferentes cidades brasileiras; o chamado excluído enuncia táticas, produz estranhamentos que desacomodam aqueles que pretensamente almejam cuidá-lo ou dizimá-lo.

Políticas públicas são interpeladas, conceitos cristalizados são postos à prova, assim como o corpo do pesquisador. Nos relatos das pesquisas, percebe-se a pulsação corporal de um encontro. Livro que escapa do moralizante olhar sobre o desvalido ao afirmar uma agonística construída ao lado, junto, imersa em um mundo comum a todos nós. Um junto com, do qual a radicalidade da alteridade impede a harmonia da relação apaziguada, na qual o outro é destituído da sua potente capacidade de incitar um desconfortável estranhamento.

As ruas deste livro fazem política, tecem modos de existir e de resistir. Obra que contém promissores impactos à formação

do psicólogo e às políticas públicas atentas ao inesgotável e inacabado mundo da cotidianidade, onde a “vida pode mais”, apesar de tudo.

Rio de Janeiro, agosto de 2018.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Aléxa Rodrigues do Vale

Coordenadora do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop Centro Sul) no município de Belo Horizonte. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei/UFSJ. Graduada em Psicologia pela mesma instituição, possui experiência na área de Psicologia Social, com ênfase em Políticas Públicas de Saúde e assistência social.

Ana Alice Pinheiro da Silva

Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar – UnP/RN, foi estagiária do Núcleo de Psicologia Social Comunitária/UnP. Atualmente, realiza pesquisas com ênfase em Psicologia Social e temas acerca dos direitos humanos e população em situação de vulnerabilidade social.

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Psicóloga,

mestre em Psicologia Clínica e doutora em Psicologia Social. Membro do Observatório de Saúde Mental do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (OBSAM/NESC/UFRN), do Conselho Consultivo do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD/UFRN). Apoiadora do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RN) e da Associação Potiguar Plural de Luta Antimanicomial do RN.

Anna Carolina Vidal Matos

Psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Natal/RN. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Especialista em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (2014). Mestre em Psicologia e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Integrante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e apoiadora do Movimento da População de Rua, em Natal/RN.

André Felipe Jales Coutinho

Graduado em Psicologia pela UFRN, tendo desenvolvido atividades de extensão popular e pesquisa-intervenção na área da Psicologia Social latino-americana, atuando principalmente junto a pessoas em situação de rua e coletivos juvenis. Participou do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) e do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV), ambos da UFRN. Bolsista de Iniciação Científica (PROPESQ/UFRN – 2014-2016) no Projeto

Direitos Humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades e aluno voluntário no Projeto de extensão TEC-Rua: O encontro entre os espaços da rua e os espaços virtuais: o que pode essa conexão? (PROEX/UFRN 2014-2015). Fez Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Anna Camila Lima de Carvalho

Psicóloga graduada pela UFRN (2017). Bolsista do Programa de Iniciação Científica (Bolsa PROPESQ/UFRN 2016-2017) no Projeto A invenção da vida itinerante na rua: entre narrativas e imagens.

Antônio Vladimir Félix-Silva

Doutor em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana/Cuba. Professor do Curso de Medicina e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso (UFPI/CMRV/Parnaíba), vinculado ao Núcleo de Estudos Análise Institucional e Cartografia. Atua com esquizoanálise e cartografia dos processos de subjetivação e educação da diferença em saúde, realizando pesquisas em contextos de vidas precárias, grupos, comunidades e movimentos minoritários.

Breno Lincoln Pereira de Souza Diniz

Psicólogo graduado pela UFRN (2016). Foi estagiário do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN, desenvolvendo o trabalho de articulação entre usuários da rede de saúde mental e população de rua, junto à Associação Potiguar Plural e o MNPR/RN. Especialista em saúde mental pelo Programa de Residência Multiprofissional da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade de Pernambuco (UPE). Atua como redutor de danos no Consultório de Rua de Belo Horizonte.

Bruna Ribeiro Pontes

Psicóloga e integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Processos Psicossociais e Pessoas em Situação de Rua (GEPE-RUA), vinculado ao curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFANOR.

Caio César Ferreira Guimarães

Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (2012) e em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Realizou estágio curricular junto à Associação Potiguar Plural. Pós-graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2014). Especialista em Psicologia Transpessoal pela Associação Norte Rio-grandense de Psicologia e Psicoterapia Transpessoal.

Carla Lopes Teixeira Gomes

Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão. Residente em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal de Viçosa

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Psicólogo, professor de Psicologia da UNIFANOR, mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará e doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Processos Psicossociais e Pessoas em Situação de Rua (GEPE-RUA), vinculado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFANOR, em Fortaleza.

Édina Mayer Vergara

Assistente Social, especialista, mestre e doutora em Educação, com pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta, aposentada pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Professora Visitante na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

Emanuely Cristina de Souza

Psicóloga graduada pela Universidade Potiguar – UnP/RN, com Pós-graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade Estácio de Sá. Foi estagiária do CRDH/UFRN e bolsista do Programa de Iniciação Científica (Bolsa PROPESQ/UFRN 2016-2017) no Projeto A invenção da vida itinerante na rua: entre narrativas e imagens. Atua como psicóloga no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), no município de Itaipu/RN. Faz especialização em Acupuntura no TAOS (Instituto de Acupuntura e Práticas Integrativas).

Fernanda Cavalcanti de Medeiros

Psicóloga analista do Tribunal de Justiça da Paraíba. Possui graduação (2012) e mestrado (2015) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atuou como psicóloga do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) entre os anos de 2013 e 2016. Atualmente, cursa doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. É membro do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPME) e apoiadora do Movimento Nacional de População de Rua no Rio Grande do Norte (MNPR/RN).

Gabriela Trindade de Azevedo

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Realizou estágio curricular no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) e junto à Associação

Potiguar Plural, em Natal. Residente no Programa de Atenção Básica no município de Caicó/RN (2018).

Georgia Sibele Nogueira da Silva

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (1990), mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), doutora em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2006). Professora do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculada ao Mestrado Profissional em Saúde da Família no Nordeste – MPSF/RENASF – Núcleo UFRN.

Hellen Tattyanne de Almeida

Subcoordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) do Rio Grande do Norte. Assistente social, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) e mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN (2015). Atuou como assistente social do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) e do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD) entre os anos de 2012 e 2019. Apoiadora do Movimento Nacional de População de Rua no Rio Grande do Norte (MNPR/RN).

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPME/UFRN).

Kadja Karen Silva Silveira

Psicóloga graduada pela UFRN em 2018. Realizou Estágio Curricular no Movimento da População de Rua e no Consultório na Rua, em Natal (2017). Atualmente é psicóloga voluntária do projeto de extensão Práticas Clínicas de Orientação Psicanalítica no SEPA (Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN) e faz Formação em Clínica Ampliada e Desenvolvimento Humano pelo Instituto Bem-Te-Vi, em Natal.

Laís Barreto Barbosa

Possui graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos (2003). Especialista em Psicologia da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN). Mestre e doutoranda em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Realizou estágios na Clínica Psiquiátrica de La Borde e na Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne, França.

Laís Suelen Gonzaga Almeida

Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em Saúde Mental (Residência Multiprofissional e Integrada em Saúde Mental Coletiva (EducaSaúde/UFRGS). Foi coordenadora do Centro Pop de Aracaju/Sergipe e do CAPS Álcool e outras Drogas da mesma cidade. É coordenadora do CAPS III Jael Patrícia de Lima

Larissa Ferreira Nunes

Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Processos Psicossociais e Pessoas em Situação de Rua (GEPE-RUA), vinculado ao curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFANOR.

Lis Paiva de Medeiros

Psicóloga graduada pela UFRN (2017). Bolsista de Iniciação Científica (PROPESQ/UFRN – 2013-2016) nos Projetos Direitos Humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades e Direitos Humanos, saúde mental e drogas em contextos de vulnerabilidade social: problemas associados e estratégias de enfrentamento. Residente do Programa Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Lisabete Coradini

Doutora em Antropologia. Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRN. Coordenadora do NAVIS – Núcleo de Antropologia Visual.

Marcelo Dalla Vecchia

Psicólogo, com formação acadêmica e atuação profissional na área de saúde mental, álcool e outras drogas, mestre e doutor em Saúde Coletiva (UNESP/Botucatu). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Intervenção nas Políticas sobre Drogas (NUPID). Vice-coordenador do Grupo de Trabalho Drogas e Sociedade da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP).

Maria Helena Moura

Bacharel em Letras e em Psicologia, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Realizou Estágio Curricular no Movimento da População de Rua e no Consultório na Rua, em Natal (2017).

Maria Teresa Nobre

Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Psicóloga, com mestrado, doutorado e pós-doutorado em Sociologia, durante o qual foi investigadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), em 2017. Membro do Conselho Consultivo do Centro de Direitos Humanos Marcos Dionísio da UFRN e apoiadora do Movimento da População de Rua.

Marília Melo de Oliveira

Antropóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Natal. Mestre em Antropologia Social (UFRN). Coordenou o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis no Rio Grande do Norte (CNDDH), em 2017. Tem experiência na área de Antropologia urbana e visual; Direitos Humanos, População em Situação de Rua e Políticas para População em Situação de Rua. Apoiadora do MNPR/RN.

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação

em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Processos de Subjetivação e Política.

Nicole Silva Moreno

Psicóloga graduada pela UFRN, atua como psicóloga clínica. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (Bolsa PROPESQ/UFRN 2014-2015) no Projeto de Pesquisa Narrativas de modos de vida na rua: entre histórias e invenções e do Projeto de Extensão Descartáveis urbanos ou cidadãos de direitos? Uma aposta na população de rua da grande Natal (Bolsa PROEX/UFRN 2015).

Raquel Farias Diniz

Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Atua em ensino e pesquisa com temas relacionados aos aspectos psicossociais das relações pessoa-ambiente.

Rita de Cassia Martins Sales

Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar – UnP/RN. Psicóloga e coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São José de Mipibu/RN, realizando pesquisas acerca dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social, com temas

voltados para pessoas com sofrimento psíquico, pessoas usuárias de substâncias psicoativas e pessoas em situação de rua.

Tadeu de Paula Souza

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicólogo, graduado pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2007), doutor em Saúde Coletiva na área de Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Coordenador Adjunto da Comissão de Políticas, Planejamento e Gestão da ABRASCO.

Tadeu Mattos Farias

Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista pelo Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD/CAPES), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Realiza pesquisas com ênfase na dimensão ético-política das relações pessoa-ambiente.

Tainá Carla Freitas de Macêdo

Graduanda do Curso de Psicologia da UFRN. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (Bolsa PROPESQ/UFRN 2016-2017) no Projeto A invenção da vida itinerante na rua: entre narrativas e imagens.

Thaiza Salgado de Medeiros

Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018), atua como psicóloga clínica. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (Bolsa PROPESQ/UFRN 2017-2018), Projeto A invenção da vida itinerante na rua: entre narrativas e imagens. Apoiadora do Movimento da População de Rua, em Natal.

Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFRPR), graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí. Tem experiência na área de Antropologia Urbana e Antropologia Política, atuando principalmente nos temas: População em Situação de Rua, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Estado e Políticas Públicas. Professor convidado do Curso de Especialização em Antropologia Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Atua como Coordenador Executivo no Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua e coordena o Projeto Moradia Primeiro em Curitiba.

Vinícius Azevedo e Silva

Psicólogo graduado pela UFRN (2017), foi bolsista do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN, no Projeto Descartáveis urbanos ou cidadãos de direitos? Uma aposta na população de rua da grande Natal (Bolsa PROEX/UFRN 2015) e aluno voluntário no Projeto TEC-Rua: O encontro entre os espaços da rua e os espaços virtuais: o que pode essa conexão? Realizou Estágio Curricular junto à Associação Potiguar Plural, em Natal, onde ainda atua como apoiador do movimento social, trabalhando com acompanhamento terapêutico e práticas clínicas.

Yuri Paes Santos

Psicólogo graduado pela UFRN (2017), foi bolsista do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN, nos projetos Descartáveis urbanos ou cidadãos de direitos? Uma aposta na população de rua da grande Natal (Bolsa PROEX/UFRN 2015) e TEC-Rua: O encontro entre os espaços da rua e os espaços virtuais: o que pode essa conexão? (aluno voluntário).

SOBRE OS AUTORES/AS E MEMBROS DA POP RUA

Maria Lúcia Santos Pereira da Silva *(in memoriam)*

Coordenadora Nacional do MNPR/Brasil, desde 2010 até 2018 quando faleceu na cidade de Salvador, onde residia. Entre suas inúmeras ações em defesa da população de rua, destacamos sua participação na sede da ONU, em Genebra/2016, a convite da ONG Terra de Direitos, por ocasião da apresentação de um Relatório sobre Moradia Adequada para diplomatas e outros representantes de diversos países. O encontro tratou das Metas do Milênio, com a inclusão dos “sem abrigo” no HABIT 3 – Conferência Mundial de Habitação. Sua luta incansável pelos direitos da população de rua lhe reconhecimento nacional e internacional a Maria Lúcia e ao Movimento da População de Rua no Brasil.

Josenilson Alves da Silva *(in memoriam)*

Foi membro do Movimento da População de Rua do Rio Grande do Norte, desde o seu início em 2012 até 2018 quando faleceu em Natal.

Katylly Rius (*in memoriam*)

Foi membro do Movimento da População de Rua do Rio Grande do Norte e defensora das lutas da Pop Rua LGBT, entre 2014 e 2016, quando faleceu em Natal.

Iranaldo dos Passos Barros (Dunga) (*in memoriam*)

Participou de reuniões, ações e eventos do Movimento da População de Rua, entre 2015 e 2017. Faleceu em Natal, em 2019.

Cristian Dionísio (*in memoriam*)

Participante de eventos e ações do Movimento da População de Rua do Rio Grande do Norte. Faleceu em Natal em 2017.

Joseane Caetano da Silva (Dominique) (*in memoriam*)

Participou de reuniões, ações e eventos do Movimento da População de Rua em Natal até 2018, quando faleceu em Maceió, assassinada pelo companheiro, em 2019.

Cleiber Souza da Silva (Pippo's Paradise)

Membro do MNPR/RN em Natal entre 2015 e 2019. Identifica-se como educador popular e pesquisador da população de rua.

Eduardo Santos da Costa

Foi membro do Movimento da População de Rua do Rio Grande do Norte, participando da Coordenação Colegiada do MNPR em Natal (MNPR/RN) em 2018. Atualmente mora em Alagoas onde participa de ações do MNPR/AL.

Francisco Carvalho Félix (Beto Franzisco)

Artesão. Já militou no Movimento da População de Rua em vários estados brasileiros, sobretudo, em Fortaleza e Salvador. Membro do MNPR/RN em Natal desde 2016. Participa da Coordenação do Movimento da População de Rua do Rio Grande do Norte e representa o movimento em instâncias e eventos junto ao poder público e a outros órgãos. Representante do MNPR no CIAMP Rua (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua) do Rio Grande do Norte.

Hallison Silva da Costa

Sapateiro, capoeirista e fotógrafo amador, membro do MNPR em Natal. Representou o Movimento da População de Rua no Conselho Municipal sobre Drogas de Natal/RN (COMUD), entre 2017 e 2018.

José Cardoso da Silva Júnior Júlia Valentina Rodrigues da Silva Verônica Rodrigues Santana

Cardoso e Verônica viveram em situação de rua por vários anos e se conheceram no Albergue Municipal de Natal. Quando Verônica engravidou de Valentina, o MNPR/RN juntamente com apoiadoras/es do movimento construíram uma rede de solidariedade para que pudessem sair das ruas. São membros do MNPR, participando de eventos e ações e representando o MNPR/RN em alguns. Valentina participa de todas as reuniões e de outros eventos acompanhando seus pais e é por todos muito querida e cuidada. Em 2019 tiveram outro filho, Davi Valentim.

José Ivan Emiliano da Costa

Membro do MNPR/RN, participa de ações e eventos do Movimento da População de Rua em Natal (MNPR/RN), atualmente está desempregado.

José Lima dos Santos

Membro do MNPR/RN, participa de ações e eventos do Movimento da População de Rua em Natal (MNPR/RN), atualmente está desempregado, trabalhando como flanelinha.

José Vanilson Torres

Cordelista. Coordenador Regional do Movimento da População de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN) e membro da Coordenação Nacional do MNPR. Representa o MNPR no Conselho Nacional de Saúde, no Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD) e é representante do Fórum Estadual de Usuários/as do SUAS-FEUSUAS. Representante do MNPR no CIAMP Rua (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua) do Rio Grande do Norte.

Luanda Luz

Produtora musical, compositora e cantora profissional. Natural da Bahia, viveu em situação de rua em Natal e atualmente é membro e apoiadora do MNPR/RN desde 2015, sobretudo em eventos e ações junto às mulheres em situação de rua. Representante do MNPR no CIAMP Rua (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua) do Rio Grande do Norte.

Marcela Gomes

Membro do MNPR/RN, participa como ouvinte de reuniões do Conselho Municipal de Habitação, por ter interesse especial na questão da moradia da Pop Rua. Participou da Coordenação Colegiada do MNPR em Natal (MNPR/RN) em 2018. Conhecida como a “Mãe da Rua” ou “Mamuska”, representa as mulheres em situação de rua em muitos eventos.

Roberta Jacson

Cabelereira. Participa de ações e eventos do Movimento da População de Rua em Natal (MNPR/RN).

Tereza Cristina Sólton da Silva

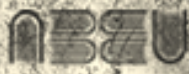
Participa de ações e eventos do Movimento da População de Rua em Natal (MNPR/RN). Natural do Ceará, vive em Natal há muitos anos e, algumas vezes, representa as mulheres em situação de rua em eventos junto ao Poder Público.

UFERN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



SEDISUFERN



ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias